

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
DOUTORADO EM HISTÓRIA

VINÍCIUS LEÃO ARAÚJO

**IMPRESSOS DE UMA MONARQUIA EM ABANDONO:  
MODERNIZAÇÃO, ESCRAVIDÃO E PROPAGANDA REPUBLICANA  
NA IMPRENSA PIAUIENSE DE 1868 A 1889**

Porto Alegre  
2021

VINÍCIUS LEÃO ARAÚJO

**IMPRESSOS DE UMA MONARQUIA EM ABANDONO:  
MODERNIZAÇÃO, ESCRAVIDÃO E PROPAGANDA REPUBLICANA  
NA IMPRENSA PIAUIENSE DE 1868 A 1889**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Jurandir Malerba

Porto Alegre

2021

## CIP - Catalogação na Publicação

ARAÚJO, VINICIUS LEÃO

Impressos de uma monarquia em abandono:  
modernização, escravidão e propaganda republicana na  
imprensa piauiense de 1868 a 1889 / VINICIUS LEÃO  
ARAÚJO. -- 2021.  
297 f.

Orientador: Jurandir Malerba.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto  
Alegre, BR-RS, 2021.

1. Escravidão. 2. Imprensa. 3. Modernização. 4.  
Piauí. 5. Propaganda republicana. I. Malerba,  
Jurandir, orient. II. Título.

VINÍCIUS LEÃO ARAÚJO

**IMPRESSOS DE UMA MONARQUIA EM ABANDONO: MODERNIZAÇÃO,  
ESCRavidÃO E PROPAGANDA REPUBLICANA NA IMPRENSA PIAUIENSE DE  
1868 A 1889**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito para obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Jurandir Malerba

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Jurandir Malerba – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (orientador)

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Isabel Lustosa – Fundação Casa de Rui Barbosa

---

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas – Universidade Federal de Pelotas

---

Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz – Universidade Federal do Piauí

À Nercinda e Sávio, eternos presentes da  
História que mais amo experienciar.

## AGRADECIMENTOS

Esta tese de doutorado em História foi escrita a partir do apoio que recebi de muitos amigos e instituições de pesquisa. Por isso, é com imensa felicidade que expresso a minha gratidão a todos e todas que estiveram comigo nessa empreitada. Primeiramente, agradeço, com louvor, às três pessoas que são o âmago da minha vida: o Pai, o Filho e o Espírito Santo. A Santíssima Trindade sempre será o motivo da minha força e vontade em lecionar e pesquisar.

Agradeço ao Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Piauí (IFPI) e à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e, em especial, ao Programa de Pós-Graduação em História desta instituição, por terem realizado uma aliança em prol da qualificação docente, que se traduziu em um belíssimo e frutuoso Doutorado interinstitucional (DINTER), no qual tive a honra de participar durante esses últimos quatro anos. Sou grato ao professor Dr. Jurandir Malerba, a quem devo não só os créditos de confiança com que me honrou, como também sua competentíssima orientação que me motivou a buscar fazer o melhor. Sem a sua inexcusável sensibilidade histórica e leitura atenta dos meus escritos, a execução deste trabalho não seria possível.

À professora Dra. Teresinha Queiroz, que é para mim grande fonte de inspiração historiográfica e docente. Em largo sentido, sou historiador em consequência de seu estímulo, afeto e sabedoria. A ela, como ao professor Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes, sou grato pelas observações que, gentilmente, realizaram sobre o Projeto desta pesquisa e desejo, de algum modo, ter contemplado parte de suas valiosas e oportunas sugestões.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. À CAPES, pelo financiamento do nosso DINTER (UFRGS-IFPI). E também a todos os cidadãos brasileiros que, com o pagamento de impostos, tornam possível o financiamento estatal de pesquisas científicas como esta. Aos professores com quem cursei disciplinas. Seus ricos ensinamentos sobre teoria e metodologia da história estão refletidos neste texto. À professora Dra. Regina Weber e aos professores Dr. Jaison Castro, Dr. Luiz Alberto Grijó, Dr. Eduardo Neumann, meu muito obrigado! Aos professores da banca de qualificação, Dr. Luiz Alberto Grijó e Dr. Jonas Vargas, agradeço imensamente as observações e direcionamentos para a condução da pesquisa na segunda metade do Doutorado.

Agradecimento especial ao professor Dr. José Luís e à professora Dra. Raquel Costa pelo auxílio, sempre solícitos na resolução de problemas burocráticos. Sou gratíssimo, desde

sempre, à Biblioteca Nacional Digital e ao Projeto Memória do Jornalismo Piauiense da Universidade Federal do Piauí organizado pela professora Dra. Ana Regina Rêgo. Sem as preciosas fontes jornalísticas, facilmente encontradas nesses ambientes virtuais, minha “viagem ao tempo” pelos periódicos piauienses oitocentistas não seria possível.

Não posso deixar de agradecer aos amigos e amigas que conviveram comigo durante o doutoramento, nas aulas como fora delas. Aos meus amigos e amigas do IFPI *Campus* Paulistana – CAPAU. Agradeço aos meus alunos do Ensino Médio pela torcida tão positiva que só a juventude pode ter. Aos meus amigos do grupo “Bola de Gude”, meu muito obrigado pelas “tretas” que me divertiram nos momentos oportunos.

Agradeço à minha mãe por ter acreditado nas minhas escolhas profissionais, por me mostrar, com seu exemplo de vida, que é preciso lutar, buscar e acreditar na felicidade em vida, sem perder o rumo íntegro do bem. Pela confiança depositada em mim para a realização desse trabalho e suas constantes orações, muito obrigado, mãe.

O apoio primordial para a concretização dessa tese nasceu do amor de dois corações por mim. Minha esposa Nercinda e meu filho Sávio foram e serão para sempre a expressão máxima de solidariedade, companheirismo e amor. À Nercinda, que, além do carinho e compreensão, acompanhou de pertinho todo o processo que resultou neste texto. A História mais uma vez nos uniu nesse sonho – sonhado juntos – que se torna realidade pela força do nosso amor que nunca passará. Ao Sávio, filho amado, que simplesmente com sua existência faz com que todas as palavras de gratidão sejam pequenas diante de todo o bem que me faz. Minha eterna gratidão.

[...] De repente mudou o cenário. A revolução francesa, o telégrafo e o vapor desagrilhoaram os povos e unificaram o globo. Os homens que estavam, como terras de uma *ménagerie*, separados em jaulas – umas de ouro e de veludo, outras de ferro ou de excrementos – despedaçaram as grades que os prendiam e saltaram livres e iguais para o mesmo circo, rugindo cóleras, dardejando apetites.

[...] E o filósofo que neste fim do século aplicar o ouvido perscrutador ao burburinho das sociedades modernas, ao movimento contínuo da vida humana, em um lugar de um coro religioso de harmonia universal, ouvirá apenas um imenso e sinistro ranger de maxilas – triturando!

(JUNQUEIRO, Guerra. A batalha da vida. *A Phalange*. Teresina, ano 1, n. 19, p. 2, 22 maio 1889).

## RESUMO

A partir de 1868, com a queda do Gabinete Zacarias e a divisão do Partido Liberal, surgiu na província do Piauí um novo jornal: *O Amigo do Povo*. Sob a redação de David Caldas, foram publicados nessa folha artigos que combatiam o sistema monárquico vigente no Brasil e, ao mesmo tempo, defendiam a implantação da República como forma de solucionar os problemas do país. Para o redator, esse foi o projeto modernizador que defendeu em seu periodismo. Outros projetos de modernização também foram apresentados pelos demais publicistas do período. Dessa forma, ao identificar a pluralidade de ideais modernizantes nos impressos piauienses entre 1868 e 1889, este estudo objetiva compreender as apreciações feitas aos projetos de modernização na província do Piauí nas últimas décadas da monarquia. Entendemos que, para além das disputas partidárias, as questões mais debatidas nos jornais foram aquelas relacionadas aos melhoramentos técnicos, ao fim da escravidão e à propaganda republicana, enquanto meios de viabilização da inserção da província e do país, no patamar de progresso e civilização que os homens de imprensa encontravam nas nações estrangeiras industrializadas. A hipótese é que o conhecimento dos homens de imprensa sobre os avanços técnico-científicos do século XIX despertavam neles anseios pela modernização. Além disso, a forma como discutiram o fim da escravidão e a propaganda republicana também foi perpetrada pelas concepções modernizantes que possuíam. Esta investigação tem a imprensa como principal *corpus documental*, identificando-a como espaço propício para a elite provincial divulgar suas concepções políticas, econômicas e sociais diante dos debates presentes nos jornais. Isso nos levou a entender os homens de imprensa como porta-vozes da elite local, de modo que produziram uma ideologia da modernização, que buscou acima de tudo privilegiar os interesses elitistas e excluir do pacto social os mais pobres. As análises permitem afirmar que as ideias e projetos de modernização repercutidos na imprensa provincial também merecem destaque no que concerne às movimentações intelectuais e culturais nas últimas décadas do Segundo Reinado, quando um país “para a elite” foi formulado e praticado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Escravidão. Imprensa. Modernização. Piauí. Propaganda republicana.

## ABSTRACT

Since 1868, with the fall of the Zacharias' Cabinet and the division of the Liberal Party, a new journal appeared in the Province of Piauí named *O Amigo do Povo* (The Friend of People). David Caldas as the editorial manager published some articles in this newspaper against the monarchical system in force in Brazil as he defended the establishment of the Republic as the key to solve the country's issues. In David's view, this was the modernizing project he defended in his journal. Other modernization projects were also presented by other publicists in that period. Thereby, after identifying the plurality of modernizing projects presented in Piauí prints between 1868 and 1889, this study aims to understand the assessments made to these projects in the province of Piauí along the last decades of the monarchy. Apart from partisan disputes, we understand that the most debated issues in the newspapers were those related to technical improvements, the end of slavery and republican propaganda as means of enabling the insertion of the province and the country at the level of progress and civilization displayed in industrialized foreign nations. The hypothesis is that the knowledge of the pressmen about the technical-scientific advances of the 19th century aroused the yearning for modernization. Furthermore, the way the end of slavery and republican propaganda were discussed became perpetrated by the modernizing conceptions they had. This investigation has the Press as the main documental corpus, identifying it as a favorable space for the provincial elite to disseminate their political, economic and social conceptions in light of the present debates in the newspapers. This led us to understand the pressmen as spokespersons for the local elite, so that they produced an ideology of modernization which attempted to privilege elitist interests above all. It also tried to exclude the poorest people from the social pact. Analyzing the presented facts, we are able to affirm that the ideas and modernization projects disseminated in the provincial press are also noteworthy regarding to intellectual and cultural movements in the last decades of the Second Reign, when a country "for the elite" was formulated and practiced.

**KEYWORDS:** Slavery. Press. Modernization. Piauí. Republican propaganda.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>1 IMPRENSA E MODERNIZAÇÃO .....</b>	<b>24</b>
<b>1.1 Sobre os inícios da imprensa piauiense .....</b>	<b>26</b>
<b>1.2 A imprensa piauiense nas últimas décadas imperiais .....</b>	<b>34</b>
<b>1.3 Le monde marche .....</b>	<b>49</b>
1.3.1 O século XIX, das luzes e do progresso .....	50
1.3.2 O papel da imprensa .....	61
1.3.3 Ideias de modernização nos impressos piauienses .....	63
<b>2 ESCRITOS DE BRANCOS SOBRE NEGROS: A ESCRAVIDÃO NA IMPRENSA PIAUIENSE NO FINAL DO IMPÉRIO .....</b>	<b>79</b>
<b>2.1 O escravo nos jornais piauienses .....</b>	<b>83</b>
<b>2.2 A ideia caminha: o movimento abolicionista na imprensa .....</b>	<b>122</b>
<b>2.3 Das sociedades abolicionistas ao 13 de maio de 1888 .....</b>	<b>156</b>
<b>3 A REPÚBLICA NA IMPRENSA PIAUIENSE.....</b>	<b>188</b>
<b>3.1 O pioneirismo de David Caldas e o movimento republicano no Piauí .....</b>	<b>189</b>
3.1.1 A República e a Monarquia em David Caldas.....	204
3.1.2 Contestações ao republicanismo .....	222
3.1.3 Ser republicano e suas consequências.....	230
<b>3.2 A propaganda republicana na última década imperial .....</b>	<b>235</b>
<b>3.3 República proclamada, Monarquia abandonada .....</b>	<b>249</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>250</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>263</b>

## INTRODUÇÃO

Cidade do Rio de Janeiro, noite do dia 15 de novembro de 1889. Já não havia dúvidas para o Conselheiro Antônio Coelho Rodrigues,<sup>1</sup> piauiense residente na Corte, que vivenciou de perto a mudança de regime político iniciada pela manhã e, diante do fato consumado, como de seu costume, passou o seguinte telegrama à sua província natal: “República proclamada. Monarquia *abandonada*, sem resistência possível...” (grifo do original).<sup>2</sup> “Satisfeito ou contrariado, ninguém duvidava, na Corte”, segundo narrou Rodrigues, todos constatavam que a “monarquia caiu ferida no nó vital, e quase como um defunto sem choro”.<sup>3</sup>

O telegrama curto foi publicado na maioria dos jornais piauienses no dia seguinte, repleto de sentidos para a sociedade brasileira. A notícia despertou o interesse dos homens da imprensa que, há pouco mais de um ano, já haviam testemunhado a abolição legal da escravidão. Mudanças estavam acontecendo. Os destinos do país eram reconfigurados diante dos olhos. Transformações preves de “novas ideias” e modas estrangeiras, em grande medida advindas da Europa.<sup>4</sup> Para os homens da imprensa piauiense, o “mundo marchava” naquele século XIX, considerado por eles como o século do “progresso”, da “civilização”, da “modernidade”, “das invenções”, “das luzes”.

---

<sup>1</sup> Antônio Coelho Rodrigues nasceu a 4 de abril de 1846 em Picos. Formou-se bacharel em Direito em 1866. Em 1867, fundou o jornal conservador da Província do Piauí chamado *O Piauí*. Foi deputado provincial e geral. Morreu em São Vicente em 1 de abril de 1912. Conferir: ADRIÃO NETO. *Dicionário biográfico: escritores piauienses de todos os tempos*. 2 ed. Teresina: Halley, 1995, p.197.

<sup>2</sup> RODRIGUES, Antônio Coelho. *A República na América do Sul ou um pouco de história e crítica oferecido aos Latino-Americanos*. 3 ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2016, p.104. A primeira edição da obra foi publicada (em artigos) no Jornal do Comércio, no Rio de Janeiro, no ano de 1904. A segunda edição foi composta pela reunião desses artigos além da anexação das réplicas do autor aos seus críticos da 1ª edição. Esta foi publicada em 1906, na Suíça. Conferir: RODRIGUES, Antônio Coelho Rodrigues. *A República na América do Sul ou um pouco de história e crítica oferecido aos Latino-Americanos*. 2 ed. Einsiedln: Tipografia dos estabelecimentos Benziger & Co. S.A., 1906.

<sup>3</sup> RODRIGUES, Antônio Coelho. *A República na América do Sul ou um pouco de história e crítica oferecido aos Latino-Americanos...* p. 104.

<sup>4</sup> Richard Graham analisa a influência dos conceitos europeus nos intelectuais modernizadores brasileiros. Para estes, muito bem-vindas eram as noções filosóficas de História que sugeriam que todas as comunidades caminham no mesmo curso para alcançarem um fim comum de progresso e civilização. O Brasil rumava, nesse sentido, para se tornar no futuro uma comunidade moderna e industrializada. Ademais, havia nestes brasileiros a crença de um progresso inevitável para seu país. Conferir: GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil: 1850-1914*. São Paulo: Brasiliense, 1973, p.42-43. Para Raymundo Faoro também há uma estreita relação entre a noção de modernização e europeização/ocidentalização entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX, no Brasil. Conferir: FAORO, Raymundo. *Existe um pensamento político brasileiro?*. São Paulo: Ática, 1994, p. 97.

Os publicistas piauienses eram homens letrados, com parte majoritária formada na Faculdade de Direito do Recife, o que não necessariamente lhes exigia exercer unicamente o bacharelado em direito para que se mantivessem, posto que muitos terminavam por se enveredar na vida parlamentar ou nos comércios e propriedades agrárias herdadas de suas famílias. Com efeito, para muitos deles a entrada na “arena jornalística” significou, simultaneamente, as suas inserções nas fileiras partidárias do Império. Pelo acesso restrito dos mais abastados à formação superior, aos postos políticos representativos e ao mundo das letras, podemos afirmar que os redatores dos periódicos que circularam no Piauí, na segunda metade do século XIX, faziam parte da elite política, intelectual e econômica local. Destacasse, por exemplo, Antônio Coelho Rodrigues, que chegou a fazer parte da elite política imperial.<sup>5</sup>

Foram estes homens que promoveram a veiculação dos ideais modernizantes que permeavam as discussões políticas nacionais e que terminaram por abalar as estruturas do Poder Monárquico, nas províncias entre 1868 e 1889, por meio das suas escritas jornalísticas. Essa produção deflagra um período de transformações da sociedade imperial muito estudado pela historiografia brasileira. Ressaltamos, no entanto, uma lacuna na historiografia piauiense, no que concerne à um estudo sobre a imprensa provincial e os projetos de modernização nela veiculados.<sup>6</sup>

De fato, o que mais nos chamou atenção durante a leitura dos vários periódicos que circularam pela província do Piauí, entre 1868 e 1889, foram as recorrentes reivindicações, proposições e prescrições dos redatores por uma “nova” sociedade, um “novo” Piauí, e, nesse mesmo sentido, um “novo” Brasil. Eles acreditavam que, por meio de seu ofício jornalístico, estavam dando sua contribuição para mudar os destinos do país.<sup>7</sup> Esse anseio pela mudança

---

<sup>5</sup> Sobre a relação entre o bacharelismo e a elite política imperial, conferir: MALERBA, Jurandir. *Os brancos e a lei: liberalismo, escravidão e mentalidade patriarcal no Império do Brasil*. Maringá: EDUEM, 1994; CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007; ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. São Paulo: Edusp, 2019.

<sup>6</sup> Os estudos da jornalista Ana Regina Rêgo e da historiadora Teresinha Queiroz compreendem análises dos redatores e jornais que circularam, no Piauí, entre 1868 e 1889, no entanto, por suas respectivas problemáticas, recortes temporais e aportes teóricos e metodológicos, diferem em muito, da presente proposta da tese em questão. Conferir: QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas e Higinio Cunha e as tiranias do tempo*. 3 ed. Teresina: EDUFPI, 2011; RÊGO, Ana Regina. *Imprensa piauiense: atuação política no século XIX*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.

<sup>7</sup> MACHADO, Humberto Fernandes. A atuação da imprensa do Rio de Janeiro no Império do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, a. 171 (448): 31-62, jul./set. 2010, p. 49. Em seu estudo sobre a imprensa nos anos de independência do Brasil, momento em que houve enorme proliferação de pequenos jornais, Isabel Lustosa chama a atenção para o fato de que os

foi pertinente tanto à imprensa abolicionista como à republicana, ambas presentes nesse contexto. Contudo, não se encerrou por essas questões, visto que também demarcaram os escritos sobre as transformações técnicas e científicas que aconteciam no mundo à época.

Ressalvamos que alguns destes ideais visavam o rompimento com o *status quo* imperial, proclamando um novo regime de governo para o Brasil, como podemos observar no periodismo republicano de David Moreira Caldas<sup>8</sup> iniciado no final da década de 1860 e que avançou pelos anos 1870 adentro. Por outro lado, muitos deles buscavam modificar a realidade, em nome do “desenvolvimento da nação” e/ou da província, mantendo as estruturas sociais e econômicas em vigência, sem questionar o sistema político monárquico.

Alguns projetos e ideais obtiveram êxito e foram concretizados ao longo do tempo, outros foram rapidamente silenciados. Alguns nem apresentavam plausibilidade material para serem aplicados àquela realidade. No entanto, todos possuíam em comum o embasamento no trinômio mais caro aos redatores piauienses das últimas décadas do Segundo Reinado: Modernização-civilização-progresso.

Consideramos que o “abandono” da Monarquia, para utilizarmos a mesma alegoria de Coelho Rodrigues, foi um processo histórico iniciado em 1868, perpassado também pelas atividades jornalísticas em prol da mudança de regime de governo, reforçadas nacionalmente nas décadas de 1870 e 1880. Isso vale também para a escravidão “abandonada” em 1888. E, sobretudo, pertinente ao amplo anseio por mudanças que nutriam os homens de imprensa. Assim, o objetivo central desta tese é analisar as considerações dispensadas aos projetos de modernização veiculados na imprensa piauiense entre 1868 e 1889.

As fontes que dão suporte à tese constituem-se de jornais que circularam na imprensa piauiense entre 1868 e 1889. Apesar do pequeno número de alfabetizados e assinantes de

---

jornalistas se sentiam imbuídos de uma tarefa: “Quase todo jornal começava com uma carta de intenções. Os redatores estavam conscientes da importância de seu papel naquele momento”. Conferir: LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.30. Guardadas as proporções, esse mesmo espírito de missão em momento de mudança é encontrado entre os redatores piauienses nas últimas décadas da monarquia.

<sup>8</sup> David Caldas nasceu na Vila das Barras, no norte do Piauí no ano de 1836. Foi professor de Geografia e História no Liceu Piauiense, entre o final da década de 1860 e início da década de 1870. Foi também deputado provincial pelo Partido Liberal no biênio 1868-1869, poeta e jornalista. A imprensa se destacou na sua vida, pois através dos jornais ele passou boa parte da sua trajetória pública combatendo o regime monárquico, além de ter defendido a República como a melhor forma de governo a ser instalada no Brasil de sua época. No exercício do jornalismo político escreveu para os jornais *A Imprensa*, *O Amigo do Povo*, *Oitenta e Nove* e *O Ferro em Braza*, entre as décadas de 1860 e 1870. Em relação aos três últimos jornais, ele foi proprietário e redator principal. Faleceu em Teresina no ano de 1877. Conferir: CHAVES, Joaquim Raimundo Ferreira. *Obra completa*. Teresina: Fundação Municipal de Cultura Monsenhor Chaves, 2013, p.469-473.

periódicos naquela sociedade, a imprensa era o maior veículo de comunicação do período, o que permitiu nos familiarizar com as ideias e com a linguagem dos publicistas.

Partimos do pressuposto de que a imprensa apresentava seu poder de persuasão pela propaganda de ideias e programas, por meio da qual exercia verdadeira ascendência sobre a opinião pública. Por outro lado, os impressos buscavam também estimular a função crítica de seus leitores. A divulgação era sempre sugestiva e interessada, algumas vezes sutil, exercendo um condicionamento sobre as atitudes e comportamentos das pessoas.

Os jornais selecionados para os propósitos da tese enquadram-se nessas características e configuraram-se como canais de comunicação pública dos valores da elite política, intelectual e econômica do Piauí. Eles constituem uma importante parte da história do jornalismo piauiense, quais sejam: *A Imprensa* (1865- 1889), *O Piauí* (1869-1873), *O Amigo do Povo* (1868-1873), *A Época* (1878-1885), *O Telephone* (1883-1889), *O Semanário* (1875-1885), *A Pátria* (1870-1872), *Oitenta e Nove* (1873-1874), *A Opinião Conservadora* (1874-1876), *A Floresta* (1874-1876), *A Moderação* (1876-1878), *Almanaque Piauiense* (1879-1882), *O Cri-Cri* (1883-1885), *A Mocidade Piauiense* (1883-1885), *O Campo-Maiorense* (1883), *A Bala* (1883), *Prometheu* (1883), *O Cosmopolita* (1886), *A Tribuna* (1888), *Atualidade* (1889), *A Phalange* (1889), *O Latiqara* (1889), *O Ferro em Braza* (1877), *O Argonauta* (1877), *O Arbusto* (1878), *O Papyro* (1874), *Revista Mensal* (1876), *A Ressurreição* (1877).<sup>9</sup> Pelas redações destes diversos jornais, circularam 98 publicistas, entre os quais alguns deles serão apresentados durante o desenvolvimento dos capítulos.

Em geral, esses periódicos apresentavam características físicas muito semelhantes. A maioria compunha-se de quatro páginas, alguns chegando a possuir oito páginas preenchidas normalmente por artigos e anúncios. Na parte superior da primeira página, todos os jornais traziam um cabeçalho com o seu nome e alguns dados básicos, como endereço da redação, valores das assinaturas e, em alguns deles, o nome do proprietário e do redator. Abaixo do cabeçalho, vinham os textos divididos em estreitas colunas, geralmente, quatro, que obrigavam o leitor a fazer um verdadeiro esforço visual.

Além disso, as ilustrações eram praticamente inexistentes e, quando apareciam, ficavam restritas aos anúncios de remédios miraculosos e produtos vendidos nas lojas locais por preços especiais. A distribuição na divisão interna das matérias também não variava muito entre um e outro. Na primeira página, era recorrente encontrar a parte editorial, na qual se destacavam de forma direta as atas, leis e discursos proferidos nos parlamentos imperiais. Às

---

<sup>9</sup> Outros jornais surgiram neste período, no entanto, não se encontram disponíveis para leitura e manuseio seja em arquivos públicos físicos ou digitais.

vezes, em extensos rodapés, eram transcritos folhetins de autores internacionais. Nas páginas 2 e 3, eram frequentes as notícias da semana, das transcrições de outros jornais, dos trechos de cartas dos leitores e dos artigos, fossem de opinião sobre um tema específico ou mais amplo. Na última página, estavam as produções literárias, comentários dos assinantes, anúncios e notícias locais, nacionais e estrangeiras. Ressaltamos que toda essa parte textual não apresentava uma diagramação exata e sistemática e, quase sempre, era assinada por pseudônimos.

O recorte temporal foi feito a partir de dois critérios. O primeiro se refere ao período de circulação dos impressos piauienses que apresentaram considerações sobre as propostas abolicionistas e/ou republicanas, compreendido entre os anos de 1868 – surgimento de *O Amigo do Povo* – e 1889 – ano da Proclamação da República no Brasil. O segundo enquadra o recorte no contexto político e, dessa forma, como ponto de partida, são considerados dois anos: 1868, ano da queda do Gabinete Zacarias, que dividiu o Partido Liberal. Esta situação ficou compreendida como um dos momentos propulsores para a criação de uma nova agremiação política concluída em 1870, com a fundação do Partido Republicano no Rio de Janeiro. Interessa-nos pontuar que essa delimitação política ocorre com o declínio final do Império a partir da “República proclamada e a Monarquia abandonada”, em 1889.

Os escritos jornalísticos que apresentaram ideais de modernização constituíram o foco temático da proposta da tese. Por isso, cabe explicarmos, em primeiro lugar, o que entendemos por “ideais” ou “projetos” de modernização, neste contexto geográfico e temporal para, em seguida, apresentarmos como estabelecemos nossa metodologia de pesquisa quanto aos impressos.

A análise da imprensa piauiense produzida entre 1868 e 1889 é complexa e fascinante, permitindo inúmeros recortes e perspectivas de abordagem. No entanto, salta aos olhos a recorrência, nos textos, aos anseios dos redatores de abraçar as ideias de progresso<sup>10</sup> e

---

<sup>10</sup> O surgimento da ideia de progresso remete-nos à Revolução Filosófico-Científica do século XVII. Seus contributos principais são a apresentação da razão, como instrumento de ação sobre o universo e caminho ilimitado para o conhecimento, e a tese de um universo em contínua expansão. Segundo Bury, a teoria do progresso atravessaria três períodos até se transformar em uma das ideologias mais poderosas do Ocidente. No primeiro (de seu surgimento até a Revolução Francesa), teria um tratamento casual. No segundo (entre a Revolução e a publicação da obra de Darwin), estaria caracterizada pela busca de uma lei geral que a definisse e estabilizasse, harmonizando-se com a ideia de desenvolvimento. No terceiro, com a consagração da teoria do transformismo de Darwin e Spencer, o progresso passou a significar um processo histórico necessário e irreversível para todas as sociedades, configurando-se como peça-mestra da modernidade. Conferir: BURY, J.B. *The idea of progress*. New York: Dover, 1960. Ressaltamos, de acordo com André Nunes de Azevedo (historiador crítico da abordagem clássica de Bury), que no Brasil imperial do último terço do século XIX a ideia de progresso foi encampada pela elite política a partir da sua associação com a ideia de civilização.

civilização,<sup>11</sup> uma vez que, para eles, estas palavras significavam, em termos globais, defender a crença de que as sociedades se moviam e de que continuariam a se mover em direção a um aprimoramento infinito, à própria perfectibilidade humana.<sup>12</sup> O impulso para tal movimento provinha do vislumbre que possuíam pelos avanços técnico-científicos das nações europeias e dos Estados Unidos que gradativamente ampliavam seu parque industrial na segunda metade do Oitocentos.

No nível interno, também lhes inspiravam as transformações socioeconômicas pelas quais passavam, principalmente, as províncias do sudeste após a proibição do tráfico intercontinental de escravos, em 1850, quando, por exemplo, na Corte, houve um inicial processo de crescimento das atividades urbanas e manufatureiras, incorporando novas camadas sociais.<sup>13</sup> Ademais, além do processo de urbanização, intensificava-se a melhoria nas comunicações por meio da criação das primeiras ferrovias, telégrafos, cabos submarinos, sendo que estes últimos literalmente ligaram o Império à Europa a partir de 1874.

Todas essas inovações tecnológicas geravam nos homens de imprensa piauienses os mais variados anseios pela modernização. O mundo moderno que era apresentado àqueles redatores e, por eles, centrava-se em uma experiência temporal na qual uma nova paisagem,

---

Dessa forma, a concepção de progresso assumida no Brasil distinguia-se daquela que prevalecia na Europa. Nesse continente, sobretudo após o último terço do século XIX, com o advento da 2ª revolução industrial, foi predominando na Europa uma ideia de progresso cada vez mais associada ao desenvolvimento material, sobretudo no seu aspecto técnico. Conferir: AZEVEDO, André Nunes de. Sob o lume da civilização: um estudo da ideia de progresso no Brasil das últimas décadas do período monárquico. *Intellèctus*, Rio de Janeiro, ano XIII, n.1, 2014, p. 6.

<sup>11</sup> Para Norbert Elias, houve no século XIX a elaboração (fruto de um processo de longa duração) do conceito de civilização denotando a consciência que o Ocidente tinha de si, por oposição aos chamados “bárbaros” ou “incivilizados”. Neste sentido, seu significado sintetizava a crença de que suas nações tinham de suas sociedades como superiores e, por conseguinte, mais avançadas que as sociedades anteriores ou as sociedades contemporâneas consideradas “primitivas”. Havia, portanto, uma naturalização do conceito. Defendemos que tal naturalização também pode ser visualizada na imprensa piauiense de 1868 a 1889. Contudo, é necessário desnaturalizar a noção de civilização, por isso, defendemos de acordo com o autor que “[...] a ‘civilização’ que estamos acostumados a considerar como uma posse que aparentemente nos chega pronta e acabada, sem que perguntemos como viemos a possuí-la, é um processo ou parte de um processo em que nós mesmos estamos envolvidos”. Conferir: ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: Uma História dos Costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p.73. Nesse sentido, é preciso pensar que a civilização não é um “ser” mas um “sendo”, como nos sugere Jurandir Malerba a partir da sua leitura da obra de Elias. Além disso, com fundamento em Elias, salientamos que o processo civilizador pelo qual a humanidade atravessa há séculos não significa necessariamente uma conquista do progresso, da perfeição humana ou no avanço da humanidade rumo a uma felicidade final como defendido pelos filósofos iluministas. Conferir: MALERBA, Jurandir. *Ensaio: teoria, história & ciências sociais*. Londrina: Eduel, 2015, p.182; 197. Tomaremos estes posicionamentos como advertências na nossa análise das ideias de progresso e civilização encontradas em prodigalidade, no nosso corpo documental.

<sup>12</sup> BURY, J.B. *The idea of progress...* p.2.

<sup>13</sup> Richard Graham defende que a partir de 1850, houve o início do processo de modernização no Brasil. Conferir: GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil...* p. 31-58.

altamente desenvolvida, diferenciada e dinâmica se configurava. À época, eles se sentiam à vontade, sensíveis a novas possibilidades, positivos no que concerne aos seus respectivos futuros de vida. De fato, faltava-lhes um olhar mais aguçado e crítico sobre a realidade moderna oitocentista, mas, não é por esse motivo que podemos contradizer que também não havia uma perspectiva da modernização.<sup>14</sup>

A presente tese investiga a peculiar experiência da modernização entre os homens de imprensa na província do Piauí. Defendemos que ela, a modernização, foi expressa nos textos jornalísticos através dos mais variados temas e formas que compuseram o periodismo piauiense entre 1868 e 1889.

Assim, procuramos, num primeiro momento, levantar todos os escritos publicados que contivessem algum tipo de ligação com os anseios e sentidos da modernização produzidos pelos redatores. Isso nos levou ao encontro de significações da experiência moderna em variados eixos temáticos, mas que, de certa forma, se interconectavam nos ideais comuns de civilização e progresso em que se assentavam.

Dessa forma, a imprensa funcionava como uma caixa amplificadora de anúncios da modernização nos vários âmbitos da vida, como na política, nas relações sociais, na cultura, na vivência cidadina, medicina, meios de comunicação, educação, e todas as nuances do “moderno” – conceito-prática globalizante e portador de visão de mundo – que poderiam ser abarcadas. Sob uma ótica pragmática, encontramos um conjunto de sentidos nas experiências de tempo significadas pelos publicistas, no entrechoque da realidade material em que viviam com as notícias alienígenas que tanto lhes incomodavam. Em outras palavras, nos anseios pela proposição de um conceito/projeto de civilidade-progresso-modernização nas suas práticas jornalísticas e políticas.

De modo especial, a questão do fim da escravidão e da propaganda republicana e antirrepublicana também foram perpassadas, do seu início ao fim, pelos ideais de modernização que possuíam, presentes na imprensa piauiense nas últimas décadas do Segundo Reinado. A presença de um ideário modernizante frente a essas temáticas estava inserida nos editoriais, artigos de opinião, notícias, textos ficcionais, poesias e também nos anúncios de remédios e lojas comerciais locais. Isso nos direcionou para o recurso a estes conjuntos de escritos jornalísticos a fim de responder nossos questionamentos.

Analisamos um contexto no qual o Império passou por uma crise que determinou o declínio dele. Diversos fatores levaram a este cenário de “plano inclinado”, e, por isso, não

---

<sup>14</sup> BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p.18.

desconsideramos as análises historiográficas que, ao longo do tempo, vêm destacando as razões sociais, econômicas e políticas desse processo histórico.

Contudo, partimos do pressuposto de que as ideias e projetos de modernização repercutidos na imprensa provincial e nacional também merecem destaque no que concerne às movimentações intelectuais e culturais nas últimas décadas do Segundo Reinado. Isto posto, por meio do ideário modernizante dos homens de imprensa piauienses, também pudemos analisar como as questões abolicionista e republicana – entendidas como as “reformas” mais debatidas na opinião pública nas décadas de 1870 e 1880 – ganharam imagem e forma dentro das relações sociais e de poder locais.<sup>15</sup>

Ainda que nossa fonte de estudo primordial tenha sido a produção impressa, não focalizamos em nossa investigação o resgate à história do Jornalismo, no Piauí. Portanto, nos resguardamos apenas em utilizar esse olhar histórico como meio de estudar as concepções de mundo dos redatores diante das transformações e “reformas” pelas quais o Brasil passava na segunda metade do século XIX. Isso nos leva ao uso da noção de ideologia sob as lentes de Antônio Gramsci, para quem é possível encontrar a manifestação de uma concepção de mundo implicitamente na imprensa.<sup>16</sup> Em consonância com essa postulação, entendemos que havia uma ideologia modernizante nas respectivas atividades jornalísticas dos homens de imprensa nas últimas décadas da monarquia. E, ainda de acordo com o referido estudioso, essa ideologia não é mero epifenômeno econômico, nem falsa consciência, nem sistema de ideias.

Dito de outro modo, ela possui existência material que se manifesta nos modos de sentir, pensar e agir dos redatores que, por sua vez, estão inseridos em um contexto social que define essa ideologia.<sup>17</sup> Com efeito, havia um ideário progressista e modernizante nos impressos que, por conseguinte, estabeleceu uma autoimagem da elite intelectual e política da província piauiense.

---

<sup>15</sup> BENTIVOGLIO, Julio. Rizomas do Império: Estado monárquico e linhas de fuga da política imperial brasileira no século XIX. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lucia Maria Bastos P. (Orgs.). *Dimensões e fronteiras do Estado brasileiro no oitocentos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014, p.343.

<sup>16</sup> Para Gramsci, a ideologia é “[...] uma concepção de mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas”. Conferir: GRAMSCI, Antônio. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p.16.

<sup>17</sup> Para Gramsci, a fonte da ideologia na realidade material não se encontra em uma mera aparência artificial, o que denomina como “realidades espirituais”, encontra-se materializada nas práticas, em suas palavras: “[...] as ideias não nascem de outras ideias, [e] as filosofias não nascem de outras filosofias, mas são as expressões sempre renovadas do desenvolvimento histórico real”. Conferir: GRAMSCI, Antônio. *Concepção Dialética da História...* p. 22.

Diante das reflexões inscritas neste estudo, surgem alguns questionamentos: Como os redatores se apropriavam das ideias progressistas e modernizantes do período? De que modo as usavam para construir uma autoimagem de si atualizada com o discurso da modernização? O que queriam transformar na sociedade e o que buscavam preservar?

Salientamos que, ao escolhermos trabalhar com as considerações dispensadas nos escritos jornalísticos sobre o devir da modernização na província piauiense e no Brasil, posicionamos a tese como um instrumento de análise da política na passagem do Império à República, com destaque para as vicissitudes da emergência da modernização na sociedade brasileira.

Com isso, desabonamos qualquer estudo do político a partir dos jornais, de forma meramente descritiva. A perspectiva metodológica que adotamos visou, sobretudo, de acordo com René Rémond, entender o político como prática social.<sup>18</sup> E, seguindo nesta linha de pensamento, nos alinhamos ao conceito de abordagem do político de Pierre Rosanvallon, que considera sua análise como feita, simultaneamente, de forma “interativa” e “compreensiva”:

[...] Interativa, pois ela consiste em analisar o modo pelo qual uma cultura política, suas instituições e eventos interagem para estabelecer formas políticas mais ou menos estáveis. Isso é feito mapeando as sobreposições, divergências, distorções, convergências e lacunas que caracterizam a formação de modelos políticos e determina o que é equívoco ou ambíguo acerca deles ou, ainda, em suas realizações. [...] Compreensiva porque seu objetivo central é apreender uma questão situando-a no contexto de sua emergência.<sup>19</sup>

Nessa linha seguirá nossa análise da imprensa piauiense, verificando como os redatores abordaram as questões relacionadas à modernização que, em meio aos anseios políticos que lhe eram inerentes, terminavam por tangenciar filosofias e conceitos políticos como Liberalismo e Democracia.

Logo, se o agir político possui intrínseca relação com as demandas do contexto em que é produzido, pressupomos que, quando os diversos projetos modernizantes (seja relacionados às práticas políticas, à questão abolicionista ou republicana) circulavam na imprensa, quase sempre em tom prescritivo, a visão de mundo do redator era transmitida ao público-leitor.<sup>20</sup>

Ainda no que concerne a nossa perspectiva metodológica, destaca-se a abordagem do historiador Quentin Skinner como fonte de inspiração para a análise histórica das ideias

<sup>18</sup> RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003, p.38.

<sup>19</sup> ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010, p.48.

<sup>20</sup> Não é objetivo desta tese analisar a recepção dos textos jornalísticos pelo público leitor dos jornais, o que implicaria em um trabalho de maior envergadura que excede os limites da proposta.

impressas nos jornais piauienses da segunda metade do século XIX. Para ele, é preciso levar em conta o contexto intelectual formativo dos textos políticos, tendo em vista que o vocabulário normativo incutido neles dialoga com as questões, transições e polêmicas da época em estudo.

Os jornalistas são, portanto, percebidos como produtores de atos linguísticos, formuladores de narrativas compostas por questões e intenções nas quais se formulam prescrições sociais e políticas.<sup>21</sup> O método proposto por Skinner exige do historiador um conhecimento das convenções linguísticas nos debates políticos do período estudado. As palavras ganham sentidos históricos que encarnam as ideias apresentadas.

Diante disso, questionamentos basilares são formulados: “[...] o que tais ideias significavam no tempo em que foram concebidas, por que foram concebidas, de que forma foram utilizadas e que tipo de resultado efetivo pretendiam alcançar?”<sup>22</sup> Observa-se nos questionamentos o denominado contextualismo linguístico, teoria interpretativa no campo da História do Pensamento Político, que foi adotada por Skinner. Logo, distinguir “[...] as intenções autorais como ações programáticas, atos de discurso, avaliando os enunciados do texto em relação às reações que o autor teria pretendido desencadear em seu tempo”<sup>23</sup>

Dialogamos com a metodologia de Skinner na medida em que ele entende o ato de escrever como ação simbólica dotada de um sentido de transformação da realidade social, posto que “[...] utilizamos a nossa linguagem não apenas para comunicar informação, mas, simultaneamente, para atribuir autoridade àquilo que dizemos, para produzir emoções nos nossos interlocutores, para criar fronteiras que integram ou excluem e para nos envolvermos em muitos outros exercícios de controle social”<sup>24</sup> Em outras palavras, postulamos a relevância da leitura histórica da produção jornalística piauiense, por termos identificado uma mostra das várias intenções políticas nos escritos impressos.

Antes de iniciarmos a exposição dos capítulos, consideramos adequado definir como o termo “elite” foi tratado ao longo do trabalho. Pela composição social das redações dos jornais do período, formada por grupos minoritários que ocupavam os cargos públicos relacionados tanto à legislatura como à magistratura, os redatores piauienses arrogavam para

<sup>21</sup> SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 10-13.

<sup>22</sup> LOPES, Marcos Antônio. A História das Ideias segundo Michel Foucault e Quentin Skinner. *Mediações: Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v.9, n.1, 2004, p. 86. Conferir: LOPES, Marcos Antônio. *Textos, contexto, interpretação*: Londrina: Eduel, 2015. Conferir: LOPES, Marcos Antônio. Aspectos teóricos da história intelectual de Michel Foucault. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *História & Narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica*. Petrópolis: Vozes, 2016.

<sup>23</sup> LOPES, Marcos Antônio. *Mediações...* p. 87.

<sup>24</sup> SKINNER, Quentin. *Visões da política: sobre o método histórico*. Algê: DIFEL, 2005, p. 7.

si o direito de dirigir e negociar questões de interesse da coletividade,<sup>25</sup> em virtude de sua origem, seus méritos, sua cultura ou de sua riqueza. Tal predisposição favorece a classificação deste grupo social como participante da elite política, econômica e intelectual piauiense. E, pelo uso ostensivo da imprensa como veículo de comunicação pública, intitulamos os publicistas piauienses como “porta-vozes” da elite local.

Apesar da dificuldade intrínseca ao termo elite, como observa Flávio Heinz, entendemo-la como os “[...] grupos de indivíduos, que ocupam posições-chave em uma sociedade e que dispõem de poderes, de influência e de privilégios inacessíveis ao conjunto de seus membros”. Nesse sentido, constituem parte do que denominamos de elite política, econômica e intelectual local: os vereadores, os juízes de paz, os presidentes de província, os fazendeiros, deputados provinciais e gerais e os próprios redatores. Em suma, esse agrupamento envolve todos aqueles que ocuparam “posições-chave” no âmbito da política, economia e intelectualidade provincial.<sup>26</sup>

Consideramos que os jornais piauienses que circularam entre 1868 e 1889 partiam dos meios dirigentes, acabando “[...] por melhor nos informar acerca do olhar e da mentalidade das classes dominantes que estão na origem das fontes em questão”,<sup>27</sup> como explicita Christophe Charle. Optamos por, de antemão, usarmos as lentes desse exercício historiográfico de análise da sociologia das elites nas redações piauienses das últimas décadas da monarquia. Destarte, não intencionamos elaborar apenas uma narrativa sobre “as autoimagens das elites brancas imperiais”, redundando nosso olhar àquilo que poderia ser alcunhado de “história elitista”.

Isso nos possibilitou uma visão crítica e balizada sobre a imprensa enquanto meio de produção e reprodução das desigualdades sociais, no caso do Brasil Império. É possível entrever a continuidade deste aspecto distintivo, do periodismo oitocentista, também na mídia informativa brasileira dos tempos atuais. A imprensa, nesse prospecto, é entendida como instrumento de dominação das elites brasileiras ao longo dos séculos.

No **capítulo 1**, apresentamos os aspectos formativos da imprensa piauiense desde quando se deu sua fundação até o final da década de 1880, no intuito de configurarmos suas peculiaridades principais no que concerne à composição social, às condições materiais de

---

<sup>25</sup> BUSINO, Giovanni apud HEINZ, Flávio M. O historiador e as elites – à guisa de introdução. In: HEINZ, Flávio M. *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.7.

<sup>26</sup> HEINZ, Flávio M. *Por outra história das elites...* p.8.

<sup>27</sup> CHARLE, Christophe. Como anda a história social das elites e da burguesia? Tentativa de balanço crítico da historiografia contemporânea. In: HEINZ, Flávio M. *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 29.

produção, às “funções” sociais e políticas, aos “leitores”, bem como à configuração de uma opinião pública. Também perscrutamos as concepções dos homens de imprensa sobre suas experiências temporais, o que nos permitiu analisar as significações da modernização publicadas nos jornais, e sua relação com os melhoramentos materiais almejados para a província.

No **capítulo 2**, apresentamos a sociedade escravocrata piauiense frente ao processo abolicionista das décadas de 1870 e 1880. Tecemos reflexões sobre como os escravos foram representados na imprensa piauiense no período e encontramos um variado eixo temático em que se produziam e reproduziam as visões dos negros como inferiores naquela sociedade. A desigualdade entre brancos e negros permaneceu, não obstante, ao surgimento de um discurso abolicionista, sobretudo na década de 1880. Defendemos que a questão abolicionista foi bem quista pela elite piauiense, que viu nela um meio de avançar um passo a mais no processo civilizatório e modernizante. O fim da escravidão não apresentava um risco para o status hegemônico de dominação social e política que a elite possuía.

No **capítulo 3**, apresentamos a propaganda republicana na imprensa piauiense. Para alguns redatores, a República foi entendida como meio de se alcançar a modernização brasileira. Os embates entre os defensores e opositores à República como forma de governo político foram constantes entre o final da década de 1860 e final do decênio de 1880, os quais foram analisados para entendermos que nem sempre a modernização, assentada nos princípios da civilização e do progresso, era apresentada pelo discurso uníssono na imprensa piauiense. As condições sociais e políticas para o enfrentamento dessa questão formam o nosso escopo de análise no capítulo.

Algumas observações em relação aos locais nos quais estão guardados os impressos pesquisados são importantes. Grande parte da pesquisa foi realizada nos sites da Biblioteca Nacional Digital e do Projeto Memória do Jornalismo Piauiense da Universidade Federal do Piauí. A pesquisa realizada em todos esses acervos possibilitou averiguar a quase totalidade dos números publicados por todos os impressos. Alguns números e jornais não foram localizados. A somatória de todos eles apresenta um resultado aproximado de 2 mil números consultados.

## 1 IMPRENSA E MODERNIZAÇÃO

[...] A história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista. (SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1983, p.1).

A introdução do livro *História da imprensa no Brasil* de Nelson Werneck Sodré nos apresenta uma visão crítica, a partir da teoria marxista, cotejando o intrínseco relacionamento entre o desenvolvimento da imprensa com seus meios e a ordem capitalista formulada através da nascente burguesia industrial europeia no século XVIII. Esta rela o tem como resultado um processo histórico em que, segundo Sodré, “poderosas forças econômicas” ou “forças do capitalismo em ascensão” retiram da autoridade governamental o controle da imprensa.

Consideramos que esta aquisi o do capitalismo industrial sobre a imprensa é percebida, no século XIX, em países como França, Estados Unidos e Inglaterra, onde nota-se uma expansão da economia de mercado, democratiza o da política e uma crescente autoridade da classe média urbana e empresarial, que vai fundamentar as condi oes para o surgimento de uma nova forma de se fazer jornalismo.<sup>28</sup> A atividade da imprensa nesses países, portanto, passará a vislumbrar agora a lógica do mercado cujo lucro é a meta principal. Para tal fim, ela será acompanhada de constantes inova oes técnicas, velocidade na impressão, ampla divulga o, produ o em massa, aumento da importância da propaganda dos produtos industrializados.

Dessa forma, a grande imprensa capitalista surge no cenário das *agências de notícias* especializadas em colher, preparar e distribuir notícias que serão vendidas para diversos jornais de diferentes lugares e de ampla diversidade política. A notícia transforma-se em um produto que, para ser consumido pelo maior número de jornais, deve ganhar nova roupagem. Se outrora estavam ligadas passivamente e doutrinariamente aos agrupamentos partidários,

---

<sup>28</sup>   válido ressaltar que este processo histórico equivale à constitui o da esfera pública no mundo ocidental moderno, tal como estudado por Jürgen Habermas. Para este autor, no século XVIII: “[...] os juízos inibidos são denominados ‘públicos’ em vista de uma esfera pública que, sem dúvida, havia funcionado como uma esfera do poder público, mas que agora se separava dele como um fórum no qual as pessoas privadas reunidas como um público [Publikum] compeliam o poder público a se legitimar diante da opinião pública. O publicum desenvolve-se em Publikum, o subjectum em sujeito, o destinatário da autoridade em seu adversário”. Conferir: HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. São Paulo, Editora Unesp, 2014, p. 134.

com seus artigos de opinião pessoal, a ênfase passava à produção de notícias supostamente “factuais”, objetivas, apartidárias. As *agências de notícias* estavam associadas aos monopólios industriais em ascensão. Junto com essa mudança advém o preço baixo dos exemplares dos novos jornais, fruto das inovações técnicas de impressão, que os tornavam acessíveis à maioria da população.<sup>29</sup>

Ainda afinados à reflexão de Sodré, notamos que, no século XIX, os países que conheceram um intenso crescimento capitalista foram marcados pela elevação do seu padrão de vida, da ampliação da divisão de trabalho, da grande expansão da educação formal e da democracia política. Nesse cenário de transformações, capitaneados pela economia de mercado, a imprensa não seria mais aquela relativa à produção artesanal, opinativa, partidária e, por isso, com reduzido número de leitores e clientela de anunciantes.

Dito de outro modo, caracterizaria-se como uma imprensa de escala industrial e moderna. Ora, para Sodré, essa transformação não é constituída apenas por progressos, mas também por perigos, alienação e repressão da liberdade. Assim, com a ascensão dos monopólios de comunicação, decorre o domínio dos interesses dos grandes capitalistas sobre as informações veiculadas, minando a liberdade no exercício da atividade jornalística.

Podemos perceber, portanto, que Nelson Werneck Sodré enseja-nos uma análise crítica do desenvolvimento da imprensa em sua relação com a ordem capitalista. Este é o seu parâmetro interpretativo da história da imprensa no Brasil, e é utilizado para expor uma periodização sobre a mesma. Numa síntese da imprensa no Brasil, o autor afirma:

No caso da história da imprensa brasileira, verifica-se, pela visão de conjunto, que a única repartição acorde com a realidade seria em imprensa artesanal e imprensa industrial. Tomado o fenômeno como específico, visto em separado, isolado do conjunto em que se desenvolveu, essa divisão, ainda assim é a mais cabível. Acontece, porém, que a fase de imprensa industrial é relativamente recente, entre nós, e demasiado curta por isso mesmo. Aceitar a divisão mais aconselhável seria apresentar um conjunto desequilibrado: o longo período artesanal e o curto período industrial, contrastando. Preferimos optar por uma divisão que, embora arbitrária quanto ao processo estudado, quando visto separadamente, tem a virtude de integrá-lo no conjunto do desenvolvimento histórico do país. A nossa imprensa, no que tinha de específico, não mudou com a passagem do Império à Regência, ou do Império à República. Mudou muito, entretanto, quanto ao conteúdo, quanto ao papel desempenhado.<sup>30</sup>

---

<sup>29</sup> SCHUDSON, Michael. *Descobrimo a notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos*. Petrópolis: Vozes, 2010, p.15-16.

<sup>30</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil...* p.6.

Alinhados à perspectiva do referido estudioso, fundamentamo-nos na proposição de que a imprensa piauiense produzida entre 1868 e 1889 caracterizou-se como imprensa artesanal. Os argumentos para tal afirmação serão apresentados no decorrer do capítulo. Se, na segunda metade do século XIX, começamos a visualizar o desenvolvimento industrial e suas múltiplas repercussões em países como Estados Unidos, Inglaterra e França podemos nos perguntar como essas transformações foram interpretadas nos jornais piauienses. Procuraremos investigar também se houve uma mudança de conteúdo nesses jornais, no que concerne ao papel desempenhado pelos homens de imprensa.

### 1.1 Sobre os inícios da imprensa piauiense

Para compreendermos a imprensa entre 1868 e 1889, primeiramente, retornemos cronologicamente às suas origens. O intuito é explicitar algumas características peculiares que lhe são concernentes, como o caráter recente, rudimentar e artesanal.

É notável que nenhum impresso circulou pelo Piauí, desde as primeiras ocupações a partir das fazendas de gado dos bandeirantes paulistas Domingos Jorge Velho e Afonso Mafrense, por volta da segunda metade do século XVII, até o ano de 1832. Do período colonial, é sabido que qualquer iniciativa, por particulares, de fundação de tipografias e publicação de periódicos, era proibida pelo governo metropolitano. Tamanho era o rigor fiscalizatório que os impressos encontrados eram recolhidos e enviados ao reino.

As dificuldades para a chegada da imprensa no Piauí sob domínio metropolitano não se limitavam ao dado rigor, podendo citar a ausência de alfabetização da pequena população como outro obstáculo. Além disso, não era interessante aos administradores locais do Estado reinol incentivar uma instrução em maior escala da população. Eles deduziam que todo esse conhecimento letrado poderia “[...] destruir os laços de subordinação política e civil, que devem ligar os habitantes das colônias à Metrópole”.<sup>31</sup> A mão forte do Estado repressor precisava atuar para, assim, conservar os objetivos da colonização portuguesa, que eram a ocupação e exploração econômica das terras brasileiras.<sup>32</sup>

<sup>31</sup> PINHEIRO FILHO, Celso Pinheiro. *História da imprensa no Piauí*. Teresina: COMEPI, 1973, p. 5.

<sup>32</sup> Os planos, ideias, sistemas e projetos da dominação colonial brasileira foram formulados pelas capas dominantes e dirigentes lusas, como política de Estado, e suas execuções vigoraram até o reconhecimento da independência brasileira. Conferir: MALERBA, Jurandir. *Brasil em projetos: história dos sucessos políticos e planos de melhoramento do reino. Da ilustração portuguesa à independência do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2020.

Foi com a vinda da Corte para o Brasil, em 1808, que, a partir da iniciativa de d. João VI, a Imprensa Régia foi criada. No dia 13 de maio de 1808, por Ato Real do Príncipe Regente, foi autorizada a montagem e implantação da primeira tipografia “com a finalidade de se imprimir toda a legislação e papéis diplomáticos provenientes das repartições reais e quaisquer outras obras”.<sup>33</sup>

A publicação dessas medidas ficaria a cargo do primeiro periódico produzido no Brasil, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, que teve seu primeiro exemplar saído em 10 de setembro de 1808. É significativo que nosso primeiro jornal seja um órgão oficial marcado pelo arbítrio e pela censura do Estado. Logo, percebemos que a imprensa brasileira já nasce sob a iniciativa estatal e essa relação imprensa/Estado estará presente, dialeticamente, no Brasil oitocentista, enquanto que nos países europeus, por exemplo, os jornais estavam saindo cada vez mais do âmbito governamental para a iniciativa privada capitalista em ascensão.

A primeira tentativa de implantação da imprensa, no Piauí, data de agosto de 1832, com o lançamento de um jornal semanário denominado *O Piauiense*.<sup>34</sup> Era publicado, em Oeiras, capital da província à época. Editado na tipografia de Silveira & Cia e redigido pelo professor de latim Amaro Gomes dos Santos e pelo padre Antônio Pereira Pinto do Lago.

Era um periódico que se limitava à publicação de atos oficiais e que contava com o apoio do governo da província exercido, na época de sua fundação, por Manuel de Sousa

<sup>33</sup> <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/204-impresao-regia>.

<sup>34</sup> O surgimento do periódico *O Piauiense* é apresentado pelos estudiosos da história da imprensa do Piauí como sendo o “marco zero” da produção impressa piauiense. No entanto, durante muitos anos essa informação não foi revelada. Talvez pela inexistência de números preservados no Piauí. O primeiro estudo, que se tem conhecimento, sobre o jornalismo piauiense foi intitulado *Progresso do jornalismo no Brasil* realizado pelo dr. Francisco de Souza Martins, publicado, em 1846, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; focava no desenvolvimento da imprensa piauiense desde suas origens até 1846, nele, foi apontado que o jornal *O Telégrafo*, aparecido em 1839, em Oeiras, foi o primeiro jornal. Só em 1889, com F. A. Pereira da Costa em sua *Cronologia Histórica do Estado do Piauí* é que, a partir de uma transcrição do jornal *Aurora Fluminense*, redigido por Evaristo da Veiga, no Rio de Janeiro, no seu número 689, de 17 de outubro de 1832, ficou-se comprovada a existência de *O Piauiense* como pioneiro no jornalismo provincial em 1832. Eis um trecho do aludido artigo: “Nas províncias do Norte do Brasil vai tendo rápidos progressos a imprensa periódica. Algumas que ainda não conheciam este meio de espalhar por entre o povo as doutrinas políticas, esta grande alavanca da civilização progressista, vão tendo suas imprensas e jornais. Mencionaremos particularmente o *Recopilador Sergipano*, em Sergipe, e no Piauí, *O Piauiense*”. Só em 1934, é que a partir de pesquisa de Joel Oliveira, será encontrada a data exata de publicação do primeiro número de *O Piauiense*. Esta informação foi encontrada, por ele, através do jornal *A Imprensa*, número 510, de 4 de julho de 1877, onde se liam transcrições do número 33 do jornal *O Piauiense* publicado, em 27 de março de 1833. Levando em conta ser o jornal semanário, Joel Oliveira recuou no tempo, em contagem regressiva, chegando à conclusão lógica de que o primeiro número de *O Piauiense* saíra em 15 de agosto de 1832. Eis, portanto a data de surgimento da imprensa piauiense. Conferir: COSTA, F.A. Pereira da. *Cronologia Histórica do Estado do Piauí*. 2 ed. Teresina: APL;FUNDAC; DETRAN, 2010, p. 252-254; PINHEIRO FILHO, Celso Pinheiro. *História da imprensa no Piauí...* p, 8-10.

Martins, o Visconde da Parnaíba.<sup>35</sup> Acreditamos que tenha tido vida efêmera, pois os últimos números encontrados de *O Piauiense* datam do primeiro semestre de 1833. A tipografia, de rudimentar aparelhagem, era de propriedade do padre Antônio Fernandes da Silveira, sacerdote e político nascido em Lagarto (Sergipe).

Após tornar-se notável na cena das lutas pela independência do Brasil, ocorridas na Bahia, Silveira é nomeado Secretário de Governo da Província do Piauí. O cargo foi assumido, em Oeiras, em 20 de setembro de 1824. Era amigo íntimo do Visconde da Parnaíba, o que lhe rendeu uma eleição para deputado-geral pelo Piauí em 1830, que não foi assumida porque havia sido eleito, em Sergipe, para ocupar o mesmo cargo naquele mesmo ano.

Por esse motivo ele saiu do Piauí e voltou para o Sergipe.<sup>36</sup> A tipografia Silveira & Cia também foi utilizada, a partir de dezembro de 1832, para a impressão de uma publicação periódica com o título de *Diário do Conselho Geral*, com fins de divulgação dos trabalhos do conselho do governo provincial. Seus números eram vendidos a oitenta réis cada. O *Diário* foi publicado até 1835, quando o Conselho foi substituído pela Assembleia Provincial.

O jornal da nova instituição passou a se chamar *Correio da Assembleia Legislativa Provincial do Piauí* e a ser impresso em Oeiras na tipografia de Silveira & Cia.<sup>37</sup> Percebemos, portanto, que a imprensa piauiense nascera atrelada ao Estado, com a finalidade de publicar as leis e os atos oficiais do governo, assim como a *Gazeta do Rio de Janeiro* no período joanino.

Em 1837, a Assembleia Provincial autorizou a compra da tipografia Silveira & Cia, mudando seu nome para tipografia provincial. No entanto, os registros de uso do maquinário encontram-se no ano de 1839, com a publicação de uma proclamação do presidente da província em seu discurso de abertura da Assembleia Provincial.

---

<sup>35</sup> Manuel de Sousa Martins, o Visconde da Parnaíba, nasceu, em Oeiras, no dia 8 de dezembro de 1767. Filho de Manuel de Sousa Martins e Ana Rodrigues de Santana. Aos 16 anos, com o falecimento do pai, passou a comandar os negócios da família, como fazendeiro. Sua única instrução constituiu em saber ler e contar. Iniciou carreira militar na juventude. Começou como soldado da 5ª Companhia do Regimento de Cavalaria de Milícias, comandado por Abreu Bacelar. Em 1804 era alferes. Já em 1812 era coronel agregado efetivando-se no posto em 1815. Depois foi promovido a brigadeiro e neste posto reformou-se sem soldo, 1820. Possuía grande fortuna quando se tornou presidente da província do Piauí em 24 de janeiro de 1823 a 30 de dezembro de 1843. Foi o maior exercício da chefia do Poder Executivo, em período de tempo, da história do Piauí. Por suas lutas, em prol da ordem constitucional do Governo Regencial, na Balaiada, recebeu várias honrarias como o título de Barão da Parnaíba e depois o de Visconde da Parnaíba. Morreu em Oeiras a 20 de fevereiro de 1856. Conferir: CHAVES, Joaquim Raimundo Ferreira. *Apontamentos biográficos e outros*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994, p. 29-31.

<sup>36</sup> PINHEIRO FILHO, Celso Pinheiro. *História da imprensa no Piauí...* p.10-11.

<sup>37</sup> COSTA, F.A. Pereira da. *Cronologia Histórica do Estado do Piauí...* p. 252.

É também neste ano que surge, em Oeiras, o periódico *O Telégrafo*. De pequenas dimensões, porquanto tinha apenas 18 centímetros de altura sobre 12 de largura, este jornal surgiu sob os auspícios do então Barão da Parnaíba que governava o Piauí desde 1823. A função desse impresso era manter a opinião pública a favor de seu governo durante os conflitos da Balaiada que reverberavam no Piauí.<sup>38</sup> Na primeira página do seu número inaugural, destacava-se o objetivo do periódico:

A truculenta revolta nascida nos campos do Maranhão, e que tem devorado o seio, que a produziu, fazendo seus estragos a esta província, cuja paz sempre foi invejada, trouxe-nos, além das mais, a necessidade de uma folha, que, não só aos nossos comprovincianos, senão a todo o império, transmitam as ocorrências da guerra, com que lutamos, para que alteradas não corram, como temos visto, e como por fatalidade sempre em desabono da causa legal; as medidas de salvação pública tomadas pela 1ª autoridade da província o Exmo. Sr. Barão da Parnaíba, e pelas subalternas, e o que tiver relação à mesma luta.<sup>39</sup>

O jornal *O Telégrafo* reproduzia o discurso das autoridades vigentes, à época, sobre os trabalhadores maranhenses e piauienses que se rebelaram contra as oligarquias provinciais que lhes governavam. Por isso, servia ao Barão da Parnaíba como mais um meio de dominação política na província do Piauí.

Seus escritos podem ser adotados como uma documentação oficial que utiliza o discurso daqueles que compunham o poder nas províncias, incorrendo na linguagem dominante que referencia os “rebeldes” como bandidos, desordeiros, assassinos e facinorosos, para justificar a repressão violenta do Governo.<sup>40</sup> Ele focava apenas em retratar a Balaiada e, quando esta oficialmente terminou em 1841, não foi mais publicado. Depois do seu término, não houve periódico oficial em Oeiras, até o ano de 1847.

---

<sup>38</sup> A Balaiada (1838-1841) foi um movimento social envolvendo grande parte da população das províncias do Piauí e Maranhão, com repercussões em outras províncias vizinhas, como Ceará, Pará, Bahia e Goiás. De um lado, os grandes proprietários de terra; de outro, a massa de trabalhadores – vaqueiros, escravos, artesãos, lavradores, nativos (índios) e pequenos fazendeiros. Os primeiros formavam as oligarquias locais que constituíam parte do poder, a partir, sobretudo, das lutas pela independência, não só no Piauí ou Maranhão, mas no Brasil como um todo. Os últimos, tal como em outras províncias, representavam a massa da população que permanecia sem direitos à condição de cidadãos, vivendo dominada e explorada por governos clientelistas e autoritários. O nome Balaiada foi dado pela historiografia oficial devido ao apelido de Manoel Francisco dos Anjos Ferreira, o Balaio, um dos líderes mais importantes do movimento. Cada rebelde era um ‘balaio’: muitos rebeldes, uma Balaiada. Conferir: DIAS, Claudete Maria Miranda. *Balaio e Bem-te-Vis: a guerrilha sertaneja*. 2 ed. Teresina: Instituto Dom Barreto, 2002; NUNES, Odilon. *Pesquisa para a história do Piauí*. Teresina: FUNDAPI; Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2007. v.3.

<sup>39</sup> *Apud* COSTA, F.A. Pereira da. *Cronologia Histórica do Estado do Piauí...* p.300.

<sup>40</sup> DIAS, Claudete Maria Miranda. *Balaio e Bem-te-Vis...* p. 47.

A tipografia provincial, ainda que sob responsabilidade administrativa do governo, entrou em um processo de descuido de sua manutenção que se agravou com a saída do Visconde da Parnaíba em 1843.<sup>41</sup> O presidente da província, dr. Zacarias de Góis e Vasconcelos, em 1845, no relatório de abertura da Assembleia Provincial, apresentou como “deplorável” o estado material em que se encontrava a tipografia. Ainda assim, fez votos para que essa situação fosse modificada com as medidas que o governo adotara: nova administração e verbas legais para a compra de insumos tipográficos. Por fim, relatou aos deputados o desejo de:

[...] que de novo se imprima uma folha periódica, na qual se publiquem os atos legislativos da assembleia provincial [...] e regulamentos do governo provincial, dando também notícia dos acontecimentos do nosso país, ou dos estrangeiros mais importantes, sempre com exclusão do que não for sério e digno de uma folha oficial.<sup>42</sup>

No ano seguinte (1846), para frustração de Zacarias de Gois e Vasconcelos, nada havia mudado na tipografia. Contudo, em 1847, surgiu um novo jornal oficial chamado *O Governista* que durou até 1848. Neste mesmo ano, apareceram mais duas folhas oficiais: *O Analítico* e *O Constitucional*, ambas de vida curta.

A tipografia acabou sendo leiloada por iniciativa da Assembleia Provincial, em 1849, sendo arrematada por Francisco de Sousa Mendes. Um contrato entre Mendes e o governo foi lavrado para dar continuidade à publicação dos atos oficiais. Nascia, assim, a tipografia *Saquarema* que, além de imprimir as falas dos presidentes de província à Assembleia, também publicava novos impressos como *A Voz da Verdade* (1849), e *O Escolástico* (1849 – 1850), de cunhos político e religioso respectivamente.

Em 1845, o cenário político foi marcado por grande tensão, no âmbito da imprensa. O motivo foi o aparecimento do primeiro jornal liberal, no Piauí, chamado *O Liberal Piauiense* redigido por Lívio Lopes Castelo Branco e Silva<sup>43</sup> para ser porta-voz da poderosa família

---

<sup>41</sup> Em 1843, com a queda do segundo gabinete conservador na Corte, o Visconde da Parnaíba saiu definitivamente da presidência, após vinte anos de governo. Assumiu, em seu lugar, o liberal José Idelfonso de Sousa Ramos. Conferir: RÊGO, Ana Regina. *Imprensa piauiense...* p. 37.

<sup>42</sup> COSTA, F. A. Pereira da. *Cronologia Histórica do Estado do Piauí...* p.270.

<sup>43</sup> Lívio Lopes Castelo Branco e Silva nasceu na vila de Santo Antônio de Campo Maior a 11 de setembro de 1813. Foi vereador, eleitor de paróquia, juiz de paz e promotor público de Campo Maior. Entrou para a vida militar no posto de alferes da 4ª Companhia do Batalhão 83 de Caçadores de 2ª Linha do Exército, quando tinha apenas 15 anos de idade. Participou, na Balaiada, contra a oligarquia piauiense dos Sousa Martins. Foi advogado. Escreveu para jornais de Caxias, Oeiras e Teresina. Na Guerra do Paraguai foi recrutador-geral nos municípios de Teresina, Campo Maior e União. Por mais de uma vez foi eleito Deputado para a Assembleia Legislativa Provincial. Morreu a 5 de dezembro de

Castelo Branco, constituinte da elite rural piauiense oriunda de Campo Maior. Desde a época da Balaiada, essa família buscara aproveitar o ensejo do confronto entre os populares e a oligarquia familiar dos Sousa Martins, para ascender ao poder provincial com a deposição do Barão da Parnaíba.

O máximo que conseguiram com a manobra foi um exílio provisório e dramático de Lívio Lopes para províncias como Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, fugindo das tropas governistas dos Sousa Martins.<sup>44</sup> Não conseguindo pela força das armas, utilizaram o instrumental da arena política do jornalismo. Neste embate de clãs, entre os Sousa Martins e os Castelo Branco, encontramos a gestação primária dos partidos Conservador e Liberal, respectivamente, no Piauí das décadas de 1830 e 1840.<sup>45</sup>

Lívio Lopes Castelo Branco ainda redigiu, em Oeiras, *O Aucapura* (1850) e o *Argus Piauiense* (1851-1852). Outros jornais liberais publicados foram: *O Fuso Doido* (1849), *Recreio Literário* (1851), ambos de autoria desconhecida e *O Eco Liberal* (1849-1851), redigido por Tibério César Burlamaque.<sup>46</sup>

Em 1852, Oeiras perde o seu predicamento de capital da província. Para F.A. Pereira da Costa, foi nesse momento que “[...] começou a época do seu declínio”.<sup>47</sup> Celso Pinheiro Filho aponta que os jornais oeirenses existentes “silenciaram” após a mudança.<sup>48</sup> A publicação de folhas realmente foi pequena e espaçada. Entre 1852 e 1889, foram impressos apenas cinco jornais, todos de vida efêmera.

Encontramos um cenário muito diferente quando analisamos a produção jornalística, neste mesmo período, na nova capital piauiense: Teresina.<sup>49</sup> Começemos pelas tipografias.

1869, no posto de Coronel-Chefe reformado da 10ª Legião da Guarda Nacional. Conferir: CHAVES, Joaquim Raimundo Ferreira. *Apontamentos biográficos e outros...* p. 56-60.

<sup>44</sup> CHAVES, Joaquim Raimundo Ferreira. *Apontamentos biográficos e outros...* p. 57-58.

<sup>45</sup> RÊGO, Ana Regina. *Imprensa piauiense...* p. 36-37.

<sup>46</sup> Tibério Cesar Burlamaque (1810-1863), também conhecido em seu tempo como “o cego”. Aos catorze anos de idade ficou cego. Foi criador de gado, comerciante e jornalista. Foi chefe do Partido Liberal na província. Conferir: PINHEIRO FILHO, Celso Pinheiro. *História da imprensa no Piauí...* p.13-15.

<sup>47</sup> COSTA, F.A. Pereira da. *Cronologia histórica do Estado do Piauí...* p.271.

<sup>48</sup> PINHEIRO FILHO, Celso Pinheiro. *História da imprensa no Piauí...* p.15.

<sup>49</sup> Trata-se de uma cidade planejada, pois, em 1852, foi construída para ser a capital da província do Piauí, iniciando-se então a transferência da mesma que era estabelecida em Oeiras. Desde o fim do século XVIII, os governantes da Província do Piauí demonstravam o desejo de mudança da capital de Oeiras. Os defensores da mudança da capital argumentavam que Oeiras não era bem localizada, dificultando o comércio e o controle de toda a província. Em 1844, foi apresentada uma Lei Provincial que estabelecia a mudança para a Vila do Poti, sob a condição de que a vila se estabelecesse em lugar mais salubre, onde não fosse vitimada pelas enchentes. Contudo, apenas com a posse de José Antônio Saraiva, no governo da Província, a transferência da capital se tornou política governamental. Saraiva mobilizou a sociedade piauiense a encarar esse sonho junto com ele e, quase sem ajuda do Governo

Em 1853, surge o primeiro estabelecimento tipográfico, montado por João da Silva Leite e que tinha como impressor Antônio da Costa Neves. Chamava-se *Tipografia Constitucional*, situada na Rua Grande e foi responsável pela publicação do primeiro periódico teresinense, *A Ordem*, que, logo em seu primeiro número, trouxe a transcrição do *Relatório com que o dr. José Antônio Saraiva passou administração da província em 11 de março de 1853*, ainda no mesmo ano apresentou o relatório de abertura da Assembleia Legislativa Provincial.

Concluimos, a partir dessas transcrições, que se tratava de mais um jornal oficial. A partir do início da década de 1860 até o fim do decênio de 1880 o número de tipografias em Teresina aumentou significativamente. Foi o período de maior produção jornalística piauiense no século XIX. As tipografias passaram a imprimir, principalmente, periódicos. Eram elas: *Tipografia Liberal* (1860); *Conservadora* (1861); *Independente* (1862); *Progressista* (1864); *da Imprensa* (1865); *do Piauí* (1867); *da Pátria* (1870); *de David Moreira Caldas* (1874); *da Moderação* (1876); *do Semanário* (1876); *da Época* (1878), *Tipografia do Coronel José de Araújo Costa* (1880); *do Telefone* (1883); *do Revérbero* (1886); *do Reator* (1886); *da Reforma* (1887); *do Piauiense* (1887); *da Tribuna* (1880); *da Vanguarda Liberal* (1889) e *da Falange*, no mesmo ano.

Neste período, as tipografias também eram encontradas nas cidades de Parnaíba, Amarante e na vila de Campo Maior. Nelas foram publicados poucos jornais como: *O Eco da Parnaíba* (1863), *O Comércio da Parnaíba* (1864); *O Campomaiorense* (1883); *O Amarantino* (1883) e *O Eco juvenil* (1884).<sup>50</sup>

Realizando um comparativo entre os números de jornais publicados entre 1850 e 1889 destacamos que, no início do intervalo, existiam 3 publicações na capital Oeiras, ressaltando que já se tinha conhecimento, até então, de 14 jornais. Esses números tenderam a crescer, já que em 1859 existiam 4 publicações e, de 1860 a 1869, apareceram 35 novos jornais. Esses

---

Imperial, construiu uma nova cidade completamente voltada para ser a sede do poder na província. Ainda em 1850, Saraiva passou a pedir donativos para a construção da nova capital que seria localizada na Vila do Poti. Autorizou, então, o início da construção da Matriz de Nossa Senhora do Amparo como pontapé inicial da cidade. Em agosto de 1852, todo o corpo administrativo, parte da elite financeira, políticos, entre outros componentes da sociedade oeirense deslocaram-se em direção à cidade de Teresina, a nova capital. A chegada se deu em 14 de agosto e, em 16 de agosto, todo o aparato governamental já estava em funcionamento, data em que oficializou o estabelecimento da nova capital, informando aos presidentes de todas as províncias do Brasil a localização da sede da Província do Piauí. Observa-se que para a transferência da capital houve a votação de várias leis, demonstrando um caráter instável dessa política como esclarece Clodoaldo Freitas: “Foi votada a lei de 3 de agosto de 1844 mudando a capital para a Vila do Poti. Mas esta lei foi, como todas as outras, revogada pela de n. 253 de 05 de agosto de 1850”. Conferir: FREITAS, Clodoaldo. *História de Teresina*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1988, p. 12; NUNES, Odilon. *Pesquisas para a história do Piauí*. Teresina: FUNDAPI; Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2007.v. 4.

<sup>50</sup> COSTA, F.A. Pereira da. *Cronologia histórica do Estado do Piauí...* p. 272.

dados tornam-se ainda mais relevantes se salientarmos que, de 1870 a 1879, existiram 28 novos jornais e, de 1880 a 1889, um total de 70 jornais. Só no ano de 1889, Teresina presenciou o aparecimento de dez jornais para uma população de mais ou menos 31.523 almas.<sup>51</sup> Em média, a tiragem dos periódicos não excedia 500 exemplares, número bem menor quando relacionado às folhas de pequena ou nenhuma periodicidade.

Sem nos determos em todos esses jornais – muitos deles desapareceram e não se encontram em arquivos públicos – destacamos que muitos ficaram no primeiro número (às vezes referentes apenas a determinadas ocasiões comemorativas, homenagem a personalidades públicas ou polêmicas políticas). A maioria não conseguiu se manter nem durante um ano de publicação.

Do acervo de folhas publicadas no Piauí provincial apenas as fundadas em Teresina no Segundo Reinado sobreviveram por, no mínimo, cinco anos. São elas: *A Imprensa* (1865-1889), *A Época* (1878-1889) e *O Telefone* (1883-1889). A vida efêmera das folhas era uma característica da imprensa no Brasil naquela época. Ainda assim, o jornal tinha lugar de destaque na sociedade imperial como o maior veículo de notícias existente. Isso explica, em parte, o grande número de publicações no Piauí na segunda metade do século XIX.

De modo geral, notamos que durante o período imperial a imprensa piauiense estabeleceu um intrínseco relacionamento com a política. Em seu nascedouro, averiguamos seu enraizamento na aristocracia proprietária detentora do poder do Estado. Deflagramos, então, o jornal sob a alcunha daquilo que os estudiosos da imprensa denominam como “oficial”.

Assim, a burocracia piauiense promoveu o estabelecimento das tipografias e a publicação impressa. O Estado Imperial tornou-se um mecenas do jornalismo. Porém, gradativamente, jornais não oficiais foram aparecendo e aquecendo as disputas político-partidárias. Estamos, enfim, em um tempo no qual os impressos podem ser analisados como frutos de um empreendimento individual, ou de um partido, para veicular suas posições ideológicas e atrair adeptos.

O jornal enquadrou-se naquilo que Nelson Werneck Sodré denominou como imprensa artesanal, porém, nas últimas décadas do Império, os impressos piauienses entraram em um processo de modificação dos seus papéis e conteúdos na sociedade.<sup>52</sup> Ainda não se trata do momento em que o jornal se transformaria em empresa capitalista de maior ou menor porte.

---

<sup>51</sup> SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. *Evolução histórica da economia piauiense*. Teresina: Cultura, 1964, p.70.

<sup>52</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil...* p. 180.

Mas foi o momento em que a modernização iniciou, sob múltiplos aspectos, a ser tema de muitos escritos da imprensa piauiense.

## 1.2 A imprensa piauiense nas últimas décadas imperiais

O tempo ao qual nos referimos corresponde àquele em que a historiografia brasileira denominou como “crise do Segundo Reinado”, “ocaso do império”, “tempo de eclipse”, entre outros títulos que lembram a proximidade do fim de um processo histórico. Em outras palavras, o apagar de um *télos* que fundamentava o curso narrativo da monarquia, contexto em que as instituições monárquicas são colocadas em questão, ou mesmo em uma situação de desmonte para os críticos mais contundentes.

Notamos que, a partir da década de 1870, o reformismo se intensificou na ordem do dia entre a elite intelectual e a política brasileira. Discussões sobre qual a melhor forma de governo para o Brasil, República ou Monarquia, o fim do elemento servil, a imigração, a proposta do federalismo, a inserção brasileira na industrialização, civilização e progresso, foram motivadoras de acalorados debates nas tribunas parlamentares, na imprensa e nas ruas.

Acompanhando essas variadas temáticas polêmicas temos – parafraseando Silvio Romero – um bando de ideias novas surgindo, como que tentando solucionar os problemas prementes.<sup>53</sup> Diante da letargia de d. Pedro II em solucionar os problemas sociais que surgem aos montes, da pressão internacional pelo término da escravidão, os conservadores, liberais e republicanos elaboraram novas narrativas para explicar e significar o caótico tempo em que viviam.<sup>54</sup>

A imprensa piauiense tornou-se um palco encenado por questionamentos sobre a legitimidade do governo monárquico, reproduzindo e produzindo propostas reformistas, isto

---

<sup>53</sup> Há uma vasta bibliografia sobre este período de efervescência de “novas ideias” e a repercussão delas nos meandros políticos, sociais, econômicos e culturais brasileiros. Conferir: ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002; VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; COSTA, João Cruz. *Contribuição à História das ideias no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967; PAIM, Antonio. *História das ideias filosóficas no Brasil*. São Paulo: Grijalbo, 1967.

<sup>54</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007; COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 7 ed. São Paulo: UNESP, 1999; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

é, participando na construção de um novo tempo. Postulamos o adequado entendimento dessa diversidade discursiva no interior de um contexto brasileiro da época, rico em contrastes e debates internos.

Nas últimas décadas do Império, duas questões centrais aparecem como gancho de análise para este estudo: por um lado, a questão da abolição da escravidão, que foi o tema mais recorrente nas décadas finais da monarquia; por outro lado, a propaganda republicana, que propunha problemas cruciais como democracia, cidadania e busca de um modelo civilizatório. Contudo, em primeiro lugar, é necessário conhecer a imprensa piauiense na sua *práxis*, os homens de letras que lhe dedicavam formas e conteúdo, observando o turbilhão de acontecimentos que assolavam suas experiências do tempo em que viviam.

Entre 1868 e 1889, a imprensa piauiense presenciou o aparecimento de 98 novos jornais. O jornal foi o veículo público de comunicação mais utilizado neste período, porém, a maioria apresentava pouca tiragem e desapareceram com o tempo. Todavia, há muito material impresso da segunda metade do século XIX preservado em Arquivos Públicos, no Piauí e nos grandes centros urbanos brasileiros, por exemplo, São Paulo e Rio de Janeiro.

Uma visão panorâmica sobre estes periódicos nos permite notar que eles continuavam inseridos em um tipo de imprensa artesanal, assim como os primeiros jornais da história piauiense. Esse aspecto refere-se à permanência do seu aparelho técnico rudimentar mesmo diante das inovações na área da impressão e composição, que já estavam acontecendo em outros países.

Utilizava-se, nas tipografias, a prensa manual de ferro com capacidade máxima de tiragem de 3.000 cópias por dia. Entretanto, nunca se chegou a esta quantidade de impressos em um mesmo número de jornal, devido ao baixo número de consumidores desses jornais. Havia empecilhos materiais significativos para a imprensa piauiense. O pequeno número de assinantes, por exemplo, evidenciava parte das dificuldades presentes na produção jornalística na província, como destacou David Caldas, no início da década de 1870:

Em nossa província aonde há quatro jornais (*O Piauí*, *A Imprensa*, *A Pátria* e o *Amigo do Povo*) todos publicados na capital, não há, certamente, nem sequer 1 assinante entre 20 famílias! A tiragem de todos eles reunidos não chega a 2.000 exemplares de cada número; e mesmo assim, metade lê de graça ou não paga a assinatura!<sup>55</sup>

---

<sup>55</sup> CALDAS, David Moreira. Como lê cada país. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 4, n.62, p.1, 31 jul. 1871.

A baixa tiragem, o alto índice de analfabetismo,<sup>56</sup> o reduzido número de leitores e a inadimplência no pagamento das assinaturas eram características concernentes à produção de jornais. Nem mesmo entre os alfabetizados havia um interesse geral pela assinatura dos impressos que circulavam ao período.

Isso causou preocupação e descontentamento em periodistas. Um deles foi David Caldas que, em discurso proferido na reunião da Sociedade Promotora da Instrução Popular, no ano de 1874, denunciou: “[...] Mais desanimadora é ainda a proporção dos que se presume que tenham hábito de ler: entre cada grupo de mil pessoas que conhecem o alfabeto – apenas 46 recebem uma gazeta qualquer, e sabe Deus de que modo a leem!”.<sup>57</sup> Também em tom desanimador, em seu editorial de abertura, do dia 23 de maio de 1874, *O Papyro*, iniciava seu pequeno jornal literário situando a administração e a leitura dos periódicos na província:

Sabemos o quanto é difícil sustentar-se um periódico nesta província, aonde em geral, há pouco gosto pela leitura; principalmente se se trata de publicações literárias – que, infelizmente entre nós não passam de *frutozinhos temporãos* – tímidos ensaios de alguns moços, que procuram cultivar, por sem dúvida, uma planta exótica, que ainda não se pôde aclimatar entre nós – os piauienses (grifos do original).<sup>58</sup>

A prática da leitura de jornais (ou o desgosto por ela) perfilada nos diagnósticos citados talvez nos ajude no deslindamento de uma frustração dos redatores por não encontrarem uma opinião pública bem formada entre os leitores piauienses. A desconfiança pelo “modo como se lia” e a busca pelo bem sucedido enraizamento da “planta exótica” ainda não adaptada ao solo em que nasceram indicavam que a leitura não era uma prática comum da população.

De modo situado, os impressos eram uma planta exótica que não despertava interesse nem do pequeno número de assinantes. A frustração era, portanto, uma certeza. Ainda no discurso de David Caldas à Sociedade Promotora da Instrução podemos perceber o descontentamento do jornalista, pois:

[...] Num país destes é impossível que haja verdadeira opinião pública; pois pode-se afirmar que não há 500 pessoas, entre 200.000, que se interessem de veras por qualquer das nossas mais importantes questões políticas ou sociais. Dos poucos que leem gazetas, mais da metade se contenta com um

<sup>56</sup> “[...] Segundo o recenseamento de 1872 temos mais de 200.000 almas no Piauí, mas apenas 22.000 sabem ler e escrever – bem, mal e pessimamente – o que vem a ser o mesmo que contar-se entre 46 apenas 5 pessoas que conhecem o alfabeto: em outros termos, entre cada turma de *mil habitantes* há 890 analfabetos!”. Conferir: DISCURSOS. *Oitenta e Nove*, Teresina, ano 2, n.23, p.3, 30 jun. 1874.

<sup>57</sup> DISCURSOS. *Oitenta e Nove*, Teresina, ano 2, n.23, p.3, 30 jun. 1874.

<sup>58</sup> INTRODUÇÃO. *O Papyro*, Teresina, ano 1, n.1, p.1, 23 maio 1874.

ou dois artigos de noticiário; pouco se importando com o mais, ou por indiferença ou por fastio de leitura.<sup>59</sup>

Acrescentamos à reflexão o seguinte: se os jornalistas apontavam a prática de uma leitura seletiva de “apenas um ou dois artigos de noticiário”, bem como persistiam na publicação de jornais literários, sabendo do pouco interesse pelas suas páginas,<sup>60</sup> podemos inferir que havia um interesse tanto dos homens de imprensa como dos leitores, na produção e circulação dessas publicações. Logo, havia leitores, leituras e, na relação dinâmica entre a imprensa e o mundo da leitura, era gestada uma opinião pública.<sup>61</sup>

As fontes jornalísticas, ao se referirem aos leitores e leituras, na imprensa piauiense, nos apresentam um perfil idealizado nos moldes europeus iluministas. Por isso, a decepção constante, dos jornalistas, nos seus discursos e editoriais. A análise da *práxis* cotidiana das publicações entre os variados tipos de impressos da época nos ajuda a encontrar um caminho de diálogo com estes leitores e suas leituras que, por sua vez, nos ajuda a desconfiar ainda mais das idealizações.

Para quem escrevem esses jornalistas? Este foi o questionamento realizado pela historiadora Isabel Lustosa em seu *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*, e cabe retomá-lo neste trabalho também.<sup>62</sup> A resposta não foge muito àquela apresentada por Lustosa, pois, no Piauí de 1868 a 1889, percebemos que se escrevia de uns para os outros e para a aristocracia rural e seus familiares; para os grandes comerciantes, militares, homens de letras e para uma pequena classe média representada por pequenos proprietários e comerciantes, funcionários públicos, professores de primeiras letras; a gente que frequentava o teatro, as igrejas e as festas dançantes noturnas nas casas de família.

Esta composição social é sugerida pelos debates, transcrições, artigos de opinião política encontrados em vários periódicos que circularam, além dos anúncios e das publicações a pedido. Não devia ser um público numeroso, pois havia poucos redatores, também pela pequena tiragem e pelo baixo número de assinantes, muitas vezes mencionados, na imprensa, como principais mantenedores da “empresa”.

Esse era o público, entendido como organismo social ativo da esfera pública e que na imprensa piauiense da segunda metade do século XIX foi estabelecido de forma mais contundente em Teresina. A capital foi o palco dos debates entre o Partido Conservador e o

<sup>59</sup> DISCURSOS. *Oitenta e Nove*, Teresina, ano 2, n.23, p.3, 30 jun. 1874.

<sup>60</sup> Dos 98 jornais que surgiram, no Piauí, entre 1868 e 1889, 35 foram jornais literários.

<sup>61</sup> Sobre o conceito de opinião pública conferir: HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública...* p.487-510.

<sup>62</sup> LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos...* p.26-27.

Partido Liberal, e, no início da década de 1870, presenciou o surgimento da propaganda republicana. Foi a cidade em que aconteceu o maior crescimento do número de jornais, entre 1868 e 1889, no Piauí.

As evidências disso nos sugere que o interesse pela leitura pode ter aumentado ao longo dos anos. Teresina estava se tornando lugar de formação de uma opinião pública que era tecida por todos aqueles que possuíam condições mínimas de inserção social, em especial, os consumidores de um mercado de bens materiais. Destacamos que o consumo dos periódicos acontecia de duas formas: comprando-os ou escutando suas leituras por outrem. Esta, nos leva à uma possibilidade de “leitura” dos analfabetos.<sup>63</sup>

Havia a opção de leituras públicas nas ruas, nas igrejas, nos burburinhos das esquinas, nas próprias tipografias. As próprias notícias, debates e polêmicas dos periódicos poderiam se transformar em conteúdo de conversas acaloradas pela população transeunte, nas portas das casas ou nos vários ambientes de trabalho.

Logo, o analfabetismo, naquela sociedade, não era condição de exclusão total do acesso ao que era publicado. Para o historiador Marco Morel, no século XIX, havia uma convivência dúbia entre a cultura oral e a cultura escrita, fazendo com o que o ato de escutar também fosse uma forma de leitura, ao afirmar que:

[...] Havia cruzamentos e intersecções entre as expressões orais e escritas, entre as culturas letradas e iletradas. A leitura, como nos tempos então recentes do Antigo Regime, não se limitava a uma atitude individual e privada mas ostentava contornos coletivos. Nesse sentido, a circulação do debate político ultrapassava o público estritamente leitor.<sup>64</sup>

O público leitor (letrado ou iletrado), em Teresina, se utilizava da imprensa de variadas formas. Nas publicações a pedido, nas cartas à redação ou nos anúncios podemos encontrar as requisições, opiniões e acontecimentos que faziam parte do universo dos leitores,

---

<sup>63</sup> Estes “leitores” não são percebidos necessariamente como a elite política alfabetizada e ativamente participante da cidadania política na sociedade imperial. Poderiam também serem compostos por homens livres pobres e libertos. No entanto, é válido ressaltar que, no Império, a atuação política parlamentar estava restrita a um pequeno circuito de proprietários. Para Ângela Alonso, “a sociedade imperial distinguia, portanto, qualitativamente seus integrantes. Separava seus cidadãos políticos, oriundos dos estamentos senhoriais dominantes e intermediários, encarnação da ‘opinião pública’, do ‘povo’. Esta última noção designava o conjunto da população de homens livres e libertos. O sistema representativo retirava sua legitimidade da ‘opinião pública’, do conjunto de proprietários. O ‘povo’ não ficava excluído. Sua representação política se fazia através do *pater familia*. É neste sentido, como restrição do exercício pleno das prerrogativas de cidadania ativa ao pequeno circuito dos proprietários, que se pode tomar este universo hierárquico como uma ordem estamental”. Conferir: ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento...* p. 63.

<sup>64</sup> BARROS, Mariana Monteiro de; MOREL, Marco. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 45-46.

pareando-se com o dos redatores. Era uma forma de significação, pelos leitores, das funcionalidades do jornal naquela sociedade, indicando que, para além dos debates político-partidários, a imprensa também poderia servir como vitrine social das questões privadas.

O jornal se tornava um espaço da casa (família) que se unia ao espaço da rua (opinião pública). Logo, sua utilização poderia se referir aos assuntos que, aos olhos do leitor de hoje, parecem ser apenas da alçada familiar, por exemplo, a despedida diante de uma viagem relatada no *A Phalange* de 20 de março de 1889:

Cesar do Rego Monteiro e sua Sra., tendo de seguir amanhã para a cidade de Parnaíba, lugar de sua residência, despedem-se por meio da imprensa da excmas. famílias que os honraram com as suas visitas, visto o mal estado de saúde da segunda dos abaixo assinados não lhes permitir fazê-lo pessoalmente; e prevalecem-se do ensejo para oferecer-lhes o seu insignificante préstimo naquela cidade. Teresina, 16 de março de 1889. Cesar do Rego Monteiro. Eliza Olivia de Rezende Monteiro.<sup>65</sup>

Este pequeno texto foi fabricado para ajudar a manter as boas relações entre o casal Monteiro e a sua rede de amigos na capital. O espaço jornalístico conquistado servia para justificar o não agradecimento pessoal (gesto afetivo mais significativo para eles) a cada um dos amigos que lhes visitaram. A promessa de bom acolhimento dos amigos teresinenses em Parnaíba findava, em bom tom, o texto objetivo e afetuoso.

Há, portanto, uma construção da imagem pública do casal Monteiro, realizada de próprio punho, e o jornal torna-se seu instrumento. As cenas da sua vida visualizadas pelos leitores, por motivos que respeitassem o decoro público, serviam para distingui-los socialmente. Isso era próprio de reis e rainhas no Antigo Regime<sup>66</sup> e, agora, pela técnica de impressão, poderia ser também de membros da sociedade piauiense.<sup>67</sup>

Os periódicos também poderiam servir para expor os gostos literários de seus leitores. Exemplificamos em *A Reforma* publicado em 21 de outubro de 1887, no seguinte pedido de um leitor que assinou com pseudônimo: “Rogo-lhe que transcreva no seu jornal os seguintes versos de Olavo Bilac, um robusto talento que começa a despontar na literatura pátria. É um

<sup>65</sup> DESPEDIDA. *A Phalange*, Teresina, ano 1, n.10, p.3, 20 mar. 1889.

<sup>66</sup> A noção de Antigo Regime, formada no contexto histórico da Revolução Francesa de 1789, refere-se à administração política onde figurava a monarquia absolutista, os Estados-Gerais, as ordens hierárquicas, os privilégios, o feudalismo. Seus valores e costumes representavam o oposto do que a Revolução defendia. Conferir: FURET, François. Antigo Regime. In: FURET, François; OZOUF, Mona. (Org.). *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989, p. 621-632.

<sup>67</sup> BURKE, Peter. *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009, p.164-165.

primor da arte. Grato lhe será. Um apreciador desconhecido”.<sup>68</sup> A poesia intitulada *Flebilis vox* foi prontamente transcrita pelo redator Antonio de Souza Rubim. Era a estreia, na imprensa piauiense, do ilustre poeta parnasiano.

Em *A Reforma*, publicado no dia 18 de maio de 1888, vamos encontrar na última página dedicada exclusivamente aos anúncios comerciais um pequeno texto intitulado *Pedido justo*, no alto da folha. Nele não se vendia um produto, mas fazia-se uma cobrança. Ei-lo: “Severino Lopes de Sousa pede a todos os seus devedores que venham quanto antes saldar seus débitos. Pelo contrário publicará os seus nomes, débitos e datas em que os mesmos foram contraídos, em todos os jornais desta capital”.<sup>69</sup> A ameaça reforça a valorização simbólica e material daquela sociedade sobre os jornais. Ora, se ter o seu nome escrito em todos os jornais como devedor não fosse algo amedrontador, dificilmente Severino não teria usado aquele recurso para fazer a cobrança. A imagem pública, nos periódicos, era pensada e apresentada com muito cuidado.

A boa relação entre os proprietários/redatores e o público leitor era primordial para a sobrevivência dos periódicos. Contudo, isso não se refere a uma busca pelo mercado consumidor amplo do jornal em si. Tratava-se de uma imprensa artesanal que possuía grupo seleto de leitores. Escrevia-se aos partidários, da roda de leituras de poesia, da sociedade abolicionista, da igreja, do colégio. Por isso, em sua maioria, eram pequenos jornais efêmeros de limitada penetração na sociedade.<sup>70</sup>

Com o intuito de trazer maior segurança jurídica para aqueles que ousavam publicar nos prelos da imprensa, os redatores do *A Reforma*, Clodoaldo Freitas<sup>71</sup> e Antônio Rubim, forneciam seus serviços de bacharéis, sem custos, a todos aqueles que fossem chamados à responsabilidade por artigos publicados naquele jornal.<sup>72</sup> O jornalista David Caldas, em 1868, inovou ainda mais no sentido de atrair uma rede de leitores para seu primeiro periódico *O Amigo do Povo*. Estabeleceu o menor preço de assinatura e exemplar do período e distribuiu exemplares, gratuitamente, aos que não tinham condições de comprá-lo e que o fossem buscar em sua tipografia. Provavelmente, longas conversas entre o redator e o seu público aconteciam nas tipografias.

<sup>68</sup> SR. REDATOR DA REFORMA. *A Reforma*, Teresina, ano 1, n.29, p.1, 21 out. 1887.

<sup>69</sup> PEDIDO JUSTO. *A Reforma*, Teresina, ano 2, n.54, p.4, 18 mai. 1888.

<sup>70</sup> BAHIA, Benedito Juarez. *História, jornal e técnica: história da imprensa brasileira*. 5 ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009, p. 112.

<sup>71</sup> Clodoaldo Severo Conrado de Freitas nascido em Oeiras, Estado do Piauí, no ano de 1855, e falecido em Teresina, em 1924. Foi Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Recife, historiador, cronista, jornalista e poeta. Conferir: GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Antologia da Academia Piauiense de Letras*. Teresina: Halley, 2007, p. 140.

<sup>72</sup> ADVOGADOS. *A Reforma*, Teresina, ano 1, n. 3, p.4, 7 abr. 1887.

Todo o esforço que esses redatores/proprietários utilizavam para manter um grupo seleto de leitores e assinantes aproximava esses grupos sociais em uma rede comunicação e sociabilidades, de modo que a redação dos jornais não era algo distante e frio para o seu público. Em *A Floresta* publicado em 8 agosto de 1882 podemos constatar essa questão:

Aproveitamos o ensejo para agradecer aos nossos assinantes o acolhimento que nos tem prestado, e a par dos grandes embaraços que nos cercam, saibam desculpar as faltas que temos cometidos em tão árdua, quanto gloriosa tarefa.

Creemos ter observado o nosso programa no vencido trimestre; portanto quem se julgar prejudicado nos seus direitos de assinante, poderá fazer suas reclamações perante a respectiva redação, que será atendido e pontualmente satisfeito.<sup>73</sup>

Obter uma rede de leitores/assinantes próxima era uma estratégia de sobrevivência material dos jornais. Mas não era a única. Além dos assinantes, era preciso adquirir anunciantes. Os periódicos que conseguiram ser publicados, por no mínimo dois anos, apresentaram razoável quantidade de assinantes e páginas inteiras dedicadas aos anúncios. Eis o caso dos jornais: *A Imprensa* (1865-1889), *O Piauí* (1867-1875), *O Amigo do Povo* (1868-1873), *A Pátria* (1870-1872), *Oitenta e Nove* (1873-1874), *A Opinião Conservadora* (1874-1876), *A Floresta* (1874-1876), *O Semanário* (1875-1885), *A Moderação* (1876-1878), *A Época* (1878-1889), *O Telefone* (1883-1889), *O Cricri* (1883-1885) e *A Mocidade piauiense* (1883-1885).

Esses jornais se destacaram como veículos de divulgação de anúncios de vários tipos como comerciais, fuga de escravos, venda ou aluguel de imóveis, serviços tipográficos e informativos. Com características peculiares, os anúncios marcaram presença nos periódicos piauienses de 1868 a 1889. Em geral, ocupavam a última página, porém, também podiam ser destacados na primeira folha. Apareciam em forma de narrativa direta, no entanto, nos fins da década de 1880, outros desenhos surgiam para a exibição dos produtos. Enfatizamos que, entre o final da década de 1860 e o início dos anos 1870, assim como nos primeiros anos da história da imprensa piauiense, ainda não havia uma publicidade voltada para a concorrência comercial. Os avisos e classificados misturavam-se na seção intitulada “Anúncios”. Podemos ver um exemplo disso no jornal *O Amigo do Povo* de 16 de julho de 1871:

*Rua de Paisandú. Loja francesa de Antônio Ribeiro Soares. Nesta casa vende-se barato os seguintes objetos: seda de bom gosto, lãs a Bismark, cambraia lisa transparente, cambraia de cor e de linho, esguião, calça lisa e de lista.*

<sup>73</sup> A FLORESTA. *A Floresta*, Teresina, ano 1, n.6, p.1, 8 ago. 1882.

*João Elvas*. Compra garrafas vazias, de cerveja, Bordeaux e vinho a 80 reis, meia a 60 reis (grifos do original).<sup>74</sup>

Percebemos que a primeira ocorrência em destaque na citação pode ser classificada como propaganda e a segunda como “aviso”. Nos números de *O Amigo do Povo*, nota-se uma diferenciação no caráter dos produtos anunciados. Cada vez mais são propagandeados artigos relacionados à higiene pessoal e alimentação ou bebidas, vendidos no comércio local.

Há, portanto, uma propaganda dos estabelecimentos de vendas que variavam entre tipografias e as lojas locais. Durante muito tempo, a Loja Econômica, de Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco, buscou aquele jornal para anunciar os mais variados produtos, que iam de roupas, alimentos, bebidas até tintura para cabelos.<sup>75</sup>

O periódico *A Reforma*, em 1887, foi o primeiro jornal piauiense a enfatizar anúncios de caráter estritamente comercial. Dedicava integralmente a última página a propagandas de escolas, farmácias, hotéis e demais casas comerciais de Teresina. Apostava, dessa forma, na publicidade como meio de manutenção da sua vida material. Em 7 de julho de 1887, definiu sua nova atenção aos anúncios, em suas publicações, definindo sua função na imprensa:

Abre, com especial desvanecimento, um lugar separado para o comércio, o grande elemento de prosperidade nacional e escreverá pugnando pelos seus mais vitais interesses, facilitando quanto possível a publicação de anúncios, incontestavelmente o meio mais eficaz para levar ao espírito do consumidor a notícia do objeto de consumo.<sup>76</sup>

Essa caracterização dos anúncios vai ao encontro das novas formas que as propagandas comerciais apresentaram no final da década de 1880. Cada vez menos vão ser publicados anúncios com longos textos que vão ser substituídos por frases de efeito mais atrativas ao consumidor, com letras em caixa alta e negritadas, situando apenas a existência deste ou daquele produto no estabelecimento comercial.

A propaganda do comércio de variedades *Os leões*, publicado no jornal *O Telefone*, exemplifica isso: “Para este estabelecimento acaba de chegar variado sortimento de chitas, [...] bonecas de louça de diferentes tamanhos e outros muitos artigos que se tornaria enfadonho enumerar-se. O anunciante vende muito barato a dinheiro. E quem duvidar experimente”. Em seguida a este anúncio, vamos encontrar propaganda da *Loja Brasileira*: “Sem competidor! É o sortimento que a Loja Brasileira acaba de receber. [...] Não há exagero;

<sup>74</sup> ANÚNCIOS. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 4, n. 61, p.8, 16 jul.1871.

<sup>75</sup> Como podemos ver na seguinte propaganda: “Para os velhos que desejam ficarem moços. Comeoscome, tintura para os cabelos; melhor que até o presente se tem descoberto! Vende-se na Loja Econômica”. Conferir: ANÚNCIOS. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 4, n.71, p. 8, 16 dez. 1871.

<sup>76</sup> A REFORMA. *A Reforma*, Teresina, ano 1, n.15, p.2, 7 jul. 1887.

Desafia-se a quem quer que seja a apresentar atualmente em Teresina tão esplêndido sortimento!”<sup>77</sup>

As fontes de rendas para a manutenção dos periódicos não provinham apenas dos anúncios. Artefatos de comunicação impressa, como tipos, vinhetas e emblemas para utilização privada em jornais ou panfletos também eram comercializados nas tipografias. Os prelos ficavam abertos para o uso não somente dos redatores, mas de todos aqueles que quisessem contratá-los. Algumas tipografias, como a do jornal *A Imprensa*, importavam de Lisboa os estilos de tipos, vinhetas e emblemas que possuíam e faziam propagandas, anunciando a qualidade de impressão do seu prelo, para quem quisesse com ele anunciar, como mostra anúncio no jornal *O Amigo do Povo*:

Anúncio: Nesta tipografia que presentemente funciona com dois prelos, e que acaba de receber de Lisboa, um bom sortimento de tipos, vinhetas, emblemas, há quem se encarregue de quaisquer publicações, que serão feitas com asseio e por preço cômodo.<sup>78</sup>

No início da década de 1870, na tipografia do jornalista David Caldas, também eram vendidas produções intelectuais brasileiras que circulavam naquela época. Havia incentivo para que os leitores assinassem essas obras, pois era outra forma de assumir uma maior renda através da tipografia. Assim, eles eram apresentados na coluna de anúncios:

Nesta tipografia recebe-se assinaturas para as seguintes obras: *Discursos científicos, literários e políticos e diversos escritos*, pelo Dr. Aprígio J. da Silva Guimarães, lente da faculdade de direito do Recife. Um vol. de 400 a 500 pgs. Preço de cada exemplar.....10\$000.  
*Poesias* do Dr. A. Rangel de Torres Bandeira, 1 vol. de 200 a 300 pgs. Preço de cada exemplar.....5\$000.  
*Dicionário histórico e geográfico da Província do Maranhão* pelo Dr. César Augusto Marques. Preço por cada volume.....5\$000.  
*A escravidão no Brasil*, por Presalino L. de Lery Santos, 2ª edição. Preço de cada exemplar.....2\$000.<sup>79</sup>

Todavia, talvez a maior fonte de renda dos periódicos provinha das assinaturas, pois nas cobranças realizadas aos que não pagavam em dia suas assinaturas os assinantes eram caracterizados como viabilizadores da publicação das folhas. Aliás, as cobranças em alguns jornais como *O Amigo do Povo* eram frequentes. Eis uma delas colocada à primeira página com letras em negrito, intitulada *Aos nossos assinantes*:

<sup>77</sup> ANÚNCIOS. *O Telefone*, Teresina, ano 5, n. 219, p.3-4, 5 jul.1887.

<sup>78</sup> ANÚNCIO. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 1, n. 15, p.1, 27 fev. 1869.

<sup>79</sup> ANÚNCIOS. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 3, n.44, p. 8, 26 out. 1870.

Lutamos presentemente com algumas dificuldades materiais para podermos prosseguir em nossa empresa com mais desafogo. Carecemos de suprir-nos de papel de impressão, e além disso fizemos novo e mais oneroso contrato com o nosso tipógrafo: entretanto não desejamos fazer alteração no preço da assinatura do nosso periódico [...].

A vista disso, rogamos aos Srs. que ainda se acham em débito com esta empresa que se dignem de nos mandarem satisfazer o mais breve possível, Aos nossos comprovancianos que estão no caso de serem assinantes pedimos o seu valioso concurso.<sup>80</sup>

Cobranças como essa são encontradas em todos os jornais que apresentaram, no mínimo, dois anos de publicação entre 1868 e 1889. Isso indica que não havia uma regularidade no pagamento das assinaturas, por isso, as várias regulamentações para que a prestação de conta fosse efetuada antecipadamente. De acordo com Ana Luiza Martins, “as assinaturas sustentavam parte das publicações, mas o aporte de capitais era fundamental para a manutenção do impresso, alimentando uma imprensa política desde então comprometida com seus financiadores”.<sup>81</sup>

Não por acaso, os jornais *A Imprensa* e *A Época*, porta vozes dos partidos Liberal e Conservador, respectivamente, apresentaram maior tempo de publicação na segunda metade do século XIX. Os sujeitos que se habilitavam a trabalhar com o meio jornalístico, esbarravam na dificuldade de manutenção financeira de seu ofício, sendo necessário comercializar produtos que iam além dos serviços essenciais de um jornal, como também a cobrança de fidelidade dos assinantes dos periódicos. Dessa forma, também é possível encontrar cobranças no jornal *O Piauí*, destacando-se a urgência do pagamento das assinaturas para a sobrevivência do jornal:

Aos nossos assinantes que ainda não pagaram as suas assinaturas rogamos o obséquio mandar satisfazê-las a máxima brevidade possível; ficando cientes, aqueles que o não fizeram, que de julho em diante deixaram de receber este periódico. Alguns há que ainda não pagaram a primeira, nem a segunda assinatura, outros que não pagaram a primeira; e as dificuldades que esta irregularidade nos trás diariamente ameaçam torna-se em breve insuperáveis.<sup>82</sup>

O fato de muitos leitores não pagarem assinaturas revela indícios de ser o jornalismo piauiense pouco lucrativo na segunda metade do século XIX, situação que não se restringia somente a esse período e lugar. O meio de trabalho relacionado à imprensa não era muito rentável para os publicistas e tipógrafos da época.

<sup>80</sup> AOS NOSSOS assinantes. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 3, n.59, p. 8, 16 jun. 1871.

<sup>81</sup> MARTINS, Ana Luiza. *Imprensa em tempos de Império*. In: DE LUCCA, Tania Regina; MARTINS, Ana Luiza. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 57.

<sup>82</sup> COBRANÇA. *O Piauí*, Teresina, ano 2, n.69, p.2, 24 mar. 1869.

Os profissionais da tipografia, por exemplo, ganhavam anualmente o equivalente ao que pedreiros ou roceiros de baixa produção recebiam, ou seja, algo em torno de sessenta mil-réis por ano.<sup>83</sup> Diante dessa situação, no ano de 1871 os tipógrafos teresinenses tentaram criar uma associação de socorro mútuo, a Associação Tipográfica Beneficente Protetora dos Artistas, à maneira das que já existiam em quase todas as províncias do Império. O propósito era apoiar e ajudar materialmente os artistas tipógrafos que passassem por necessidades.

O projeto não avançou, após a elaboração de seus estatutos, por falta de recursos da associação para pagar uma carta de autorização e de aprovação dos estatutos junto ao governo provincial, o que ressaltaria o baixo poder aquisitivo desses profissionais.<sup>84</sup> A imprensa industrial ainda não chegara ao Piauí. A publicação não era um grande negócio, não exigia grandes investimentos financeiros e não necessitava de grande circulação para garantir lucro ao investidor. Um novo ritmo de produção vai ser produzido somente a partir do avanço tecnológico.

Assim, sobreviver apenas da imprensa não era um meio que os jornalistas e tipógrafos adotavam, pois sabiam das dificuldades dessa escolha. Muitos redatores atuavam em diversas atividades profissionais, como magistério, sacerdócio, advocacia ou política parlamentar para complementar a renda.

Essas múltiplas atuações dos homens de imprensa na sociedade fazem parte do jornalismo brasileiro em todo o século XIX. Dificilmente um homem da imprensa era devotado especificamente a essa função, pois muitos deles poderiam também dedicar-se à carreira parlamentar, ao direito, magistério e/ou à literatura.<sup>85</sup> Aproveitamos o ensejo dessa narrativa para tecer uma breve análise sobre alguns redatores piauienses que atuaram nas últimas décadas do Império.

Os profissionais do ofício de escrever mais atuantes entre 1868 e 1889, no Piauí, exerciam atividades variadas no meio social em que viviam. Alguns chegaram a ser deputados provinciais, como Deolindo Moura<sup>86</sup> e David Caldas. Foram, ainda, empregados de órgãos do governo por tempo provisório. Muitos eram bacharéis em Direito formados em Recife, como

<sup>83</sup> ESTATURAS. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 3, n.47, p.7, 2 dez. 1870.

<sup>84</sup> SOCIEDADE. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 4, n.78, p.6, 15 abril. 1870.

<sup>85</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil...* p.184.

<sup>86</sup> Deolindo Mendes da Silva Moura nasceu em 5 de fevereiro de 1835 na cidade de Oeiras. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Olinda em 1857. Já em Teresina logo após a conclusão do curso fundou o jornal como *O Propagador* em 1860 e também foi redator do *Liga e Progresso* e *A Imprensa* na década de 1860 e início da década de 1870. Foi deputado provincial por vários anos e morreu em 1872. Conferir: PINHEIRO FILHO, Celso Pinheiro. *História da imprensa no Piauí...* p. 17-25 e CASTELO BRANCO, Miguel de Sousa Borges Leal. *Apontamentos biográficos de alguns piauienses ilustres*. Teresina: Tipografia da Imprensa, 1879, p. 77-80.

os fundadores do jornal *A Imprensa*, José Manuel de Freitas<sup>87</sup> e Deolindo Mendes da Silva Moura e também do fundador do jornal *O Piauí*, Antônio Coelho Rodrigues. Agésilau Pereira da Silva,<sup>88</sup> Simplício Coelho de Rezende,<sup>89</sup> Higino Cunha,<sup>90</sup> Clodoaldo Freitas também eram bacharéis em Direito.

Muitos deles se formaram na década de 1860, época de valorização da formação superior entre os piauienses com condições financeiras para ir ao Recife diplomar-se. Muitos foram os bacharéis piauienses formados na escola superior pernambucana e que retornaram à terra natal, gozando de distinção social e valorização para a conquista de cargos públicos. A formação educacional começava a ganhar importância no imaginário social, no século XIX.<sup>91</sup>

O jornalista David Caldas também tentou o ingresso no meio bacharelesco, obtendo apoio da Assembleia Provincial. Por meio de uma licença da docência em que era empregado, o referido publicista, com o recebimento dos seus salários como professor no Liceu

---

<sup>87</sup> José Manuel de Freitas nasceu a 14 de março de 1832. Formou-se bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais a 29 de novembro de 1858. Foi advogado, juiz de Direito, delegado e desembargador. Fundou vários jornais ligados ao Partido Liberal como *A Ordem*, *Liga e Progresso* e *A Imprensa*, foi presidente do Partido Liberal no Piauí por vários anos e também foi vice-presidente da Província do Piauí. Morreu a 10 de novembro de 1888. Conferir: FREITAS, Clodoaldo. *Vultos piauienses: apontamentos biográficos*, 2 ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998, p. 15-53.

<sup>88</sup> Agésilau Pereira da Silva nasceu em Valença e faleceu em Castelo do Piauí. Filho do Capitão-mor Raymundo Pereira da Silva e Aurora Pulquéria do Monte Serrate Castelo Branco. Formou-se em Direito na Academia do Recife. Atuou como professor de filosofia, retórica e poética, no Liceu Piauiense. Na política, destacou-se pelo partido Conservador como deputado provincial nas legislaturas de 1870 e 1882 e como deputado geral em 1883. Foi presidente da Província do Amazonas entre 1877 e 1878. Também exerceu a função de jornalista nos jornais conservadores *O Piauí*, *A Pátria* e *A Época*. Conferir: RÊGO, Ana Regina. *Imprensa piauiense: atuação política no século XIX*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.

<sup>89</sup> Simplício Coelho Rezende nasceu em, em 1841, no município de Piripiri e faleceu em Manaus no ano de 1915. Foi Bacharel em Direito pela Faculdade do Recife, em cuja entidade lecionou Filosofia. Professor e diretor da Faculdade de Direito de Manaus. Promotor Público em Campo Maior, Piracuruca e Parnaíba. Juiz Municipal em Barras. Deputado provincial e geral pelo seu estado natal. Foi redator de vários jornais, em Teresina, como *A Época*, *A Phalange* e *O Democrata*. Conferir: GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Antologia da Academia Piauiense de Letras*. Teresina: Halley, 2007, p. 463.

<sup>90</sup> Higino Cícero da Cunha nasceu em Timon (MA) no ano de 1858, e faleceu em Teresina, em 1943. Foi professor, jurista, magistrado e escritor. Bacharel em Direito pela Faculdade de Recife (1885). Ensinou humanidades no Liceu Piauiense e na Escola Normal Oficial. Foi juiz municipal de Amarante, Picos, Pedro II, União e Teresina. Procurador seccional junto ao Juizado Federal. Procurador dos Feitos da Fazenda Estadual. Jornalista. Colaborou com quase todos os jornais da época. Dirigiu o *Diário do Piauí*. Redigiu: *A Imprensa*, *O Reator*, 1884; *A Atualidade*, 1889; *A Democracia*, 1890, entre outros. Conferir: GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Antologia da Academia Piauiense de Letras...* p. 239.

<sup>91</sup> QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *Os literatos e a República*: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. 3 ed. Teresina: EDUFPI, 2011, p.65.

Piauiense,<sup>92</sup> foi a Pernambuco para alcançar a formatura em Direito. Contudo, o plano malogrou já no seu início, pelos motivos que ele mesmo apontou:

[...] De Pernambuco voltei para esta província, tendo lá estado apenas 5 meses e meio; não só porque a Província não me podia pagar os ordenados, por causa da crise financeira de 1860; como porque, nesse mesmo ano, tive a infelicidade de perder meu estimável pai, falecido em 25 de junho.<sup>93</sup>

A alternativa escolhida por esses homens de imprensa para viver era a aliança entre o mundo das letras e suas demais profissões. O fato é que havia sedução pelo uso da imprensa como forma de expressão poética e/ou política, muitas vezes, utilizando o gozo público para ofender inimigos e exaltar amigos que haviam falecido. A exposição livre de ideias, na imprensa periódica piauiense e nas demais províncias brasileiras, exercia um fascínio em seus produtores que, muitas vezes, eram ridicularizados por esse fazer paradoxalmente marcado pela liberdade e pela prisão perigosa das críticas sociais impostas aos mesmos. Os debates políticos encontrados nos jornais piauienses revelam o lado belicoso que feria os afetos daqueles que ousaram tocá-los.

A imprensa era significada como lugar de exposição política e de luta, no combate de ideias que eram encarnadas nas práticas políticas de cada partido que disputava cargos e poderes no palco político da província do Piauí. Muitos jornais que surgiram entre as décadas de 1860 e 1880 apresentaram relações intrínsecas em seus nascedouros com os embates políticos desses anos.

Em muitos casos, esses conflitos entre políticos provinciais rivais foram a força motriz para a criação de novas folhas, contudo, as movimentações na trama política brasileira também influenciaram nesse processo. Nesse sentido, os jornalistas entravam na imprensa engajados politicamente e envolvidos por uma atitude belicosa em suas escritas. Para Clodoaldo Freitas, “nesse tempo a imprensa era uma terrível arma de combate e o direito, uma divindade a que todos rendiam culto”.<sup>94</sup>

---

<sup>92</sup> “Dedicando-se ao ensino particular de humanidade, e posta em concurso a cadeira de Geografia do Liceu de Teresina [Piauiense], David Caldas a conquista com independência e mérito próprio, e a exerceu por algum tempo com proficiência e zelo”. Conferir: COSTA, F.A. Pereira da. *Cronologia histórica do Estado do Piauí...* p. 424.

<sup>93</sup> CALDAS, David Moreira. Ao público. *A Imprensa*, Teresina, ano 4, n. 172, p.2, 7 nov.1869.

<sup>94</sup> FREITAS, Clodoaldo. *Vultos piauienses: apontamentos biográficos*. 3 ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras/EDUFPI, 2012, p. 62. A primeira edição foi publicada em 1903. Conferir: FREITAS, Clodoaldo. *Vultos piauienses: apontamentos biográficos*. Teresina: Tipografia d’O Estado, 1903. A segunda edição foi publicada em: FREITAS, Clodoaldo. *Vultos piauienses: apontamentos biográficos*. 2 ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

Diante do surgimento do jornal *A Imprensa*, percebemos esse caráter de força oposicionista na escrita. Nos primeiros anos de publicação, a defesa dos ideais propostos pelo Partido Liberal foi veementemente apresentada para afrontar o Partido Conservador e sua prática jornalística. As atuações dos jornalistas elevavam até mesmo suas posições dentro do Partido Liberal como foi o caso de Deolindo Moura. Clodoaldo Freitas o descreve da seguinte forma:

A sua atitude na redação da *Imprensa* o colocou, em pouco tempo, na direção do partido, de que se tornou um dos mais festejados chefes. Era o braço desse grande partido de que o Dr. José Manuel de Freitas era a cabeça. Na campanha oposicionista de 1868 a 1871, tão brilhante e tão memorável, o Dr. Deolindo salientou-se pela sua infatigável atividade, pelo seu denodo e pela elevação de sua prédica democrática. Tendo por companheiros na *Imprensa* seu irmão Dr. Constantino Moura, David Caldas, Dr. Manuel Ildefonso de Sousa Lima, Dr. Jesuíno José de Freitas, Miguel Borges, Dr. Augusto Colin da Silva Rios e outros, o Dr. Deolindo deu combate ao governo em todos os terrenos.<sup>95</sup>

Destacamos que as alianças partidárias eram confirmadas com a inserção jornalística, como aconteceu com David Caldas que se aliou aos liberais. No periódico *A Imprensa*, em 1867, isso fica evidente. Esse fato se deu em virtude das disputas políticas entre o Dr. Antônio Coelho Rodrigues e João Lustosa da Cunha, pois, em 3 de maio de 1868, surgiu o jornal conservador *O Piauí*:

Quando, em maio do ano passado [1868], o Sr. Coelho criou o jornal *Piauí* tive de combatê-lo na *Imprensa* – datando daí o meu aparecimento nas lides do jornalismo político: comecei por artigos de colaboração até que cheguei a ser redator, e mesmo principal redator (de 4 de julho a 5 de setembro deste ano) – graças à benevolência dos distintos chefes de meu partido: ultimamente, em consequência de resolução do Partido Liberal, continuo na redação deste jornal tendo por companheiro meu ilustre amigo o Sr. Dr. Deolindo Mendes da Silva Moura, denodado veterano nas lidas da imprensa liberal desta província.<sup>96</sup>

O jornalismo político recebia David Caldas como sujeito ativo nos conflitos partidários provinciais. Ele era um dos principais rebatedores dos artigos ofensivos de *O Piauí* e, junto com Deolindo Moura, foi, por anos, a voz jornalística do Partido Liberal na província. A função de redator foi ofertada a David Caldas com a saída do Dr. José Manuel de Freitas da redação que, de acordo com Clodoaldo Freitas, “[...] deixava a David Caldas, sobretudo, brigar, ou melhor, gracejar com *O Piauí*, e se limitava a discutir seriamente, em tom grave,

<sup>95</sup> FREITAS, Clodoaldo. *Vultos piauienses...* p.61.

<sup>96</sup> CALDAS, David Moreira. Ao público. *A Imprensa*, Teresina, ano 4, n. 172, p.2, 7 nov.1869.

que era peculiar ao seu comportamento as questões que surgiam”.<sup>97</sup> Brigar e gracejar eram algumas das inúmeras posturas assumidas diante de escritos que tinham por essência responder ou acusar o jornal opositor.

Esses são alguns exemplos de jornalistas do Partido Liberal que escreveram para a imprensa partidária. Na ala conservadora acontecia o mesmo fenômeno e não raras foram as disputas travadas na imprensa piauiense entre conservadores e liberais. O jornal *O Piauí*, durante anos, sob a redação de Antônio Coelho Rodrigues e Agesilau Pereira da Silva, criticou a atuação dos presidentes liberais no final da década de 1860 e defendeu os conservadores no início da década de 1870. Esse jornal foi substituído por outro intitulado *A Opinião Conservadora*, em 1874.

Entre o final da década de 1860 e o início do decênio de 1880, a movimentação partidária e a criação de periódicos foram intensas no Brasil. De fato, como salienta José Murilo de Carvalho, “[...] a década de 1860 foi a mais rica do Império no que se refere à produção de textos políticos, fossem conservadores, reformistas ou radicais”.<sup>98</sup>

Um fator importante para isso foi a recomposição de forças e programas políticos que se operou no Brasil em 1868 com a queda do ministério liberal chefiado pelo Conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos e a ascensão do gabinete conservador chefiado pelo Visconde de Itaboraí.<sup>99</sup> Com essa deposição, os políticos se dividiram de forma mais clara entre liberais e conservadores que ainda sustentavam a monarquia como forma ideal de governo; e os mais opostos ao sistema político, desejosos por reformas, que mais tarde se traduziria na implantação da República no Brasil.

### 1.3 Le monde marche

Neste espaço de discussão, dedicaremos especial atenção às questões que tocam ao ideário modernizador na imprensa piauiense. Para organizar as informações, dispusemos as reflexões em subtópicos para focalizar alguns aspectos históricos caros a esta temática de estudo.

<sup>97</sup> FREITAS, Clodoaldo. *Vultos piauienses...* p.37.

<sup>98</sup> CARVALHO, José Murilo de. Radicalismo e republicanismo. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (Orgs.). *Repensando o Brasil do oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.31.

<sup>99</sup> HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira: II*. 4 ed. São Paulo: Difel, 1985, v.5. p.7.

### 1.3.1 O século XIX, das luzes e do progresso

A partir do final da década de 1860, as notícias estrangeiras apareceram com intensa frequência nos jornais piauienses. Talvez o interesse estivesse relacionado ao crescente comércio internacional, à expansão da revolução industrial para além da Inglaterra e à assombrosa imigração europeia para o Brasil nas décadas de 1870 e 1880, em suma, o aumento da economia capitalista mundial.<sup>100</sup> Mas também assinalamos a possibilidade do caráter sedutor desta nova economia mundial: a revolução tecnológica.

Saltavam aos olhos aquelas invenções oitocentistas: telefone, telégrafo sem fio, fonógrafo, fotografia, ferrovia, aplicação da eletricidade nas indústrias, nas ruas e casas, entre outras tantas que pareciam reificar aquele tempo em que viviam como o “século das invenções”. O conteúdo das notícias focava na relação entre esses inventos e os avanços econômicos e, atrelado a isso, havia também informações sobre os processos políticos ocorridos na França, Inglaterra, Estados Unidos, o que não impedia que vez ou outra surgissem notícias sobre outras nações. O fato é que o mundo estava unificado na segunda metade do século XIX; o sistema de transportes e de comunicações interligava os mais distantes continentes.

E como todas essas notícias estrangeiras chegavam aos prelos das tipografias no Piauí? Por meio da intensa circulação dos periódicos, revistas e livros nas redações. Havia uma rede de conexões entre os redatores de todo o território nacional e internacional. Os envios de números de jornais, os anúncios de novos impressos que surgiam na própria província e nas outras, as transcrições de artigos e notícias eram comuns na composição dos conteúdos publicados.

As notícias da Corte, por exemplo, eram veiculadas pela maioria dos periódicos piauienses que circularam entre 1868 e 1889. Ressaltamos que, de acordo com Johny Santana de Araújo:

[...] Com relação aos periódicos do século XIX, não havia um centro, uma base irradiadora de notícias e matérias a serem copiadas. Em princípio, podemos observar que no século XIX nem mesmo havia um centro do qual irradiaria um certo ‘saber’, notadamente o Rio de Janeiro que se constituía grande referencial, mas não o único. As províncias mantinham intensas trocas que não tinham só a direção da Corte/Capital para o Norte e o resto do país. Era muito comum que as matérias fossem retiradas dos jornais, mesmo

<sup>100</sup> Sobre as transformações do mundo capitalista nesse período conferir: HOBBSAWM, Eric. *A era dos impérios, 1875-1914*. 13 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

dos estrangeiros: notícias, folhetins, contos, ensaios e cartas circulavam em inúmeros jornais, numa ‘rede’.<sup>101</sup>

A rede de trocas na qual a imprensa piauiense estava envolvida, e que trazia as novidades do mundo capitalista exterior, estava longe de ser um ato permeado por diletantismo. Havia nessa prática a configuração de uma forma de leitura e ação sobre o mundo que lhe envolvia. Portanto, havia o uso político das informações que eram veiculadas e que deveriam proporcionar um rigor analítico sobre as figurações em que foram colocadas.<sup>102</sup>

Tomemos como primeiro exemplo deste “uso” a notícia *República Argentina*, publicada no dia 8 de junho de 1870, no jornal *O Amigo do Povo*:

Durante o ano de 1869 recebeu aquele belo país mais de 40000 imigrantes!  
Por que será que os estrangeiros não querem saber do Brasil?  
Pois este *feliz império* tem o melhor dos monarcas; e o seu Salomão não é visitado nem sequer pelas rainhas de Sabá?  
A república Argentina tem prosperado tanto nestes últimos anos que já conta 4 caminhos de ferro; dos quais o do Rosário à Cordova tem 320 quilômetros de extensão, ou o duplo da estrada de *Pedro II*, a maior que existe no Brasil. Este desgraçado império é um grande cágado de lã muito fina: a sua macia pele é devido ao *fatal esquecimento* de Pedro I, no dia 7 de abril de 1831. Foi-se, mas deixou-nos os seus fedelhos sobre as costas, e é por isso que não podemos andar como tanto convém a um povo livre (grifos do original).<sup>103</sup>

Notamos uma forma típica de se noticiar na imprensa artesanal. A veemência da linguagem, o teor mais doutrinário e propagandístico que factual e descritivo revelam um interesse pedagógico sobre os leitores. A escrita de David Caldas vai além da descrição de alguns fatos sobre a república argentina, disso decorre que a própria fonte informativa dos dados numéricos apresentados não é citada (se é que ela existe).

De fato, nos é apresentado um diagnóstico sobre o Brasil. O que importa é a ação de questionamento e o combate ao *status quo* imperial que, para o redator, está aquém da prosperidade socioeconômica argentina. Ironia, comparação, insultos à família real são recursos retóricos utilizados para convencer o público leitor de que a Monarquia não corresponde mais aos anseios desenvolvimentistas do Brasil.

Eis que é chegada a hora de estabelecer um fim a essa história, ou seja, parar de “carregar os fedelhos reais sobre as costas”. Outro exemplo de utilização de informações do exterior, para comparar com a realidade provincial, encontra-se no trecho do artigo assinado

<sup>101</sup> ARAÚJO, Johny Santana de. *Bravos do Piauí! Orgulhai-vos*: a propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a guerra do Paraguai: 1865-1866. Teresina: EDUFPI, 2011, p. 75-76.

<sup>102</sup> O conceito de figuração, aqui citado, encontra-se em: ELIAS, Norbert. *Escritos & ensaios*; 1: Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 26.

<sup>103</sup> REPÚBLICA ARGENTINA. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 2, n. 36, p.4, 8 jun. 1870.

com o pseudônimo Iguarassú, intitulado *Melhoramentos da província*, publicado na primeira página do jornal *A Pátria*:

[...] Disse *Iguarassú* que o espírito e a vontade podem muito... Mas um átomo não pode dizer: *Fiat lux – Et lux facta est*.

Nutrimos os mais ardentes desejos, que o Piauí, alvo de nossas mais risonhas esperanças, prospere e floresça muito, mas isto não quer dizer que marche a vapor em todos os sentidos, contudo reconhecemos que através dos obstáculos que se nos opõe, existe uma causa superior, que muito há concorrido para nosso atraso é o de ser número exíguo os que procuram vencê-los!

Porque o naufrago não vê a praia da salvação deverá sucumbir inerte?

Só a América do norte está reservado o segredo da multiplicação e do movimento rápido em sua marcha...

Com os três milhões de indivíduos com que firmou sua independência, pôde ao cabo de oitenta anos, contar trinta e um milhões de habitantes e hoje mais de quarenta! E o império que começou com igual número talvez, já aos cinquenta anos de existência conta apenas dez milhões. Onde está, pois a desproporção, está sem dúvida na falta de quem se anime afixar cartazes semelhantes: *Riqueza certa pelo trabalho honrado*, que Charles Nathan de Nova Orleans, nos Estados Unidos da América, oferece aos fazendeiros, lavradores e artífices portugueses que queiram transporta-se à América Inglesa (grifos do original).<sup>104</sup>

A espinha dorsal do artigo *Melhoramentos da província* era a queixa de que, no Piauí, não havia investimento na agricultura devido ao monopólio da criação de gado nas atividades econômicas. Isto foi notado como empecilho para a melhoria nas condições de vida da população. Para romper com esta situação, era necessário um movimento coletivo que poderia até começar pela iniciativa pessoal de um “Charles Nathan”, na província. Novamente foi feito diagnóstico negativo da realidade brasileira em comparação ao país estrangeiro, os Estados Unidos da América (EUA). Todavia, destacamos que havia também um desejo de mudança, não do sistema de governo, mas da economia.

Esses fatos exemplificam o uso político das interpretações que os redatores possuíam das vigentes nações capitalistas desenvolvidas. Os países estrangeiros transformaram-se em modelos políticos, econômicos, sociais e culturais. Neles havia prosperidade econômica decorrente do crescimento industrial, que era comprovada pela atração que exerciam sobre milhares de imigrantes que buscavam, em suas plagas, melhores condições de vida.

Por isso, havia a ideia recorrente, entre os publicistas piauienses, de que ali (principalmente EUA e Europa) o mundo marchava rapidamente. É sintomático o uso frequente da expressão francesa “*le monde marche*”, entre os redatores, quando analisavam o presente no qual estavam inseridos e o futuro no qual vislumbravam viver. O livro “Le

<sup>104</sup> MELHORAMENTOS DA PROVÍNCIA. *A Pátria*, Teresina, ano 2, n. 92, p.1, 17 fev. 1872.

monde marche, lettres à Lamartine” do escritor Eugène Pelletan, que foi bastante lido e citado pelos jornalistas da época, pode ter contribuído à construção dessa visão de mundo.

O mundo marchava rumo ao progresso. Meta tão desejada e celebrada na imprensa piauiense. Havia, portanto, um destino certo e seguro a percorrer. E, em que consistia o progresso? David Caldas nos responde no seu jornal *O Amigo do povo*, publicado em 14 de outubro de 1869: “Viva o progresso! Progresso sinônimo de crescente civilização”.<sup>105</sup>

Os países que desfrutavam do desenvolvimento industrial eram partícipes de um crescente processo civilizatório. Para os homens de imprensa, havia um vislumbre veemente sobre países como França, Inglaterra e Estados Unidos. E o fato do seu país, província e cidade não se encontrarem naquele patamar civilizatório lhes causava preocupação, do mesmo modo que lhes impulsionava a irem às suas respectivas tipografias para imprimir periódicos que se tornassem meios de veiculação e produção da civilização em que tanto se espelhavam.

Nesse prospecto, a palavra impressa notadamente não era apenas um registro do que acontecia, mas também ingrediente do acontecimento. Foi, portanto, uma força ativa na história brasileira nas últimas décadas da monarquia. Os conteúdos daqueles jornais, desde os artigos editoriais logo abaixo do cabeçalho na primeira página até os últimos anúncios, podem ser lidos como um laboratório, em que são realizados diagnósticos e prognósticos sobre as condições de vida no Brasil, no Piauí e em Teresina. Não havia um único padrão de interpretação, questionamento e proposição sobre a realidade que os cercava.

Por outro lado, podemos afirmar que possuíam uma verdadeira pluralidade de temas que eram apresentados, medidos, questionados e, muitas vezes, solucionados naquela imprensa. Na condição de “excluídos” do progresso civilizatório encontrado nas nações capitalistas, os publicistas piauienses refletiram sobre o tempo em que viviam, questionaram as certezas até então inquestionáveis, ficaram maravilhados com as inovações tecnológicas e, por isso, elaboraram fórmulas para se tornarem parte daquele novo mundo que marchava rapidamente. Todas essas ações partiam de uma consciente identificação com o tempo em que viviam.

Através de notícias, artigos, poesias, anúncios e outras formas escritas, os jornalistas registraram seus modos de pensar sobre sua contemporaneidade. Demarcavam, dessa forma, seus horizontes de expectativas sobre o futuro. Através de um exercício reflexivo sobre os acontecimentos históricos que tocavam suas experiências materiais de vida, eles contribuíram

---

<sup>105</sup> UNIÃO. *O Amigo do povo*, Teresina, ano 2, n.27, p.2, 14 out. 1869.

para a elaboração de uma semântica dos tempos históricos que fundamentava os seus valores políticos.

Por isso interpretamos os modos de pensar dos publicistas sobre o tempo em que viviam não como a realidade, em si, mas como o horizonte de expectativa sobre o seu mundo vivido. Como uma re(ação) sobre o contexto social em que estavam inseridos. Um exemplo disso encontramos na notícia intitulada “Nova sociedade”, no jornal *A Imprensa*, publicado em 15 de novembro de 1878:

“Le monde marche” é uma frase assaz feliz, já bastante vezes repetida, da qual novos fatos vem comprovar a veracidade. O mundo caminha, isto é, o mundo moral, esse irradiar de luzes que é a civilização dos povos, esse conjunto de melhoramentos materiais e morais que se chama progresso. As associações são incontestavelmente os mais fortes auxiliares da civilização, poderosas alavancas do progresso onde se combinam as forças de muitos indivíduos atuando sobre um único ponto, ou visando uma só ideia. [...] O século XIX, verdadeiro século das luzes, tem perfeitamente avaliado a força poderosa desse auxiliar, daí a aluvião de sociedades de todos os gêneros e para todos os fins imagináveis, que a cada passo brotam sob nossos pés.<sup>106</sup>

Os homens de imprensa contemplavam de forma extática o nascimento de uma “nova sociedade”. Eis, diante deles, a imagem de um novo tempo, um novo mundo que marcha sob as luzes do progresso e da civilização. Na notícia em questão, há uma antítese implícita que reforça a apresentação do momento de ruptura temporal entre o passado e o presente. Nesse sentido, essa narrativa propõe uma teleologia progressista na qual as luzes contemporâneas venceram as trevas de antigamente, e a civilização da qual é possível o gozo superou a barbárie passada.

O mundo marcha através das práticas sociais adotadas e o redator escolhe elencar aquela que para ele serve como comprovação de que este “Le monde marche” é real: são as associações civis. Elas podem ser formadas pelos mais variados motivos e projetarem-se sobre as inúmeras realidades em que estão inseridas, ou seja, o importante é que cumpram o seu papel descrito de maneira “empolada”, para sensibilizar o seu leitor.<sup>107</sup>

O século XIX foi apresentado na e pela imprensa piauiense a partir do modelo que lhes ofereciam as nações capitalistas europeias e, gradativamente, os Estados Unidos da

<sup>106</sup> NOVA SOCIEDADE. *A Imprensa*, Teresina, ano 14, n. 567, p.3, 15 nov. 1878.

<sup>107</sup> Noção utilizada por Alexis de Tocqueville para descrever a forma como os escritores e oradores dos Estados Unidos elaboravam seus discursos na primeira metade do século XIX. Conferir: TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América: sentimentos e opiniões: de uma profusão de sentimentos e opiniões que o estado social democrático fez nascer entre os americanos*. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p.83-91.

América, que também vai se tornando objeto de interesse dos publicistas. Nos discursos jornalísticos, notamos que a referência a esses países se dava na busca por suportes para a realidade – nas suas múltiplas questões – em que estavam inseridos.

Os regimes políticos, a legislação, a maneira de viver a religião ou a laicidade, a arte, a moda, o ofício da imprensa, as sociabilidades, entre outros inúmeros elementos, perpassavam pelo filtro do estrangeiro como ideal de civilização. Isso não quer dizer que havia nessa prática a expressão de um certo complexo de inferioridade dos jornalistas piauienses em relação às sociedades ditas civilizadas. Ao contrário, o otimismo em relação ao tempo em que viviam demonstra uma sensação de coparticipação nessa época de transformações, mesmo se haviam realidades ideais ainda não percebidas em seu país ou em sua província. Formava-se um tema digno de questionamentos e debates, mas que encontravam no triunfo capitalista as soluções seguras. Conhecer os exemplos externos bem sucedidos provocava a certeza de que, por meio do esforço individual e coletivo, do planejamento e da ação racional, era possível corresponder aos benefícios e progressos encontrados no século XIX.

A autoimagem dos contemporâneos em relação a sua própria época era de certezas, progressos, iluminações, supremacia do homem sobre a natureza, grandeza. Por isso, a repetição incansável do “le monde marche” em seus escritos, celebrando a certeza de que era possível marchar sob as luzes do progresso, da civilização. O poema de D. Monteiro, publicado em 11 de outubro de 1887 em *A Reforma*, intitulado *O século dezenove*, demonstra o otimismo encontrado no modo de pensar dos homens de imprensa em relação a sua época. Vejamos esta declaração:

É este século um luzeiro  
É um gigante, um titã  
Sublime qual um romeiro  
Como a luz da redenção

É qual poema dourado,  
Um monumento de ideias,  
Donde surgem coroados  
Mil cantores de epopeias  
Altivo nele eu diviso  
Novo mundo, um paraíso  
Que se mostra agigantado

E lá nas páginas da história  
Vê-se o seu nome – uma glória  
Um herói, um potentado<sup>108</sup>

---

<sup>108</sup> O SÉCULO XIX. *A Reforma*, Teresina, ano 1, n. 28, p.3, 13 out. 1887.

Ao tempo em que constatamos o vislumbre poético sobre o século XIX, surgem questionamentos que precisam de uma maior atenção, pois se não solucionados, corremos o risco de perder o fio da história-problema, caindo em uma narração meramente descritiva e sem vida. A primeira questão que aparece é: de onde vem essa “luz redentora” que o século dezenove possui? Ou qual a fonte que gera significado ao seu poder titânico?

O século XIX é herdeiro de uma história delimitada espacial e historicamente em dois grandes processos revolucionários setecentistas: a Revolução Industrial e a Revolução Francesa.<sup>109</sup> O historiador Eric Hobsbawm afirma que essas revoluções foram o “levante gêmeo” que se iniciou naqueles dois países (Inglaterra e França) e, a partir de então, se propagou pelo mundo inteiro até os dias atuais.<sup>110</sup> Suas consequências chegaram ao Brasil e foram vivenciadas ao longo do século XIX.

Em decorrência da Revolução Industrial iniciada na Inglaterra da segunda metade do século XVIII notamos o triunfo da indústria capitalista de alta produtividade e comercialização. Isso provocou mudanças econômicas em âmbito internacional, modificando hábitos, costumes cotidianos, formas de viver e pensar o mundo. O mercado mundial se expandiu à medida do crescimento da industrialização na área tecnocientífica.

As estradas de ferro e a utilização do vapor e do telégrafo integraram o mercado a nível internacional, principalmente, na segunda metade do século XIX. As transformações eram constantes na relação com o trabalho, com o tempo, com a ciência, com a vida na cidade, com as artes, pautadas pela lógica da eficiência, velocidade e praticidade, visando sobretudo ao lucro.

Com a ressalva de que o ritmo desses processos acontecia de formas diferentes em seus respectivos recortes espaciais e de tempo, surgia então uma nova sociedade – a capitalista – interpretada, *a priori*, pela esfera pública burguesa via sentimento desenvolvimentista. Pelas estradas, construções, empregos, produtos, remédios, fontes de energia, entre outras novidades que surgiam quase que cotidianamente, gerava-se uma visão positiva sobre aquele tempo. A energia elétrica, fruto da nova indústria, é o símbolo resultante deste “século de luz”.

Constatamos então que a “grandiosidade” do século XIX está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento da indústria capitalista, relacionando-se com o progresso tecnocientífico

---

<sup>109</sup> Para evitar o risco de fugir do tema da argumentação, decidimos por não historiar essas revoluções.

<sup>110</sup> HOBBSAWM, Eric. *A Era das Revoluções: 1789-1848*. 13 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010, p. 20.

e econômico da sociedade. É, portanto, à “era do capital”, que se encontra a realização humana.<sup>111</sup>

Complementar à Revolução Industrial iniciada na Grã-Bretanha, temos a Revolução Francesa. Sobre sua influência perante o século XIX, concordamos com Hobsbawm ao afirmar que:

Se a economia do mundo século XIX foi formada principalmente sob a influência da revolução industrial britânica, sua política e ideologia foram formadas fundamentalmente pela Revolução Francesa. A Grã-Bretanha forneceu o modelo para as ferrovias e fábricas, o explosivo econômico que rompeu com as estruturas socioeconômicas tradicionais do mundo não europeu; mas foi a França que fez suas revoluções e a elas deu suas ideias, a ponto de bandeiras tricolores de um tipo ou de outro terem-se tornado o emblema de praticamente todas as nações emergentes, e a política europeia (ou mesmo mundial) entre 1789 e 1917 ser em grande parte a luta a favor e contra os princípios de 1789, ou os ainda mais incendiários de 1793. A França forneceu o vocabulário e os temas da política liberal e radical-democrática para a maior parte do mundo. [...] A ideologia do *mundo moderno* atingiu as antigas civilizações que tinham até então resistido às ideias europeias inicialmente através da influência francesa (grifo nosso).<sup>112</sup>

Os homens de imprensa presenciavam o nascimento de um “novo mundo”, agigantado pelas transformações econômicas, pela renovação tecnológica e científica e pela eclosão da unidade global de mercado capitalista. Como consequência, percebemos a edificação de um “monumento de ideias”, que denominamos ideologia modernizante, influenciado pelos ideais franceses revolucionários que incutiam no homem a noção de ação, direito, aspiração e renovação. Para eles, esse “novo mundo” seria um verdadeiro paraíso na terra. Os fundamentos do século XIX eram muito sólidos.

Nesse sentido, defendemos que os homens de imprensa destacaram nos jornais seus respectivos encantamentos pelo “novo mundo” que surgia perante seus olhos como resultado complementar das revoluções do século anterior. E, ainda, que modificaram as estruturas da sociedade no Ocidente, a partir de um processo longo de racionalização da vida.

Para o poeta D. Monteiro, era possível dividir o tempo a partir daquele momento. O século XIX, retratado no poema era aquele em que (os homens de imprensa) viviam. Olhavam para o passado no sentido de confirmar o progresso no qual se encontravam. E, se esse “novo mundo” ainda não era experimentado na realidade piauiense, arrendava-se ao fato de que a província e suas cidades não acompanharam a marcha do progresso a todos, segundo eles.

<sup>111</sup> HOBBSAWM, Eric. *A Era do Capital: 1848-1875*. 13 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010, p. 59-85.

<sup>112</sup> HOBBSAWM, Eric. *A Era das Revoluções...* p. 97-98.

Este atraso<sup>113</sup> foi tratado com tristeza por muitos redatores, como notamos em *O Campo-maiorense*, publicado em 29 de janeiro de 1883:

Com lágrimas nos olhos, vemos nós os que prezamos o progresso e melhoramento da terra que nos viu nascer, permanecer surda ao brado de avante que soa como uma música universal, esquecida, alheia ao movimento progressivo que constitui o apanágio do nosso século.<sup>114</sup>

Diante da imagem de seu tempo, a segunda questão surge relacionada ao modo de pensar o oitocentos: Afinal, o que era esse “novo mundo” o qual eles já descortinavam? Era um mundo que aludia à ruptura com o passado, permeado por uma ideologia do progresso, herdeira do Iluminismo. Trata-se de uma forma de experimentação temporal encontrada nos redatores piauienses das últimas décadas da monarquia. Seus escritos apontavam para as mais variadas filosofias da história com seus respectivos horizontes utópicos.

A vida e o seu porvir ganhavam múltiplas possibilidades, à medida que se formavam, na sociedade, o sentimento de capacidade de pensar sobre si mesma e potente para realizar seus anseios transformadores. São, dessa forma, produtos de uma ideologia modernizante, conectando-se aos anseios mais progressistas da modernidade.<sup>115</sup> Simboliza o tempo da história imanente, linear e progressista formulada inicialmente à perspectiva laicizante dos iluministas franceses do século XVIII.

Entendemos que essa ideologia do progresso encontrou solo fértil, no Brasil, à segunda metade do século XIX. Outrossim, o início de um longo processo de modernização que começou com o consumo de objetos para uso pessoal importados da Europa, bens de

---

<sup>113</sup> A discussão sobre o “atraso” em terras brasileiras vem desde o século XVIII quando no governo pombalino foi realizada toda uma reforma educacional, das primeiras letras à universidade, eliminando a presença dos jesuítas nessas instituições. Segundo Jurandir Malerba, tal reforma foi realizada pelos “[...] condutores do Estado Português que [entendiam] que o atraso do reino em relação às demais potências europeias atribuía-se em grande medida aos meios e fins do ensino, demasiado escolástico, metafísico, sob orientação pedagógica jesuítica, e que, coerente com uma das feições utilitaristas da ilustração moderna, a atualização do reino passava pela capacidade do Estado de fornecer as condições para uma mais eficaz formação profissional, em todas as áreas guiadas pela razão do conhecimento de uma nova ciência moderna”. Conferir: MALERBA, Jurandir. *Brasil em projetos...* p.47. Em suma, para os “reformistas ilustrados”, “[...] ‘modernizar’ significava corrigir todos os erros, hipotéticos ou verdadeiros, cometidos em dois séculos de pedagogia jesuítica”. Conferir: MALERBA, Jurandir. *Brasil em projetos...* p. 44.

<sup>114</sup> CAMPO-MAIOR. *O Campo-maiorense*, Campo Maior, ano 1, n.2, p.1-2, 29 jan. 1883.

<sup>115</sup> Para Reinhart Koselleck, a modernidade é um momento histórico onde há uma separação entre as noções históricas de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativas”. Assim, a relação com o passado (ofício próprio do historiador) deixa de ser voltada para procurar, nele, respostas axiomáticas sobre a vida que garantam um futuro pré-determinado. Para o autor, a Revolução Francesa é o marco divisor para a modernidade. Surge aí o tempo histórico em que os acontecimentos do passado podem resultar em múltiplos futuros. Conferir: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006, p.41-60.

civilização para maior conforto na vida prática.<sup>116</sup> Além disso, destacamos o surto econômico vinculado ao consumo por meio da liberação dos capitais escravocratas, com a extinção do tráfico em 1850, que passa gradualmente a beneficiar o desenvolvimento industrial e comercial brasileiro.<sup>117</sup>

Fábricas, ferrovias, navegação a vapor, linhas telegráficas entre outras inovações materiais cresceram e impulsionaram, na segunda metade do século XIX, os “[...] primeiros passos no sentido da ‘modernização’ do país”,<sup>118</sup> mesmo passando pela Guerra do Paraguai, por crises financeiras, ainda que sob incipiente industrialização, dependência econômica do exterior e, sobretudo, sob o sistema escravista – entendido pelo discurso abolicionista desse período como o maior entrave à modernização do país – assentamos que a modernização brasileira se iniciou nessa época, introduzindo o Brasil no ideal de progresso sob o influxo do capitalismo industrial.

Desse modo, as duas últimas décadas da monarquia brasileira se caracterizam pela “crise do império”.<sup>119</sup> As leis abolicionistas abriram margens para a discussão no parlamento e na imprensa sobre o fim da escravidão. Os desentendimentos políticos entre liberais e conservadores fomentaram a alternativa republicana como via única de progresso para a nação. Novos projetos de governo e planos econômicos foram discutidos na sociedade.

Em outras palavras, debates da época como a questão da abolição e da implantação da república constam como meios de interpretação do caminho do futuro ao país. Acreditamos que todos eles foram perpassados pelo viés da modernização com suas ambiguidades, tanto nos fatores maiores da nossa história, como a Abolição ou o Movimento Republicano, como nos pequenos incidentes ou situações, como a leitura de uma propaganda, nos periódicos, ou de um novo remédio que prometia tudo curar.

O Brasil também começou a “marchar” na segunda metade do século XIX. Os valores modernizantes de progresso-civilização por meio da razão formataram um novo *télos* que levou gradativamente ao fim da monarquia. Somando-se aos diversos fatores sociais, econômicos e políticos que levaram ao término governamental, podemos encontrar a dimensão ideológica da modernização.

---

<sup>116</sup> De acordo com Nelson Mello e Souza conceituamos modernização como “[...] processo de transformação da sociedade ocidental com a lenta difusão de instituições que surgem em resposta à transformação da economia pela industrialização progressiva”. Conferir: SOUZA, Nelson Mello e. *Modernidade: desacertos de um consenso*. Campinas: UNICAMP, 1994, p. 66.

<sup>117</sup> GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil: 1850-1914*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

<sup>118</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil: colônia e império*. 19 ed. São Paulo: Brasiliense, 1991, p. 93.

<sup>119</sup> ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento...* p.36.

Dois aspectos teóricos sobre a modernização ocorrida no Brasil nas duas últimas décadas do Império requerem uma discussão. O primeiro refere-se ao fato de que precisamos entender que, nesse período, há um imbricamento de interesses entre as estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais vigentes no Brasil há séculos e a modernização ideal defendida pelos intelectuais, políticos, jornalistas, entre outros membros da elite letrada, influenciados pelos modelos civilizatórios europeus.

O segundo aspecto está relacionado ao processo de tomada de consciência da modernização, no Brasil, nas últimas décadas do Império. Jacques Le Goff destaca quatro causas para que ocorresse a tomada de consciência, conjuntamente.<sup>120</sup> A primeira está relacionada à presença de uma oposição/querela entre aqueles que queriam romper com as tradições e os que desejam conservá-la. Percebemos isso nas décadas de 1870 e 1880, no desejo de ruptura com a Monarquia dos republicanos que vão encontrar opositores ferrenhos entre os monarquistas.

A segunda causa aponta à pressão que os progressos materiais exerciam sobre as mentalidades, contribuindo para transformá-las. Isso ocorreu com o vislumbre dos avanços técnicos e com a afirmação da racionalidade contra a autoridade ou a tradição, enquanto a terceira, em questão, refere-se à “ajuda” que o contato com ideias estrangeiras apresenta na tomada de consciência.

Concordamos com parte da historiografia brasileira ao defender que, na segunda metade do século XIX, houve um predomínio das ideias europeias nos intelectuais brasileiros, resultando em uma afirmação da modernização pelo ponto de vista externo. Contudo, essa hegemonia não foi capaz de se reproduzir sem levar em conta as tradições vigentes no Brasil.

Por fim, a quarta causa refere-se ao fato de que a afirmação da modernização parte de um meio restrito de intelectuais ou tecnocratas. Trata-se do que chamamos de uma elite letrada, formada por bacharéis, médicos, engenheiros, políticos, jornalistas e poetas, que vão configurar os novos ideais de progresso para a nação. Figuram nessa tendência os publicistas piauienses além de intelectuais como Sílvio Romero, Tobias Barreto, Miguel Lemos, Silva Jardim, Capistrano de Abreu, Araripe Júnior, entre outros.

No que concerne à imprensa piauiense, de 1868 a 1889 encontramos os valores da modernização sob defesa dos redatores, não de forma conjunta – no sentido de haver um discurso modernizante uniforme – ou sem conflitos de interesses. São os primeiros tempos de uma modernização que vai se estendendo a curtos passos em várias frentes simultaneamente:

---

<sup>120</sup> LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo: Editora UNICAMP, 2013, p.187-189.

questões religiosas, econômicas, urbanização, avanços na rede de comunicações e transportes, a expansão da educação, entre outras.

A modernização enquanto tese ideológica surge nos jornais e estes serão adotados, pelos redatores, como veículos de sua divulgação e defesa ou, para os mais reacionários, como forma de tentar impedir seu avanço. A questão abolicionista e o movimento republicano, inaugurados no Piauí à década de 1870, também são atravessados pela ideia modernizante que confere um futuro de progresso para o Brasil por meio da racionalização da vida social.

### 1.3.2 O papel da imprensa

Como vimos anteriormente, a imprensa piauiense se voltava especificamente para a elite provincial. As limitações sociais (o nível de alfabetização, da tecnologia, a permanente dependência de prensas manuais com baixo número de tiragens) reforçavam o elitismo da veiculação pelos impressos. Identificamos, nessas fontes, a possibilidade de analisar uma relação dos jornalistas com o tempo em que viviam ao passo que a imprensa e o seu exercício próprio foram cunhados pelos contemporâneos de “sintoma” do século oitocentista.

Podemos encontrar pressupostos modernizantes nos jornalistas piauienses nas últimas décadas do Império, ratificados pela contribuição da visão teleológica de progresso da humanidade, bem como da imprensa. Em *O Campo-maiorense*, publicado em 29 de janeiro de 1883:

O mundo moral ia prestes a sepultar-se na podridão do vício, da degradação e dos males: a cruz o salvou. O mundo intelectual, rico de seiva, brilhante de esperanças, sequioso de glória, sorria ao colosso do porvir que o acenava de longe: a imprensa frutificou essa seiva, realizou essas esperanças, firmou essa glória e acenou-lhe o futuro.

A cruz viera salvar do mal a humanidade: a imprensa veio libertá-la do erro: a primeira produziu a regeneração, a segunda a ilustração.

[...] Ergueu-se então a deusa do progresso a despertar os povos da modorra em que jaziam a sombra nociva das forças: quebrou-lhes as cadeias, conquistou-lhes os direitos, deu-lhes as riquezas e a instrução, dissipou à ignorância, destronizou o despotismo: a senda inda é longa, mas o guia, seguro.<sup>121</sup>

Observamos, no excerto, a tomada de consciência da modernização pelos homens de imprensa com o impulso, atribuído por eles, também à imprensa enquanto promotora da instrução, dos direitos e da ilustração dos povos. Dito de outro modo, focalizam os ideais

<sup>121</sup> O CAMPO-MAIORENSE. *O Campo-maiorense*. Ano 1, n.2, p.1, 29 jan. 1883.

valorizados na expressão de uma ruptura com uma “velha ordem” de hierarquias políticas e sociais intransponíveis. Demonstram que se estava diante de um “novo mundo” possibilitado pela promoção dos ideais liberais organizados a partir do texto constitucional. Eis o fundamento de suas posições políticas modernizantes, ou seja, o presente melhor que o passado, transcrito pelo fato de se encontrar nele igualdade de direitos entre os cidadãos, ou uma civilização melhor que oportuniza o crescimento e dignidade para todos. Caracterizamos essa visão de mundo dos homens de imprensa através do que podemos constatar no jornal *A Phalange*:

Fique o sr. dr. Marcos de uma vez certo de que os seus assomos de grão senhor não terão força bastante para fazer-me recuar na defesa dos meus direitos.

Foram-se *les bons vieux temps* dos senhores feudais, justamente fulminados pelas grandes aspirações de uma consciência e personalidade melhores.

Hoje a coisa é completamente diversa; trata-se de igual para igual, sem receio de que a mordada dos déspotas ou tiranetes de outrora venha sufocarnos, no pensamento, a narração exata dos acontecimentos.<sup>122</sup>

Do ponto de vista dos homens de imprensa na província do Piauí, na segunda metade do século XIX, o papel do jornal diante da modernização era importante para a promoção dos seus novos ideais na sociedade como avanço. Por isso, em muitos momentos, o jornal foi caracterizado como iluminador, libertador, já que por meio dele era possível deixar de ser membro “[...] de uma cidade, para ser cidadão do mundo”.<sup>123</sup>

O jornal, em si, simbolizava uma experiência temporal da modernização pelos redatores. Exemplo disso encontramos na transcrição do artigo intitulado *O jornalismo*, de autoria do jornalista espanhol Emilio Castelar, publicado no jornal *A Imprensa*, em 18 de fevereiro de 1888:

Quando tomo em minhas mãos um grande jornal, quando corro as suas colunas, quando considero a diversidade de suas matérias e a riqueza de suas notícias, não posso deixar de sentir um movimento de orgulho pelo meu século, e de compaixão para os séculos que não conheceram este portento da inteligência humana, a criação mais extraordinária entre todas as criações.

Pois compreendo sociedades sem máquinas de vapor, sem telégrafos, sem as mil maravilhas que a indústria moderna semeou na via triunfal do progresso, adornada com tantos monumentos imortais; porém não compreendo uma sociedade sem este livro imenso da imprensa diária, no qual registram uma legião de escritores que devem ser sagrados para o povo, as nossas angústias, as nossas oscilações cotidianas, os nossos temores e os graus de perfeição

<sup>122</sup> AO SR. DR. MARCOS PEREIRA DE ARAUJO. *A Phalange*. Teresina, ano 1, n.15, p.2, 24 abr. 1889.

<sup>123</sup> O JORNALISMO. *A Imprensa*. Teresina, ano 23, n.1008, p.2, 18 fev. 1888.

que vamos alcançando na obra da realização de um ideal de justiça sobre a face da terra.

[...] Pois bem: digo que os povos modernos deviam de uma maneira análoga honrar aos jornalistas.<sup>124</sup>

O mundo marchava sob o registro dos jornais. O grande espetáculo da humanidade rumo ao “ideal de justiça sobre a face da terra” era apanágio da escrita dos jornalistas que mereciam honrarias e louvores pela população. Afinal, suas penas para utilizar mais uma vez as palavras de Castelar eram “[...] como os fios elétricos que unem as regiões do planeta. Vossas ideias são como átomos de ar que respiram nossas almas”.<sup>125</sup>

Na poesia *Trevas na luz*, publicada também no jornal *A Imprensa*, a 5 de fevereiro de 1887, a imprensa foi apresentada como:

[...]  
 Alguma coisa despedia mais raios que o sol  
 Refletia mais o sol do que o mar  
 Era a imprensa, a luminosa alemã,  
 Filha do Gutemberg.<sup>126</sup>

Isto é, se ao uso da imprensa estavam associados os ideais de iluminação, ilustração, regeneração e à dissipação da ignorância na sociedade, podemos encontrar nesta relação o anseio pela construção de uma civilização modernizada caro aos jornalistas dos países europeus e dos Estados Unidos. O jornalismo era um instrumento do devir civilizatório que pouco a pouco deveria transformar a população. De modo geral, havia entre eles a ideia de necessidade de modernização da província, tornando-a civilizada.

### 1.3.3 Ideias de modernização nos impressos piauienses

As ideias de modernização da sociedade brasileira por meio da abolição da escravidão e da implantação da República foram as mais debatidas na imprensa piauiense entre 1868 e 1889, contudo não foram as únicas. Como aquelas serão tratadas especificamente nos capítulos seguintes, analisemos nesse momento outros usos da ideia de modernização nos jornais.

Iniciemos com os anseios dos publicistas pela modernização das cidades piauienses. Fixando nosso olhar em Teresina como modelo exemplar, encontraremos entre 1868 e 1889 uma capital provincial análoga a um arraial. Com ruas ornadas por rochas que brotavam do

<sup>124</sup> O JORNALISMO. *A Imprensa*. Teresina, ano 23, n.1008, p.2, 18 fev. 1888.

<sup>125</sup> O JORNALISMO. *A Imprensa*. Teresina, ano 23, n.1008, p.2, 18 fev. 1888

<sup>126</sup> TREVAS NA LUZ. *A Imprensa*. Teresina. Ano 22, n. 955, p.3, 5 fev. 1887.

chão, animais transeuntes, casas de palha, poeira e lama, a cidade pouco ou nada oferecia em correspondência às noções de conforto e bem viver dos grandes centros urbanos do exterior que os redatores já encontravam por meio de suas leituras da imprensa alienígena.

As informações que chegavam produziam uma tomada de consciência da modernização entre os jornalistas, os motivando à escrita como forma de combate ao mal-estar que sentiam por viverem na ausência dos bens materiais que o progresso já oferecia em outras plagas. Esse sentimento é significado em *O Amigo do Povo*, publicado em 14 de fevereiro de 1870:

Um deserto que há 19 anos se chamava Corisco encontrou-se um dia com Saraiva: estes dois *fenômenos* deram-se as mãos, e uma cidade surgiu como por encanto. Este terceiro fenômeno foi caluniado a princípio, dando-se-lhe um nome mesquinho, e aliás *Teresina* era o gérmen de uma futura Chicago!... Mas, não se passará talvez um século que esta filha do *Corisco* e de *Saraiva* não seja o centro de uma rede de fios que falem com a *Eletricidade*, essa máxima utopia chamada hoje telegrafia. *Le monde marche*, como diz um celebre democrata francês: confiemos, pois no futuro (grifos do original).<sup>127</sup>

Por causa de sua aversão a tudo que se referia à família real e a monarquia, David Caldas adjetivava negativamente o nome de sua cidade como “feio”, ou como vemos na citação acima, “mesquinho”.<sup>128</sup> Apesar disso, para ele, Teresina já nascera como “um fenômeno”, como se ela já estivesse destinada ao progresso. Ela seria, portanto, uma “nova Chicago”, mas nisso pesaria o fator tempo.

Em várias passagens, o jornalista referenda a cidade de Chicago como modelo, não por acaso, por sua inserção aguda no capitalismo mundial e pelas suas consequências na vida urbana em crescente aperfeiçoamento tecnológico. Naquele momento, a cidade norte-americana simbolizava o futuro feito presente para o jornalista. Em outras palavras, tornava-se um modelo de civilização. Se o mundo marchava, era por que a força do progresso os impulsionava ao tempo em que atraía os países menos adiantados.

Por isso, podemos afirmar que na mente modernizante de David Caldas, eletricidade e telegrafia, por exemplo, paradoxalmente se configuravam como “utopias” realizáveis pela força de um tempo que tudo arrastava com ele. Nada mais moderno que a crença no progresso através da evolução temporal.<sup>129</sup>

<sup>127</sup> PARTE NOTICIOSA. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 2, n. 32, p.4, 14 fev. 1870.

<sup>128</sup> O combate ao regime monárquico de David Caldas será analisado mais detidamente no terceiro capítulo.

<sup>129</sup> Esta é uma herança dos ideais iluministas consolidados no século XVIII e XIX. Para os pensadores envolvidos nessa cosmovisão o progresso era entendido como fruto de “[...] lei da história da

Além de David Caldas, outros redatores se queixavam da condição de “atraso” em que se encontrava a capital provinciana. A iluminação pública em Teresina foi motivo de reclamações ecoado à Assembleia Provincial e à imprensa. Esperava-se o melhoramento. Após cinco meses de sua instalação, em Teresina, o serviço precário já era evidenciado, por exemplo, os lampiões de querosene eram sujos e com pouca luz. Além disso, eram apagados cedo, deixando a cidade sem iluminação a maior parte da noite.<sup>130</sup>

Também foram noticiados muitos acidentes trágicos envolvendo animais soltos nas ruas, que atacavam as pessoas que transitavam no local. Os casos mais graves eram de crianças que raramente sobreviviam à tragédia. Os problemas também eram relacionados à criação familiar desses animais, nos quintais das casas, gerando problemas de insalubridade e destruição de muros devido às suas escavações.

Os jornais denunciavam essa prática como reprovável na convivência urbana.<sup>131</sup> Um articulista do jornal *A Pátria*, em 1871, afirmou que considerava Teresina “uma miserável aldeia abandonada”.<sup>132</sup> Todas essas reclamações denotavam uma cidade longe de aquilo que se tinha como referencial de conforto da modernização em outros lugares. Contudo, as suas presenças, na imprensa, fundamentavam um clima de anseio por mudanças que vão acontecer aos poucos. Muitas vezes, as melhorias eram proporcionadas pela iniciativa particular na construção de estradas, de escolas particulares, entre outros.

Ações como essas eram muito elogiadas pela imprensa, como podemos observar no jornal *A Floresta*:

Do sítio denominado “Salobro” distante daqui 5 léguas, situado perto da margem direita do Parnaíba à cima, à morada Mutum, viajava-se outrora por um caminho escabroso e semeado em toda a sua extensão de ríspidos pedregulhos que, com o calor do sol dos nossos sertões, dificultavam, em extremo, a marcha dos viandantes, que sangravam os pés nesse mar de lajedos, enquanto o suor lhes banhava a fronte pela fadiga da jornada.

Hoje, porém, graças ao gênio filantrópico e humanitário do tenente coronel João da Silva Brito, esse caminho pedregoso foi substituído por uma larga e plana estrada que, cortando uma mata virgem e amena, poupa aos transeuntes uma légua a menos.

[...] O sr. tenente coronel João da Silva Brito mandou abrir essa estrada que mede 2 e meias léguas de comprimento, no intuito de facilitar o trânsito dos

---

humanidade a qual, na medida em que, através da ciência, adquire mais conhecimentos e aperfeiçoa seus meios técnicos, adquire também mais riquezas, mais felicidade e mais segurança. Por isso mesmo, o progresso implica a ideia de que o presente é melhor do que o passado e que o futuro será melhor que o presente”. Conferir: SIMON, M. C. O positivismo de Comte. In: REZENDE, A. (Org.). *Curso de Filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p. 156.

<sup>130</sup> ILUMINAÇÃO pública. *A Reforma*, Teresina, ano 1, n.14, 20 jun.1887.

<sup>131</sup> IMUNDICIE. *A Reforma*. Teresina, ano 1, n.4, p.4, 15 abr. 1887.

<sup>132</sup> A NOSSA CAPITAL. *A Pátria*. Teresina, ano 1, n.3, p.3, 15 maio 1871.

produtos da lavoura, o comércio enfim dos lavradores do centro onde reside e cultiva; e para isso não foi arrastado pelo azinhavre do cobre que tanto inebria o homem cobiçoso: fez com seus braços, e, como um agricultor que gosta de ver o progredir incessante da cultura de sua província natal. Serviços como estes não tem qualificativo com que se possa exprimir o grau de louvor.<sup>133</sup>

Quais eram os interesses políticos ou econômicos do Sr. tenente coronel João da Silva Brito ao construir desafiadoramente uma estrada tão grande? As fontes não nos revelam. No entanto, é muito improvável que tenham sido por seu “gênio filantrópico e humanitário”, ou por “gostar de ver” o progredir da sua província natal. A notícia diviniza-o por seu feito.

Na verdade, não estabelecemos – em nossa análise – analisar os interesses envolvidos, porém destacar a fonte legitimadora dos elogios ao tenente coronel, isto é, o ideal de progresso presente na notícia. Com a nova estrada, encontramos benefícios materiais consideráveis no comércio e na agricultura.

Trata-se de um divisor de águas na história de viagens neste trecho. O passado fica para trás e o futuro será de crescimento e mais conforto. Fica subtendido na notícia a expressão do valor modernizante de ruptura com o passado por meio da ação humana e a conquista do progresso. Isso era motivo para a promoção do sujeito construtor, inventor e desbravador como herói.

O processo de heroificar os sujeitos por seus feitos foi salientado através da imprensa da época como ato peculiar da “sociedade modernizada”, como se nota em notícia publicada em *A Reforma*:

Está aberta uma subscrição pública para um monumento ao general Sampaio. É uma tendência da sociedade moderna a glorificação dos grandes homens. É uma característica, é uma significativa manifestação da solidariedade social. É neste sentido que estão os centenários de Voltaire, Shakespeare, Camões, Diderot, o aniversário natalício e o falecimento de V. Hugo e uma multidão de estátuas.<sup>134</sup>

A sociedade moderna é apresentada como aquela que por “solidariedade social” exalta a memória de “grandes homens” como o general Antônio Sampaio, que morreu em decorrência dos ferimentos adquiridos na Batalha de Tuiuti, na Guerra do Paraguai, em 1866. Sobressai-se a perspectiva de modernidade apresentada na imprensa, sempre relacionada a indivíduos considerados os “grandes”, seja na área econômica, filosófica, científica, literária, política ou militar.

<sup>133</sup> MELHORAMENTO. *A Floresta*. Teresina, ano 1, n.6, p.3, 8 ago. 1882.

<sup>134</sup> MONUMENTO À SAMPAIO. *A Reforma*, Teresina, ano 2, n. 62, p.3, 8 ago. 1888.

Formam-se, assim, verdadeiros heróis dignos da história e da memória.<sup>135</sup> Com efeito, eram os avanços tecnológicos e científicos encontrados no mundo e em processo de implantação na província que despertavam um cenário dinâmico e autotransformador através dos quais se tornava possíveis certas “experiências de modernidade” veiculadas nos textos jornalísticos da época.<sup>136</sup>

As transformações e inovações técnicas pelas quais os países desenvolvidos passavam, na segunda metade do século XIX, foram registradas na imprensa piauiense com entusiasmo e ansiedade. Em muitas notícias, havia um desejo implícito para que essas novidades chegassem logo à sua realidade local. Para os redatores, contemplar as novas invenções do momento era uma forma de participar do mundo moderno que crescia ante seus olhos.

Uma nítida consciência era formada para o bem ou para o mal, de um movimento que os separava do passado. Por isso, noticiavam com alegria, na longínqua Inglaterra, a primeira aplicação da eletricidade à locomoção naquele país. Descrevendo a cena, como quase mágica, de um evento que provavelmente nenhum teresinense estava presente. A narrativa noticiada parecia atenuar a distância geográfica canalizada pela construção imaginativa do acontecimento:

O depósito da eletricidade é colocado por baixo dos carros. A velocidade foi de 12 quilômetros por hora. Não havia cavalos, máquinas nem nenhum motor visível! Os carros corriam como por encanto. A concorrência do povo era enorme.<sup>137</sup>

No jornal *O Amigo do Povo*, publicado no dia 10 de novembro de 1872, encontraremos, ao final da sexta página, uma notícia transcrita do *Novo Mundo*, com informações detalhadas sobre o número de quilômetros em estradas de ferro nos cinco continentes.<sup>138</sup> O conteúdo ainda era distante ao leitor da província piauiense que até o momento não possuía nenhuma ferrovia. Porém, por sua relação com o desenvolvimento técnico e econômico, as construções ferroviárias não deixavam de ser pauta interessante para redator e leitor.

Provavelmente, notícias estrangeiras como essas fossem redigidas, com o propósito de estimular uma comparação entre a “marcha do progresso” alienígena e a realidade brasileira

---

<sup>135</sup> “Heróis” na medida em que, com suas vidas são tidos como “encarnações da nação” ou “exemplos de cidadania”. Conferir: ENDERS, Armelle. *Os vultos da nação: fábrica de heróis e formação de brasileiros*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

<sup>136</sup> BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p.28.

<sup>137</sup> NA INGLATERRA realizou-se. *O Telefone*. Teresina, ano 1, n.7, p.4, 10 ago. 1882.

<sup>138</sup> ESTRADAS DE FERRO. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 5, n.87, p.6, 10 nov. 1872.

ou provincial. Com efeito, a ideia transmitida era de uma civilização, nos países desenvolvidos como França, Estados Unidos, Alemanha ou Inglaterra, que precisava ser imitada, do contrário, nossa sociedade estaria fadada à barbárie.

A associação entre esses países e o ideal de civilização pode explicar o grande número de anúncios, das casas comerciais de Teresina, que destacavam a procedência europeia de seus produtos. O comerciante Macário Lima fazia questão de orientar o tipógrafo que colocasse a palavra “Europa”, em negrito, no texto informativo de sua loja. Esse detalhe atraía e o diferenciava frente aos consumidores. Eis o exemplar do anúncio: “Macário Lima acaba de receber da **Europa** colarinhos marca – CLUB IRACEMA”.<sup>139</sup>

As casas comerciais de maior expressão, em Teresina, vendiam produtos importados da Europa, que “[...] eram valorizados pela sua qualidade, e o estabelecimento comercial que os vendia garantia sempre contato direto com a matriz internacional”.<sup>140</sup> A relação bem-sucedida entre o comércio e os produtos europeus, no que concerne à atração dos clientes, permitia a utilização de certos exageros que não deixavam de ser cômicos nos anúncios. A Casa Francesa praticamente era descrita como uma “casa comercial francesa” dentro de Teresina, um lugar onde tudo era:

ESPLENDIDO!  
 Nem Louvre, nem Notre Dame  
 Da terra da Marselhesa  
 Tem tanto sortimento  
 Como o da CASA FRANCESA!  
 [...] É digno de que todos venham à **Casa Francesa**, onde encontrarão de tudo e por preços tão baixos! Que, mesmo os mais exigentes, não poderão, ainda querendo, dizer o contrário.  
 É enorme o sortimento  
 E mais ainda a barateza!  
 Venham, pois, caros fregueses  
 Porém falando a francesa<sup>141</sup>

A narrativa era objetiva e valorizava a variedade das mercadorias postas à disposição do consumidor, por exemplo, o baixo preço dos produtos, a relação com o exterior e o caráter “modernizado” dos objetos a venda. Atendo-nos ao último aspecto elencado, encontramos o uso da palavra “moderno” significando algo recente, atual e melhor, o que significava a relação ao ideal de valorização do presente sobre o passado na modernização brasileira. Essa

<sup>139</sup> MACÁRIO LIMA. *A Reforma*. Teresina, ano 1, n.10, p.4, 26 maio 1887.

<sup>140</sup> MAUAD, Ana Maria. Imagem e autoimagem do Segundo Reinado. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *História da vida privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2019, p.152.

<sup>141</sup> ESPLENDIDO. *O Telefone*. Teresina, ano 5, n.219, p.4, 5 jul. 1887.

utilização está presente nos anúncios da Casa Francesa, com letras garrafais e em negrito: “HAUTE NOUVEAUTÉ, O QUE HÁ DE MAIS MODERNO”.<sup>142</sup>

Também podemos encontrar na publicidade realizada sobre os serviços de dentista de Francisco de Assis, afirmando que ele “deitava” dentaduras pelo “sistema moderno”.<sup>143</sup> Na loja dos irmãos Castelo Branco vendiam-se, por preços pequenos, uma variedade de bolsas, calçados, camisas e outros produtos para todos os “gostos modernos”.<sup>144</sup>

Moderno se tornou a palavra da moda nos anúncios. Todavia, seu uso não era encontrado somente naquelas páginas dos jornais em que, a partir da década de 1880, as ilustrações ocupavam cada vez mais espaço. Em várias notícias, artigos de opinião e poesias podemos encontrá-la com significado positivo.

Às vezes, era para enaltecer o brilhantismo intelectual de alguém como quando no periódico *A Reforma*, publicado em 18 de agosto de 1888, o Dr. Cesar do Rego Monteiro foi nomeado para ser chefe interino de polícia, descrito como “um dos talentos mais fecundos da geração moderna. Na Academia do Recife foi sempre muito admirado pelos seus colegas que lhe tributavam grande simpatia”.<sup>145</sup> É encontrado também na caracterização que Higino Cunha realizou sobre os livros que lia, para fundamentar sua inserção no “mundo culto” que o circundava.

Assim ele “se dava importância” como homem de letras, portador da verdade, dos nobres pensamentos, das luzes, contra os ignorantes “atrasados” que conviviam com ele em Teresina:<sup>146</sup>

Estudo os livros modernos, busco na solidão de meu gabinete acompanhar o movimento intelectual do mundo culto. Após as minhas meditações, externo algumas ideias, sem outro intuito que manifestar a verdade tal como a concebeu o meu cérebro de moço.

[...] Pouco importa que os atrasados não me compreendam. Na “marcha da evolução – como diz Pereira Barreto – parar é suicidar-se”. Eu prefiro o movimento, a vida, a luta ao suicídio, ao quietismo de “nada”, à morte enfim.<sup>147</sup>

Higino Cunha certamente era um jornalista da época fascinado com a vaga cientificista do século XIX. Homem das letras que era, cultivava a leitura de autores como Voltaire, Spencer, Darwin, Comte, entre outros, que lhe forneciam uma perspectiva de progresso da

<sup>142</sup> CASA FRANCESA. *O Telefone*, ano 1, n.16, p.4, 7 dez. 1883.

<sup>143</sup> DENTISTA. *O Telefone*. Teresina, ano 1, n.15, p.3, 6 out. 1882.

<sup>144</sup> É INCRÍVEL. *A Reforma*, Teresina, n.10, p.4, 26 maio 1887.

<sup>145</sup> DR. CÉSAR DO RÊGO. *A Reforma*, Teresina, ano 2, n. 63, p.3, 18 ago. 1888.

<sup>146</sup> QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e a República...* p. 189-190.

<sup>147</sup> O CONÊGO HONÓRIO JOSÉ SARAIVA E O MEU CASAMENTO. *A Imprensa*. Teresina, ano 23, n.979, p. 2, 6 ago. 1887.

humanidade a partir do desenvolvimento da ciência. Por sua vida e obra, podemos ver nele o perfil de um “homem moderno”,<sup>148</sup> bem como uma conscientização de que era preciso viver em constante evolução, movimento; e o uso do adjetivo “moderno”, para seus livros, sinaliza essa questão, isto é, um exemplo de tomada de consciência da modernização que foi reificada na escrita.

Por outro lado, era nas leituras dos anúncios comerciais dos novos remédios vindos da Europa que o sentimento de pertencimento a um novo mundo fisionomava os leitores. Os remédios quase milagrosos e que curavam com eficácia quase todos os tipos de doenças representam uma dessas simbologias. Para reforçar sua credibilidade, ressaltava-se que os fármacos surgiam a partir das pesquisas científicas nos colégios de medicina, às vezes de Paris, outras vezes, de Londres ou Berlim.

Como não arrender a sensação esperançosa dos leitores ao se depararem com os anúncios que promoviam uma verdadeira leitura reflexiva sobre o feliz tempo em que viviam. Os remédios como o “Peitoral de Anacahuita” surgiam como um:

**TRIUNFO DA CIÊNCIA MÉDICA  
PEITORAL DE ANACAHUITA**

Em tempos modernos nenhum descobrimento operou maior revolução no modo de curar anteriormente em voga do que o **Peitoral de Anacahuita**. Tanto no tratamento da – tosse, asma, rouquidão, crupo, tísica, resfriamentos, bronquites, tosse convulsa, dores de peito, expectoração de sangue, como em toda a grande série de enfermidades da garganta, do peito e dos órgãos de respiração, que tanto atormentam e fazem sofrer a humanidade (grifos do original).<sup>149</sup>

O texto do anúncio ainda se estende para uma comparação entre a “maneira antiga de curar”, ineficaz e desgastante para o enfermo, e a “nova forma” com o remédio que “provocou a maior revolução no modo de curar”, que já fora comprovada sua eficácia pela docência do colégio de medicina de Berlim e pelas milhares de pessoas curadas. Há um interesse em chamar a atenção do consumidor para a compra do produto, coadunando e reforçando este propósito mercadológico ao enaltecimento dos tempos modernos que proporcionavam, por meio da ciência médica, aqueles benefícios.

---

<sup>148</sup> De acordo com Nelson Mello e Souza o homem moderno é “[...]como um ser social que não aceita a sabedoria implícita nas tradições, questiona sua validade, desacerta-se com seu presente, decidindo-se a buscar a verdade em novos desdobramentos da ciência e da filosofia entendidas como formas de conhecimento superiores a tudo o que o passado havia consagrado com ‘verdade’. Acima de tudo nele percebem o tipo humano inquieto, confiante na inteligência humana, na razão, para desvendar os enigmas da vida, solucionando problemas sem respostas na época em que viveram”. Conferir: SOUZA, Nelson Mello e. *Modernidade: desacertos de um consenso*. Campinas: UNICAMP, 1994, p. 78.

<sup>149</sup> TRIUNFO DA CIÊNCIA MÉDICA. *O Telefone*, Teresina, ano 1, n.36, p.4, 17 dez. 1870.

Nessa mesma direção, lemos na página de anúncios do jornal *O Semanário*, publicado em 19 de novembro de 1884, a apresentação grandiloquente de um remédio que prometia curar desde desnutrição em crianças às mais variadas formas de moléstias do coração:

Está salva a humanidade com a célebre MOUSSENADE.  
Aprovada pela Imperial Junta de Higiene do Rio de Janeiro e as observações feitas nos hospitais e casas de saúde da Europa e todos os países onde se acha a venda.  
Não há moléstia que resista a este preparado, verdadeira *maravilha do século*.  
[Vendido em depósitos da Bahia, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Sul].  
E nas principais drogarias do *mundo civilizado* (grifos nossos).<sup>150</sup>

Aliada ao “efeito miraculoso” do remédio, não podemos deixar de notar a associação feita entre o seu surgimento e o século que lhe gestara, bem como a noção de que ele é uma “prova de civilização”. Se as “maravilhas do século” nasciam nos berços científicos europeus e a força expansiva do capitalismo as levava aos mais longínquos centros comerciais do mundo, ser civilizado significava aderir aos costumes, consumos e valores dos países mais desenvolvidos da Europa. Logo, aos poucos a imprensa piauiense ajudava a reforçar a noção de que a época exigia uma adesão à nova realidade, entendida como civilizada.

Como vimos, o sentimento geral dos redatores era de esperança pelo progresso vindouro. Este sentimento também pode ser pontuado no entusiasmo dos redatores através das notícias veiculadas sobre o surgimento da rede telegráfica, no Piauí, na década de 1880. A iniciativa pública, por meio de verbas do Governo Geral, patrocinou a empresa telegráfica nos seus primeiros momentos.

Em julho de 1884, já funcionava o primeiro empreendimento neste ramo, ligando a cidade de Teresina a Caxias (província do Maranhão). Congratulações ao Piauí pelo feito eram destacadas pelos jornais locais, como se constata em *O Telefone*: “Já está funcionando a linha telegráfica que liga esta capital a cidade de Caxias. Parabéns ao Piauí por este grande melhoramento, que em pouco tempo será completado pela sua ligação com o mundo civilizado”.<sup>151</sup> No jornal *O Semanário*, a notícia também ecoou um tom esperançoso e grato pelo “século das luzes” ter chegado ao “infeliz Piauí”:

Com a cidade de Caxias nos comunicamo-nos no dia 29 do mês pretérito, por meio da linha telegráfica postada daqui para ali. É de supor que em breve já nos entendemos por aquele meio com a capital do Maranhão e as diversas

<sup>150</sup> ESTÁ SALVA a humanidade. *O Semanário*. Teresina, ano 9, n. 358, p.4, 19 nov. 1884.

<sup>151</sup> UMA BOA NOVA. *O Telefone*. Teresina, ano 2, n.75, p.3, 6 ago. 1884.

províncias do Império. Congratulamo-nos por ver estender-se até ao nosso infeliz Piauí as luzes do século.<sup>152</sup>

O telégrafo foi entendido pelos políticos e redatores piauienses como um elemento de modernização vital para a integração regional de sua província. A ligação Teresina-Caxias era assim um primeiro e significativo passo para o desenvolvimento econômico piauiense. Além disso, havia uma perspectiva de expansão da rede telegráfica em pouco tempo.

A expectativa pela ligação com as demais províncias brasileiras e com o “mundo civilizado” era sinalizada nas notícias. É possível imaginar que o vislumbre dos redatores pelos novos tempos, a partir da experiência de modernização que a instalação das linhas telegráficas proporcionava, tenha sido um sentimento comum à grande parte da população teresinense na época. Demonstrativo do envolvimento populacional sobre a questão telegráfica, encontramos no relato da inauguração do ramal Teresina com a capital maranhense, no periódico *O Semanário*:

Teve lugar no dia 5 do corrente mês, às 10 horas do dia, mais ou menos, a inauguração da linha telegráfica desta para a província do Maranhão.

O ato esteve imponente: circulava a frente do edifício em que funciona a respectiva repartição, nesta capital, grande número de povo devidamente embandeirados.

Quase sem intervalo de um para o outro via-se subir e nos ares troar frequentes foguetes, acompanhando esse entusiástico movimento a execução de lindas e animadoras peças pela música policial que estava postada à porta do edifício.

Para ali se dirigiam alternativamente as pessoas mais gradas da nossa sociedade: o Exm<sup>o</sup> Sr. Presidente da Província, Dr. Chefe de Polícia, Juiz de Direito, o funcionalismo público, os representantes da imprensa, o comércio na maior parte, algumas famílias e etc.

Tudo era animação. O sorriso simbolizava o contentamento que geralmente sentia a população desta cidade por tão feliz acontecimento. Não era para esperar outra coisa de um povo aspirante como é o Piauiense.

Falta de desenvolvimento e de cultivação como está a nossa terra, pobre de meios para poder dar expansão à mesma sua cultivação e desenvolvimento não devia deixar de receber de braços abertos este melhoramento que acaba de legar-lhe o governo geral.

Das 10 às 12 horas do dia e das 4 às 9 da noite muitos foram os telegramas, que, diversas classes desta capital, expedirão aos seus colegas do Maranhão felicitando-os pelo impulso que acabavam de dar estas duas províncias irmãs na avenida do progresso.<sup>153</sup>

Descrições de momentos cívicos como esse são raras na imprensa piauiense da segunda metade do século XIX. O último teria sido quando os combatentes chegaram da Guerra do Paraguai. A notícia pareceu transmitir a imagem de uma província pobre e

<sup>152</sup> TELÉGRAFO. *O Semanário*. Teresina, ano 9, n. 346, p.3, 2 ago. 1884.

<sup>153</sup> INAUGURAÇÃO da linha telegráfica. *O Semanário*. Teresina, ano 9, n. 356, p.3, 8 nov. 1884.

atrasada, que agora adentra a “avenida do progresso”. Eis que é chegada a hora de marchar junto com o mundo. Inquieta-nos saber: quem participava deste novo mundo? Afinal, quem era o “povo” cheio de contentamento presente na inauguração?

Os indícios sinalizam que o redator se referia à elite política e econômica e aos membros da imprensa e do funcionalismo público. Embora as pessoas pobres, livres, libertas ou escravas estivessem presentes ao evento, a descrição da inauguração foi utilizada para “silenciar” a participação dos mais pobres. Não é por acaso que o regalo é dado às pessoas “mais gradadas” da sociedade, distinção social típica do período imperial.

Nesse sentido, o domínio da escrita em jornais pode ser entendido como um exercício de poder. Percebemos semelhante aspecto narrativo no relato do próprio evento, no jornal *A Imprensa*. A diferença é de que, neste, o redator constrói o mesmo semblante risonho, ou seja, às faces dos “cidadãos gradados”, pois:

[...] Compareceram na estação telegráfica, s. exc. o sr. presidente da província, dr. chefe de polícia, juiz e todos os chefes das repartições, além de muitos outros cidadãos gradados, o corpo comercial, em cujos semblantes notava-se verdadeiro júbilo pela realização de tão portentoso melhoramento, que ainda uma vez comemora o poder da inteligência humana.<sup>154</sup>

Estes eram os mesmos participantes que estiveram na inauguração das primeiras linhas telegráficas, no Piauí, a 13 e 14 do mês de dezembro, quando da ligação de Teresina a Campo Maior e Piripiri, e da Corte e as demais províncias. Na ocasião, foram trocados muitos telegramas entre os próprios comprovincianos e, entre estes e as autoridades das diferentes províncias, principalmente da Corte. Momentos assim evidenciam a tomada de consciência da modernização entre os redatores, a elite política e econômica. Um sentimento comum de esperança ante o porvir; uma ruptura com o passado aflora.

Destacamos esse tempo inovador a partir do jornal *A Imprensa*, relatado da seguinte forma: “[...] uma nova era – para o Piauí – era de luz e do progresso. [...] [De agora] em diante, achamo-nos em comunicação instantânea com a corte, província e mundo civilizado”.<sup>155</sup> O telégrafo era carregado de simbolismos e significações conotativamente positivas. Os redatores associavam-no à locomotiva, que em sua admirável rapidez encurtava os espaços; análogo era o fio elétrico que transmitia o pensamento às mais remotas distâncias.

O sentimento despertado principalmente entre os redatores, comerciantes e políticos era de entusiasmo. Tamanho empreendimento provocava surpresa: “[...] é um fato que se

<sup>154</sup> A IMPRENSA. *A Imprensa*. Teresina, ano 20, n.842, p.2, 12 nov. 1884.

<sup>155</sup> LINHAS TELEGRÁFICAS. *A Imprensa*. Teresina, ano 20, n. 847, p.6, 17 dez. 1884.

mostra e que se passa aos nossos olhos, grande, sublime e assombroso!”.<sup>156</sup> A telegrafia era para aqueles homens muito mais que um meio técnico de comunicação eficiente e rápido que encurtava distâncias. As funcionalidades dela extrapolavam o campo das comunicações, como sugere notícia do jornal *A Imprensa*:

Se é digno de nossa admiração a locomotiva que passa, o vapor que fende as águas, o túnel que rompe a rocha granítica, o telefone que diga os sons e as vozes, aproximando, encurtando, todos, as maiores distâncias, mais digno ainda de nossa admiração, do nosso assombro – é o telégrafo – que nos põe em comunicação rápida com o mundo inteiro, que traz-nos a civilização, o aperfeiçoamento dos nossos costumes, a prevenção e punição dos crimes, o desenvolvimento do comércio e da indústria, todas as condições enfim, de vida, de progresso e de melhoramento moral e material.<sup>157</sup>

A notícia supracitada apresenta exageros em relação às capacidades atribuídas ao telégrafo, compreensíveis diante da ansiedade dos jornalistas piauienses em vivenciarem, em sua província, a civilização e os bons costumes vindos de fora e até então conhecidos via leitura de periódicos, revistas e livros. Sem dúvida, eram por esses meios que eles descobriam os feitos dos cientistas e inventores da época. Benjamin Franklin, Galvani, Ferguson, Newton, Watt, eram alguns desses que, com suas descobertas, segundo o redator de *A Imprensa*, “[...] nos proporcionam os melhores ensejos de realizarmos os mais importantes melhoramentos”.<sup>158</sup>

A voz desses homens de ciência estrangeiros circundava frequentemente a imprensa, seja para a promoção de seus conhecimentos em novidades científicas, seja para o enaltecimento da capacidade do homem de, por meio do estudo, da perseverança, da ciência e da oportunidade, conseguir constituir-se “rei da criação” ou “dominador de todos os elementos”.

Os redatores adotavam a ciência como o vislumbre de um novo mundo. Para eles, não utilizar as novas invenções e técnicas descobertas, cientificamente comprovadas, era permanecer relegados à barbárie. Os artigos jornalísticos na imprensa piauiense relacionados à ciência do século XIX são marcados também pela presença de prescrições à sociedade em prol da adoção do fator científico com sua “verdade” superior, isto é, dominadora sobre a natureza e promotora do bem viver.

O articulista postava-se como “arauto da modernização”, expondo a ideia nova, que poderia ser adotada ou não pelo público leitor. Dois artigos sobre os benefícios da

<sup>156</sup> A IMPRENSA. *A Imprensa*. Teresina, ano 20, n.842, p.2, 12 nov. 1884.

<sup>157</sup> A IMPRENSA. *A Imprensa*. Teresina, ano 20, n.842, p.2, 12 nov. 1884.

<sup>158</sup> A IMPRENSA. *A Imprensa*. Teresina, ano 20, n.842, p.2, 12 nov. 1884.

implantação de para-raios nos edifícios de Teresina, presentes no jornal *O Telefone*, exemplificam a relação entre os inventos científicos e sua tentativa de implantação na sociedade teresinense por meio da imprensa. O primeiro deles, intitulado *Chapada do Corisco*, argumentava sobre a necessidade de Teresina, diante da alta incidência de raios em seu território, instalar para-raios em seus edifícios.

Conforme a visão dele, já havia passado “[...] a época em que era preciso resignar-se ao perigo eminente nas trovoadas ou aos efeitos horríveis da eletricidade atmosférica, como se fora a manifestação da cólera do Todo-poderoso”.<sup>159</sup> Percebia-se na invenção de Benjamin Franklin “[...] uma das parcelas da grande soma de benefícios com que a ciência tem dotado a humanidade”.<sup>160</sup> Essas questões, após a apresentação dos simples materiais necessários para sua construção e técnica de instalação, terminaram com o texto de petição à Câmara Municipal de Teresina, para que fosse implantado no código de postura da cidade a ordem de que ninguém pudesse edificar uma casa sem para-raios.

A Assembleia Provincial também recebeu orientação para que votasse uma “[...] pequena verba para erigir-se em todos os edifícios públicos tão simples quão útil e pouco dispendioso aparelho”.<sup>161</sup> Em outro artigo intitulado *Para-raios*, o articulista reiterou sua orientação à Câmara Municipal que obrigasse a implantação de para-raios aos construtores de novas casas em Teresina no código de posturas da municipalidade. Publicado mais de dez dias após a impressão de *Chapada do Corisco*, nesse texto o autor se colocava mais incisivo quanto aos argumentos. No primeiro parágrafo, destacou o que é o para-raios, enfatizando o caráter simplório da “descoberta de Franklin”.

Para a frustração do articulista, o povo teresinense ficava à mercê da natureza. Por isso, arrematou o artigo com questionamentos e críticas aos habitantes da cidade:

E porque seremos nós mais descuidados do que os próprios bárbaros?  
Porque construiremos casas em um terreno denominado – Chapada do Corisco – onde sabemos que são frequentes aqueles fenômenos elétricos, sem tomar tão simples, tão fácil precaução em favor de nossas vidas e de nossos bens.  
[...] Parecerá talvez irrisória esta insistência, mas parece-me ainda mais ridículo o espetáculo que apresenta o interior de algumas famílias, em noites de trovada; espetáculo tanto mais irrisório quanto algumas vezes nada apresenta de científico, de razoável ou sequer de senso prático.<sup>162</sup>

<sup>159</sup> CHAPADA DO CORISCO. *O Telefone*. Teresina, ano 2, n.64, p.2, 28 abr. 1884.

<sup>160</sup> CHAPADA DO CORISCO. *O Telefone*. Teresina, ano 2, n.64, p.2, 28 abr. 1884.

<sup>161</sup> CHAPADA DO CORISCO. *O Telefone*. Teresina, ano 2, n.64, p.2, 28 abr. 1884.

<sup>162</sup> PARA-RAIO. *O Telefone*. Teresina, ano 2, n.66, p.3, 10 maio. 1884.

No que concerne à implantação do para-raios nas casas de Teresina, o comentarista desponta como um portador da luz, da razão e da verdade. Seus argumentos se alicerçam na necessidade urgente de adequar os hábitos da população da “Chapada do Corisco” aos ditames da ciência impostos pelos novos tempos.<sup>163</sup> Nos artigos *Chapada do Corisco* e *Para-raio*, dois “mundos” se confrontam. De um lado, um “mundo tradicional”, atrasado, ignorante e submetido à ideia de que as manifestações da natureza são atributo unicamente de Deus. De outro, um “mundo moderno” atrelado às novidades científicas, guiado pela razão e pelo senso prático que tem o homem como um dominador dos “atributos de Deus”, um Prometeu que anseia pelo poder/saber.

Os redatores, direta ou indiretamente, elaboraram uma convenção de sociabilidade, por intermédio dessas prescrições, aludindo os estados evoluídos de ascensão ao progresso. Logo, era preciso moldar os hábitos cada vez mais para o caminho do civilizar, do abandono da rudeza e da barbárie.<sup>164</sup>

Na verdade, estamos diante dos primeiros embates desses mundos que se entrecruzavam. A imprensa piauiense, entre 1868 e 1889, registrou e se tornou ingrediente do início do processo de modernização na província. Como podemos ver no caso da notícia sobre o crescimento vertiginoso das milhas de cabos submarinos que se multiplicavam, no Atlântico, desde sua origem em 1858, permitindo também por sua qualidade, “[...] em menos de vinte minutos, poder se transmitir um telegrama que dê uma volta ao planeta”.<sup>165</sup> É de se imaginar também o espanto e a curiosidade dos leitores, dos anúncios do jornal *O Telefone* publicado em 29 de setembro de 1888, ao se depararem com a primeira possibilidade de conhecerem um ateliê fotográfico, e quem sabe até, após a Missa de domingo pela manhã, na Igreja de Nossa Senhora do Amparo, obterem uma fotografia da sua família que seria guardada como relíquia e memória de uma Teresina que oferecia, aos pouquinhos, suas novidades modernas. Todo esse planejamento familiar para o próximo domingo matinal tornara-se possível pela chegada do fotógrafo alemão C. Bischoff, vindo direto dos Estados

---

<sup>163</sup> Antes de sua fundação o território onde se situa o centro de Teresina era chamado de Chapada do Corisco pela alta incidência de raios, neste local, nos tempos chuvosos.

<sup>164</sup> Assim, concordamos com Jean Starobinski na medida em que este estabelece o estreito relacionamento entre as noções de civilização e progresso. Pois, para o historiador: “a palavra civilização, que designa um processo, sobrevém na história das ideias ao mesmo tempo em que a acepção moderna de progresso. Civilização e progresso são termos destinados a manter as mais estreitas relações”. Conferir: STAROBINSKI, Jean. *As máscaras da civilização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.15.

<sup>165</sup> EM 1858 FOI colocado. *A Reforma*. Teresina, ano 1, n. 32, p.3, 11 nov. 1887.

Unidos, de onde trazia as “melhores máquinas utilizadas na arte fotográfica”. Os anúncios convidavam os cidadãos teresinenses a visitarem seu ateliê.<sup>166</sup>

“[...] Ainda bem que vamos obtendo alguma coisa”, afirmou o redator de *O Telefone* publicado em 14 de outubro de 1882, diante das promessas de instalação da iluminação pública, em Teresina, ainda em novembro daquele ano; e também de uma rede telegráfica ligando todo o norte do Império. Os jornais acompanhavam de perto a evolução dos “melhoramentos” da província.

As promessas pelas melhorias geravam ansiedade e, quando demorava muito a execução, chegavam a veicular notícias assegurando que o projeto “iria sair do papel”. Um exemplo foi o caso da construção da via férrea Teresina-Caxias, que parecia se concretizar na década de 1880, contudo, em virtude das várias dificuldades encontradas na construção,<sup>167</sup> a obra somente iniciou em 1891 e foi inaugurada em 1895.<sup>168</sup>

As inúmeras inovações utilitárias repercutiam nas notícias, gerando um clima de grande expectativa e de grande crença em um futuro desenvolvido da economia piauiense. O processo de modernização lento não deixava de indicar a presença de modificações que prometiam mudanças significativas nas condições de vida de toda a população piauiense.

No entanto, a modernização é ambígua e seletiva. A maioria dos piauienses, naquele período, estava aquém dos benefícios prometidos pelos bens modernos. Quando ocorria a inauguração das linhas telegráficas ligando a província do Piauí a todas as outras e à Corte brasileira, os grandes comerciantes locais eram os maiores entusiastas. Enviavam telegramas a comerciantes de várias outras províncias, fazendo votos de engrandecimento aos seus negócios.

Críticas ao estado de desigualdade econômica apareciam com frequência na imprensa, mesmo com todos os “melhoramentos” acontecendo, no Piauí. O trecho de um artigo intitulado *Atualidade*, publicado no periódico *O Telefone* em 1 de janeiro de 1889 elucida a afirmação feita:

O ramal telegráfico que prende a comercial cidade de Parnaíba, a linha geral do Estado, o arrampamento do porto desta capital, a extensão da navegação do majestoso rio que nos proporciona o melhor e o mais fácil meio de comunicação até a vila de Santa Filomena, a instalação de uma companhia de tecidos e fiação nesta cidade, o estabelecimento de uma estrada de ferro de Caxias à florescente Teresina, são fatos que nos enchem de prazer e

<sup>166</sup> ANÚNCIOS. *O Telefone*. Teresina, ano 6, n. 278, p.4, 29 set. 1888.

<sup>167</sup> VIA FERREA DE CAXIAS A TERESINA. *O Semanário*. Teresina, ano 6, n. 358, p.4, 19 nov. 1884.

<sup>168</sup> QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e a República...* p.24.

contentamento, é certo, mas que por outro lado nos entristecem e amotinam, quando consideramos que esses melhoramentos entre nós, *longe de serem benefícios públicos, servem unicamente para opulentar à poucos privilegiados e muita vez não atingem ao fim para que foram destinados* (grifos nossos).<sup>169</sup>

Diante desse “mundo” posto à margem da civilidade e da abastança, um questionamento circundava políticos e homens de imprensa do período: como “destruir o mundo da pobreza”, no Piauí, e entrar definitivamente na marcha do progresso? Em que consistia essa destruição? Afinal, a elite piauiense estava interessada, de fato, no fim da desigualdade social?

Nas décadas de 1870 e 1880, várias soluções relacionadas à expansão econômico-financeira foram apresentadas pela imprensa, vistas até aqui. Com efeito, um problema complexo como a pobreza exigiria ampla gama de ações e ideias efetivas. Os projetos de modernização alinhados à abolição da escravidão e à implantação da República no Brasil, debatidos na imprensa do período, entraram neste escopo.

A imprensa e suas várias prescrições visava a ser um meio encontrado para promover a construção de uma sociedade ilustrada na província, segundo os modelos estrangeiros que as bem-sucedidas sociedades europeias e dos Estados Unidos já ofereciam, envoltas pelo exponencial crescimento fundamentado no capitalismo industrial. Falamos sobre uma meta colossal a ser alcançada, ou seja, a elite estava em uma sociedade extremamente desigual por ser, desde sua matriz, escravocrata. Ela mesma contribuía para a permanência desse triste cenário.

Portanto, tendo em vista as tessituras desta discussão, no próximo capítulo abordaremos em relação de continuidade das reflexões o envolvimento entre a elite, a imprensa e a escravidão, na província do Piauí, entre 1868 e 1889.

---

<sup>169</sup> O TELEPHONE. *O Telephone*. Teresina, ano 5, n.289, p.1, 1 jan. 1889.

## 2 ESCRITOS DE BRANCOS SOBRE NEGROS: A ESCRAVIDÃO NA IMPRENSA PIAUIENSE NO FINAL DO IMPÉRIO

[...] Os escravos estão libertando-se em todo o país e os *homens livres* trabalham em prol da grande causa da liberdade e do progresso (grifos nossos). (O CORONEL JOSÉ ANTUNES PIAUILINO. *A Imprensa*. Teresina, ano 22, n.951, p.3, 8 jan. 1887).

No capítulo anterior, dialogamos sobre alguns limites e contradições quanto aos valores liberais da elite letrada piauiense envolvida na redação de jornais, que estavam coadunados à perspectiva de modernização/civilização e progresso que aquele grupo social ensejou por meio da imprensa. Continuaremos nesse esteio temático focalizando perscrutar a concepção de mundo dessa mesma classe dominante; como expressos e articulados na sua produção impressa, no que concerne aos rumos que defendiam serem adotados pelo Estado e pela sociedade, diante do tão almejado devir moderno.

Para tal propósito, é iniludível que precisamos adentrar na estrutura social do Brasil Império fundada nas relações escravistas. De fato, a escravidão foi a relação de produção fundamental na sociedade brasileira do Oitocentos, herança colonial matizada pelas novas cores do ordenamento jurídico-político, erigido pela nova classe dirigente organizadora do Estado após a Independência.

Assim, da mesma forma que a monarquia portuguesa assentou sua dominação colonial sobre a exploração do trabalho escravo, também o Império independente conservou-se como superestrutura da mesma base econômica. A manutenção do mercado unificado de escravos foi condizente à busca por uma rígida centralização do aparelho de Estado e à proteção dos interesses escravistas no vasto território do Brasil.<sup>170</sup>

O construto desse arranjo nacional é complexo e fora muito estudado pela historiografia brasileira. Porém, não podemos silenciar o papel significativo do tipo de elite política existente à época da Independência que, segundo José Murilo de Carvalho, promoveu a “solução monárquica” garantidora da unidade da ex-colônia e de um governo civil estável.<sup>171</sup>

<sup>170</sup> GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1991, p.184.

<sup>171</sup> Para o historiador, “o Brasil dispunha, ao tornar-se independente, de uma elite ideologicamente homogênea devido a sua formação jurídica em Portugal, a seu treinamento no funcionalismo público e

Coube a essa elite, unificada ideologicamente pela sua educação superior – principalmente formação jurídica – em Coimbra, pelo menos até 1850, a incumbência de dirigir a organização do Estado.<sup>172</sup> Formada por bacharéis, provenientes de famílias de recursos, era uma verdadeira “ilha de letrados” distinta pela educação superior europeia ou mesmo brasileira, após a criação das primeiras escolas superiores em território nacional na primeira metade do século XIX.<sup>173</sup>

Era cooptada por sua própria rede de familiares e amigos a ocupar os cargos políticos decisivos como deputados, senadores, diplomatas e os mais altos empregos oferecidos pelo Estado. Consideramos que é nesta classe dominante que serão redigidos os grandes códigos legais do Império como: a Constituição de 1824, o Código Criminal de 1830, o Código do Processo Criminal de 1832, e, por último, o Código Comercial de 1850.<sup>174</sup>

Não interpretamos esses diplomas legais como “marcos da modernidade”, detentores das novas ideias liberais em curso na Europa. Corroboramos com a visão de Jurandir Malerba ao discursar sobre possíveis janelas de acesso ao quadro de valores da classe senhorial que os

---

ao isolamento ideológico em relação a doutrinas revolucionárias. Essa elite se reproduziu em condições muito semelhantes após a Independência, ao concentrar a formação de seus futuros membros em duas escolas de direito, ao fazê-los passar pela magistratura, ao circulá-los por vários cargos políticos e por várias províncias”. CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 39.

<sup>172</sup> As implicações intelectuais e políticas, desta formação superior, para as primeiras gerações elitistas imperiais brasileiras foram interpretadas por José Murilo de Carvalho, Sérgio Adorno, Jurandir Malerba, entre outros. De um modo geral, nesse contexto, o Iluminismo francês com seu teor revolucionário, anti-histórico e irreligioso foi evitado dando lugar ao Iluminismo italiano mais progressista, reformista, nacionalista e humanista e essencialmente cristão e católico. Gerava-se uma vida intelectual menos afeita a ideias radicais que poderiam ser encaradas como perigosas à autoridade em geral e a autoridade da ordem governamental das monarquias. Conferir: CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem...* p.67-77; p.85-88; ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. São Paulo: Edusp, 2019; MALERBA, Jurandir. *Os brancos e a lei: liberalismo, escravidão e mentalidade patriarcal no Império do Brasil*. Maringá: EDUEM, 1994.

<sup>173</sup> Sobre a criação dos primeiros cursos de Ciências Jurídicas e Sociais, efetivada por lei no dia 11 de agosto de 1827 por D.Pedro I, conferir: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questões raciais no Brasil – 1870 -1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. Para Ilmar Rohloff de Mattos, “sem dúvida, a educação superior foi um poderoso elemento de unificação ideológica da ‘elite’ imperial, sobretudo por meio da formação jurídica, que fornecia um núcleo homogêneo de conhecimento e habilidades”. Conferir: MATTOS, Ilmar Rohloff de Mattos. *O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial*. 7 ed. São Paulo, Hucitec, 2017, p.194.

<sup>174</sup> Utilizamos o conceito de classe senhorial, elite ou classe dominante no mesmo sentido de Ilmar Rohloff de Mattos, que a denomina como “boa sociedade”, detentora na sociedade imperial de dois atributos fundamentais: liberdade e propriedade. Ela tem, no período de formação do Estado Imperial, as funções de: “emancipar-se da tutela metropolitana, organizar o novo Estado soberano e reproduzir a estrutura da sociedade”. Conferir: MATTOS, Ilmar Rohloff de Mattos. *O tempo saquarema...* p. 128.

criou, uma classe escravista.<sup>175</sup> Na Constituição outorgada em 1824 estão ausentes, por exemplo, os escravos, os homens livres e pobres; restringia-se a cidadania àqueles que, a partir das rendas estipuladas, poderiam ter acesso aos graus específicos de participação política, tratando-se, neste caso dos cidadãos.

Tomando por base o Código de Processo Criminal e o Código Comercial, identificaremos instrumentos jurídicos voltados para os interesses de setores específicos da classe dominante como autoridades jurídico-policiais e proprietários de bens. O Código Criminal, por sua vez, abrangia todos os segmentos sociais, mas destinava apenas ao elemento servil punições como açoites, podendo chegar até a morte, em casos de insurreição dos escravos contra seus senhores.

Ressaltamos que muitos elementos liberais podem ser encontrados no conjunto dessas leis que, contudo, não tangenciaram o pacto de conservação da escravidão e de todas as suas implicações sociais e econômicas para a realidade brasileira. Uma aparente letargia ocorreu porque, diante do avanço modernizante que o liberalismo poderia proporcionar às sociedades oitocentistas no Império, de acordo com Jurandir Malerba, a elite bacharelesca de formação europeia que lhe atribuía um “verniz liberal” foi o expoente:

[...] De uma classe que se sustentou – pelo menos até 1888 – à base do açoite, no controle cotidiano dos escravos negros, sobre os quais recaía todo o trabalho que movia o país fosse no eito ou nas cidades. Realmente, o viés ilustrado dessa elite assentava-se em sua postura inegavelmente pragmática em relação à realidade – haja vista o pendor com que os intelectuais se empenharam na obra de construção da nação. Porém, jamais estiveram dispostos a abrir mão, em nome das “luzes”, de sua posição aristocrática.<sup>176</sup>

As hierarquias sociais eram mantidas pelo antagonismo de classes decorrentes do modo de produção escravista. De modo geral, o enriquecimento da “boa sociedade” detentora da liberdade e da propriedade se perpetuou fundado na exploração do trabalho escravo. Na sociedade imperial, possuir a liberdade – entendida como propriedade de si – diferenciava o cidadão do não-cidadão. Logo, possuir a propriedade – renda pessoal – definia a capacidade eleitoral do cidadão, diferenciando cidadãos ativos de cidadãos não-ativos.

Caberia à “boa sociedade” formada pelos cidadãos ativos definir as regras do jogo social, estabelecendo os limites de atuação entre si mesma e, em especial, às outras classes, que deveriam permanecer debaixo do seu mando, logo, o mundo do governo. Também havia

---

<sup>175</sup> Estamos nos referindo ao esboço feito por Malerba do quadro de valores da elite escravista tal como estruturante e estruturado no ordenamento jurídico imperial. Conferir: MALERBA, Jurandir. *Os brancos e a lei*.

<sup>176</sup> MALERBA, Jurandir. *Os brancos e a lei...* p. 31.

no mesmo grupo social o mundo da ordem formado pela classe senhorial, indisposta a abrir mão do seu teor altivo e dominador. Aos escravos, competia obedecer por meio do trabalho disciplinado. Nessas engrenagens sociais, cada um deveria “conhecer e se manter em seu lugar”.

Não obstante toda ordem buscada e reproduzida cotidianamente, havia também o mundo da desordem, da marginalidade e da preocupação para a elite imperial. Uma população de enorme tamanho e distribuição territorial formada por homens livres pobres que, na condição de *outsiders*, poderiam a qualquer momento desafiar o *status quo*. Isso geraria tensões sociais de desobediência. *Governo, Trabalho e Desordem* – eis o mundo social que configurou a ideia de nação durante todo o período imperial e que tão lucidamente foi apresentado verbalmente por Ilmar Rohloff Mattos, ao proferir que:

[...] A existência dos três mundos era, em primeiro lugar, a existência da distinção entre coisa e pessoa. *O Povo* e a *plebe* eram pessoas, distinguindo-se dos escravos por serem livres. Todavia, Povo e plebe não eram iguais, nem entre si nem no interior de cada um dos seus mundos. À marca da liberdade que distinguia a ambos dos escravos acrescentavam-se outras, que cumpriam o papel de reafirmar as diferenças na sociedade imperial, como o atributo racial, o grau de instrução, a propriedade de escravos e sobretudo os vínculos pessoais que cada um conseguia estabelecer.<sup>177</sup>

A segregação entre as ordens de homens livres e escravos, durante o Império, fundou-se nas bases do latifúndio agroexportador e no trabalho escravo. Desse modo de produção escravista surgiram as relações sociais, tanto nos ambientes rurais como urbanos, marcadas pelo “[...] caráter rigidamente estratificado, assentado no dever de obediência dos inferiores e dependentes e no direito de mando dos superiores”.<sup>178</sup>

Nessa sociedade repleta de distinção, não havia condições mentais para a existência de uma sociedade liberal na qual houvesse relações horizontais entre indivíduos livres e iguais – condição *sine qua non* para os acordos contratuais de livre mercado. Temos, então, uma estrutura favorável à eclosão de uma visão de mundo dos setores letrados dominantes (mundo da ordem e do governo), caracterizada pela reverência à autoridade e pelo uso de formas específicas de violência.

Se no Império os mundos sociais existiam a partir de suas distinções, é adequado afirmar que havia um esforço pragmático por parte da “boa sociedade” para a manutenção dos seus privilégios de liberdade e propriedade. Sua autoimagem de detenção dos domínios da autoridade e do uso da violência, a partir do patriarcalismo, foi reproduzida nos vários

<sup>177</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de Mattos. *O tempo saquarema...* p. 138.

<sup>178</sup> MALERBA, Jurandir. *Os brancos e a lei...* p. 44.

âmbitos da sociedade nesse sentido. Exemplo dessa operação dominadora pode ser encontrada na configuração e aplicação dos códigos de leis imperiais.<sup>179</sup>

É nessa sociedade, que apresenta o cativo negro como seu elo mais frágil e considerado do ponto de vista jurídico uma propriedade, que a imprensa piauiense vai se desenvolver entre 1868 e 1889.<sup>180</sup> Estamos apresentando as últimas décadas da escravidão legalizada no Brasil na qual a elite imperial debatia e questionava o mundo da ordem construído por ela, diante da eminente abolição.

Reconhecida a importância dos jornais piauienses em finais do Império como fórum de debates centrais na época, o objetivo deste capítulo é, portanto, mapear os valores político-sociais dos redatores frente aos escravizados, possibilitando caracterizar a situação do escravo na imprensa, bem como compreender as relações sociais mantidas pela sociedade piauiense no final do século XIX. Transpusemos como pano de fundo a perspectiva de modernização daqueles homens de imprensa repleta de ambiguidade. Dessa maneira, buscamos dialogar sobre “[...] os modos *como os brancos falavam* sobre o negro e o representavam num momento de mudanças e transformação nos atributos que formalmente definiam esses elementos”.<sup>181</sup>

## 2.1 O escravo nos jornais piauienses

O que encontramos nos periódicos – sejam eles mais conservadores ou mais libertários diante do sistema escravista – são as ideias predominantes naquele período, pertinentes aos intelectuais, políticos e redatores que informavam a opinião pública.<sup>182</sup> Assentando-se nessa perspectiva é que elencaremos os temas mais recorrentes relacionados à visão sobre os escravos a partir de fragmentos vários de jornais publicados, entre 1868 e 1888, no Piauí.

Todavia, pedimos licença ao leitor para um adendo, ou seja, reportarmos a ideia de que os homens de imprensa, conscientes ou não, também formularam suas autoimagens

<sup>179</sup> Para um estudo mais aprofundado sobre um mapeamento dos valores da classe dirigente, através da sua produção jurídica, onde foram apresentados os alicerces da sua mentalidade escravista. Conferir: MALERBA, Jurandir. *Os brancos e a lei*. Sobre como as legislações imperiais impuseram a normatização e o controle da massa cativa na Província do Piauí, entre 1850 e 1888, ver: SOARES, Débora Laianny Cardoso. *(In)justiça no sertão: escravidão, processos crimes e o aparato judicial no Piauí (1850/1888)*. Teresina: EDUFPI, 2014.

<sup>180</sup> MALHEIRO, Perdígão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social*. 3 ed. Petrópolis; Vozes: Brasília: INL, 1976.

<sup>181</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz. *Retrato em branco e negro: Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p.19.

<sup>182</sup> BARBOSA, Marialva. *História Cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010, p.79.

muitas vezes descambando para “[...] apologias (disfarçadas ou não) do racismo e da disseminação mais ou menos subliminar de preconceito contra os negros”.<sup>183</sup> É que a exclusão social pela cor da pele, a violência autoritária, o negacionismo da condição humana aos cativos, ou seja, toda a concepção de mundo escravista envolta pelo aparente paternalismo brando e altruísta, são características frequentes na imprensa – mesmo naquela que se identificava como abolicionista – como se verá mais adiante. Como afirmou Roland Barthes, “é a insistência em um comportamento que revela a intenção”.<sup>184</sup> Sigamos em busca das recorrências.

Os jornais piauienses de 1868 a 1889 não se resumiam, como pareceria a partir dos primeiros temas apresentados, no capítulo anterior, como notícias estrangeiras sobre inovações tecnológicas, “melhoramentos” na província ou anúncios de remédios milagrosos. Neles, as questões mais polêmicas envolvendo a condição escrava e o avanço da propaganda republicana também foram debatidas de forma recorrente, principalmente em relação àquela.

O número de editoriais, notícias, anúncios e outras seções dos jornais voltados para a temática da escravidão foi talvez o mais significativo, em volume, ficando atrás apenas das pautas partidárias. Sem dúvidas, observamos no vasto material um ensejo para analisarmos os valores dos homens de imprensa frente ao escravo e à própria escravidão. Partimos da noção de que o escravo, enquanto “ser social” no contexto histórico brasileiro, foi formado com a empresa colonial, através do trabalho compulsório nas grandes propriedades rurais.

Nas terras, se constituiu uma forma histórica inédita, em um modo de produção historicamente novo e determinante para as divisões sociais mais acentuadas durante o período de vigência da escravidão africana e afrodescendente na Colônia e Império.<sup>185</sup> As relações sociais escravistas na sociedade brasileira foram calcadas no modo de produção originário na empresa colonial. E se reproduziram – não de forma aleatória – ao longo das décadas, em uma verdadeira continuidade histórica, configurando senhores e escravos, brancos e negros, dominantes e dominados, a partir das condições materiais de vida impostas.

Dispusemo-nos no contexto social assentado pela lógica hierárquica, logo, predisposto à promoção da desigualdade, como poderemos observar pelas lentes da imprensa. É nela que identificaremos a ideologia da elite letrada sobre os escravos e a escravidão, reforçando a autoimagem da classe senhorial escravista como “superior” aos demais grupos sociais, em

---

<sup>183</sup> BARROS, Mariana Monteiro de; MOREL, Marco. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p.89

<sup>184</sup> BARTHES, Roland. *Mitologias*. 5 ed. São Paulo: Difel, 1982, p. 36.

<sup>185</sup> A tese sobre o escravismo colonial se encontra em: GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*.

especial, os escravos. Essa concepção de mundo proveniente do modo de produção escravista era adotada desde o período colonial.

Como porta-vozes da elite política e intelectual, os jornais produziram através das suas variadas formas de conteúdo informativo uma perspectiva hierárquica do cativo, na medida em que este, de modo geral, era apresentado como “inferior”. Essas representações reproduziam as distinções sociais embasadas nas condições de vida material do modo de produção escravista (o núcleo). No entanto, camadas de discursos o envolviam, reforçando as estratificações sociais que já vinham à longa data sendo construídas, interessando-nos analisar as relacionações de civilização e escravidão nos liames discursivos.

A civilização foi uma noção muito cara aos redatores oitocentistas no Brasil. Polissêmica, ela semiotizava o ideal de sociedade, postulando o progresso e a ordem. No que se refere às relações sociais estabelecidas nos jornais piauienses, é possível tracejar em paralelo ao emprego do conceito de civilização largas referências “[...] às ciências naturais e em especial à teoria que parecia representar o avanço da ciência: *a teoria da evolução*”.<sup>186</sup> De fato, a teoria científica apresentada pelo naturalista inglês Charles Darwin provocou uma imensa repercussão na arena científica, política e social, durante o *século da ciência*.<sup>187</sup>

No Brasil, o darwinismo social foi bastante popular, principalmente a partir da década de 1870. O modelo racial por ele proposto serviu para explicar as diferenças e hierarquias entre brancos, negros e índios. O desdobramento lógico do tratado teórico configurou um racismo, entendido de acordo com Robert Miles, como “processo de significação”, a partir das diferenças culturais e fenotípicas dos variados povos viventes na nação.<sup>188</sup>

No que concerne às relações sociais entre “brancos” e “negros” por meio da imprensa piauiense, notamos nesse veículo comunicativo a emergência de um discurso fundamentado na “teoria das raças”, em que o negro cativo era tratado como um “outro” biológico e culturalmente inferior. Houve, desse modo, uma racialização das relações sociais servindo tanto à justificação da escravidão quanto à segregação e limitação da cidadania dos negros nas últimas décadas da monarquia.<sup>189</sup>

Nos jornais, a “seleção natural” destacava “naturalmente” a raça branca como a mais forte de todas. A raça negra, por outro lado, pouco ou nada contribuía para nossa formação

<sup>186</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro...* p. 119.

<sup>187</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questões raciais no Brasil – 1870 -1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p.74.

<sup>188</sup> Sobre a formação do racismo no sul dos Estados Unidos, durante o século XIX. Conferir: MILES, Robert. *Racism*. London/New York: Routledge, 1989.

<sup>189</sup> ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p.36.

identitária, como elucidou o artigo “Lendas e superstições no Brasil” publicado no periódico *O Telephone*:

Nós somos o resultado do cruzamento de três *raças*: a branca, negra e amarela. Na *luta pela existência* superou a branca que tinha *por si melhores armas*. Mas desse longo conflito, posto que tenha *desaparecido* a indígena, ainda existe, *vencida, mas não nulificada*, a raça negra.

*O negro africano, radicalmente ignorante e incapaz de ter qualquer alcance intelectual, em virtude da sua inferioridade psicológica, nenhuma ou bem rara messe trouxe da lenda pátria.* A poesia popular, *quase toda europeia* ou dedicada aos misteres puramente sertanejos e nacionais, não salvou uma só estrofe por onde chegasse-nos o eco do coração africano.

Tal manifestação intelectual era impossível partir de *entes tão estúpidos*. Deles conhece-se apenas as *rudes superstições, os desvarios das suas usanças fetichistas*, que se fundiram na massa geral das superstições nacionais (grifos nossos).<sup>190</sup>

Apesar de não citar diretamente Darwin nem autores darwinistas sociais, as concepções clássicas da teoria das raças estão demarcadas no artigo. Isso indica o grau de popularidade alcançado pelos determinismos raciais entre os articulistas brasileiros durante a segunda metade do século XIX. É pertinente comentar que a convivência entre as “raças” é concebida como uma “luta pela existência”, um “conflito” em que a raça branca supera as demais por possuir “por si” as melhores armas.

Não obstante, o autor não explicita quais são essas “melhores armas”, enfatizando apenas que os “brancos” as possuem naturalmente. Atestamos nessa afirmação o fenômeno da naturalização das diferenças, quando se correlaciona características fenotípicas ou culturais aos atributos morais. Ainda podemos perceber certa condescendência do autor com o cenário populacional que ele mesmo apresenta. Ora, do “longo conflito” decorreu o “desaparecimento” do indígena.

Diante disso, nenhum questionamento ou crítica é apresentado. Apenas supomos que o genocídio aconteceu de forma “natural” e eugênica, pois na “luta pela existência” os “mais fracos (menos evoluídos) devem ficar para trás”. Talvez, neste momento haja um suspiro aliviado da “raça superior” diante de um problema resolvido. Contudo, logo nos deparamos com a persistente presença da “raça negra”, que teima em existir, “vencida, mas não nulificada”.

---

<sup>190</sup> LENDAS E SUPERSTIÇÕES NO BRASIL. *O Telephone*. Teresina, ano 2, n.68, p.3, 29 maio. 1884.

Se por um lado a raça negra já estava “vencida”, então isso demonstra um implícito desejo do autor em expressar a supremacia branca, mas, por outro lado, ela não estava anulada. Hipotetizamos que este tenha sido o “espanto” que transformara rapidamente o semblante da raça branca. A tensão causada estava na premente tarefa evolutiva ainda por realizar: a nulificação dos efeitos que a raça negra trouxera da África para o Brasil.

Em uma perspectiva hierárquica de visão dos brancos sobre os negros cativos, a raça “branca” afirmava que nenhuma qualidade positiva poderia ser proveniente dos escravos africanos, “ignorantes” e “psicologicamente inferiores”. Pelo contrário, de “entes tão estúpidos”, somente poderiam ser proporcionadas à vida nacional “rudes superstições, desvarios das suas usanças fetichistas”.

Isso posto, tornava-se necessário para o bem da ordem, progresso e civilização nacional, “nulificar” os rituais religiosos dos brasileiros, das crenças, rituais e instrumentos místicos africanos. Para uma elite imperial branca assentada na moral judaico-cristã e cada vez mais devota dos princípios evolucionistas, o imaginário espiritual africano era concebido como superstição, feitiçaria, imoralidade, ou seja, uma afronta expressiva à sua concepção de mundo.

Estabelecendo um contraste entre o branco descendente dos europeus e o negro descendente dos africanos apresentados no artigo, percebemos que todo o comportamento negativo, que precisa ser tornado sem efeito do negro cativo, estava vinculado à sua origem primeira, a África, onde ele já nascera incapaz de contribuir com qualquer crescimento intelectual para a cultura brasileira.

Era uma raça inferior, bárbara e incivilizada.<sup>191</sup> No entanto, o “outro” do negro africano era o branco europeu, que contribuiu com “quase toda a poesia popular” nacional. Para o autor, seria a personificação da nossa civilização conquistada com as “melhores armas”: a inteligência, a força e a supremacia racial. Ousamos supor que a condescendência implícita do autor, frente à leitura que realiza sobre as raças que formam o “nós” (povo brasileiro), esteja embasada na ideia de predominância da raça branca sobre as demais, tendo

---

<sup>191</sup> A concepção depreciativa do negro, por sua ligação com o continente africano, foi tão forte na imprensa piauiense que os próprios redatores utilizavam o adjetivo “africano” para desvalorizarem, algum comportamento do negro, escravo ou liberto, ou alguma oposição política, situação social, sempre recorrendo ao termo com conotação negativa voltada para a barbárie, incivilidade, anarquia ou violência das autoridades pela força policial. Como exemplo, podemos encontrar no editorial do jornal *A Imprensa*, publicado em 24 de janeiro de 1888, a utilização do adjetivo “africana” para se opor à situação política conservadora, que vigorava naquele ano, na província: “Nós os piauienses, postos fora da lei graças à prepotência do czar que nos avassala com a sua jurisprudência *africana*, gememos vítimas de todas as opressões e violências”(grifo nosso). Conferir: ANARQUIA. *A Imprensa*, Teresina, ano 23, n. 1004, p.1, 21 jan. 1888.

em vista que índios e negros não tinham capacidade de prevalecerem diante do progresso e da civilização assegurados pelos brancos.

Mais que lendas e superstições nacionais, o artigo também apresenta, ainda que nas entrelinhas, um projeto de Brasil do qual a “evolução das espécies” configurou o genocídio indígena e o desejo de nulificação da cultura africana frente à sua atestada derrota racial. Utilizando as categorias propostas pela teoria da evolução, os articulistas ultrapassavam os limites da biologia, proporcionando ao grande público uma terminologia acessível que permitisse a fácil popularização.

Assim, reduziam a vida social e suas transformações a regras de evolução biológica, “naturalizando” as múltiplas diferenças entre brancos, índios e negros. Para o grupo dirigente brasileiro, confiante e orgulhoso de “sua sabedoria” espelhada na civilização europeia, na segunda metade do século XIX, toda essa teoria foi adaptada “ao seu gosto” para formatar seus projetos de nação e cidadania.<sup>192</sup>

O darwinismo social reforçava a justificativa de existência da escravidão no Brasil oitocentista. E, como alimentava a atitude imperialista dos “civilizados europeus”, também subjazia à perspectiva hierárquica de visão dos homens de imprensa sobre os negros africanos e seus descendentes. Ademais, ainda que a origem de um cativo africano fosse proveniente de uma “família reinante” naquele continente, quando chegava ao Brasil, toda sua identidade original era aniquilada e os indivíduos eram coisificados como “mercadoria” e dependentes da “generosidade” do senhor branco.

Esse ato violento revela como, na base da violência, uma “raça” se sobreponha à “outra”, conforme encena o trecho de uma *carta ao redator*, publicada no jornal *O Piauí*: “[...] É verdade que ele é descendente paterno da Etiópia, e a preta velha sua mãe é da família reinante de Congo. Mas o que vale isto, se ela foi vendida por duas varas de missanga, e se foi alguma coisa no Brasil, o deveu a bonomia dos brancos?”.<sup>193</sup> Como “mercadoria”, o negro cativo perdia a propriedade de si e passava a ser domínio de outrem. Não é arriscado afirmar que esta concepção de mundo traduzida no escravo como “ser inferior” e que, por isso, deveria ser tutelado por outra pessoa, tenha sido bastante comum entre a população piauiense desde os tempos coloniais, abrindo margem para referenciar a teoria de Marx e Engels – de que as ideias da classe dominante são as ideias dominantes numa sociedade.<sup>194</sup>

<sup>192</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças...* p. 119.

<sup>193</sup> MEU SR. REDATOR. *O Piauí*. Teresina, ano 3, n.96, p.3, 10 ago. 1869.

<sup>194</sup> MARX, Karl; ENGELS, Friederich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998.

A despeito disso, para a historiadora Tanya Maria Pires Brandão, desde o período do Piauí Colonial seus habitantes concebiam o elemento reduzido ao cativo, nivelando-o à condição de objeto, mercadoria comerciável pertencente obrigatoriamente a alguém. Viam nele um ser animalizado, destinado aos trabalhos pesados e degradantes ao homem. E, por fim, consideravam-no como elemento inferior, incapaz intelectualmente, necessitando ser tutelado, representado.

Esse imaginário real à época não era diferente das outras sociedades também escravistas.<sup>195</sup> De modo geral, segundo os princípios da teoria das raças, os negros africanos eram colocados em posição serviçal por serem afetados por sua própria natureza inferior em relação aos europeus. A “civilização da raça superior” explicava a escravidão das “raças inferiores”.

O desnudamento dessa condição de fomento da inferiorização da raça negra também encontrava forte vínculo no preconceito racial. De fato, ele também estava presente nos jornais, às vezes, de forma subliminar pela exaltação da tonalidade da pele branca como “a mais bela”, em contraposição à cor de pele negra. Vários produtos cosméticos anunciados nos jornais prometiam “branquear mais a pele”, como o exemplo da *Água de Kananga*, da marca Kananga do Japão, produzida pela companhia Rigaud e Cia.

Perfumes de Paris eram a “[...] loção mais refrigerante, a que mais vigor dá à pele, e que mais *branqueia* a cútis, perfumando-a delicadamente” (grifo nosso).<sup>196</sup> Já a *Água de Florida* era um perfume produzido, em Nova York, pela companhia Murray & Lanman e que, comunicava “[...] às feições trigueiras e pálidas, uma pele macia e de uma *transparente alvura*, dando-lhe uma linda cor de rosa” (grifos nossos).<sup>197</sup> No romance folhetinesco *Lágrimas azuis*, escrito por Henrique Rubim e em parte publicado na primeira página do periódico *A Reforma* de número 51, a personagem Júlia teve sua “beleza” descrita da seguinte forma: “[...] Era *alva como uma inglesa* e sob a cútis finíssima do seu rosto assomava em alguns momentos um vivo rubor” (grifos nossos).<sup>198</sup>

Os trechos assinalados no parágrafo anterior denotam o esforço em positivar a pele branca como “ideal de beleza”. Por outro lado, a pele negra era um distinto negativo, inferiorizada socialmente sob o referencial naturalizado para a descendência africana. Por

<sup>195</sup> BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII*. Teresina: EDUFPI, 2015, p.179.

<sup>196</sup> KANANGA DO JAPÃO. *A Reforma*. Teresina, ano 1, n.53, p.4, 9 maio 1888.

<sup>197</sup> ÁGUA DE FLORIDA. *A Pátria*. Teresina, ano1, n.36, p.4, 17 dez. 1870.

<sup>198</sup> LÁGRIMAS AZUIS. *A Reforma*. Teresina, ano 1, n. 51, p.1, 22 abr. 1888.

consequência disso, todas essas semantizações eram alvo de uma gama de intenções discriminativas.

No que se pode perceber, esse ideário racial afirmava práticas de discriminação e modelamento de percepções de raça de uma elite branca que operava as suas percepções e relações em uma luta de poder e controle da mais-valia. Portanto, o conceito histórico da raça negra operado no periodismo piauiense da segunda metade do século XIX foi construído e reproduzido no cotidiano com base em uma ideologia que fluía na rebarba do imperialismo europeu.<sup>199</sup>

No discurso do abolicionista baiano M. Segundo Wanderley, transcrito para o jornal *O Telephone*, em 1883, os escravos eram apresentados como “descendentes malditos da raça de Cam”, seres bestiais, ignorantes, “sem alma” e dependentes dos “braços protetores” dos abolicionistas. Ainda em seu discurso, publicou ideias negativas sobre a pele negra, afirmando que “[...] Há uma coisa pior sobre a escuridão da pele, é a noite da alma”.<sup>200</sup>

Ressalvamos que o preconceito racial enquanto elemento ideológico legitimador da escravidão já estava presente na sociedade ocidental antes mesmo do advento do darwinismo social. Essa teoria forneceu um verniz científico para a referida comunidade. Os europeus formaram e desenvolveram antipatias raciais desde os primeiros contatos com os indígenas na América e com os negros na África, destacando em vários registros escritos a inferioridade e o primitivismo dos “homens de cor”.

Consideramos que não foi o racismo dos europeus o grande promotor da escravidão no Brasil, visto que, ao que tudo indica, tornou-se mais forte no ocidente, durante e após o longo período escravista. Corroboramos com o historiador Eric Williams, ao afirmar que a escravidão negra originou-se, no período moderno, por razão econômica, a partir do baixo preço do seu trabalho, ou seja, não foram as motivações inicialmente raciais — Como se a “cor do trabalhador” fosse a condição indispensável para sua relação com o trabalho compulsório —. Para Williams, “as feições do homem (negro), seu cabelo, cor e dentadura, suas características sub-humanas tão amplamente alegadas, foram apenas as últimas racionalizações para justificar um simples fato econômico”.<sup>201</sup>

Em meio às “últimas racionalizações” legitimadoras da escravidão presentes na imprensa piauiense, que também reforçavam a perspectiva hierárquica de visão do negro como inferior, estava o recurso ao imaginário cristão medieval, através do mito da “maldição

<sup>199</sup> COSTA, Emília Viotti da. *Brasil: História, textos e contextos*. São Paulo: Unesp, 2015, p.200.

<sup>200</sup> BONITO DISCURSO. *O Telephone*. Teresina, ano 1, n.35, p.2, 21 set. 1883.

<sup>201</sup> WILLIAMS, Eric. *Capitalismo & escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p.24.

de Cam” como meio de se desencadear a alusão memorial entre a cor da pele negra e a escravidão. A mítica foi realizada, em 1869, por um autor de pseudônimo “O velho Mata fria”, da cidade de Piracuruca, que enviou uma carta ao redator do jornal *O Piauí*, queixando-se do comportamento de um negro – que ele não indicou o nome e nem definiu se era escravo ou liberto –, com grandes chances de ser descendente direto de africanos, pois era “[...] *cafuzo* ou *etíope*, que [estava] monomaníaco; vive falando em liberdade [...] e ameaça beber o sangue dos brancos parecendo ser o minotauro da Mitologia”.<sup>202</sup>

“O velho Mata fria” se apresenta como negro. Pelo tom irônico do escrito e pela perspectiva hierárquica que apresenta durante toda sua narrativa, supomos que sua negritude fosse falsa. Talvez tenha sido mais um artifício retórico para desmerecer aquele negro que ousava andar pela cidade bradando por liberdade e ameaçando “beber o sangue dos brancos”. O autor se expressa ironicamente em trechos como este: “[...] e os brancos, estão sem esperança de um Teseu para tirar a vida daquele monstro! Eu, porém, que conheço muito aquele cara de músico que toca baixo, nem um crédito dou a suas pataratas”.<sup>203</sup>

Destaquemos as primeiras linhas daquela carta para visualizarmos o uso do “mito de Cam” pelo autor:

Meu senhor redator. É chegada a época de todo bicho careta escrever para jornais; qualquer animal bípede faz seu rascunho e se apresenta na imprensa, apregoando valentia e narrando sofrimentos de...enxaqueca, por causa do estômago vazio! Mete dó, meu senhor! Até mesmo os pretos, como eu, vão se tornando sediciosos, e parecem prestes a atentarem contra a existência dos brancos. Esta minha raça jamais perdoará a menor ofensa recebida. No entanto *devia lembrar-se que Cam foi amaldiçoado, e todos os seus descendentes na sua pessoa, razão porque tanto sofremos e merecemos o desprezo das outras raças*. Mas qual! Não se recordam da palavra de Deus, e falam em tronco anoso da Liberdade! (grifos nossos).<sup>204</sup>

O recurso a um mito não é aleatório. Como define Mary Midgley, “[...] mitos são modelos imaginativos, redes de símbolos poderosos que sugerem maneiras particulares de interpretarmos o mundo, moldando seu significado”.<sup>205</sup> Ora, a referência memorial ao mito de Cam direcionada à raça negra, no trecho da carta acima citado, nada mais é do que uma tentativa de ordenar o mundo da escravidão ao modelo moldado pelo autor. Nele, os escravos

<sup>202</sup> MEU SR. REDATOR. *O Piauí*. Teresina, ano 3, n.96, p.3, 10 ago. 1869.

<sup>203</sup> MEU SR. REDATOR. *O Piauí*. Teresina, ano 3, n.96, p.3, 10 ago. 1869.

<sup>204</sup> MEU SR. REDATOR. *O Piauí*. Teresina, ano 3, n.96, p.3, 10 ago. 1869.

<sup>205</sup> MIDGLEY, Mary. *A presença dos mitos em nossas vidas*. São Paulo: Unesp, 2018, p.13.

já estavam destinados ao sofrimento e desprezo, em face da “maldição” recebida por Cam de seu pai Noé.<sup>206</sup>

O peso da reafirmação mitológica emanava do pensamento teológico-cristão ainda da Idade Média. A Igreja Católica, nesse contexto, muito contribuiu para a produção de uma justificação religiosa quanto às conquistas ultramarinas empreendidas pelas monarquias europeias a partir do século XV. Com a aquiescência das bulas papais, os reis cristãos europeus ancoravam na fé suas justificativas de expansão político-territorial.

A ampliação político-econômica do reino português aconteceu nesse viés de combinação entre interesses políticos, econômicos e religiosos. Debaixo da autoridade eclesial, as dinastias cristãs recebiam permissão para invadirem territórios e subjuguem seus povos não-cristãos (infiéis), reduzindo-os à escravidão eterna. Tudo isso perseguindo o fim último e idealizado de conversão ao cristianismo.

No Brasil, a escravidão africana também foi embasada pela lógica cristã. Uma ideia corrente entre os portugueses era a de que aqui os negros africanos mesmo escravizados teriam condições de vida melhores por sua aproximação com o cristianismo, que na África como bárbaros.<sup>207</sup> As próprias referências bíblicas ao trabalho escravo serviam como fontes legitimadoras.

Outrossim, era preciso mais que algumas observações telescópicas, talvez a força de um mito fosse a elaboração discursiva mais pertinente para embasar a supremacia teórica da religião cristã frente à escravidão negra africana. Ressurgindo, no século XVI, o mito de Cam, interpretado nos manuais religiosos cristãos medievais e inaugurando terreno fértil para a

---

<sup>206</sup> Segundo a narração bíblica, no livro do Gênesis, no seu nono capítulo, dos versículos 20 ao 25, Noé, o cultivador, começou a plantar a vinha. Bebendo vinho, embriagou-se e ficou nu dentro de sua tenda. Cam, pai de Canaã, viu a nudez de seu pai e advertiu, fora, a seus dois irmãos. Mas Sem e Jafé tomaram o manto, puseram-no sobre seus próprios ombros e, andando de costas, cobriram a nudez de seu pai. Quando Noé acordou de sua embriaguez, soube o que lhe fizera seu filho mais jovem. E disse: “Maldito seja Canaã! Que ele seja, para seus irmãos, o último dos escravos!”. Conferir: *BÍBLIA DE JERUSALÉM*. São Paulo: PAULUS, 2010, p.46; A descendência de Cam estava então amaldiçoada. De acordo com a argumentação teológico-cristã medieval, principalmente decorrente dos escritos de Santo Isidoro de Sevilla (560-636), nas obras *Etimologiae*, a mais famosa enciclopédia do catolicismo medieval, e *Terrarum Orbis*, que dividia a Terra em três zonas vinculadas ao três filhos de Noé, tanto a geografia, como a linguística e a teologia medievais foram instrumentalizadas para fundamentar a escravidão dos povos africanos. Assim, os negros africanos foram retratados, nessas obras e em outros documentos medievais, como os “filhos amaldiçoados de Cam”, e por isso, sua escravidão era algo autorizado por Deus. Portanto, no século XVI, já estava bem fundamentada e popular, entre os europeus, a vinculação da África a Cam. Conferir: IVO, Isnara Pereira; JESUS, José Robson Gomes de. Escravidão, negros africanos e Santo Isidoro de Sevilla. *Dimensões*, v.43, jul – dez. 2019, p.28-62.

<sup>207</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 54.

fundamentação religiosa da escravização populacional africana, considerada, em sua maioria, com a cor de pele negra.<sup>208</sup>

Diante desse uso, na segunda metade do século XIX, notamos que se trata de um mito de longa duração no imaginário cristão ocidental, reforçando uma perspectiva hierárquica de visão sobre o negro africano e seus descendentes como inferiores. Alguns adjetivos negativos postulados aos negros foram usados pela elite política e intelectual brasileira para se reafirmarem superiores, quais sejam: bárbaros, incapazes, violentos, desonestos, incivilizados e associações feitas de suas ações ao demônio.<sup>209</sup> O processo de significação racial oitocentista fortalecia toda a gama de estratificação social ideologicamente vinculada ao natural e imutável.

A existência desse esforço pelos homens de imprensa denota uma relação de forças entre estes grupos sociais em veicularem discursos justificadores da pretensa naturalidade da condição escrava e do negro, como um ser social inferior, e acionada com vistas a exercer o domínio de um grupo sobre o outro. Nesses escritos, aparentemente relatando apenas casos pessoais, desavenças e relações singulares, são reveladas tensões, confrontos e guerras imiscuídas em disputas pelo poder, em um nível coletivo. Referenciando as definições apresentadas por Ilmar R. de Mattos, podemos observar uma guerra de *mundos*: de um lado, o *mundo do governo* e, de outro, o *mundo do trabalho*.<sup>210</sup>

---

<sup>208</sup> Para um estudo historiográfico aprofundado sobre a maldição de Cam e a construção, feita pelos exegetas medievais da Igreja, das justificativas escravagistas do povo negro africano, conferir: MOORE, Carlos. *Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007, p.86-88.

<sup>209</sup> O historiador Flávio Raimundo Giarola destaca que, a partir da imprensa, a elite de São João del-Rei, em Minas Gerais, no final do século XIX, elaborou um discurso de inferioridade dos negros da localidade associados ao diabo e ao mal. Conferir: GIAROLA, Flávio Raimundo. O “demônio negro”: o negro como maligno nas representações religiosas e raciais da imprensa de São João del-Rei (1871-1889). *Locus: Revista de História*, v.24, n.2, p.413-429, 2018.

<sup>210</sup> O *mundo do governo* “[...] não apenas se via como tendendo a ser naturalmente ordenado, mas também portador da incumbência de ordenar o conjunto da sociedade”. A noção de *ordem* atravessa tanto a autoimagem quanto a função social do *mundo do governo*, composto pela denominada “boa sociedade”. Para Mattos, a “boa sociedade” formada pelos “capacitados e habilitados”, sempre “brancos”, era a sociedade política – eleitores e elegíveis do Império – a ela competia “ordenar” tanto a Casa como ao Estado. Na Casa, governava-se a família, através da autoridade do *Pater familias*, o antigo senhor de engenho, o proprietário da terra e da escravaria, e os próprios escravos eram considerados como uma “ampliação do círculo familiar”. Mas, sobretudo com a mão de obra servil, as exigências da governança senhorial eram maiores, pois, muito mais do que sua fiscalização também era necessário, escolher bem os feitores, evitar possíveis castigos exagerados destes, mas acima de tudo “[...] criar as condições para que as relações de poder inscritas na ordem escravista fossem vivenciadas e interiorizadas por cada um dos agentes, dominadores ou dominados”. Ao senhor também competia, para o seu “bem governar”, exercer o monopólio do uso de violência no âmbito da Casa. É interessante notar que, para Mattos, governar o Estado – entendido como poder público – era algo como uma extensão da administração do espaço doméstico, ou seja, da Casa. Com efeito, se por

Com base no conhecimento sobre forma e conteúdo da guerra de mundos, muitas vezes velada pela imagem do “senhor de escravos compassivo”, é que podemos interpretar a recorrência nos jornais piauienses quanto à ênfase em se prescrever o “lugar” que o negro cativo deveria ocupar na sociedade. De modo geral, essa significação acontecia quando a “boa sociedade”, o *mundo do governo*, se sentia “ameaçada” ou ofendida pelos negros a partir das manifestações deles que não fossem tidas como “naturais” da sua condição servil e/ou inferior (para o caso de negros livres).

Ainda na carta de “o velho Mata fria”, podemos observar um exemplo de reafirmação da condição inferior do negro na sociedade como reação às tensões causadas, na concepção de ordem social do autor, pelo negro que bradava pelas ruas da cidade por liberdade e ameaçava “beber o sangue dos brancos”. Assim, o recurso à coibição da liberdade de expressão da voz negra foi acionado:

[...] *Meu parceiro, se convença que nós os negros, não somos nada.* Nos Estados Unidos, república liberalíssima, os pretos não andam pela calçada. É verdade que agora um preto dos Estados Unidos foi nomeado ministro, [...] mas não suponha Vmc. que o Brasil também lhe mandará para lá nesse caráter; Vmc. *nunca há de passar daquilo que é hoje, isto é, vil adulador por diante, e grosseiro mentiroso por detrás* (grifos nossos).<sup>211</sup>

A cor da pele já definia para os brancos o “lugar” que cada um deveria ocupar naquela sociedade. Foi assim que o subdelegado da cidade de São José dos Matões, Candido José da Silveira Viveiros, utilizou-se de sua carta publicada no jornal *A Reforma*, de perfil abolicionista, para atacar o advogado Cyrillo Rodrigues de Azevedo, citado pelo autor da carta como um “rábula”. Mas, primeiramente, vejamos o enredo que provocou a confecção de tal escrito, marcado por ódio e racismo.

O subdelegado começou sua carta de forma branda, destacando a fórmula bastante recorrente com que se começavam as “cartas a pedido”, na imprensa da época, pois afirmava ter sido sempre “oposto às questões jornalísticas” porque enxergava nisso um degaste moral para os envolvidos. Porém, diante do episódio pelo qual tinha passado, sentia-se na obrigação de ir ao jornal relatar o fato que, segundo ele, merecia a reprovação de “todo homem de bem”.

Referia-se ao resultado do julgamento de Paulino Manoel dos Santos e Francisco Gomes Nepomuceno, ambos acusados pelo crime de furto de gados no lugar de Água Limpa,

---

um lado, os dirigentes do Estado se preocupavam em inibirem as possíveis exagerações dos senhores da Casa, por outro lado, procuravam manter os privilégios dos mesmos. A preservação dos monopólios da classe mandatária vinha, em primeiro lugar, na administração pública imperial. Conferir: MATTOS, Ilmar Rohloff de Mattos. *O tempo saquarema...* p.130-132.

<sup>211</sup> MEU SR. REDATOR. *O Piauíhy*. Teresina, ano 3, n.96, p.3, 10 ago. 1869.

às redondezas de São José dos Matões. O subdelegado em questão havia confeccionado o inquérito policial e o corpo de delito dos envolvidos no furto, aproximadamente um ano antes do dia do julgamento do júri. Para ele, o corpo de provas condenatórias dos dois réus era robusto.

Mas foi surpreendido quando soube da decisão do júri condenando o réu Paulino, com a pena máxima do artigo 257, do Código criminal, por ter confessado o crime e absolvendo o corréu Francisco. Na verdade, segundo o relato do subdelegado, a defesa apresentada pelo advogado dos réus foi decisiva para a absolvição de Francisco e é nesse momento que o defensor arguiu no plenário que o trabalho do subdelegado foi condenado abertamente, pois:

[...] O advogado dos réus (rábula Cyrillo Rodrigues de Azevedo) esclarecera o fato como realmente se dera, declarando que *aquele montão de acusações feitas ao réu Francisco era obra de antemão preparada pelo subdelegado que tratou do inquérito, o qual constituindo-se um mandão, um monstro, iludira ao réu Paulino para depor e fazer carga ao corréu Francisco; que o subdelegado prometera a Paulino a recompensa de seis mil réis* (grifos do original).<sup>212</sup>

A citação acima sumariza o motivo fulcral da escrita do relato e do ódio nele incutido. O subdelegado foi citado, no julgamento, sob acusações graves à sua conduta ético-profissional. Naturalmente, recorreu à imprensa para se defender e o fez atacando a moral do advogado Cyrillo, por meio de uma série de caracterizações negativas do seu inimigo público como, por exemplo, denominando-o de “indivíduo sem imputação”, “sem caráter”, “incapaz de ser ouvido no público”, “inventor de fatos”, “agressor traiçoeiro” e “imprudente”. Não satisfeito com todo o repertório belicoso utilizado, o subdelegado cheio de ira vai mais além e posiciona o negro como inferior, alguém que “deveria conhecer o seu lugar”:

Só mesmo em S. José dos Matões, lugar estreito, e por tanta falta de um pessoal habilitado Cyrillo se constituiria advogado!

*Este sevandija, este negro nojento e asqueroso levado por certo pela gana de embolsar algum vintém, embora representando um papel triste, como sempre faz nestas ocasiões, atirou-se a mim como um tigre, mas perdeu seu tempo.*

*O nauseabundo preto de raça de escravos devia conhecer seu lugar e não vir ofender-me como o fez, por que deveria saber que não ficaria impune o seu miserável procedimento* (grifos nossos).<sup>213</sup>

O pano de fundo da tensa relação entre o subdelegado Candido Viveiros e o advogado Cyrillo de Azevedo é tecido pela ruptura com a ordem da Casa, ou seja, com a desobediência ao pater. O comportamento de Cyrillo desconfigurava a concepção de mundo hierárquica do

<sup>212</sup> SOLICITADAS. *A Reforma*. Teresina, ano 2, n.51, p.2, 22 abr. 1888.

<sup>213</sup> SOLICITADAS. *A Reforma*. Teresina, ano 2, n.51, p.2, 22 abr. 1888.

subdelegado. Assim, a exceção à regra não poderia ser exaltada, mas antes menosprezada, silenciada e negada, “[...] buscando provar nesse sentido a impossibilidade da igualdade, ou reafirmando a polaridade entre brancos e negros”.<sup>214</sup>

É nesse sentido que podemos entender a desvalorização à formação autodidata de Cyrillo, posto que fosse rábula e que só conseguira alcançar o referido ofício por não existir outro mais habilitado à “estreita” São José dos Matões. Pontuamos nessa questão o esforço em retratar o negro como um “incapaz”, tal como eram vistos a partir da perspectiva da Casa, ou seja, da ordem escravista.

Ele voltava dessa forma, em uma leitura simbólica, pelos braços do senhor de escravos, ao âmbito da casa, lugar de onde não deveria ter saído. Após a deslegitimação do alcance social de Cyrillo, observamos que se perde seu nome, sua individualidade e sua identidade. Ele já não é mais o advogado que ousara atacar o subdelegado diante do júri, mas passa a ser o “negro”, com todos os estereótipos e atributos morais negativos que convinha ser posto pela escrita racista.

A cor da sua pele e a sua ousadia significam um rompimento com a obediência paternalista, o que ofenderia a um branco letrado, por isso, ele recebeu todo o tentame em naturalizá-lo como um inferior, um verme, uma fera gananciosa que “se atirava” sobre a presa; era lhe impossibilitada toda a condição de indivíduo enquanto portador de arbitrariedade, assentando nele a preponderância do pensamento determinista que apontava a dominância do grupo “racio-cultural” ou étnico no comportamento do sujeito.<sup>215</sup> Já não era mais o advogado Cyrillo Rodrigues de Azevedo, mas um cativo “sem nome”, um “nauseabundo preto de raça de escravos que devia conhecer seu lugar”. O lugar dele era a casa, o *mundo da ordem*, da obediência, do qual nunca deveria ter saído.

Era na Casa e por ela que se deveriam estabelecer os padrões de conduta social e se hierarquizar os elementos constitutivos da sociedade. Através do valor atribuído à obediência pela e para com a camada senhorial, cada uma das classes mantinham e conheciam o “seu lugar”. A premissa repousava no *sentimento aristocrático* da elite imperial que lhes ajudava a distinguir a “flor da sociedade” e a “escória da população”.<sup>216</sup>

É essa desigualdade que fundamentava o caráter patriarcal, tanto do Estado como da própria sociedade, e a presença do cativo era sua decorrência mais pertinente.<sup>217</sup> A

<sup>214</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro...* p.202.

<sup>215</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças...* p.78.

<sup>216</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de Mattos. *O tempo saquarema...* p. 125.

<sup>217</sup> MALERBA, Jurandir. *Os brancos e a lei...* p. 34.

imprensa não apenas registrava esta realidade como também incrementava os alicerces dessa hierarquia social, tornando-a mais rígida e inquestionável.

Na imprensa piauiense das últimas décadas imperiais o *status quo* não era criticado, era sobretudo um meio onde se tentava conservar, ou mesmo reforçar, a tradição de concepção orgânica da sociedade – concernente ao modelo aristotélico –, em que se estima mais pela harmonia, “[...] a concórdia mesmo que forçada, a subordinação regulada e controlada das partes ao todo, condenando o conflito como elemento de desordem e desagregação social”.<sup>218</sup>

Os homens de imprensa, em geral, seguiam a concepção de mundo da elite escravagista brasileira desde os tempos coloniais. Nesse sentido, não podemos desmerecer a influência concreta com que o catolicismo promoveu na forma de pensar da nossa elite no período colonial. A raiz da hierarquia social rígida e da reificação recorrente nos periódicos de escravos como inferiores, ainda na segunda metade do século XIX, finca-se também na ordem política e social tradicional defendida pela Igreja Católica no Brasil Colonial.

O conceito hierárquico e estático de organização de classe enfatizava as obrigações recíprocas entre elas, menosprezando e silenciando os direitos individuais e a liberdade pessoal. Houve a cristalização das desigualdades em vista da proposição de um discurso histórico-teológico em que, por origem providencial, a “ordem natural” das coisas já estava pré-determinada. Assim, “[...] os senhores nasciam para serem senhores e os escravos para ser escravos”,<sup>219</sup> associação alimentada pelo mito de “maldição dos filhos de Cam”.

As narrativas explicam por que nossa elite imperial encontrou pouco sentido em ideias voltadas para o individualismo e os direitos naturais para todos os membros da sociedade, tal como nos países de colonização protestante. Segundo Emília Viotti da Costa, no Brasil, a classe dominante “[...] encontrava maior significação na ordem providencial católica e na teoria social da sociedade orgânica do que na ética protestante”.<sup>220</sup>

Nem mesmo a lógica revolucionária de fins do século XVIII e começos do século XIX foi capaz de provocar mudanças significativas na visão de mundo da elite brasileira, já que se pautava na filosofia dos direitos naturais do Antigo Regime europeu, que teve seus alicerces abalados. A concepção de Estado liberal implantada nos contextos estrangeiros não simpatizava com a estrutura organicista tradicional de Estado adotada com a Independência brasileira e legitimada pela outorgada Carta constitucional de 1824. O paternalismo e sua

<sup>218</sup> BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Brasiliense, 2006, p.27.

<sup>219</sup> COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 7 ed. São Paulo: UNESP, 1999, p. 355.

<sup>220</sup> COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república...* p.356.

lógica de dominação pessoal vigoravam nos Oitocentos, pois a sociedade monárquica era escravista.

Em notícias, anúncios e cartas solicitadas à redação, o escravo negro e suas relações “latentes e hostis” com os “brancos” foram veiculadas nos jornais. A escrita sempre partia dos livres, o que inevitavelmente ocasionou o oferecimento aos leitores de normas e valores sobre a mão de obra servil, ao tempo em que estes se autoapresentavam.

Vemos os discursos deterministas e globalizantes agindo rumo à produção de um *ethos* de escravo degenerado, associando a natureza perversa moralmente ao cativo. Dito de outro modo, construía-se a imagem dos serviçais ao agente de roubo, mesmo sem o cometê-lo:

Por volta daquele ano, o Sr. Araújo Costa, então residente na vila do Poty, comprara no Maranhão, havia pouco, um escravo de nome Vitorino. *Era de maus costumes o escravo; o que logo revelou, furtando da loja de fazendas de seu senhor uma peça de pano de algodão (grifos nossos).*<sup>221</sup>

O relato do furto a partir da ótica senhorial comprova a discursivização feita sobre os escravos que, em nenhum momento tiveram espaço nos jornais para se defender ou apresentar sua visão sobre o acontecimento. Restava-lhes apenas – para bem ou para o mal – ter sua condição determinada por atributos morais previamente concebidos.

No contexto em questão, Vitorino “escravo de maus costumes” se revelaria a qualquer momento como era de fato. Raramente, casos desse tipo encontrariam “perdão” por parte do patrão. O Sr. Araújo Costa não tardou em buscar a justiça que lhe convinha e “[...] puniu-o mandando castigar ao escravo por um soldado do destacamento policial da vila. O castigo constituiu em tacadas ou açoites”.<sup>222</sup>

O “negro degenerado” livre ou não, caso recebesse o “perdão” dos “brancos” pelos atos imorais de sua “natureza”, deveria comportar-se de maneira dócil e subserviente aos seus “senhores”. Entre os livres, o que se esperava das benesses do paternalismo oferecidas, “por sua compassividade”, nada mais era que a gratidão eterna e a obediência passiva.

Retomemos à forma como o “velho Mata fria” termina sua carta e como o anseio senhorial se orientava para a posse dos negros beneficiados como “satisfeitos” com sua condição de vida, sem buscar ameaçá-los fisicamente ou bradar pela cidade por liberdade. Vejamos um trecho sobre o negro, em Piracuruca, a que o autor se refere:

---

<sup>221</sup> PROCESSO CONTRA o Sr. deputado A. Coelho Rodrigues. *A Imprensa*. Teresina, ano 13, n.543, p.1, 13 maio 1878.

<sup>222</sup> PROCESSO CONTRA o Sr. deputado A. Coelho Rodrigues. *A Imprensa*. Teresina, ano 13, n.543, p.1, 13 maio 1878.

Lembra daquela entrevista que pediu a um certo meu senhor de importância neste lugar e que sendo concedida, Vmc. apareceu, qual alma precinta na presença do supremo juiz, pálido e trêmulo, e rojando-se a seus pés lhe pediu pelo amor de Deus um meio para obter o pão cotidiano? E este meu senhor foi pronto em procurar esse meio!

[...] Lembra-se daqueles duzentos mil reis que juntos com um conto de reis lhe foram dados por um arrematante de dízimos; e que Vmc. os atabafou, pelo que aquele arrematante teve de pagar em duplicata os mesmos duzentos mil réis?

Lembra-se daquela grosseira imoralidade que Vmc. praticou nas B... pelo Vmc. foi sumariado e só não foi punido porque rojando-se aos pés do Dr. F... e do seu amigo D...? Lembra-se daquela miserável carta que Vmc. dirigiu ao Tenente Coronel C... , rojando-se as plantas dos seus filhinhos, mentindo miseravelmente, para poder conseguir o que queria? *Se estas e outras muitas faltas e misérias lhe são perdoadas pelos brancos para que Vmc. se ocupa da vida deles?* (grifos nossos).<sup>223</sup>

Nessa carta, o “velho Mata fria” destacou o julgamento moral do negro de forma estática e determinista ao afirmar que este “era e sempre seria um adulator pela frente e mentiroso por trás”, ou seja, os atributos morais negativos já estavam condicionados à sua vida, um processo de naturalização da imagem cristalizada do negro, livre ou escravo.

É sintomático que o próprio uso da palavra “negro” nos jornais, por vezes, apresentava conotação negativa e poderia mirar a depreciação das ações de algum rival ou desafeto nas “arenas dos periódicos”. Podemos identificar na carta escrita por José A. Piauhyino de Macêdo a tentativa de defesa de acusações anônimas à sua conduta moral, que foram publicadas no periódico *A Imprensa*:

Por obséquio de um amigo meu de Teresina, me veio as mãos o nº 1026 do jornal “Imprensa” de 23 de junho último, no qual, à propósito da minha nomeação de comendador da ordem da Rosa um miserável embusteiro; despeitado pela baixa inveja que tanto atormenta as almas vis, e oculto pelo *negro* manto do anônimo, como sempre fazem os mentirosos maldizentes, assaca-me uma torrente imunda de calúnias tão nefandas e torpes como a alma vil do seu autor.

Para uma inverteu cavilosamente os fatos, dando-lhes uma *negra cor* que não tiveram, e inventou descaradamente outras que nunca tiveram princípio algum! (grifos nossos).<sup>224</sup>

Geralmente, nas últimas páginas dos periódicos encontrava-se a coluna de notícias, na qual eram relatados os assassinatos cometidos por cativos e ratificada a representação dos mesmos como detentores de uma índole inescrupulosa e perversa. Os títulos destacados em negrito, por exemplo, **Crime horroroso, bárbaros assassinatos** ou **crime bárbaro**,

<sup>223</sup> MEU SR. REDATOR. *O Piauí*. Teresina, ano 3, n.96, p.3, 10 ago. 1869.

<sup>224</sup> SÃO RAIMUNDO NONATO. *A Época*. Teresina, ano 10, n.521, p.2 30 set. 1888.

reforçavam a imagem do escravo como o “outro” inferior, incivilizado e degenerado. Há uma alusão entre escravos criminosos e os atos mais cruéis como assassinatos com requintes de crueldade, precedidos por emboscadas, roubos, estupros e até infanticídios.

Assim, o negro cativo estava ligado à figura do bárbaro, do “monstro”, da “fera”, do “animal”, que assassina, sem arrependimentos, as suas vítimas.<sup>225</sup> Contudo, em muitos casos noticiados não havia uma preocupação em se fornecer informações identificadoras do escravo como nome e idade, ou detalhes sobre a motivação dos crimes que fossem divergentes do contumaz papel atribuído à natureza degenerada, inóspita e agressiva do cativo.<sup>226</sup>

A notícia intitulada *Crime bárbaro*, publicada no jornal *O Telephone* evidencia essa questão:

No lugar Burity do Padre, do termo de Humildes, foi barbaramente assassinada D. Vicencia de tal, por um seu escravo. O malvado depois de haver degolado sua sr<sup>a</sup>, assassinou também uma inocente criança que testemunhara o 1º crime por ele cometido. Consta que o móvel de tão desumano ato fora o roubo.<sup>227</sup>

Em regra, os relatos de assassinatos de senhores ou membros de sua família demarcavam as diferenças entre “brancos” e “negros”, salientando-se o contraste entre as boas qualidades morais da vítima e o reprovado comportamento do escravo sempre descrito com termos como: “monstruosidade” ou “barbaridade”. Logo, contrário ao “branco” sempre destacado como distinto, conhecido e “civilizado”, estava o “negro escravo”, sempre um estranho, inominável e cruel, que trazia a infelicidade aos lares mais distintos da sociedade:

[...] A vítima pessoa de família distinta e de posição social. Falamos do bárbaro assassinato da inditosa d. Isabel, esposa do sr. Manoel Machado de Cerqueira Torres e filha do sr. José Rodrigues de Carvalho. Contava a infeliz senhora apenas 19 anos e deixou na orfandade 3 filhinhos. O crime foi, segundo se diz, praticado por uma escrava.<sup>228</sup>

Ângela era o nome da escrava que supostamente havia vitimado a jovem d. Isabel. Essa informação encontrava-se na coluna *Campo Neutro* – publicada na página anterior à notícia – na qual o pai da vítima, Sr. José Rodrigues de Carvalho, relatou detalhes do assassinato e apresentou vários boatos posteriores ao acontecimento, comentando também a possível autoria do crime pelo genro, sr. Manoel Machado de Cerqueira Torres.

<sup>225</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro...* p.194.

<sup>226</sup> SOARES, Débora Laianny Cardoso. *(In)justiça no sertão...* p. 48.

<sup>227</sup> CRIME BÁRBARO. *O Telephone*. Teresina, ano 1, n. 41, p.4, 5 nov. 1885.

<sup>228</sup> CRIME BÁRBARO. *O Telephone*. Teresina, ano 6, n. 41, p.4, 11 ago. 1888.

As notícias reportavam-se sempre às declarações de Ângela diante das inquirições policiais. Aparentemente, a escrava que já havia confessado o crime ao pai e sogro da vítima, utilizando uma mão de pilão, buscava esclarecer a situação. Sem sucesso, tentou conversa em particular com José Rodrigues – senhor que lhe havia entregado a sua filha –.

Na ocasião, as primeiras autoridades lhe foram apresentadas, em Burity dos Lopes, “por ocasião de ser interrogada” e, segundo o relator, “[...] a malvada continuou a confessar o seu nefando crime, com mais ou menos circunstâncias, ora omitindo, ora acrescentando peripécias e minudências anteriores e posteriores ao fato”.<sup>229</sup> Dias depois, conduziram-na à polícia de Parnaíba, onde, de acordo com vários e sucessivos boatos, apresentou novas versões sobre o crime, afirmando que o esposo de D.Isabel teria sido cúmplice e depois mandante do crime.

O pai da vítima relatou em sua carta não acreditar nas versões acusatórias sobre seu genro.<sup>230</sup> Mesmo assim, ainda pairavam muitas incertezas sobre o fato. O tempo passava e os parentes, amigos e “grande parte do público” censuravam os Sr. José Rodrigues por estar “quieto e calado em face de tais acontecimentos e boatos”. Sua moral paternalista estava desse modo, sendo questionada pelas pessoas ao entorno. Alguns chamavam-no de “fraco”, outros chegavam a duvidar de seu amor pela filha.

Observamos, portanto, que o ato de “fazer justiça com as próprias mãos”, do exercício da vingança, era uma atitude consensual e esperada pela sociedade naquelas circunstâncias. O ex-dono da ex-escrava Ângela também pensava assim.<sup>231</sup> No entanto, para ele, “já velho” e “conhecedor dos enganos e maldades do mundo”, na gravidade daquela situação era preciso não “[...] obrar leviana e impensadamente, levado por simples boatos muitas vezes filhos do ódio e da maledicência”.<sup>232</sup>

Era esse o motivo da publicação da sua carta meses após o ocorrido: esclarecer ao público que ele não era “fraco” ou “desamoroso” e que estava apenas aguardando os “acontecimentos”. De fato, ele precisaria do máximo de certeza sobre a autoria do crime para depois “agir”:

Para desagrar e vingar a morte de minha querida filha, eu sacrificaria todos os meus haveres, o meu sossego, a minha liberdade, a minha própria vida, se necessário fosse.

<sup>229</sup> CAMPO NEUTRO. *O Telephone*. Teresina, ano 6, n. 41, p.3, 11 ago. 1888.

<sup>230</sup> Não temos fontes que demonstrem uma possível defesa do sr. Manoel Machado de Cerqueira Torres frente ao levantamento de seu nome como participante no crime.

<sup>231</sup> Na época da publicação da carta, agosto de 1888, logicamente já vigorava constitucionalmente, a lei de abolição da escravatura, conhecida como “Lei Áurea”, imposta em 13 de maio daquele ano.

<sup>232</sup> CAMPO NEUTRO. *O Telephone*. Teresina, ano 6, n. 41, p.3, 11 ago. 1888.

Assim eu tivesse a certeza plena e absoluta de que não fora a escrava, hoje liberta, a autora de tal malvadeza. No entretanto aguardo a conclusão das pesquisas que estou fazendo, e que consta-me a justiça também estar fazendo na Parnaíba, para então deliberar o meu procedimento.<sup>233</sup>

Mesmo após a confissão de Ângela, a dúvida ainda castigava ao pai. Talvez, para ele, a escrava houvesse confessado por medo ou possíveis retaliações. O próprio Sr. Rodrigues a encontrou à casa de sua filha, amarrada pelo pai de seu genro que de pronto suspeitou, quase com fundada certeza, na atribuição do assassinato à escrava. A desconfiança poderia ter aumentado com a explicação da escrava sobre o motivo de ato tão brutal ter acontecido. Conforme o relator, teria sido fruto de um desentendimento entre Ângela e d. Isabel, porque esta afligia com castigos sua própria filha.

A escrava tentou proteger a criança e acabou matando a mãe. Não sabemos o desfecho da investigação feita. Entretanto, dois aspectos presentes na escrita do relato podem contribuir para nossa análise sobre as concepções sobre os escravos veiculadas na imprensa piauiense. O primeiro aspecto refere-se à ligeira correspondência da autoria do crime não explicada à escrava. Isso era muito comum nos periódicos, ou seja, o reforço à imagem do cativo como um “suspeito em potencial” por sua “natureza” violenta e traiçoeira.

O segundo aspecto tem relação com a imagem criada sobre a cativa como uma “fera” ou “monstro”, a partir da escrita do autor, que sem compaixão “[...] confessou publicamente, e com o mais despojado cinismo e sangue frio, que havia assassinado a minha filha com pancadas, com mão de pilão – com a qual quebrou-lhe a cabeça”.<sup>234</sup> A descrição reforça o estereótipo de violento e bárbaro tão presente entre os periódicos.

O redator da notícia, com grande probabilidade, conhecia o nome da escrava, pois havia lido e publicado o relato do pai, porém, fez questão de não o destacar, para atribuir a autoria do crime de forma indefinida a “uma escrava”. Ora, o jornal *O Telephone* defendia um ideário abolicionista e, por isso, buscava criar uma imagem negativa da escravidão, ou seja, o atraso e o cenário propício para as explosões de violência de “um escravo” sobre seu senhor, como vimos anteriormente.

Concebemos que a referência indefinida a “uma escrava” foi adotada no sentido de demonstrar os “males” que a escravidão causava àquela sociedade. A notícia foi publicada após a abolição, nos possibilitando afirmar que esse período só veio reforçar o “acerto” dos

---

<sup>233</sup> CAMPO NEUTRO. *O Telephone*. Teresina, ano 6, n. 41, p.3, 11 ago. 1888.

<sup>234</sup> CAMPO NEUTRO. *O Telephone*. Teresina, ano 6, n. 41, p.3, 11 ago. 1888.

abolicionistas em propugnarem pelo fim da escravidão nos anos e meses anteriores. A imprensa foi assim utilizada como meio de promoção da sociedade que se queria implantar.<sup>235</sup>

Nos periódicos, ao negro assassino e sem compaixão eram associadas outras qualificações negativas como a de “traíçoeiro”, “mentiroso” e “fugitivo”, o que aumentava o teor de periculosidade da sua presença no meio social. As notícias reforçavam isso ao expressarem as várias estratégias de sobrevivência realizadas pelos cativos que fugiam para distantes paragens, muitas vezes, após terem cometido um roubo ou assassinato:

[...] Um escravo, chamado Potencio, mas que ali residia há 4 anos, como forro, com o nome mudado de Manoel Joaquim de Sant’Anna, por alcunha Manoel preto, da vila do urubu da província da Bahia, assassinou em dias de março à um pobre velho, que ali apareceu pelo simples fato de o ter conhecido.

[...] Conseguiu se evadir para o termo do Bom Jesus de Gurguéia, onde sendo perseguido pelas escoltas, que seguiram para o prender, as quais fez resistência, e escapando-se, procurou o termo de Jerumenha, fazendo-se surdo e mudo para com aquelas pessoas, com as quais acontece encontrar em caminho, ou n’alguma casa, em que vai pedir o comer.<sup>236</sup>

É possível notar que notícias como esta são reforçadas nos jornais, contribuindo para o olhar de desconfiança da população sobre os negros, principalmente, em casos de desconhecidos da comunidade local, pois poderiam imaginar que fossem ladrões, assassinos ou escravos fugitivos. O preconceito aumentava e alimentava o olhar hierárquico sobre os cativos em um verdadeiro ciclo vicioso.

Paralelamente aos relatos sobre assassinatos, encontravam-se os anúncios de escravos, em seus vários tipos: vendas, alugueis e fugas. Neste caso, percebemos que os escravos eram destacados como inferiores à condição humana.<sup>237</sup> E, por vezes, apresentavam uma “[...] linguagem de fotografia de gabinete policial de identificação: minuciosa e até brutal nas minúcias”.<sup>238</sup> Sem nenhum pudor, os corpos dos negros fugitivos eram expostos ao público, com o intuito de devolver a “propriedade” perdida ao seu senhor. A noção de “mercado humano” é endereçada explicitamente no jornal *O Piauí*, em 28 de setembro de 1869:

Fugiu no dia 20 do corrente do sítio S. Miguel, pertencente a Domingos Gonçalves Pedreira Sobrinho, o escravo Raimundo, crioulo, de 20 anos de idade pouco mais ou menos, rosto redondo, pouca barba, baixo, cheio de

<sup>235</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999, p.65.

<sup>236</sup> CRIME HORRÍVEL. *O Piauí*. Teresina, ano 3, n. 79, p.4, 15 maio 1869.

<sup>237</sup> BARBOSA, Marialva. *História Cultural da imprensa...* p.108.

<sup>238</sup> FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. 4 ed. São Paulo: Global, 2010, p.107.

corpo, rendido das virilhas e com visíveis sinais de relho. Crê-se que fugiu com destino de ir longe, pois entre outros objetos conduziu aurrão e rede. Quem o pegar e entregar nesta cidade ao Sr. Antonio Gonçalves Pedreira Portelada; ou no sítio referido ao seu senhor, será generosamente recompensado.<sup>239</sup>

No mesmo jornal, em sua edição de número 90, também havia um anúncio de fuga de um escravo chamado João e que possuía “cicatrices de relho nas costas”.<sup>240</sup> Com grandes chances, os motivos das fugas foram semelhantes: a violência sofrida dentro dos domínios senhoriais. Não é exagero afirmar que estes dois exemplos aconteciam amiúde pelo Império. As cicatrizes físicas e da alma são as marcas resultantes e pulsantes do processo desumano de controle sobre a mão de obra servil.

E são nessas marcas desfigurantes, escritas no meio de tantos outros atributos físicos, que notamos “o exercício privado da violência pelo senhor na correção moral de seus dependentes, [que] embora legítimo, não a torna por isso mais branda”.<sup>241</sup> Diante disso, não podemos enxergar a história do Brasil no século XIX, por meio dos anúncios de jornais, como a história do “escravo explorado com certa suavidade”.<sup>242</sup>

Portanto, estamos longe de perceber os anúncios de fugas de escravos como o fez, pioneiramente Gilberto Freyre, para quem encontrava neles “[...] a parte mais humana e mais viva”<sup>243</sup> dos jornais brasileiros no século XIX. Algumas vezes, características comportamentais dos escravos fugidos eram acrescentadas aos atributos físicos descritos como, no caso de João, “tomador de tabaco”,<sup>244</sup> ou Bruno, que “[...] toca bem viola e é amante das festas. Tem fugido mais de uma vez e muda sempre o nome”.<sup>245</sup> Essas descrições em nada auxiliavam em uma possível captura, no entanto, evidenciavam a forma como o senhor branco representava o escravo que evadira.<sup>246</sup>

Demonstrativos das tensas relações entre senhores e a mão de obra servil também podem ser encontrados nos recorrentes casos de suicídios de escravos, relatados nas notícias. Em geral, com caráter vago e pouco detalhado sobre as circunstâncias que motivaram tal fato e, no que concerne ao “senhor branco”, buscava-se eximi-lo de qualquer envolvimento naquela situação, de modo que em nenhum momento ele era questionado sobre sua relação

<sup>239</sup> ANÚNCIOS. *O Piauí*. Teresina, ano 3, n. 103, p.4, 28 set. 1869.

<sup>240</sup> ANÚNCIO DE ESCRAVO. *O Piauí*. Teresina, ano 3, n.90, p.4, 10 jul. 1869.

<sup>241</sup> MALERBA, Jurandir. *Os brancos e a lei...* p.88.

<sup>242</sup> FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX...* p.88.

<sup>243</sup> FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX...* p. 88.

<sup>244</sup> ANÚNCIO DE ESCRAVO. *O Piauí*. Teresina, ano 3, n.90, p.4, 10 jul. 1869.

<sup>245</sup> 50:000. *O Piauí*. Teresina, ano 2, n. 67, p.4, 15 mar. 1869.

<sup>246</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro...* p. 173.

com o suicida. A notícia, dessa forma, funcionava mais como um atestado de perda de “uma propriedade” do branco. Ele era retratado como um expectador ausente e prejudicado: “Descobriu-se no mato o cadáver de Luiz, escravo de D. Hermelinda Clara d’Aguiar, que se havia suicidado, enforcando-se no sítio Santa Izabel, propriedade da mesma D. Hermelinda”.<sup>247</sup>

Ocasionalmente, os redatores procuravam as motivações para o suicídio perpetrado, sendo que estas sempre se originavam nos atributos físicos e morais degenerados dos cativos. Por outro lado, o senhor seguia o rito jurídico para tais situações, chamando as autoridades policiais para realizar o corpo de delito. Assim, reforçava-se a imagem do proprietário escravista como cumpridor da lei e que, por isso, não deveria ter participação alguma no suicídio ocorrido, a não ser arcar com o prejuízo da “mercadoria” perdida:

[...] A escrava Thomazia do tenente-coronel Augusto Cunha, depois de ter enforcado um seu filhinho de 6 anos, enforcou-se. O tenente-coronel Augusto Cunha logo que teve ciência desse fato oficiou ao delegado de polícia desta capital, e este partiu imediatamente para o lugar do acontecimento, acompanhado do escrivão Monteiro, e ali chegando às 7 horas da noite foi nessa mesma hora ao lugar onde ainda se achava pendurados os cadáveres e procedeu o corpo de delito.  
*Nenhum motivo justificado, segundo estamos informados, levou a infeliz a praticar um tal ato contra si mesmo e contra seu filho.*  
*Se isso não foi o efeito de algum acesso de loucura, então pode-se dizer que essa escrava tinha um coração de fera (grifos nossos).<sup>248</sup>*

Ou seja, para o redator só havia duas motivações possíveis à ocorrência do suicídio. Thomazia não poderia ter respondido de forma tão trágica diante dos problemas que vivenciava junto ao seu filho, diferente dos motivos apresentados. A presunção da posse da quase “certeza motivacional” da escrava só reforça a tese de que os negros escravos eram estereotipados pelos homens de imprensa, influenciando-se nos pressupostos hierárquicos dentro das relações sociais, na província, da segunda metade do século XIX.

As causas para os suicídios, quando apresentadas, não se relacionavam, em hipótese alguma, à situação opressiva às quais os negros eram submetidos. “Ocultar” referências às possíveis violências sofridas pelos cativos, acarretando em suicídio, era uma forma de se produzir um vínculo de relação escravista doméstica branda no Piauí.

Não somente o suicídio, mas fugas e homicídio de feitores ou senhores eram atos de rebeldia escrava que necessariamente retiram a aceitação passiva do cativo perante seu cativo. Além disso, destacamos que essas “explosões de rebeldia” não enfraqueceram em

<sup>247</sup> SUICÍDIO. *O Piauí*. Teresina, ano 2, n.69, p.4, 24 mar. 1869.

<sup>248</sup> LOUCURA OU MÁ ÍNDOLE. *A Pátria*. Teresina, ano 2, n.72, p.4, 23 ago. 1871.

nenhum momento a rígida hierarquia de domínio entre as classes na sociedade provincial.<sup>249</sup> Se denominarmos as fugas, assassinatos e suicídios como “manifestações de desordem”, poderemos confirmar, em união com Ilmar R. de Mattos, que “[...] as manifestações de desordem não eram suficientes para modificar a concepção prevalecente de que aqueles mundos se distinguiam por uma ordem que resultava do próprio modo como a sociedade se constituía e da razão porque existia”.<sup>250</sup>

A presença dos escravos nas notícias veiculadas em jornais piauienses nas duas últimas décadas do regime monárquico pode dialeticamente ser relacionada, por um lado, se observamos o cativo enquanto autor da violência e, por outro, se havia muito espaço para a produção da imagem do escravo como vítima. Nesse sentido, analisamos como os “brancos” escreveram sobre os “negros” enquanto vítimas dos maus tratos da sociedade.

A *priori*, a “vitimização” dos cativos aparenta uma mudança de pensamento, dos homens de imprensa em relação à escravidão. E não é menos importante que o seu recrudescimento tenha se dado, em paralelo, ao profícuo debate na esfera pública sobre a implantação de leis abolicionistas e sobre o próprio crescimento do movimento abolicionista dentro e fora da imprensa. Em regra, assim como os negros ganhavam uma “nova imagem”, deixando de serem descritos como degenerados para se transformarem em vítimas da violência senhorial, os proprietários escravistas, que exageravam em seus castigos, também eram transformados em cruéis senhores que não tinham compaixão, pois não temiam as punições da lei e faziam o que queriam em seu ambiente doméstico.

No entanto, essa sincronia entre as notícias de escravos violentados e humilhados e o discurso abolicionista não podem ser interpretadas como rupturas paradigmáticas nas concepções de mundo dos homens de imprensa em relação à escravidão enquanto elemento de distinção e hierarquização social. Por outro lado, a imprensa ajudou a promover a causa libertadora. De acordo com Monsenhor Chaves, em Teresina, por exemplo, havia forte oposição aos maus tratos e incentivos a manumissões, na segunda metade do século XIX.

Chaves menciona que, na capital, “[...] ninguém suportava maus-tratos em escravos e a imprensa vergastava impiedosamente o culpado, fosse ele embora o Comandante da Polícia”.<sup>251</sup> No entanto, a tendência aparentemente liberal do abolicionismo, no Piauí, e toda a

---

<sup>249</sup> MALERBA, Jurandir. *Os brancos e a lei...* p.24; p. 93-94.

<sup>250</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de Mattos. *O tempo saquarema...* p. 133.

<sup>251</sup> CHAVES, Monsenhor. *Obra completa*. Teresina: Fundação Municipal de Cultural Mons. Chaves, 2013, p.193.

aversão ao escravismo que lhe era inerente apresentavam concepções hierárquicas da sociedade, além de preconceitos em relação aos negros.

Em suma, as notícias que traziam o escravo como vítima da violência senhorial mais falavam da visão de mundo dos próprios homens de imprensa, enquanto porta-vozes de uma elite política e intelectual, que dos próprios negros escravos. A imprensa continuava, dessa forma, sendo o espelho narcisista de uma elite conservadora e retrógrada, que desejava capitanear as mudanças. Segundo eles, trariam o progresso para a província e o país.

O contraste entre as representações sobre os escravos nos jornais piauienses do final da década de 1860 até a primeira metade da década de 1870 e aqueles publicados até o ano da Abolição realça o avanço do ideário abolicionista entre os homens de imprensa. Se antes os negros eram associados à uma imagem negativa, sendo adjetivados com termos como “bárbaro”, “monstro”, fera” e “traíçoeiro”, às vésperas da abolição, defendida e esperada por muitos, eles passam a ser representados como “vítima”, “infeliz” e “desgraçado”, colocando-os na situação de necessitados e dependentes da benevolência dos “brancos”.

Nesse contexto de ascensão da propaganda abolicionista, os brancos que castigavam, matavam e perseguiram os escravos foram recategorizados como “bárbaros”. O escravo era visto como o elo fraco que lutava pela própria vida e o branco livre que o violentava era o “bárbaro” que usava a “lei do mais forte” para subjugar o “negro infeliz”.

Além disso, é possível perceber nesse período um esforço em dramatizar os relatos noticiosos sobre os casos que envolviam as relações tensas entre autoridades senhoriais ou policiais e os cativos. Nesse sentido, podemos entender a forma como foi escrita a notícia intitulada *Bárbaro atentado*, publicada no periódico *A Imprensa*, a 14 de janeiro de 1888. O relato narrava a fuga de “sete infelizes escravos”, que evadiram da feitoria do capitão Luiz Gonçalves Machado na província do Ceará. Já em terras piauienses, quando passaram pela povoação do Retiro da Boa Esperança, no termo da vila das Barras, o comportamento da autoridade judicial local foi destacado, segundo o narrador:

[...] Já estando prevenido o 3º suplente do juiz municipal, Clarindo Lopes, ultimamente nomeado, e *não querendo perder tão boa ocasião, para fazer jus à estima do capitão Machado, e, de certo, mostrar ao presidente que nomeou – que ele mesmo sem estar no exercício do cargo, é um famoso estio de guerra*, avisou 10 ou 12 cabras, e, depois de armá-los de facões e cacetes, mandou-os no encalce dos desgraçados fugitivos. A pequena distância da povoação foram os escravos alcançados pela escolta, que, sem mais preâmbulos, foi logo usando das armas (grifos nossos).<sup>252</sup>

<sup>252</sup> BÁRBARO ATENTADO. *A Imprensa*. Teresina, ano 23, n. 1003, p.4, 14 jan. 1888.

Ainda segundo o autor, depois de um pequeno tiroteio, seis das “vítimas” conseguiram escapar correndo, enquanto o sétimo de “seus companheiros” foi rendido pelos “bárbaros cumpridores das ordens de Clarindo Lopes”, que lhe davam bordoadas tremendas. O tom da narrativa vai ficando cada vez mais dramático, ao que tudo indica de propósito, para provocar no leitor uma sensibilização diante do sofrimento do escravo capturado e da sua morte brutal:

O infeliz já bastante ferido, mas lembrando-se que não mais deveria voltar para o azorrague, achando-se só, e querendo tentar um último esforço para ver se conseguia escapar dos sanhudos cabras, arremessou-se sobre um deles, dando-lhe, de sua vez, algumas pancadas, o que fez piorar a sua sorte, porque o malvado, de costas quentes, varou-o com um facão, penetrando este no ventre e saindo do lado oposto, partindo os rins.  
[...] Morreu o escravo de que acima falo.<sup>253</sup>

O fato foi descrito como algo bastante grave, a ponto de ser capaz de provocar indignação pública, principalmente porque, segundo o autor, Clarindo Lopes não tinha “poderes” para agir daquela forma, por “não estar no exercício do cargo”. No término da narração, o autor conclamou ações do governo da província para investigar o “hediondo atentado”. Provavelmente a motivação para a publicação da notícia decorresse de uma oposição pessoal do autor (anônimo) ao suplente de juiz municipal Clarindo Lopes, tendo em vista que isso era muito comum na imprensa da época, já que tais “polêmicas” poderiam alimentar o conteúdo de vários números dos jornais.

Mesmo assim, essa hipótese em nada retira o fato de que, na narração, a imagem dos escravos fugitivos se constituiu muito diferente do que se costumava produzir sobre casos semelhantes em fins da década de 1860 e início da década de 1870. Nela, os cativos fugitivos são vítimas da violência intrínseca à escravidão, sua luta pela liberdade é considerada “justa” e, aqueles que se antepõem a ela, não passam de gananciosos, “bárbaros” e malvados.

A população é apresentada como uma continuação dos valores antiescravistas do redator e, por isso, também se indigna diante da violência contra o escravo. Eis a fórmula narrativa recorrente nos jornais piauienses quando noticiavam casos de violência dos senhores aos escravos. Com o recrudescimento da propaganda abolicionista, tais notícias se tornaram mais presentes, principalmente, em periódicos que assumiram uma perspectiva libertária mais exposta ao público, como o *O Amigo do Povo*, *Oitenta e Nove*, *A Imprensa*, *Abolicionista*, *A Época*, *O Telephone* e *A Reforma*.

A imprensa tornava públicas as atitudes consideradas hediondas em relação aos cativos, como grandes sevícias excesso de castigos, que causavam o óbito de escravizados.

---

<sup>253</sup> BÁRBARO ATENTADO. *A Imprensa*. Teresina, ano 23, n. 1003, p.4, 14 jan. 1888.

Tanto a ação violenta dos senhores escravistas e seus parentes como da Polícia foram denunciadas nos jornais. Muitas vezes as críticas recaíam sobre a omissão das autoridades locais diante dos “exageros” cometidos.

Todo esse esforço visava amenizar os conflitos entre as fronteiras do espaço público e privado, na medida em que intentava estabelecer um legítimo monopólio da violência e da punição por parte do Estado.<sup>254</sup> Assim, pregava-se a punição legal de quem cometia excessos que descambavam do espaço doméstico para o espaço público, mesmo que ela fosse da família de uma autoridade pública, como vemos na seguinte notícia:

Foi levado a presença do Sr. Dr. chefe de polícia, no dia 11 deste mês, um escravo – surrado por tal forma a causar horror a todos quantos viram. Veio do sítio “Alta Mira” de propriedade do Sr. tenente-coronel Miguel Pereira de Araújo, onde fora o infeliz amarrado a um banco *por filho* do referido tenente-coronel e desumana e barbaramente surrado. As regiões dorsal, torácica e abdominal do mísero escravo apresentam as mais horríveis cicatrizes. A região frontal – grandes equimoses, produzidas pelo salto de sapatos, conforme foi referido pelo mesmo escravo! As pernas e braços também apresentam sinais profundos de relho! O infeliz, apesar de moço e de constituição vigorosa, mal pode andar! *E tanta crueldade foi posta em prática pelo furto de uma espiga de milho!* O infeliz escravo é de propriedade de uma órfã, filha do finado capitão Boa-vista. Razão de mais para ser severamente punido o autor do atentado. Consta-nos já ter sido feito o corpo de delito em vista do qual o delinquente não pode se eximir a punição, *se o patronato e a proteção ao crime não vierem alçar o colo contra os reclamos da justiça social.* Aguardamos o resultado (grifos nossos).<sup>255</sup>

Mesmo na condição de violentado, o escravo muitas vezes não recebia nenhuma compaixão por parte dos redatores. Pelo contrário, ele continuava na condição de propriedade e, como tal, o tratamento dado a ele deveria ser assunto privado do seu proprietário. No caso relatado acima, há uma nítida “invasão” do espaço privado de outrem, realizada pelo filho do tenente-coronel, o que deveria ser punido. Contudo, a possibilidade disso não ter acontecido era grande em decorrência da influência social do pai do agressor, que poderia apaniguar os ânimos com as autoridades, em favor da sua prole e estabelecendo um claro exemplo de sobreposição do espaço privado na relação com o espaço público, denominada no relato como “patronato”.

A citação da possibilidade de a “justiça social” ser vilipendiada pelo “patronato” denota que essa prática parecia recorrente naquela sociedade. Amiúde, em casos semelhantes

<sup>254</sup> SOARES, Débora Laianny Cardoso. *(In)justiça no sertão...* p.72-74.

<sup>255</sup> HORROR!HORROR!. *A Época*. Teresina, ano 1, n.37, p.2, 14 dez. 1878.

ao citado, a mesma referência ao “patronato” também pode ser identificada, como vemos no relato da carta de sevícia da escrava Militana, em Picos, publicada no jornal *A Reforma*.

Segundo a carta, a escrava foi espancada, tendo o rosto queimado e furada por um garfo; fugiu para Oeiras, com uma corrente pesada no pescoço, onde um exame de corpo delito atestou a gravidade dos ferimentos, declarando-a inabilitada para o serviço por pelo menos trinta dias. O autor de tamanha crueldade foi seu senhor, o major Ricardo Coelho Rodrigues, irmão do “enormíssimo Sr. Coelho Rodrigues”.<sup>256</sup> O parentesco era a fonte da desconfiança do autor diante da punição do agressor, devido ao poder de influência que a família Coelho Rodrigues exercia não somente naquela região como em toda a província, mesmo entre as autoridades judiciais e políticas. Os relatos dão conta de que:

*Por mais irmão que seja do enormíssimo dr. Coelho Rodrigues, o major Ricardo é um criminoso e deve ser sujeito às penas da lei. O processo tem de correr em Picos, comarca de Jaicós, cujo promotor não inspira a mínima confiança a justiça porque é um pobre retirante apaniguado da família do réu e como tal, incapaz de prosseguir contra ele nos termos da lei. O presidente da província, o infeliz que arqueja nas agonias da morte, não quer sair fechando a sua malfadada administração com um ato moralizador, mandando para Jaicós um promotor honesto, inteligente, alheio às maquinações políticas da localidade. Para semelhante crime são poucas as penas da lei. O major Ricardo, cremos de fé, saberá eximir-se da responsabilidade criminal, protegido como é e será pela situação, da qual é seu irmão um triunfo. Mas já em sua frente está gravado a estima social (grifos nossos).<sup>257</sup>*

Se a inimputabilidade do major Ricardo já era esperada, devida a sobreposição dos interesses da sua família em relação aos aparelhos estatais, só restava ao redator destacar o papel social da escrava violentada e, por isso, procurou apresentá-la da forma mais pungente, qualificando-a como mártir. O intento era comum aos discursos abolicionistas presentes na imprensa brasileira do período que, muitas vezes, assumiam conotação emotiva, procurando se falar ao coração e não à razão.<sup>258</sup>

Com frases de efeito, buscava aproximar o sofrimento de Militana a uma resposta ativa da sociedade: “[...] é claro que existe um crime horrendo a punir e uma mártir a vingar”.<sup>259</sup> E, nesse sentido, terminou sua carta intuitivamente com a seguinte frase: “[...] Desta vez a opinião pública arrastou à sua barra o audacioso surrador e as lágrimas da infeliz

<sup>256</sup> Antônio Coelho Rodrigues era deputado na Corte, na época do fato.

<sup>257</sup> CRIME HORROROSO. *A Reforma*. Teresina, ano 1, n.14, p.3, 28 jun. 1887.

<sup>258</sup> PRADO, Maria Emília Prado. *Memorial das desigualdades: os impasses da cidadania no Brasil (1870-1902)*. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p. 152.

<sup>259</sup> CRIME HORROROSO. *A Reforma*. Teresina, ano 1, n.14, p.3, 28 jun. 1887.

Militana hão de tocar os corações sensíveis”.<sup>260</sup> Assim, tanto a morte como o sofrimento e a dor pelo derrame de lágrimas e sangue são somente a origem do processo redentor.

O “sacrifício” de Militana, portanto, não era em vão. Simbolizava um meio de promoção da opinião pública em favor da causa abolicionista. Conferia ao seu gesto de fugir e se apresentar às autoridades policiais, como um protesto digno e possuidor de um significado político novo. Tornava a escravidão um crime, o senhor, um algoz, e o escravo, uma vítima.<sup>261</sup> Dessa forma, a imprensa abolicionista incitava a piedade: “Escravidão! Escravidão! Vergonha! Maldição eterna!”.<sup>262</sup>

Nas últimas décadas da monarquia, a sociedade brasileira seguia hierárquica e patriarcal. Exemplo disso encontramos em parcela significativa da imprensa piauiense que, através das publicações, continuava expressando a escravidão como o estado de coisas natural e até moralmente defensável. Porém, neste mesmo contexto, também são encontrados, nos impressos, esforços condizentes ao desmonte do escravismo ao passo em que a retórica abolicionista de muitos redatores fomentou uma reviravolta nos esquemas de percepção do mundo social, no que concerne a uma transformação da imagem do escravo, passando de “[...] coisa ou animal doméstico diluído na paisagem a pessoa escravizada e merecedora de ação política em seu favor”.<sup>263</sup>

Publicistas como David Caldas, quando se referiam aos escravos vitimados pela violência, utilizavam-se da sensibilidade humanitarista para, através da percepção aguda do sofrimento alheio, descortinar a escravidão como moralmente intolerável. Procuravam assim humanizar o escravo e desumanizar a escravidão. Em notícia intitulada *Cena bárbara*, publicada no seu jornal *O Amigo do Povo*, percebemos em sua retórica antiescravista o recurso à compaixão, para deslegitimar a violência ao cativo e o comportamento da sociedade teresinense diante dela:

Viu-se um dia destes, na praça Saraiva, um homem amarrado à cauda do animal! A vítima ia quase de rastos, e levava algemas, com as quais, em seu desespero, procurava quebrar a cabeça, para destarte acabar com a vida que se lhe tornara insuportável!

Os curiosos aglomeraram-se na praça, para presenciar a cena. Houve riso alvar da maior parte, estupidez ou criminosa indiferença; rara indignação... o choro de uma menina de cor... preta, nimamente sensibilizada e tomada de horror! O infeliz que se achava algemado, e preso, além disso, à cauda do cavalo, era um... escravo! A polícia deveria... Mas não! As leis, as *sábias leis*

<sup>260</sup> CRIME HORROROSO. *A Reforma*. Teresina, ano 1, n.14, p.3, 28 jun. 1887.

<sup>261</sup> COSTA, Emília Viotti da. *A abolição*. 9 ed. São Paulo: UNESP, 2010. p.114.

<sup>262</sup> LEIAM OS NEGREIROS!. *O Semanário*. Teresina, ano 9, n. 339, p.3, 14 jun. 1884.

<sup>263</sup> ALONSO, Ângela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p.91-92.

deste império bragantino admitem horrores daquela natureza! (grifos do original).<sup>264</sup>

A narrativa salienta alguns traços das relações sociais entre livres e escravos em Teresina. Em primeiro lugar, a violência cometida contra o cativo, para David Caldas, era um absurdo, um fato chocante e brutal, perpetrado em plena luz do dia, presenciado por grande número de pessoas na praça e que não foi, em momento algum, reprimido por civis ou pela polícia. Em segundo lugar, a aceitação da violência ao cativo como natural. Alguns teresinenses chegaram a rir da situação, poucos foram os que se revoltaram. A insensibilidade foi quebrada apenas pelo choro de uma menina que reconheceu seu semelhante não somente pela cor da pele, mas também por ver ali um ser humano.

Assim, os castigos excessivos “[...] naturalizavam-se nos espaços públicos, enquanto extensão dos espaços privados”.<sup>265</sup> Destacamos que a constatação enojada do publicista diante da “cena bárbara” na qual a violência do senhor ao escravo era vista pela sociedade como algo “natural”, bem como a crítica irônica com que terminou seu relato, atribuindo a admissão de tais situações à garantia dada pelas “sábias leis” do Império, isto é, apresentavam fundamentação heurística bastante aguçada. De fato, o corpo das leis penais do Império possuía caráter patriarcal que revestia toda a sociedade escravista com suas doutrinas,<sup>266</sup> entre as quais a justificativa legal de que o senhor possuía o direito outorgado do exercício privado da justiça e da violência sobre seu escravo.

Podemos ver no Código Criminal de 1830, no artigo 14, no parágrafo 6º o seguinte: “Quando o mal consistir no castigo moderado, que os pais derem a seus filhos, os senhores a seus escravos, e os mestres a seus discípulos; ou deste castigo resultar, uma vez que a qualidade dele, não seja contrária às Leis em vigor”.<sup>267</sup> As leis do Império, de forma geral, evidenciavam uma concepção estatal de uma família ampliada – modelo aristotélico – onde o *pater familias* figurava como autoridade suprema e, por isso, a ele era reservada a coerção privada e as hierarquias deveriam ser preservadas.

Essa doutrina foi recuperada no Direito romano, para quem o pai era o juiz doméstico das suas propriedades, – filhos e escravos – entendidas como desprovidas de vontade e sem

<sup>264</sup> CALDAS, David Moreira. Cena bárbara. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 3, n.28, p.3, 20 out. 1869.

<sup>265</sup> SOARES, Débora Laianny Cardoso. *(In)justiça no sertão...* p.74.

<sup>266</sup> MALERBA, Jurandir. *Os brancos e a lei...* p. 41.

<sup>267</sup> BRASIL. [CÓDIGO CRIMINAL (1830)]. *Código Criminal do Império do Brasil de 1830*. Brasília, DF:Presidência da República,[2021]. Disponível em:[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/Código.Htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/Código.Htm). Acesso em: 21 jan.2021.

responsabilidade, a princípio, pelos seus atos, enquanto sob a tutela e proteção do senhor.<sup>268</sup> Por isso, afirmamos que a crítica de David Caldas sobre as “sábias leis do Império” apresentava fundamentação jurídica, tendo em vista que o próprio aparato legal “permitia” o emprego da força, pelo soberano da casa.<sup>269</sup>

A permissividade fazia parte das “adaptações” na legislação imperial que os especialistas em Direito realizaram para preservarem, na forma da lei, as hierarquias vigentes, a prática do clientelismo e do favor, o desprezo pelo trabalho – considerado como “coisa de negro”, e, sobretudo, a jurisdição autônoma do senhor da casa-grande. Enfim, o patriarcalismo inerente à visão de mundo escravista – herança do período colonial –.<sup>270</sup>

Com base nos preceitos jurídicos e ideológicos apresentados, podemos considerar que o Estado ajudou a reforçar, na ordem do cotidiano, comportamentos sociais como o que vimos no relato. Nesse sentido, o “riso alvar da maior parte, a estupidez ou criminosa indiferença; a rara indignação” dos teresinenses podem ser atributos morais que logicamente não foram causados pelas leis imperiais, mas, por outro lado, pela influência delas na formação da visão de mundo escravista, o que não poderia ser minimizada.

Com efeito, a estratificação social e sua intrínseca ordem escravista eram perpassadas pelo uso da violência legítima aos cativos, fundamentada nos princípios de proteção e correção do pater sobre seus dependentes:

A legitimidade da violência privada no escravismo é *ex natura*, como na relação entre pai e filho. O senhor detém o direito legal da aplicação do castigo moderado como pai protetor de seus fâmulos, responsável pela garantia da ordem em seus domínios. Na casa grande esse preceito é insofismável.<sup>271</sup>

As críticas à legislação imperial e sua admissão da violência privada encontradas na escrita jornalística de David Caldas, em especial aos escravizados, faziam parte do seu discurso monólito com vistas a destruir o regime monárquico.<sup>272</sup> Para o redator, as tradições indesejadas brasileiras concentravam-se no seu passado colonial e escravista. Em decorrência

---

<sup>268</sup> MALERBA, Jurandir. *Os brancos e a lei...* p.41-43.

<sup>269</sup> Ressalvamos que a violência privada por parte do senhor, legitimada pela lei, não era apenas vontade arbitrária da sua parte. Ela também participava como forma de controle da organização da sociedade patriarcal do Império. Isso acontecia por que, por meio da força física, impediam-se insubordinações das classes inferiores e assim, reforçava-se a obediência passiva ao *status quo*. Conferir: BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade: por uma teoria geral da política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.83.

<sup>270</sup> MALERBA, Jurandir. *Os brancos e a lei...* p.41.

<sup>271</sup> MALERBA, Jurandir. *Os brancos e a lei...* p.87.

<sup>272</sup> Como veremos no capítulo seguinte.

desse cenário, o império bragantino atravancava o progresso e a civilização caros aos homens de imprensa, da província, envolvidos pelo ideal de modernização.

No entanto, até aqueles que não defendiam o fim da Monarquia com o avançar dos processos favoráveis à abolição na segunda metade do século XIX, passaram gradativamente a atribuir à emancipação dos escravos o meio de acesso ao progresso e à civilização, pois tomavam como fundamento pedagógico a condenação da escravidão em nome dessas noções nos países mais desenvolvidos.<sup>273</sup> Com minoritária exceção, nos periódicos piauienses, a ideia abolicionista avançou caracterizando a escravidão como o grande mal a ser combatido.

Logo, ao lado da figura do escravo como infeliz vítima, foi colocada a imagem da escravidão como “monstro”, “fera”, “hidra”. Muitas vezes, o que acalentava os ânimos combatentes mais exacerbados era a certeza de que o trabalho escravo iria acabar um dia, mais próximo do que imaginavam. Citamos a Lei Rio Branco (1871), na qual as constantes manumissões, o recrudescimento da propaganda libertária, entre outros fatores internos e externos indicavam essa certeza; e eles, como adeptos de uma perspectiva teleológica progressista, aguardavam ansiosamente essa mudança.

A escravidão, em fins da década de 1880, já era uma doente em estágio terminal, mas que ainda encontrava forças para fazer algumas vítimas. Como podemos ver no jornal *O Telephone*, publicado em 12 de junho de 1887:

Por toda parte a *hidra da escravidão*, nos paroxismos de uma morte infalível, arremessa-se indômita sobre as suas miserandas vítimas. Acabamos de ser informados que as justiças de Oeiras apresentou-se uma pobre escrava do sr. capitão Ricardo R. de Souza Martins, cruelmente seviciada e arrastada pendente do pescoço uma grossa e pesada cadeia! *Aguardamos confiantes o procedimento das autoridades da comarca sobre o caso* (grifos nossos).<sup>274</sup>

O relato acima oferece duas atitudes recorrentes nos conflitos entre senhores e escravos, quando estes, sejam porque os senhores não conseguiram resolver os conflitos com seus escravizados no interior de suas propriedades ou por causa das sevícias excessivas, causando morte ou sendo pública, eram evidenciados, pela imprensa, quando conveniente.<sup>275</sup> A primeira refere-se aos cativos que, conseguindo sair do local da violência, apresentavam-se às autoridades judiciais ou mesmo às redações dos periódicos. Isso é um indicativo de que havia, entre os escravos violentados, a compreensão que nesses locais encontrariam algum tipo de apoio

<sup>273</sup> COSTA, Emília Viotti da. *A abolição...* p.77.

<sup>274</sup> CENA DA ESCRAVIDÃO. *O Telephone*. Teresina, ano 5, n. 216, p.3, 12 jun. 1887.

<sup>275</sup> SOARES, Débora Laianny Cardoso. *(In)justiça no sertão...* p.74.

A significação positiva desses lugares pelos escravos pode ser decorrente do que Marialva Barbosa conceituou como leitura de terceira natureza.<sup>276</sup> Ao que tudo indica “[...] o escravo jamais ficou insensível ao que se discutia à sua volta, procurando, pelo contrário, tirar sempre proveito dos acontecimentos que, temporariamente pelo menos, enfraqueciam o poder dos brancos sobre eles”.<sup>277</sup>

É o que podemos identificar na ida proposital do escravo Lourenço, ao escritório do jornal abolicionista *A Reforma*, que se declarava africano e septuagenário, duas condições legalmente favoráveis à sua alforria naquele ano de 1887, que ainda não havia acontecido, pois continuava sendo propriedade do sr. Fernando Lobão da União. Por isso, ocorreu o pedido de ajuda aos redatores abolicionistas que, prontamente, publicaram o acontecido e afirmaram, ainda, que Lourenço aparentava ter idade superior a 65 anos “chamando para o caso a atenção das autoridades competentes”.<sup>278</sup>

Nessas situações, os redatores assumiam publicamente o papel de “defensores dos escravos violentados e injustiçados”, mais uma atitude recorrente nesses relatos. Para isso, recebiam denúncias de maus tratos, reclamavam da inércia das autoridades frente aos abusos sofridos pelos cativos, reivindicavam exames de corpo delito e *habeas corpus*, fiscalizavam os resultados dos processos judiciais e cobravam a execução das leis abolicionistas. Podemos encontrar no caso da escrava Luzia, que não queria mais trabalhar para seu senhor, a seguinte narrativa:

Há mais de mês que jaz detida na casa de detenção a escravizada Luzia, de propriedade do sr. Ricardo José Teixeira, sem crime algum além do de não querer servir ao senhor. É horrível isto. E, no entanto o que fazem as duas primeiras autoridades supremas da província? Cruzam os braços e fecham os olhos a tão revoltado abuso.

Pediremos uma ordem de *habeas corpus* em nome da desgraçada a não ser ouvida a nossa súplica em favor dela.<sup>279</sup>

Notamos que o conceito de “propriedade” conferido à condição escrava estava sendo deslegitimado pelos abolicionistas, no final da década de 1880. Porém, não podemos afirmar que havia uma mudança brusca de valores ao ponto de se evidenciar o abandono radical da

<sup>276</sup> BARBOSA, Marialva. *História Cultural da imprensa...* p.87.

<sup>277</sup> ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. *Escravidão e transição: o Espírito Santo (1850-1888)*. Rio de Janeiro: Graal, 1984, p.171.

<sup>278</sup> AFRICANO. *A Reforma*. Teresina, ano 1, p.10, 26 maio de 1887.

<sup>279</sup> ESCRAVA PRESA. *A Reforma*. Teresina, ano 1, n. 14, p.3, 28 jun. 1887.

mentalidade escravista, que também continuava pertinente, inclusive entre os redatores abolicionistas.<sup>280</sup>

Wlamyra R. de Albuquerque demonstra que “[...] o discurso abolicionista propagado no Brasil, nas décadas de 1870 e 1880, amortecia as tensões entre proprietários e escravos, recorrendo a um sentimento filantrópico carregado de racismo e paternalismo”.<sup>281</sup> Em outros termos, podemos nos perguntar se o próprio papel de defensores dos escravos assumido pelos publicistas não seria uma forma de reificar a condição do escravo como menor, incapaz e dependente da “compassividade” dos brancos livres e civilizados.

Muitas vezes, a própria relação dos redatores com os proprietários violentos apresentava uma conotação branda e tendenciosa à conservação do *status quo*, como o exemplo do caso da escrava Vitorina, que gerou assunto para vários jornais e três números do *A Reforma*. Nesse periódico, publicado em 9 de junho de 1887, foi noticiada, a partir de denúncias recebidas, os maus-tratos sofridos cotidianamente por Vitorina, de propriedade do sr. Severino Lopes, na capital Teresina.

As ações descritas pelo noticiador diante da ocasião ganhavam proporções nacionais, o que se pode perceber no seguinte trecho da notícia:

Dizem-nos que a infeliz está toda coberta de feridas pela palmatória, jazendo acorrentada em um quarto na casa do seu *senhor*! Fato com este, em qualquer outra província teria despertado a polícia; mas aqui tudo se suporta, porque a opinião pública não se alarma, clamando por justiça para a desgraçada vítima do poder senhorial.

Não temos esperança de ver punido um crime tão revoltante e apenas chamamos para ele a atenção do jornalismo do império, além de que todos saibam que, na capital do Piauí, sendo chefe de polícia o dr. Firmino Licínio Soares da Silva e presidente o dr. Antônio Jausem de Mattos Pereira, é uma *escrava* terrivelmente surrada sem que o seu *senhor* sofra o menor castigo, por mais que se peça providências. As autoridades judiciárias, já que as policiais toleram tamanha selvageria, podem pelo menos fazer corpo de delito na infeliz, para verificarem a veracidade das acusações que pesam sobre o tenente Severino. Culpado, sofra ele a merecida punição; inocente, que se livre de tão pesada imputação. O que é grave é nenhuma autoridade sindicarem de um fato grandemente criminoso.

Seremos atendidos? (grifos do original)<sup>282</sup>

<sup>280</sup> Para Jurandir Malerba, “a mentalidade escravista perdurou mesmo em meio às transformações modernizantes da segunda metade do século XIX”. Conferir: MALERBA, Jurandir. *Os brancos e a lei...* p.40.

<sup>281</sup> ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação...* p.38-39. Afirmção semelhante encontramos em: AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX*. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2004.

<sup>282</sup> SEVÍCIAS. *A Reforma*. Teresina, ano 1, n.12, p.4, 9 jun. 1887.

Não desejando, por ventura, seus nomes expostos em jornais de outras províncias, o presidente da província e o chefe de polícia acabaram tomando providências sobre o caso. O fato é que, após a publicação da notícia, foi produzido na polícia um *termo de declaração* assinado por dois médicos, no qual se atestava o estado físico da escrava e que fora estampado no noticiário da época.

O documento não satisfez aos redatores do *A Reforma*, que reivindicaram um corpo de delito da escrava com exibição pública da mesma. Eles pressupunham que poderia ter sido um termo “falsificado na sala secreta da polícia”, afirmando que estariam convencidos que suas suposições eram falsas.<sup>283</sup> O desfecho da polêmica nos chama atenção ao observarmos que o Dr. Chefe de Polícia atendeu às reivindicações e mandou proceder novo exame na pessoa da escrava Vitorina, no qual:

[...] Fez um auto de perguntas, do qual ficou evidenciado os maus tratos que lhe inflige o seu senhor. Compareceram na chefatura os redatores da *Imprensa, Época, Telephone e Reforma*; o dr. promotor público da comarca, farmacêutico José Pereira Lopes e outras pessoas gradas. Serviram de peritos os nossos distintos amigos drs. Candido Hollanda e Álvaro Moura, os quais verificaram a existência de velhas cicatrizes no corpo da infeliz, bem como de uma no ângulo esquerdo do lábio superior. No seguinte número publicaremos os documentos referidos, para mostrarmos injúria aos dois peritos do primeiro exame dizendo que *o termo de declaração fora manipulado no gabinete da polícia*. Com nossos olhos vimos a escrava. É verdade que o seu estado não é tal como nos garantiram; mas é incontestável que é castigada com alguma severidade. Hoje só desejamos que o sr. Severino seja mais humanitário e que o dr. Chefe de Polícia proceda sempre com a isenção com que andou neste negócio. Uma autoridade sempre se eleva prestando ouvido aos reclamos da opinião pública (grifos do original).<sup>284</sup>

A violência privada à Vitorina foi evidenciada no interrogatório. As velhas cicatrizes pelo corpo acusavam os maus-tratos ao longo da sua vida, o que não foi suficiente para convencer os vários homens que a olhavam e escutavam atentamente. Só restava, portanto, publicar uma espécie de mea-culpa por terem afirmado, no jornal, que os peritos haviam falseado o termo de declaração. Tantas acusações e cobranças às autoridades incorreram em vergonha para os próprios redatores, sendo, por isso, que a notícia terminou com a tímida e breve orientação – “seja mais humanitário” – ao Sr. Severino. Reiteramos que eles sabiam que a escrava era violentada.

Assim, todo o vigor do discurso abolicionista silenciava perante a “falta de provas” como feridas abertas, amputações recentes ou coisas piores, pois o depoimento de uma negra

<sup>283</sup> SEVÍCIAS. *A Reforma*. Teresina, ano 1, n.13, p.5, 17 jun. 1887.

<sup>284</sup> SEVÍCIAS. *A Reforma*. Teresina, ano 1, n.14, p.3, 28 jun. 1887.

escrava e a exposição de suas cicatrizes fechadas não eram suficientes para justificar a oposição ferrenha aos senhores. Ao que parece, um escravo que não se encontrava na zona dos degenerados, criminosos e violentos, ou na zona das vítimas, que caminhavam moribundas em meio a lágrimas e sangue escorrendo pelos seus corpos, rumo às autoridades policiais e judiciais ou redações de jornais, não era visto ou ouvido, continuava, portanto a ser menor, “coisa” do seu dono, propriedade particular, invisível.

Dessa forma, o abolicionismo acabava por ser brando e conivente com o paternalismo. Afinal, no fundo todos sabiam que aquele “seja mais humanitário” pouco ou nenhum efeito poderia causar na classe senhorial, posto que, não passava de mais uma “grande abstração burguesa” tão usual entre a “boa sociedade” imperial.<sup>285</sup> O *status quo*, portanto, se mantinha.

Não podemos deixar de notar a presença dos homens de imprensa na chefatura de polícia, participando do corpo de delito, da exibição pública de Vitorina e também cobrindo aquele caso. Isto é indicativo de um profundo interesse dos mesmos, por casos como aquele que acabavam por virar notícias em seus respectivos jornais. Com efeito, o relato de uma escrava torturada e acorrentada em um quarto do seu senhor abastado apresentava “[...] todos os ingredientes que podem interessar aos leitores: a tortura contra os indefesos, a situação de penúria e indignidade das vítimas, o poderoso contra o fraco”.<sup>286</sup> Logo, o tema relacionado aos abusos excessivos sofridos pelos cativos poderia atrair muitos leitores, ao passo que o discurso abolicionista avançava na sociedade.

Diante do que vimos até aqui, podemos afirmar que a escrita de “brancos” sobre “negros”, nos jornais piauienses nas últimas décadas do Segundo Reinado, não fugia ao senso comum da época sobre a escravidão. Partindo de Aristóteles, sobreveio a noção de Estado como família ampliada, influenciando dessa forma, o viés natural de supremacia do pai senhorial sobre a esposa, filhos e escravos, tidos como seus dependentes. Da religião cristã, assentou-se a obediência passiva às hierarquias condicionadas pela ordem divina, lastreada por episódios bíblicos que “comprovavam a maldição” da eterna escravidão e, por consequência, inferioridade dos povos africanos. Contudo, isso não impedia de se alcançar a salvação por meio da escravidão na América, pois “era melhor ser escravo, mas ter a alma salva, em terra cristã, do que livre, com a alma danada, na África pagã”. Além disso, reforçava a hierarquia entre brancos e negros dando cor à diferença, o paradigma iluminista de

---

<sup>285</sup> SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In: SCHWARZ, Roberto. *Cultura e política*. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009, p.61.

<sup>286</sup> BARBOSA, Marialva. *História Cultural da imprensa...* p.87.

Voltaire, Kant, Hume, e o darwinismo social, em ascensão popular, na segunda metade do século XIX.<sup>287</sup>

Nesse sentido, a escravidão acomodava-se na ordem normal das coisas, participava da paisagem cotidiana e inseria-se como o primeiro degrau de uma sociedade aristocrática no qual a estratificação estamental configurava a própria garantia da ordem. Até o despontar da questão abolicionista não se figurava como um cancro que deveria ser extirpado do corpo social, sob a condição de se alcançar a modernização com sua civilização e progresso. Contudo, a meta posta pelos abolicionistas não estabeleceu, nem entre eles, uma mudança na concepção hierárquica sobre o escravo. No que tange aos jornais deste segmento social, na província do Piauí, continuaram reproduzindo a tópica da inferioridade negra.

Seguiam, dessa forma, a retórica moral na qual os “brancos livres” são civilizados, fortes e sábios, e que, por outro lado, os “negros escravos” são o avesso, o contrário, o “outro”. E era essa a condição de alteridade que se reforçava a cada número de jornal em que a presença negra era relatada.

O jornal abolicionista *A Reforma*, por exemplo, lutava contra a escravidão no âmbito legal, no entanto, no chão das relações sociais, as prescrições sobre a manutenção da “ordem natural” distinguia livres e escravos. É o que notamos quando localizamos o noticiamento nesse periódico sobre a vinda de políticos provenientes do partido conservador para as fileiras do partido liberal da província, isto é, conservadores que, segundo o redator, “havia sido vítimas”: “[...] dessa política pequenina, que não pode convir senão à escravos”.<sup>288</sup>

O que mais lhe alegrava era que se tratava de: “[...] homens da melhor sociedade, abastados, altamente colocados, [que iriam] dar vida nova, alento e dobrado esforço ao partido liberal da província”.<sup>289</sup> O contraste entre o escravo, partícipe da “pior sociedade”, e o membro da “melhor sociedade”, presente na notícia, expressa bem qual grupo social era valorizado entre os publicistas.

Ainda no *A Reforma*, encontramos semelhante reprodução das distinções sociais, na segunda metade do século XIX, na transcrição do poema de Luís Guimarães Júnior, intitulado NHANHÃ, publicada em 21 de outubro de 1887, para melhor análise, segue o mesmo, em sua íntegra:

Um dia apresentaram-me. Ela lia

<sup>287</sup> ALONSO, Ângela. *Flores, votos e balas...* p.57.

<sup>288</sup> AQUISIÇÕES IMPORTANTES. *A Reforma*. Teresina, ano 1, n.13, p.1, 17 jun. 1887.

<sup>289</sup> AQUISIÇÕES IMPORTANTES. *A Reforma*. Teresina, ano 1, n.13, p.1, 17 jun. 1887.

Num canto do salão;  
 Deixou cair aos pés o livro e ria  
 Estendendo-me a mão.  
 Mão de princesa, fina, delicada,  
 De tão macio alvor  
 Qual se talhara alguma boa fada  
 No cálix de uma flor  
 Era no campo. As auras forasteiras  
 Suspiravam no ar,  
 Frescas do grato odor das laranjeiras,  
 Dos raios do luar.  
 Surdo uma voz ao longe ressoava  
 Em doloridos ais...  
 Perguntei quem cantava: Oh! uma escrava  
 Disse ela. E nada mais.  
 Falou-me então das valsas delirantes  
 De Strauss e do furor  
 Dos novos cotillons. Disse-me: d'antes  
 Valsava-se melhor.  
 E a voz da escrava como um ai de morte  
 Adejava ao luar...  
 - Li há dias num jornal da Corte  
 Que a Patti vai chegar  
 Será verdade? Ah! Quem me dera. A moda  
 Renascerá enfim  
 E ela a bater as mãos ria-se toda  
 Olhando para mim.  
 Contemplei melancólico o semblante  
 Dessa virgem feliz:  
 Era mais alva que ao luar errante  
 As pálidas willis  
 Era tão doce como a Fantasia  
 D'um bardo sonhador  
 Lamartine colhera uma Harmonia  
 Nos lábios dessa flor.  
 E enquanto o seu olhar negro brilhava  
 Como a onda ao luar  
 E a suspirosa aragem derramava  
 O aroma do pomar;  
 Enquanto aquela boca fulgurante,  
 Mais para que os cristais,  
 Repetia-me a crônica elegante  
 Dos últimos jornais;  
 A voz da escrava – trêmula, queixosa,  
 Expirou n'amplidão  
 Longa como uma nênia dolorosa,  
 Triste como a paixão.<sup>290</sup>

Uma interpretação sobre o poema nos revela a abordagem literária de apresentação da imagem do escravo como vítima sofredora frente ao seu senhor. Ao nosso ver, a temática já

<sup>290</sup> NHANHÃ. *A Reforma*. Teresina, n. 29, p.1, 21 out. 1887.

não assinalava novidade para um possível leitor contemporâneo do jornal que encontraria a tópica, na coluna de notícias, ao virar as três páginas seguintes do exemplar que tinha em mãos. De fato, a leitura imagética era recorrente.

Por outro lado, para além do cativo sofredor, tópica preferida da imprensa abolicionista piauiense, a leitura enseja-nos ao vislumbre dos valores da “boa sociedade” – da qual participavam os homens de imprensa – em face da sua relação com os escravos. É justamente neste núcleo que Roberto Schwarz encontra o Brasil, em sua política e cultura, naquilo que oferece de dualista e factício, permeado por contrastes rebarbativos, desproporções, disparates, anacronismos, contradições, enfim, uma composição “arlequinal”, onde há desacordo entre a representação e o seu contexto de produção.<sup>291</sup>

A verdade é que a própria presença da escravidão matizava todos os ideais de civilidade de padrão europeu e liberal da elite brasileira, inclinando-os ao inevitável descompasso e contradição. O poema toca no ponto nevrálgico da questão. Na medida em que nos leva a passear pelos salões dançantes das casas senhoriais, assistindo aos rituais furtivos dos primeiros enlances amorosos do abastado casal em cena, também nos traz a figura “ao longe” da escrava que parece quase roubar de pronto as atenções do parceiro curioso. A pergunta termina por ser irresistível: quem canta com estes “doloridos ais”? E a resposta vem como quem não quer mais falar no assunto: “Uma escrava”. Silêncio súbito, porém, breve. A conversa elegante e sedutora não pode terminar com tão “ínfima” intromissão. É nesse momento que a jovem “virgem e feliz”, apresenta aquilo que considera sua melhor qualidade: o privilégio de ser civilizada. Assim, ostenta e ornamenta sua conversa com a modernização, representada, em valsas de Strauss, às vezes algumas palavras pronunciadas em francês ou inglês, comentários sobre as últimas novidades e crônicas elegantes dos jornais da Corte. E “ela a bater as mãos ria-se toda”. Seus olhos brilhavam de felicidade pelo momento ímpar que vivia. Enfim, fazia sentido ler tanto, desejar e falar tanto sobre os costumes europeus.

Todavia, o jovem não a correspondia na mesma intensidade. Seu olhar sobre a parceira de valsa era melancólico. Talvez, pela preocupação com a escrava que soltava – em meio à conversa civilizada e cheia de vida da jovem – sua voz, que gradativamente assumia um “ai de morte”, e que no fim, acabou por “expirar na amplidão”. Percebemos neste cenário, o latente contraste de mundos, entre a “boa sociedade” e o *mundo do trabalho*.

Por um lado, opera-se mais uma vez a técnica de inferiorização do escravo. Significando-o como “pano de fundo” na casa senhorial e de preferência (para seu senhor),

---

<sup>291</sup> SCHWARZ, Roberto. *Cultura e Política...* p. 71-75.

obediente, silencioso e grato. Ainda que assim não o seja, não significa que conquistará os dois maiores privilégios no Império: propriedade e liberdade. Ou seja, não será autônomo de si. Eterno dependente, não merece ser escutado e visto, não é cidadão, não faz parte da constituição da identidade brasileira, é inferior, tal como na literatura de José de Alencar.<sup>292</sup>

Por outro lado, aquela que foi a vida toda chamada carinhosamente de “nhanhã” por sua escrava, não a agrega em seu mundo civilizado e festivo, afinal, ela é “só uma escrava”. Não merece atenção ao ponto de barrar o prosseguimento de um baile dançante ornado por rituais de civilidade europeizadas. Diante da modernização, civilização e progresso, a “boa sociedade” e a escravidão estão completamente afastadas. Pois o cativo não tem significado para além daqueles que o branco produziu: coisa, propriedade, degenerado, violento, mentiroso, feiticeiro, inferior, dependente, bárbaro ou vítima. Ele principia e finda não tendo personalidade. Como nos diz Lillia Moritz Schwarcz, “[...] o escravo entendido como corpo sem persona é, por definição, para o branco, o próprio vazio social”.<sup>293</sup> A partir dessas concepções, as sociedades abolicionistas vão se constituir e formar ideais de nação, na província do Piauí, a imprensa vai ser uma forte aliada nestes projetos e é nisso que vamos focar, nas páginas seguintes.

## 2.2 A ideia caminha: o movimento abolicionista na imprensa

Era o início do ano de 1870 e cada vez mais despontavam nos jornais notícias de alforrias como a do escravo Marcos que recebera carta de liberdade do Sr. capitão Raimundo José da Cunha. Segundo o jornal *A Imprensa*, atos como este eram registrados “com prazer”. Fomentava-se a tônica do amplo debate sobre o elemento servil na sociedade brasileira, nas últimas décadas do regime monárquico. Por isso, em poucas linhas, já era possível ver o prenúncio do esforço colossal que os homens de imprensa empreenderam no sentido de estimular, na opinião pública, o cultivo dos ideais e práticas abolicionistas.

De fato, a própria narração marcava os sinais de novos tempos que vinham matizados por polêmicas, desafios e propostas assentadas nos brios da modernização idealizada que, por sua vez, puxava o carro do progresso e da civilização. Assim, o alforriado Marcos seria “[...] mais uma figura de homem que se desprende, por um ato de generosidade, das durezas da

---

<sup>292</sup> ALONSO, Ângela. *Flores, votos e balas...* p.57-58.

<sup>293</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro...* p.190.

escravidão, e que passa para o número dos cidadãos do País”.<sup>294</sup> A força motriz da imagem criada é inegável e beira aos enredos bíblicos de redenção dos marginalizados socialmente.

Com efeito, notamos a bondade senhorial libertando sua propriedade, coisa ou “figura de homem” das “durezas da escravidão”, vazío social agora ocupado pela nobre condição de “cidadão do País”. Eis a fórmula na qual será apresentado, nos jornais, o desvencilhamento legal entre senhores e escravos que terminará por se consumir na abolição da escravatura em 13 de maio de 1888.

Os publicistas jogavam a questão abolicionista para o maniqueísmo moral. Nesse sentido, combatia-se o mal da escravidão com a compassividade, humanidade e filantropia, entre outras ações tão sublimes dos escravistas, que “não carecem ser elogiadas”, parafraseando a forma como geralmente terminavam-se os relatos de concessão de liberdade. Todo o apelo retórico só reforçava a conjuntura de mudanças que se projetavam no crepúsculo imperial. O abolicionismo foi ingrediente fundamental desse período, destacado no periodismo como uma revolta do “espírito público”, de acordo com *A Imprensa*, “[...] contra o progresso que o mal da escravidão vai fazendo no Brasil”.<sup>295</sup>

De modo geral, a propaganda abolicionista predominou nos periódicos piauienses com destaque ascendente nos últimos anos da escravidão. Vamos concentrar a atenção na forma como os homens de imprensa conceberam e participaram desse movimento reformista, confrontando suas peculiaridades no que concerne ao projeto modernizador que defendiam para a nação.<sup>296</sup>

Quanto ao processo emancipatório ocorrido no Brasil, o que notamos desde o fim da década de 1860 até 1888 foi uma condução de cima a baixo da causa da abolição pela elite local, evidente que não de forma generalizada, tendo em vista que muitos foram reticentes. No

---

<sup>294</sup> ALFORRIA. *A Imprensa*. Teresina, ano 5, n.238, p.4, 26 fev.1870.

<sup>295</sup> ALFORRIA. *A Imprensa*. Teresina, ano 5, n.238, p.4, 26 fev.1870.

<sup>296</sup> Tal viés interpretativo acabaria provocando, a nosso ver, uma recaída naquilo que Richard Graham definiu como uma impressão geral de que o Parlamento brasileiro sancionou a lei libertando os escravos em resposta aos sentimentos e à pressão da opinião pública (com destaque na imprensa) incitada por um punhado de abolicionistas. Acentuar-se-ia, portanto o “esforço de cruzada” dos propagandistas e os sentimentos humanitários do imperador e da princesa, negando ou silenciando sobre o próprio esforço dos escravos na luta pela liberdade. Sobre estudos que debateram sobre as “causas da abolição”, conferir: GRAHAM, Richard. *As causas da abolição da escravatura no Brasil*. In: GRAHAM, Richard. *Escravidão, reforma e imperialismo*. São Paulo: Perspectiva, 1979. Ricardo Salles chama a atenção para a participação ativa dos escravos, militantes negros e mestiços livres no processo abolicionista consumado em 13 de maio de 1888. Conferir: SALLES, Ricardo. *As águas do Niágara. 1871: crise da escravidão e o ocaso saquarema*. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial*. Volume III: 1870-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

entanto, as fontes hemerográficas piauienses do período estão marcadas por relatos condizentes ao que afirmamos.<sup>297</sup>

A historiografia piauiense pioneira sobre o tema da abolição na província<sup>298</sup> não enfatizou esse processo acoplador da elite política e intelectual provincial à causa abolicionista, nem analisou os valores e projetos de nação deste grupo social, intrinsecamente relacionados às lutas emancipatórias perpetradas na imprensa e fora dela. O que percebemos em tais estudos se refere mais à transição “pacífica” e sem estratégias de dominação social por parte da classe dominante que ao contrário.

Os estudos historiográficos do Piauí mais recentes sobre a escravidão na segunda metade do século XIX têm demonstrado as tensões entre senhores e escravos no que concerne à violência, aferição de alforrias e formas de dominação sobre os cativos, em condições que até então estavam insuspeitas de ser percebidas como violentas, ou passivas de estratégias de controle social por parte dos escravagistas. De modo geral, os estudos têm apontado para diferentes formas de violência como a simbólica, sofrida pelos escravos urbanos mesmo em situações em que estava “longe do seu senhor”. Também tem se atentado para abordagem da concessão de algum tipo de bem (terras, gado, alforrias, etc.) aos escravos como uma forma de controle que o senhor utilizava para ter seus escravos mais obedientes e fiéis.

Isso amove a interpretação de tais atos como fruto da filantropia ou humanismo dos senhores. Além disso, como forma de abarcar grande parte do viés historiográfico dos autores mais recentes, ressaltamos que estes pesquisadores têm discutido o protagonismo dos escravos na luta pela liberdade. Seguem, neste sentido, as novas perspectivas de análise que vem crescendo desde a década de 1980.<sup>299</sup>

---

<sup>297</sup> Na verdade, esta é a visão historiográfica sobre o processo abolicionista e de instalação do regime republicano que mais nos interessa frente ao argumento que estamos defendendo. A elite imperial, desejosa de se manter no controle da sociedade não cedeu espaço político com poder decisório, a nível institucional, às camadas populares e muito menos aos escravos. Ainda que envolta por retórica liberal, e por vezes democrática, na segunda metade do século XIX, continuou realizando seu projeto modernizador com base no autoritarismo, elitismo, ou seja, uma “modernização conservadora”. Marco Aurélio Nogueira chama isso de “revolução burguesa” sem burguesia e antidemocrática. Sobre a “nova elite” com ideias de progresso e modernização, que desponta no Brasil da segunda metade do século XIX, na rebarba da nascente ascensão industrial, nos centros urbanos, concordamos com Nogueira quando afirma que: “[...] Aqui, a burguesia industrial não nasceu à margem da ‘aristocracia rural’, nem contra ela, mas sim como uma extensão sua e na dependência dela. Seus intelectuais orgânicos foram, assim, muito mais a imagem da continuidade que a da ruptura”. Isso faz com que, necessariamente, nos distanciemos das posições de Graham sobre o mesmo escopo de análise. Conferir: NOGUEIRA, Marco Aurélio. *O encontro de Joaquim Nabuco com a política: as desventuras do liberalismo*. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010, p. 27.

<sup>298</sup> Referimo-nos aos estudos de Odilon Nunes e Monsenhor Chaves.

<sup>299</sup> São exemplos destas pesquisas: COSTA, Francisca Raquel da. Em virtude dos bons serviços que tem prestado: modalidades, motivações e estratégias nas alforrias no Piauí Oitocentista (1850-1888).

Em sintonia com a produção historiográfica recente sobre a escravidão piauiense na segunda metade do século XIX, podemos citar que a relação entre senhores e cativos não era tranquila e isenta de preocupações de ambos os lados. Havia tensões, negociações, projetos elitistas frente à diminuição demográfica dos escravos e a quase certa aprovação da lei que terminaria com aquela que até o momento era a mão de obra quase que exclusiva da grande lavoura de exportação e a principal geradora de receitas para o Estado.

A escravidão fomentava, no Piauí, a agricultura para o mercado interno e era fonte de subsistência para boa parte da população nas cidades. A conjuntura favorecia a formação de um ambiente de preocupações e expectativas.<sup>300</sup> Para uns, o horizonte de expectativas era o melhor possível, progresso, civilização, modernização com o fim da escravidão. Estes foram os que utilizaram a retórica cristã e liberal, que até então convivia amistosamente com a escravidão, para atacar a instituição servil que, por sua vez, era tida como o pecado original da nação e deveria por isso ser extirpada. Outros eram mais pessimistas, percebiam com o fim da escravidão a ruptura dos seus mandos senhoriais, a ordem saquarema em colapso, donde veio a força da relutância até o último momento.

Por meio dos jornais piauienses do período é possível notar que o grupo dos “otimistas” foi bem maior. Afinal, o discurso abolicionista apresentou recrudescimento a partir da década de 1870. Isso não evidencia uma adesão benevolente dos piauienses à pretensa causa humanitária — Tal santidade fica melhor nos altares —. O que havia era assombro diante da mudança.

---

In: LIMA, Solimar Oliveira; SILVA, Rodrigo Caetano. *Do norte ao sul: escravidão Brasil séc. XVI – séc. XIX*. Teresina: EDUFPI, 2018, p. 87-109. LIMA, Solimar Oliveira; SILVA, Rodrigo Caetano. *Conquistamos alforria através da compra e através dos serviços: uma análise das cartas de alforria lavradas no Piauí (1872-1887)*. In: LIMA, Solimar Oliveira; SILVA, Rodrigo Caetano. *Do norte ao sul: escravidão Brasil séc. XVI – séc. XIX*. Teresina: EDUFPI, 2018, p. 243-278. LIMA, Solimar Oliveira. *Braço forte: trabalho escravo nas fazendas da nação Piauí: 1822-1871*. Passo Fundo: UPF, 2005. SILVA, Mairton Celestino da. *Batuque na rua dos negros: escravidão e polícia na cidade de Teresina – séc. XIX*. Teresina: EDUFPI, 2014. SOUSA, Talyta Marjorie Lira. *Filhos do Sol do Equador: as vivências e experiências cotidianas de trabalhadores negros na sociedade teresinense no final do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) Universidade Federal do Piauí, 2012.

<sup>300</sup> Algumas vezes a imprensa denunciava pressões provenientes de países estrangeiros, almejando o fim da escravidão no Brasil. Como podemos ver na transcrição de notícia, no jornal *O Telephone*, originalmente publicada no *Gazeta da Tarde* da corte: “As sociedades abolicionistas do mundo pensam em reunir-se em um grande congresso para pedirem aos governos que dificultem a entrada do café e mais produtos brasileiros nos seus mercados e além disso para representar ao governo francês, pedindo a exclusão do Brasil na grande exposição de 1889, que devendo comemorar a declaração dos direitos do homem, não deve admitir no seu grêmio um país de escravidão”. Conferir: LEMOS NA GAZETA DA TARDE. *O Telephone*. Teresina, ano 5, n. 204, p.3, 8 mar. 1887.

A elite política e intelectual tomou para si a luta no intuito de enfrentar seu maior medo: “[...] o fim das relações de sujeição às quais foram as bases da sociedade escravista brasileira”.<sup>301</sup> Logo, por mais inovadoras e disruptivas que fossem as ideias daquela “geração de 1870”, envoltas por um liberalismo renovado que buscava igualar a todos na condição de cidadãos livres, o que se configurou foi uma modernização conservadora verticalizada.<sup>302</sup> A mudança rendeu à classe dominante o controle das leis, discursos, associações abolicionistas e favorecimento da sobreposição dos seus valores e anseios sobre as camadas subalternas.

A imprensa foi um rico instrumento utilizado nesse intuito. Até em jornais abolicionistas prevalecia o olhar hierárquico sobre o negro escravo, sua inferiorização e a autoglorificação da elite diante das ações em prol da libertação dos cativos. A retórica liberal pautava-se na caridade cristã e, por vezes, democrática, descambando ao uso de bravatas como: Somos livres! Somos irmãos! Somos iguais! E ficava por aí mesmo, ao nível da mera retórica.

De certa forma, grande parte da elite política e intelectual piauiense seguiam as orientações do governo monárquico, assim como a de todo o império, preocupada em antecipar-se e controlar os movimentos e reformas da sociedade. O governo buscou controlar a nova dinâmica que se mostrava no início da década de 1870. Não eram poucas as questões a se enfrentar. O dinamismo econômico e a redefinição do conjunto da sociedade proveniente da tarifa Alves Branco (1844) e da lei Eusébio de Queirós (1850) permearam suas consequências até o final do Império.<sup>303</sup>

Os debates e propostas ganhavam volume. A Coroa escolheu tratar da questão do trabalho, o que necessariamente tocava à escravidão.<sup>304</sup> Ao que parece, o surgimento de uma opinião emancipadora na década de 60 foi reverberado pelos atos e pronunciamentos

---

<sup>301</sup> COSTA, Francisca Raquel da. *Do norte ao sul...* p.104.

<sup>302</sup> O termo “modernização conservadora” foi cunhado primeiramente por Barrington Moore Jr. para analisar as revoluções burguesas que aconteceram na Alemanha e no Japão nas passagens das economias pré-industriais para as economias capitalistas e industriais. Conferir: MOORE JR, Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

<sup>303</sup> NOGUEIRA, Marco Aurélio. *O encontro de Joaquim Nabuco com a política...* p.42.

<sup>304</sup> Para Maria Emília Prado, com a abolição do tráfico de escravos em 1850, o debate sobre a escravidão no Brasil foi elevado a primeiro plano. Conferir: PRADO, Maria Emília. *Memorial das desigualdades...* p. 62. Joaquim Nabuco destacava o debate sobre a liberdade dos escravos como mais premente que as discussões sobre a forma de governo ideal ou a questão da representatividade, que já afligia os políticos. Assim, “antes de discutir qual melhor modo para um povo livre de governar-se a si mesmo – é essa a questão que divide os outros – trata de tornar livre a esse povo, aterrando o imenso abismo que separa as duas castas sociais em que ele se extrema”. Conferir: NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1988, p.32.

“inesperados” de Pedro II em relação ao abolicionismo.<sup>305</sup> Seu perfil de convicção no ideário liberal logicamente mostrava-se afeito à abolição da escravatura.

No início de 1866, por encomenda imperial, cinco projetos abolicionistas foram entregues ao presidente do Conselho, marquês de Olinda. Este, por razões conservadoras e escravistas, silenciou sobre o assunto.<sup>306</sup> Também, nesse momento, pressões externas pela libertação dos escravos chegaram através do apelo da Junta Francesa de Emancipação, solicitando a intervenção pessoal do soberano.

A resposta do imperador aconteceu por meio da afirmação do Ministro de Estrangeiros, Martin Francisco Ribeiro de Andrada, tratando o tema como consequência direta da abolição do tráfico e uma questão de “forma e oportunidade”. Acrescentou o seguinte: “[...] quando as penosas circunstâncias em que se acha o país consentirem, o Governo brasileiro considerará como objeto de primeira importância a realização do que o espírito do cristianismo desde há muito reclama o mundo civilizado”.<sup>307</sup> Na fala do trono de 1867, Pedro II dirigiu-se diretamente ao parlamento, tornando público o debate sobre a emancipação: “o elemento servil no Império não pode deixar de merecer *oportunamente* a vossa consideração”.<sup>308</sup>

É significativo que o termo “oportunamente” revele que a classe dominante deveria tomar as rédeas da transição para o trabalho livre. Além disso, é relevante o fato de que só o liberalismo do monarca não era suficiente quando se tratava de uma questão tão complexa como a abolição. Ele sabia que sem pragmatismo e cautela o debate poderia concorrer para um caos que poderia minar as bases do Estado.<sup>309</sup> Por isso, o método de resolução da questão deveria acontecer de forma “lenta, gradual e segura”, nesse sentido, o assunto deveria ser tratado “[...] de modo que, respeitada a propriedade atual e sem abalo profundo em nossa

---

<sup>305</sup> É significativa a impressão de Joaquim Nabuco sobre os pronunciamentos a favor da abolição na década de 1860, que para ele apresentou “o efeito de um raio caindo de céu sem nuvens. Ninguém esperava tal pronunciamento. Tocar assim na escravidão pareceu a muitos, na perturbação do momento, uma espécie de sacrilégio histórico, de loucura dinástica, de suicídio nacional”. Conferir: NABUCO, Joaquim. *Um Estadista no Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, 2v. p. 569, 574.

<sup>306</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem...* p.305.

<sup>307</sup> Arquivo Histórico do Itamarati, lata 217, maço 2, pasta 6.

<sup>308</sup> “Fala do trono”. ACD, 1867, v. I., p.96.

<sup>309</sup> Sinal de que a política de D. Pedro II também foi marcada por ambiguidades. Como diz Lilia Moritz Schwarcz: “[...] apesar de afirmar-se publicamente contrário à escravidão, usou timidamente de seu poder de forma mais explícita no sentido de apressar a abolição desta. Com efeito, se o final da escravidão era matéria da maior apreensão, de toda maneira a política foi antes de ‘deixar correr, deixar passar’, enquanto se caprichava, mesmo, na fachada europeizante do Império”. Conferir: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.324.

primeira indústria – a agricultura –, sejam atendidos os altos interesses que se ligam à emancipação”.<sup>310</sup>

A fala ecoada do trono ampliou o espaço político do debate para além do Conselho de Estado e do Senado. Atendia-se as pressões externas da junta de emancipação francesa e da Inglaterra, que notava nas relações escravistas um entrave à produção industrial. Para o bem e para o mal, “[...] reter o debate sobre a abolição restrito aos limites da esfera política objetivava a manutenção do controle acerca da forma como deveria o processo se desenrolar”.<sup>311</sup> Ora, o parlamento, como se sabe, era formado pelos grandes latifundiários do país que sustentavam seus respectivos patrimônios em cima das receitas oriundas do trabalho escravo.

Portanto, nesse ambiente político as decisões em favor da abolição súbita do trabalho eram praticamente impossíveis. A elite política escravista aproveitou o ensejo para desmerecer qualquer mudança do *status quo* que, primeiramente, lhe desfavorecesse economicamente e politicamente, atribuindo a elas o estereótipo negativo de “revolucionárias”. Nesse contexto, discute-se exaustivamente a Lei do Ventre Livre, aprovada em 1871, com a anuência de uns e, para outros, o desgosto. Paula Beiguelman destacou o “controle” dos parlamentares escravistas na confecção da citada lei:

[...] Na medida em que a sociedade agrária, abandonada a uma expressão política espontânea, não chegaria a reivindicar o cerceamento do escravismo, uma lei emancipadora se apresentava como o resultado de uma coação “revolucionária” ou de uma temporização forçada. A única forma legítima no caso seria a resultante da alforria pela caridade particular. Com a campanha abolicionista, a defesa do *status quo* denuncia os métodos subversivos de desrespeito à propriedade escravista e sustenta a lei do ventre livre, como a última palavra em matéria de emancipação.<sup>312</sup>

A Lei do Ventre Livre era mais uma demonstração de que, na ordem institucional do Segundo Reinado, o poder político não se dissociava do poder econômico, de forma que os interesses escravistas não sofriam qualquer ameaça efetiva. Ao aventar a possibilidade de libertação aos nascituros, garantia-se a manutenção da escravidão por no mínimo três décadas. Os fazendeiros poderiam optar entre libertarem seus escravos com a idade de oito anos, mediante indenização, ou utilizarem seus serviços até completarem vinte e um anos.

<sup>310</sup> “Fala do trono”. ACD, 1867, v.I., p.96.

<sup>311</sup> PRADO, Maria Emília Prado. *Memorial das desigualdades...* p.65.

<sup>312</sup> BEIGUELMAN, Paula. *Formação política do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Pioneira, 1976, 2 v. p. 153.

O tempo era suficiente para os deputados divagarem sobre novas formas de trabalho e preservarem a agricultura de possíveis danos estruturais como o abandono do governo e, no pior dos quadros, uma interrupção abrupta da instituição servil. A lei de 1871 foi a primeira medida adotada no encaminhamento político da abolição, a partir da qual se dá o tom de como a questão seria enfrentada.

Como percebeu Maria Emília Prado, “[...] impunha-se primeiro atender ao mundo dos senhores para depois pensar na libertação dos escravos, pois a agricultura, suporte nacional, precisava ser protegida”.<sup>313</sup> Contudo, tal cooptação da elite política sobre a lei abolicionista não a colocava em uma posição tranquila de domínio dos senhores de terras e escravos sobre o sistema político ou de uma autocracia burocrática.<sup>314</sup>

A lei exigia inequivocamente uma “mudança de atitude”, principalmente entre os grupos elitistas mais relutantes às medidas abolicionistas. Com efeito, a escravidão por certo iria findar em decorrência desse fato e os donos de escravos buscaram ganhar o máximo de tempo possível e evitarem as temidas rebeliões escravas. José Murilo de Carvalho reforça que “[...] os que podiam vendiam seus escravos, outros os libertavam lentamente, renunciando à indenização para manter o controle do processo e evitar a intervenção do governo, considerada desmoralizadora de sua autoridade”.<sup>315</sup>

A imprensa piauiense prescreveu as “mudanças” de atitudes e pensamentos que deveriam ser tomadas diante das novas ideias e tempos que percorriam em meio ao processo abolicionista. Podemos observar o seguinte no artigo publicado no jornal *O Telephone*, escrito em tom celebrativo pelo fim da pena de açoites aos escravos:

[...] Na política, na literatura, etc., se quereis vencer, *segui a torrente das ideias, tornai-vos representante delas; ao contrário sereis por ela arrastado ou derrubado*. Napoleão assim pensava e Byron praticou a doutrina exposta quando *fez-se o homem do seu tempo*, abraçando as duas escolas literárias, a última do século 18 e a primeira do século 19 (grifos nossos).<sup>316</sup>

Os homens de imprensa possuíam um horizonte de expectativas perante a abolição da escravidão, para o bem ou para o mal. O governo tentou “acalmar” os ânimos mais reticentes através da lei de 1871. Assim, encontramos no jornal *A Pátria*, publicado a 22 de dezembro de 1871, um edital contendo a circular expedida pelo ministério da agricultura, comércio e

<sup>313</sup> PRADO, Maria Emília Prado. *Memorial das desigualdades...* p. 68.

<sup>314</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem...* p.322.

<sup>315</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem...* p. 318.

<sup>316</sup> A PROPÓSITO DA PENA DE AÇOITES. *O Telephone*. Teresina, ano 4, n. 188, p.1, 4 nov. 1888.

obras públicas e que fora dirigida para todas as províncias através de suas representações públicas.

Coube à câmara municipal de Teresina a divulgação do edital, na imprensa local, nas ruas e praças da cidade. O conteúdo oficial dirigia-se especialmente aos agricultores e apresentava promessas de auxílio governamental e de progresso às suas indústrias, caso os mesmos substituíssem o trabalho escravo pelo livre. A prerrogativa legal para a mudança centrava-se no cumprimento da Lei do Ventre Livre, que trazia consequências para as relações de trabalho na lavoura:

[...] Devendo a lei n.2040 de 28 de setembro último influir mais ou menos imediatamente na organização e economia do trabalho agrícola, e *desejando o governo imperial contribuir por todos os meios para que a evolução, que se vai operar nas relações existentes, se realize sem abalo da propriedade que a mesma lei manteve, e da lavoura, nossa primeira indústria*, recomendo à V. Exc. que, empregando sua influência oficial e individual, se esforce por convencer os interessados, e especialmente os agricultores, das vantagens que devem aguardar se das medidas adequadas que forem tomando no intuito de proverem suas lavouras e indústrias de braços livres. O estudo das circunstâncias e condições locais é indispensável para se *prepararem proficuamente os elementos necessários à substituição do trabalho escravo, pelo trabalho livre que, sendo bem dirigido, dará resultados seguros e lucrativos* (grifos nossos).<sup>317</sup>

A transição para o trabalho livre era encarada pelo governo como uma “evolução”, até porque aconteceria “mais ou menos imediatamente”, ou seja, não seria abrupta ao ponto de permitir aos agricultores, proprietários escravistas, “perderem” suas posses repentinamente. O processo exigia um cálculo meticuloso da classe senhorial para não perderem os lucros da lavoura, “nossa primeira indústria”, até então sustentada pelo trabalho escravo. A substituição aconteceria em vista do ideal de civilização da elite política e intelectual brasileira que, como já vimos, estava voltado para os grandes centros capitalistas no século XIX, como por exemplo, a Europa.

Por isso, a preferência entre os redatores piauienses pelos trabalhadores europeus para ocuparem os lugares vagos da escravidão, pois “o governo está disposto a auxiliá-los, dentro dos limites marcados na mesma circular, no louvável empenho de introduzirem nessa província trabalhadores europeus”.<sup>318</sup> A atitude do governo ao estimular a vinda de trabalhadores europeus para substituição da mão de obra servil diz muito sobre a relação das suas expectativas e sobre o ideal de modernização que projetava para o Brasil, explicitamente o Estado almejava transformar o país em um território de “brancos europeizados”.

<sup>317</sup> EDITAIS. *A Pátria*. Teresina, ano 2, n. 86, p.3, 22 dez. 1871.

<sup>318</sup> EDITAIS. *A Pátria*. Teresina, ano 2, n. 86, p.3, 22 dez. 1871.

Aprígio Lopes Teixeira, secretário da câmara municipal de Teresina, comentou em seguida a circular do governo, no mesmo jornal, destacando que o objetivo era integrar as províncias aos interesses materiais do “mundo moderno”. E, para ser ainda mais convincente, em prol dos seus argumentos a favor do fim da escravidão, utilizou o recurso mais interessante ao sistema capitalista: o lucro.

Através de uma comparação matemática básica entre os custos que se tinha com um trabalhador escravo e livre, em um período de 12 anos, apresentou uma diferença de 734\$202 reis a favor do trabalho livre. O cálculo não enganava. A substituição do regime, enfim, era uma ótima iniciativa e provocava as melhores esperanças para os lavradores empregadores que assim “[...] poderiam felicitar seus filhos, além da sua lavoura que sempre teria marchado em progresso”.<sup>319</sup>

A prescrição parecia mágica, pois “[...] se atenderem os lavradores a tudo isto, terão de ver progredirem as suas lavouras”.<sup>320</sup> Muito da força do discurso abolicionista da elite brasileira mais ligada ao capitalismo industrial provinha da crença de que, com o trabalho livre, os lucros seriam maiores.

No entanto, o preço a ser pago para se alcançar o progresso futuro seria abolir a escravidão, ainda que gradualmente. É nesse esforço que percebemos o grande conjunto de ideias e concepções negativas, na imprensa, sobre a potencialidade da escravidão enquanto regime de trabalho capaz de produzir riquezas para a nação. Como salienta Aprígio Lopes Teixeira, “[...] espanta a imaginação quando se consideram as riquezas que entre nós vão perdidas! Em balde a natureza dotou nosso solo de tantas riquezas; tudo murcha, tudo se aniquila no país da escravidão!”.<sup>321</sup>

Os periódicos afirmavam que a escravidão era o mal de origem do país, a “raiz de todos os males” e, na visão do publicista do pequeno jornal *A Mocidade Piauiense*, era um “[...] cancro social, que tanto tem entorpecido o progresso e engrandecimento de nossa pátria!”.<sup>322</sup> As definições sempre remetiam a uma ação a ser adotada, desse modo, o estímulo abolicionista aos leitores presente na retórica jornalística era constante, isso porque era antes uma herança do passado brasileiro, ou seja, um “[...] Triste legado de tempos idos”,<sup>323</sup> escreveu redator do jornal *A Pátria*.

<sup>319</sup> EDITAIS. *A Pátria*. Teresina, ano 2, n. 86, p.3, 22 dez. 1871.

<sup>320</sup> EDITAIS. *A Pátria*. Teresina, ano 2, n. 86, p.3, 22 dez. 1871.

<sup>321</sup> EDITAIS. *A Pátria*. Teresina, ano 2, n. 86, p.3, 22 dez. 1871.

<sup>322</sup> O ABOLICIONISMO. *A Mocidade Piauiense*. Teresina, ano 2, n.15, p.4, 31 jul.1884.

<sup>323</sup> O NOVO ANO. *A Pátria*. Teresina, ano 2, n. 88, p.1, 13 jan. 1872.

Na descrição que visava sensibilizar os corações mais duros, em *O Semanário*, o dever cristão de reparação dos males históricos foi evocado:

[...] foram tolhidos de sua doce liberdade e chamados escravos pela ambição intolerável dos primeiros habitantes deste país.  
 Ânimo, repito-vos, porque a reparação dessa injustiça cruel, é um tributo de amor a Religião Cristã, aonde encontramos alívio a nossas dores, e graça para a ideia de boas obras.<sup>324</sup>

Frente ao diagnóstico negativo da continuidade da escravidão na segunda metade do século XIX havia o enaltecimento narcisista da elite que, enquanto classe detentora da civilização europeizada, criava para si a imagem de “redentora” da história pátria. De fato, é notório que as considerações em torno do sistema escravista nos jornais piauienses partiam das elites. E, com a ascensão dos debates emancipatórios nas últimas décadas do Segundo Reinado, o elemento central despertado nestes escritos foi a constituição do verdadeiro povo brasileiro. Seria, pois, concretizado futuramente, quando os efeitos da escravidão estivessem superados.

Na visão elitista, esses efeitos não afetavam a parcela livre e europeizada da população. Foi justamente essa concepção que predominou nas relações escravistas no Brasil, durante toda sua existência legal. O “mal da escravidão” era referendado à população escrava e não ao conjunto da sociedade. Portanto, eram os escravos identificados como negros inferiores pela sua descendência africana, ausente da cultura europeia e, no quadro do final do século XIX, essa inferioridade estava pautada nas suas características biológicas e raciais, assentadas no darwinismo social.

Essas distinções entraram nas relações cotidianas das classes sociais. O patriarcalismo, o paternalismo e o favor, tão característicos da constituição identitária brasileira, reforçavam e eram reforçados pelas diferenças raciais e civilizacionais entre os grupos, a partir da condescendência dos senhores locais. Os escritos jornalísticos salientaram essas diferenciações produzidas pela elite em relação à instituição servil, estendendo-se aos setores sociais mais baixos da população.

A imprensa piauiense era porta-voz da classe dominante e, em decorrência disso, as valorações positivas e negativas do povo de acordo com as circunstâncias eram atributos dela. Ao mesmo tempo se colocava como baluarte da formação e da civilização europeia nos trópicos.

---

<sup>324</sup> SEÇÃO LIVRE. *O Semanário*. Teresina, ano 9, n. 347, p.1-2, 10 ago. 1884.

Nesse sentido, entendemos que o eurocentrismo, o bacharelismo e o enaltecimento da cultura letrada refletiam nos periódicos a verbosidade. Não eram apenas ornamentos prolixos disfuncionais, mas antes traços distintivos particulares da elite, no esforço de buscarem uma coerência interna, enquanto detentores do caráter civilizatório que instintivamente evocava-os à seguirem o objetivo missionário por meio da cultura e da ação política.<sup>325</sup>

Em outras palavras, a boa sociedade continuava praticando, por meio dos seus atributos competentes, a produção de desclassificação dos escravos e dos homens livres pobres.<sup>326</sup> Considerando o paternalismo como viés analítico pertinente aos escritos sobre o abolicionismo na imprensa piauiense, destacamos a presença do narcisismo dos publicistas e membros das sociedades abolicionistas, que tiveram seus discursos transcritos nos jornais, manifestando-se por uma “[...] autossuficiência que [desdobrava-se] na tendência a se perceber o outro como uma coisa, um objeto a ser manipulado”.<sup>327</sup>

Afinal, sobre quem os homens de imprensa escreviam ao interpretarem as leis emancipacionistas? Quem se destacava nos discursos expansivos e emocionados nas instalações e reuniões das sociedades abolicionistas? Quem eram os maiores interessados no desenvolvimento e desfecho daquela trama na qual “[...] não [era] dado prever o resultado da luta; mas [era] certo que o espírito público [sentia-se] apreensivo por futuros males?”.<sup>328</sup>

Ao lermos os jornais, não vemos outro indicativo de resposta que seja diferente dos próprios homens de imprensa, enquanto porta-vozes de uma elite política e intelectual na província do Piauí. Em suma, o publicista participava, por sua *práxis* cotidiana, da organização e direção do futuro. Como nos explica Marco Aurélio Nogueira:

[...] O abolicionismo não teve nos escravos seu maior interlocutor. Dirigiu-se – como agitação, como propaganda, como teoria – aos livres, aos que podiam agir sem amarras e constrangimentos, conscientes do significado, das implicações éticas e dos condicionamentos da luta. Seu chamado buscou o conjunto da sociedade, as “reservas morais da nação”, o Estado, os governantes.<sup>329</sup>

<sup>325</sup> SALLES, Ricardo. *Nostalgia imperial: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. 2 ed. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013, p. 75-78.

<sup>326</sup> CHAUI, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000, p.92.

<sup>327</sup> ANSART-DOURLEN, Michèle. A noção de alteridade: do sujeito segundo a razão iluminista à crise de identidade no mundo contemporâneo. In: NAXARA, Márcia Regina Capelari; MARSON, Izabel Andrade; MAGALHÃES, Marion Brepohl de. (orgs.). *Figurações do outro na história*. Uberlândia, EDUFU, 2009, p. 28-29.

<sup>328</sup> NOTÍCIAS DO SUL. *O Telephone*. Teresina, ano 2, n.75, p.1, 6 ago. 1884.

<sup>329</sup> NOGUEIRA, Marco Aurélio. *O encontro de Joaquim Nabuco com a política...* p. 30-31.

Compreendemos no excerto o regozijo com que os homens de imprensa acolheram a lei de 28 de setembro de 1871 que, segundo o redator do jornal *A Pátria*, foi um golpe no cancro da escravidão e, caso extirpada de um só golpe naquele momento, iria causar “grande abalo na fortuna pública e particular”. Dessa forma, em atitude complacente aos grandes proprietários rurais, destacava que: “[...] eles o fizeram, conciliando os interesses de todos os cidadãos com dignidade e inteireza da nação, que altamente reclamavam prudente solução de tão intrincado problema”.<sup>330</sup>

Por mais que a escrita jornalística se esforçasse em utilizar termos abstratos e abrangentes como “cidadãos com dignidade e inteireza da nação”, não há como negar que a lei foi melhor do que qualquer defensor da escravidão poderia esperar. De modo geral, a Lei do Ventre Livre não trouxe crise econômica ou levantes escravos, como eram esperados pelos proprietários escravistas mais resistentes. A “conciliação” também foi traduzida, na aplicação da mesma na década de 1870, no baixo número de alforrias promovidas pelo Fundo de Emancipação, e a opção da maioria esmagadora dos fazendeiros em permanecer com os ingênuos sob sua tutela até a idade de 21 anos deu um horizonte de sobrevida ao cativo que adia seu fim gradual até pelo menos a primeira década do século XX.<sup>331</sup>

Por outro lado, a lei de 1871 trouxe mudanças significativas na esfera política, social e jurídica, como a matrícula geral dos escravos.<sup>332</sup> Em meio às reformas, houve continuidades. Falamos principalmente da imponente presença do *pater* estruturando a sociedade segundo seu poder. O patriarcado assumiu a roupagem “libertária” do “generoso” discurso abolicionista e assim instrumentalizou mais uma vez a lei à vontade pessoal do senhor.

O Estado não perdeu sua “dimensão familiar”, enquanto domínio (*dominium*) do *pater*, chefe absoluto da casa (*domus*). A pátria, palavra que deriva do vocábulo latino *pater*,

---

<sup>330</sup> O NOVO ANO. *A Pátria*. Teresina, ano 2, n. 88, p.1, 13 jan. 1872.

<sup>331</sup> SALLES, Ricardo. As águas do Niágara. 1871: crise da escravidão e o ocaso saquarema. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil Imperial*. Volume III: 1870-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 73.

<sup>332</sup> Para Hebe Mattos, após a Lei de 1871, as relações entre raça e cidadania modificaram-se de modo radical: Pois, até então, os chamados homens livres “de cor” precisavam ser socialmente reconhecidos como tal, o que no mínimo limitava sobremaneira seu direito de ir e vir além das já referidas redes imediatas. Após 1871, deslocava-se o ônus da prova: era o senhor que precisava apresentar a matrícula de seu escravo. Sem ela, qualquer pessoa “de cor” era juridicamente livre. A instituição da matrícula se, por um lado, servia para garantir futura indenização ao direito de propriedade senhorial no processo gradual de abolição para o qual a lei sinalizava, de outro, pela primeira vez, rompia com a associação legal entre cor e suspeita da condição de escravidão. Conferir: MATTOS, Hebe. Raça e cidadania no crepúsculo da modernidade escravista no Brasil. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil Imperial*. Volume III: 1870-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 23.

portanto, pertencia ao pai e estava sob o seu poder. É significativo que em muitos discursos em prol da abolição, ou em relatos de alforria, os adeptos da causa foram descritos na imprensa como patrióticos ou prestadores de serviços à pátria.

A *priori*, essas expressões estariam vinculadas ao campo semântico de “pátria”, construído a partir do século XVIII com as revoluções norte-americana e francesa, quando seu conceito ganhou significado relacionado ao território cujo senhor era o povo organizado sob a forma de Estado independente. Acreditamos que isso fosse pouco plausível em uma sociedade na qual o “povo organizado” praticamente inexistia por sua baixa representatividade nas instituições políticas nacionais.

Assim, consideramos que o uso dos termos relacionados à “pátria” se aproximavam dos seus significados originários na sociedade romana, donde provinha a influência sobre o direito constitucional do Império, no que toca à questão da inviolabilidade da propriedade privada. Os homens de imprensa provavelmente não tinham total consciência sobre esta referência ao escreverem sobre a libertação do elemento servil. Isso não deixa de ser um indicativo de que ao exercerem tais práticas terminavam por legitimar a própria autoimagem senhorial como condutora dos processos emancipacionistas.

Alguns exemplos corroboram com a discussão levantada no parágrafo anterior, quais sejam: “[...] Estamos de acordo com o partido liberal do país e seus mais proeminentes chefes”, afirmava o redator do *A Imprensa*, julgando a escravidão como “[...] uma causa má e digna de ser extirpada do solo abençoado da pátria”.<sup>333</sup> E, quando da instalação da Sociedade Libertadora Barrense, na cidade de Barras, escreveu o publicista do jornal *O Semanário*: “[...] dia feliz; dia que marca para Barras uma época notável; que a levará às páginas da história, recomendando-a as nações civilizadas, como uma comarca cheia de patriotismo, e possuída de sentimentos humanitários”.<sup>334</sup> Após o primeiro mês de trabalho desta sociedade abolicionista, a população barrense foi elogiada também em *O Semanário*: “[...] Um tão crescido número de liberdades, verificado em um mês, prova sobejamente a grandeza da alma e o patriotismo dos distintos barrenenses, a quem com a maior efusão da alma saudamos”.<sup>335</sup>

Os usos da palavra “pátria” e suas derivações também podem sinalizar as concepções adotadas pelos homens de imprensa diante do seu país no momento da transição para o trabalho livre. Percebemos que eles enalteciam a natureza e as riquezas do Brasil. Não havia o que temer, pois nosso solo era “abençoado por Deus”. Dr. Gabriel Luís Ferreira, ao discursar

<sup>333</sup> LIVRO DE OURO. *A Imprensa*. Teresina, ano 23, n.1009, p.4, 23 fev. 1888.

<sup>334</sup> MOVIMENTO ABOLICIONISTA. *O Semanário*. Teresina, ano 9, n.340, p.3, 21 jun. 1884.

<sup>335</sup> BARRAS. *O Semanário*. Teresina, ano 9, n. 344, p.3, 19 jul. 1884.

na instalação da Sociedade Libertadora Piauiense, declarava o seguinte: “[...] eu penso que pode bem dispensar o trabalho do escravo quem tem à sua disposição os mais ricos tesouros da natureza, e pode usufruí-los mediante o fácil emprego de sua própria atividade”.<sup>336</sup>

A referida afirmação se coloca na tentativa de acalmar os mais temerosos que, diante do processo abolicionista, falavam em desorganização do trabalho e perturbação econômica, resultando no “[...] detrimento dos grandes interesses de nossa comunhão política”.<sup>337</sup> A origem nacional era “grande”, “pura” e “rica”, foi a escravidão que roubou suas características originais, a restauração seria advinda por seu fim. Diagnóstico e prognóstico, degeneração e regeneração.

O anseio era sobremaneira “[...] ver um Brasil grande, pois só a liberdade fará grande aquele que a escravidão por algum tempo soube fazer pequeno”.<sup>338</sup> O Brasil, portanto, era visto como “gigante por sua própria natureza”, um “dom de Deus”, uma terra que desconhecia catástrofes naturais (ciclones, furações, vulcões, desertos, nevascas, terremotos) e onde “em se plantando, tudo dá”.<sup>339</sup>

Por vezes, esse “patriotismo” acabava por ser transmitido em versos poéticos que exprimiam o otimismo e o enaltecimento. No trecho da poesia intitulada *Saudação ao Brasil* de Leônidas e Sá, publicada em *O Semanário* é possível identificar esses sentimentos:

Ergue-te ó Brasil altivo e sobranceiro  
Mira os plainos deste mundo poderoso  
E faze que repercuta aos continentes  
O teu nome denodado e glorioso<sup>340</sup>

O “patriotismo” consistia justamente em lutar de forma ordeira contra a escravidão que, na retórica metafórica da imprensa da época, era a nódoa que “[...] [manchava] a face da nossa mãe pátria”.<sup>341</sup> Este era o embate mais premente naquele momento e significava o rompimento com o “mal do Brasil”.

Contudo, a “ordem” consistia justamente em respeitar o tempo de conscientização dos senhores de escravos a respeito das alforrias que deveriam promover, devido aos imperativos morais e patrióticos. Continuava-se, nesse sentido, com o antiescravismo e o abolicionismo defendido no Brasil desde o início do século XIX, ligado sobretudo à visão senhorial do problema que previa a escravidão como um “mal necessário” a ser findado “quando as

<sup>336</sup> SEÇÃO LIVRE. *O Semanário*. Teresina, ano 8, n. 310, p.1-2, 28 jul. 1883.

<sup>337</sup> SEÇÃO LIVRE. *O Semanário*. Teresina, ano 8, n. 310, p.1-2, 28 jul. 1883.

<sup>338</sup> NABUCO É RECONHECIDO DEPUTADO. *A Reforma*. Teresina, ano 1, n. 29, p.1, 21 out. 1887.

<sup>339</sup> CHAUI, Marilena. *Brasil...* p.5.

<sup>340</sup> SAUDAÇÃO AO BRASIL. *O Semanário*. Teresina, ano 9, n. 341, p.3, 28 jun. 1884.

<sup>341</sup> ELEMENTO SERVIL. *O Semanário*. Teresina, ano 9, n. 360, p.1, 13 dez. 1884.

condições o permitissem”, tendo em vista o direito de propriedade e os cuidados necessários para a manutenção da ordem e da paz social.<sup>342</sup>

O programa abolicionista praticado no jornal liberal *A Reforma* seguia este objetivo. De acordo com sua linha editorial, voltava-se para as demandas dos proprietários de terra e gado, no Piauí, principais grupos escravistas da província, amiúde buscou prescrever seus pensamentos e ações frente à questão da liberdade do elemento servil.<sup>343</sup>

O publicismo de João Gualberto Pereira Chaves, alcunhado “o abolicionista”, se destacou na execução da pedagógica tarefa do periódico. Em pequenos textos, o redator buscava estimular atitudes abolicionistas naqueles que denominava como “escravocratas do presente”. Por vezes, aproveitava para também criticar a administração monárquica por sua lentidão ao tratar dos assuntos da escravidão.

Todavia, ressaltamos que esse discurso intentava alcançar a consciência moral dos escravistas, visando o seu “patriotismo” que de maneira conciliatória e pacífica se traduziria em suas respectivas alforrias particulares.

Imitai, escravocratas do presente, recebei, como lição, os atos de verdadeira filantropia, que acabam de registrar em nossa história – Pátria – aqueles príncipes da Igreja. Rompei esse véu negro que vos veda, cortai essas correntes, que prendem os vossos irmãos, despi-vos desses preconceitos tacanhos, ferrenhos, libertai vossos – escravos (que te compungem!) e que todos, em uma só voz, digamos: somos livres.<sup>344</sup>

É difícil mensurar o alcance que tal retórica obteve entre os escravistas naquela sociedade,<sup>345</sup> já que “despir-se de um preconceito”, por sua abstração e subjetividade, não era tarefa simples. O caminho da objetividade era menos complexo. Nele, o processo abolicionista era conduzido pelo *pater*, ao seu tempo e ordem. Os redatores do jornal *A Reforma* pareciam concordar com a condução ordenada da elite.

---

<sup>342</sup> COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 4 ed. São Paulo: UNESP, 1998, p. 423; MALERBA, Jurandir. *Brasil em projetos: história dos sucessos políticos e planos de melhoramento do reino. Da ilustração portuguesa à independência do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2020.

<sup>343</sup> Esta perspectiva sobre a ideia abolicionista não se restringe apenas ao que defendia o programa do jornal *A Reforma*, ela se estende aos demais periódicos abolicionistas piauienses, assim, como à elite intelectual provincial como um todo, pois segundo Odilon Nunes: “[...] a elite intelectual era antiescravagista. O que retinha a reforma era o temor do colapso da economia nacional, que repousa inteiramente no braço escravo. Os prudentes exigiam sensatez e precaução, e opinavam que a mudança fosse feita com vagar. Conferir: NUNES, Odilon. *Pesquisas para a história do Piauí*. Teresina: FUNDAPI; Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2007, p.255.

<sup>344</sup> CHAVES, João Gualberto Pereira. *A Reforma*. Teresina, ano 1, n.19, p.2, 5 ago.1887.

<sup>345</sup> Os escravocratas mais relutantes provavelmente pouco se sensibilizavam com os discursos abolicionistas na imprensa. “Clamamos no deserto, bem o sabemos”. Conferir: INTERESSES COMERCIAIS. *A Reforma*. Teresina, ano 1, n. 20, p.2, 12 ago. 1887.

De fato, o importante era a “ideia caminhar”, como podemos ver em sua publicação no dia 28 de julho de 1887: “A ideia dominante entre os agricultores é unirem-se em combinação coletiva, e darem aos escravos liberdade, com a condição de serviços até 31 de dezembro de 1889. Consta-nos que a ideia caminha, sendo franco e sincero entre agricultores e abolicionistas”.<sup>346</sup> Nesse trecho, há o entendimento sobre a importância de “se preparar para a emancipação futura”, de modo que maiores surpresas não afetassem os proprietários escravistas, posto que precavidos deveriam se antecipar às medidas governamentais. Tudo era uma questão de aproveitamento do tempo a seu próprio favor.

Essa foi a tônica dos escritos de João Gualberto P. Chaves, assentada no horizonte de expectativas positivo sobre o futuro, caso houvesse “preparação”. “Sejam compassivos”, orientava Chaves, isto é, “lembrai-vos que nossa divisa é a luz e o progresso”. Nesse sentido, o caminho mais certo seria resolver o “problema” nos domínios do senhor, sem esperar “soluções” exteriores do governo:

[...] Onde, portanto, esperar, de um governo todo monárquico e escravizado? Por certo que não. Portanto, vendo-os o futuro de nossa emancipação; sejamos como a formiga, que apesar de pequenina duas lições nos ensina; e de, comum acorde; digamos: Somos – Livres.<sup>347</sup>

No jornal *A Imprensa*, questionou-se o seguinte: “[...] Onde, portanto, sobressaímos se achamos sob o jugo e do peso de um governo todo negreiro?”.<sup>348</sup> As críticas de Chaves ao governo monárquico não se alinhavam à defesa da implantação da República no Brasil. O redator não era republicano, mas antiescravista.<sup>349</sup> Em sua visão moderna de mundo, o regime de trabalho escravo era uma instituição anacrônica diante do “século da luz e do progresso”. Por isso, reclamava-se da falta de atenção e maneira com que o Estado prestava assistência aos assuntos relacionados à administração do país, após a transformação social que já era tida por certa no final da década de 1880.

Assim, os ataques ao estatuto monárquico miravam pontualmente à questão abolicionista. Passado o “mal”, abria-se espaço até para otimismo.

<sup>346</sup> MEDIDA SOBRE ELEMENTO SERVIL. *A Reforma*. Teresina, ano 1, n.18, p. 4, 28 jul. 1887.

<sup>347</sup> LIBERDADE! LIBERDADE! *A Reforma*. Teresina, ano 1, n.4, p.3, 15 abr. 1887.

<sup>348</sup> CHAVES, João Gualberto Pereira. *A Imprensa*. Teresina, ano 22, n. 964, p.3-4, 14 abr. 1887.

<sup>349</sup> Isso não significa que uma condição eliminasse a outra, muito pelo contrário, a imprensa republicana e abolicionista estabeleceu intrínsecas relações nas últimas décadas da monarquia. Conferir: BAHIA, Benedito Juarez. *História, jornal e técnica: história da imprensa brasileira*. 5. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009, p.117-120.

No nosso modesto papel de jornalista animamos unicamente a esperança de que com a extinção da escravidão – a raiz de todos os nossos males – virá uma época de renovação social e administrativa, com outras práticas, outros homens, mais em harmonia com a vastidão e a riqueza do território que nos coube em partilha. A atualidade se esboroará com a escravidão no meio das maldições e sofrimentos de toda a nação; já que a cegueira, indolência e as fraquezas dos palinuros do Estado entregam a reorganização política e administrativa do país, consequência lógica e inevitável da transformação social do trabalho, aos vai e vens do acaso e do desconhecido, do mesmíssimo modo, com a mesma indiferença e fatalismo muçulmano com que os fazendeiros escravistas exploram o último esforço, a última gota de sangue do pobre escravo, sem se inquietarem com o dia de amanhã.<sup>350</sup>

As críticas e advertências relacionavam-se à elite, na citação acima, demonstrando a certeza de que mudanças ocorriam e outras estariam por vir. O escrito dimensiona-se à perspectiva pedagógica. O ensino era simples e voltado aos que não se adaptassem à nova realidade que irrompia ante seus olhos. “Novos homens”, “novas práticas” ocupariam os lugares deixados por aqueles que, relutantes quanto ao término da escravidão, faziam pouco caso da transição do regime de trabalho.

De modo geral, na província do Piauí, os grupos sociais envolvidos com o movimento abolicionista trabalhavam para que os privilégios senhoriais não se perdessem com a mudança ambicionada. A modificação não seria, dessa forma, um declínio de status do *pater*, mas sua manutenção, ainda que sob uma nova roupagem, mantendo seus significados pautados nos ideais de ordem, civilização e progresso.

Os homens de imprensa enfatizavam que era necessário “[...] levar-se ao cabo no Piauí a obra humanitária da remissão dos cativos”.<sup>351</sup> Para eles, no Piauí e no Brasil, “[...] o trabalho escravo já deu o que tinha de dar”.<sup>352</sup> Além disso, acreditavam que “[...] o desaparecimento da escravidão não [criaria] o menor abalo [na] província”.<sup>353</sup> Logo, as transformações econômicas pelas quais o Brasil passara nas décadas de 1870 e 1880 provocaram efeitos significativos na promoção do convencimento entre os fazendeiros brasileiros para quem a escravidão se tornara obsoleta.

Nesse contexto, de acordo com Emília Viotti da Costa, um novo mundo de investimentos era ofertado a eles, através das estradas de ferro, bancos e indústrias. Assim:

[...] Diante dessas novas possibilidades, a imobilização do capital, característica do sistema escravagista, não era mais racional. Parecia haver maior oportunidade para diversificar o investimento de capital. O sistema de

<sup>350</sup> INTERESSES COMERCIAIS. *A Reforma*. Teresina, ano 1, n. 20, p.2, 12 ago. 1887.

<sup>351</sup> O CLERO E A ESCRAVIDÃO. *O Telephone*. Teresina, ano 5, n.217, p.3, 18 jun. 1887.

<sup>352</sup> 10 LIBERTAÇÕES. *O Telephone*. Teresina, ano 5, n. 210, p.4, 21 abr. 1887.

<sup>353</sup> LIVRO DE OURO. *A Imprensa*. Teresina, ano 23, n.1009, p.4, 23 fev. 1888.

crédito havia se expandido, criando novas possibilidades de financiamento de trabalhador livre; a revolução tecnológica nos transportes e as crescentes demandas do mercado internacional haviam criado novas possibilidades para a expansão da produção e para a especialização. Os métodos de processamento do café e do açúcar também tinham melhorado, permitindo uma melhor divisão do trabalho. Após a interrupção do tráfico, o preço dos escravos aumentou vertiginosamente. O custo de manutenção dos escravos vos parecia, em algumas áreas, igualizar-se ou mesmo exceder o nível salarial local.<sup>354</sup>

O bom êxito dos progressos materiais promoveu a ruptura com a tradicional forma de trabalho que conferia prestígio à classe de fazendeiros escravocratas e seus filhos educados sob profissões liberais: o trabalho escravo. A origem do processo com inclinação antitradicionalista ocorreu nas entranhas da própria elite ruralista brasileira que monopolizava a política monárquica. A classe dominante não estava dividida contra si mesma, mas percebemos que a liderança elitista do movimento abolicionista procede de um “instinto de sobrevivência” da classe dominante frente às transformações que ameaçavam os alicerces de seu prestígio.

Os livros, discursos e a imprensa da época estão repletos de lemas ideológicos que pareciam os mais acertados para o momento, por serem, simultaneamente, instrumentos de autopromoção intelectual e comoção sentimental. E, assim, a reforma abolicionista no Brasil partia de cima para baixo, seguindo a tradição elitista.<sup>355</sup>

A “boa sociedade” estava em um momento de transição que lhe tocava em um ponto nevrálgico: seu status. Precisava, portanto, se “preparar” para a mudança, e isso fora realizado por meio de seus representantes. Primeiramente investiram no convencimento da opinião pública a respeito do mal causado pela escravidão. No que concerne à província do Piauí, destacamos a imprensa como caixa de ressonância, de onde era propagada a noção da crueldade e inadequação do escravismo.

O diagnóstico do mal causado pela escravidão esteve presente na imprensa piauiense. O intuito dos homens de imprensa fincava-se na esperança de que a libertação dos escravos trouxesse benefícios imediatos à totalidade do país. De modo geral, “[...] denunciavam o desrespeito aos direitos naturais e o caráter irracional, maligno e colonial do regime servil. E

---

<sup>354</sup> COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república...* p. 363-364.

<sup>355</sup> HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira: II. 4.* ed. São Paulo: Difel, 1985.v.5, p. 160.

reivindicavam, além do término do regime escravista, o estímulo à imigração, industrialização, à modernização da agricultura”.<sup>356</sup>

É iniludível que os jornais piauienses pedagogicamente voltaram suas atenções para a boa sociedade, no que se refere à transição do trabalho escravo para o livre. Assim, ao definirem a instituição servil como antítese da civilização desejada, também se preocupavam em como fazer tal transição de modo mais complacente à classe dominante.

Encontramos no jornal *O Telephone*, por exemplo, a transcrição, em suas páginas, de artigos do *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro. Assim, chamava a atenção dos seus leitores, pois estes textos, diante da “transição que, em algum momento, se teria de forçosamente operar no país, do trabalho escravo para o trabalho livre”, indicavam os meios mais suasórios e os conselhos mais prudentes à lavoura “[...] para recebê-la sem maior comoção, nem tão profundo abalo”.<sup>357</sup>

Se, por um lado, o periódico falava em nome de “todos os brasileiros”, quando na iminência do fim da escravidão, por outro, nas entrelinhas, ficava claro que a preocupação voltava-se para o “bem-estar” da boa sociedade liderada pelos grandes proprietários agrícolas:

“A escravidão tem os seus dias contados”. É mister, pois, que, a par das medidas que serão necessariamente tomadas pelo governo, no sentido de tornar menos sensível o choque, todos nos disponhamos para recebê-lo como um fato determinado pela evolução civilizadora do presente século, e aceito por todos os brasileiros com patriótica abnegação.<sup>358</sup>

Na década de 1880, a opinião pública a favor da abolição fortaleceu-se. A ideia abolicionista associava-se aos princípios evolucionistas, entendidos como vias naturais para o progresso. Adotá-los era pensar e escolher o bem da pátria. A prescrição estava estabelecida, todos deveriam ceder “[...] ao influxo benéfico das leis naturais da evolução, [trilhando] a larga estrada do progresso, e não dos que se enveredam por caminhos tortuosos, fazendo falar mais alto o seu interesse do que o amor da pátria”.<sup>359</sup>

E, como forma de direcionar os fazendeiros escravocratas mais irresolutos e temerosos quanto à substituição do trabalho escravo pelo livre, no jornal *O Telephone*, foi publicada a coluna *Trabalho livre*, que trazia artigos e transcrições de cartas de escravocratas, destacando as benesses da libertação dos escravos. Na publicação do dia 26 de maio de 1888, foi

<sup>356</sup> JESUS, Ronaldo P. de. *Visões da monarquia: escravos, operários e abolicionismo na corte*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p. 140.

<sup>357</sup> TRABALHO LIVRE. *O Telephone*. Teresina, ano 2, n.49, p.2, 8 jan. 1884.

<sup>358</sup> TRABALHO LIVRE. *O Telephone*. Teresina, ano 2, n.49, p.2, 8 jan. 1884.

<sup>359</sup> O REVERSO DA MEDALHA. *O Telephone*. Teresina, ano 2, n. 80, p.1, 1 out. 1884.

transcrita a carta do conselheiro Paula Souza, de São Paulo, dirigida ao deputado baiano, Dr. Cesar Zama.

O texto foi escrito em 13 de março de 1888 e, segundo o redator e proprietário do periódico, Antônio Diniz, sua reprodução argumentava em prol do trabalho livre, após a abolição já ter sido um fato consumado. Na carta havia o testemunho pessoal do passado como “emperrado escravista” do conselheiro Paula e Souza, relatando que, no dia primeiro de janeiro de 1888, libertara todos os seus escravos.

Depois disso, acertou-se com os libertos que decidiram, por conta própria, continuar trabalhando em sua fazenda, sob contratos trabalhistas iguais aos que utilizava com os colonos estrangeiros. Em tom de autoelogio diante dos seus atos, escreveu: “[...] Bem vês que o meu escravismo é tolerante e suportável”.<sup>360</sup> Eis a interessante descrição de sua vida após as alforrias e o momento em que executou as mesmas:

Cheio de alegria, participo-te que – os meus novos colonos – ainda *não deram o menor motivo de queixa: vivo alegre e feliz no meio deles, que redobram para comigo de atenções e respeito.*

Dei-lhes liberdade completa, incondicional, e no pequeno discurso que lhes fiz ao distribuir as cartas, *falei-lhes dos graves deveres que a liberdade lhes impunha*, e disse-lhes algumas palavras inspiradas pelo coração, muito diversas, aliás, daquelas que com antecedência havia preparado. *No ponto de vista literário fiz um fiasco completo, porque chorei também.* Conclui dando-lhes *uma semana* para procurarem o cômodo que melhor lhes parecesse, e *declarando-lhes ao mesmo tempo que minha casa continuaria aberta para os que quisessem trabalhar e proceder bem* (grifos nossos).<sup>361</sup>

Como explicar a alegria do conselheiro Paula e Souza após a libertação de todos os seus escravos? A mudança acontecera da forma como ele queria, ou seja, a “modernização conservadora” que conservava intacto seu paternalismo. Nem suas lágrimas, entendidas por ele como um “momento de fraqueza”, foram capazes de deslegitimar sua imagem diante dos seus empregados. Pelo contrário, aquele ato e toda a ritualística à sua volta reforçaram a expressão paterna, defensora e solícita de sua pessoa.

O receio de perder sua posição caía por terra, o controle senhorial permanecia mesmo que sob nova forma. Respeito e atenções ainda lhe eram devotados, os libertos que poderiam sair de sua propriedade acabaram voltando dentro de uma semana, como ele mesmo havia estabelecido. Sua estratégia foi assim bem-sucedida.

Além disso, o progresso da produção agrícola veio com o trabalho livre, já que para ele a libertação incondicional era mais favorável por provocar nos libertos a liberdade que

<sup>360</sup> TRABALHO LIVRE. *O Telephone*. Teresina, ano 2, n.263, p.1, 6 jun. 1888.

<sup>361</sup> TRABALHO LIVRE. *O Telephone*. Teresina, ano 2, n.263, p.1, 6 jun. 1888.

eles desejavam ter. Isso valia para a “noção de responsabilidade” que agora recebiam trabalhando sob um regime novo. O anseio condicional não era aconselhado na carta por não produzir os mesmos efeitos, provocando um trabalho com indolência e má vontade.

Outra vantagem é que o senhor de “boa reputação” perante os libertos não deveria temer a falta de braços para a lavoura com as alforrias incondicionais. Conforme Paula e Souza, a mão de obra não faltava para suas propriedades, oriunda de libertos que acabavam voltando para as antigas senzalas, por não encontrarem melhor solução para sua “vagabundagem”, “cansando da sua vadiação”. Ou dos imigrantes europeus que “felizmente hoje nos procura com abundância”, ou também do brasileiro que:

[...] preguiçoso ontem e vivendo das aparas do serviço escravo e da benevolência do proprietário rural, ao qual fazia a corte na qualidade de agregado, capanga ou outra qualquer coisa. Este brasileiro lança-se hoje valentemente ao trabalho, ou porque este se nobilitasse com a liberdade, ou porque lhe tivessem faltado aqueles recursos anteriores.<sup>362</sup>

Para o autor supramencionado, os proprietários de “má reputação”, com efeito, “[...] serão eliminados e substituídos pelas forças das circunstâncias, e nem farão falta à lavoura”.

<sup>363</sup> Com efeito, o sucesso da mudança repousava na sua sutileza. De fato, havia liberdade, trabalho assalariado, mas não havia transformação significativa nas condições materiais de vida.

[...] Muita gente, que vivia de quatro pés de feijão e de uma quarta de milho, entra hoje no serviço do cafezal e do terreiro com satisfação, e os que tenho recebido *acomodam-se perfeitamente nas antigas senzalas de escravos*.  
[...] *Continua a mesma forma*, posto que sem fechadura [...] é um grande pátio cercado de casas brancas e limpas, cujas portas pretendo agora abrir para o lado de fora (grifos nossos).<sup>364</sup>

De acordo com o relato, a transição não era um caos disruptivo como muitos escravistas imaginavam antes. Para surpresa de Paula e Souza, o trabalho não era tão caro como a princípio parecia, sendo mantidos pelo sistema de colonato que estabeleceu com os libertos. Nesse sentido, vendia aos seus “funcionários” os mantimentos básicos de alimentação, vestuário, entre outros, “[...] para moralizar o trabalho e para que compreendam que só podem contar consigo, e jamais por ganância”.<sup>365</sup>

<sup>362</sup> TRABALHO LIVRE. *O Telephone*. Teresina, ano 2, n. 263, p.1-2, 6 jun. 1888.

<sup>363</sup> TRABALHO LIVRE. *O Telephone*. Teresina, ano 2, n. 263, p.1, 6 jun. 1888.

<sup>364</sup> TRABALHO LIVRE. *O Telephone*. Teresina, ano 2, n. 263, p.2, 6 jun. 1888.

<sup>365</sup> TRABALHO LIVRE. *O Telephone*. Teresina, ano 2, n. 263, p.2, 6 jun. 1888.

A justificativa era de que o médico pagar todo mês para examinar seus empregados já valia por muito do que vendia. Assim, demonstrava que não deixava de ser o *pater* do qual todos dependiam para viver em sua propriedade. A mentalidade senhorial se manteve firme, posto que, se na escravidão existia uma relação de subordinação e dependência entre escravos e senhores, estes deveriam proteção e orientação aos servos.

Com as alforrias incondicionais, segundo Sidney Chalhoub, não houve “[...] um rompimento brusco dessa política de domínio imaginária, pois o negro, despreparado para as obrigações de uma pessoa livre, devia passar de escravo a homem livre dependente”.<sup>366</sup> Em suma, passava-se de uma relação de domínio e dependência para outra, de maneira súbita, tão rápida que as “portas fechadas por fora” nas casinhas brancas das senzalas não haviam deixado de existir.

Notamos que mudanças em relação ao trabalho escravo estavam acontecendo no Brasil. A primeira delas levaria a relações de trabalho diversas estabelecidas com os negros, não mais na condição de escravos. Por isso, os homens de imprensa se tornaram intérpretes das apreensões dos fazendeiros, referindo-se à possibilidade de se contar com os cativos quando estes se tornassem livres. Na tentativa de encorajar os fazendeiros mais relutantes, foram publicados no jornal *O Telephone* artigos exaltando o trabalho livre:

[...] O escravo era um autômato; sem esperança, sem futuro, sem vontade própria. E não se pode contestar que, homens livres, tem autonomia, tem ambição pelo futuro, aspirações e tanto estímulo para o trabalho, quanta repugnância e horror tinham quando manietados e oprimidos pelo cativoiro.  
[...] trabalhar para elevar-se é diferente de trabalhar para elevar – divisa que trazia a escravidão.<sup>367</sup>

Os discursos que circulavam nas sociedades abolicionistas também tocavam essa questão, demonstrando que o caminho para a regeneração do trabalho, no Brasil, seria o fim da escravidão. Exemplo disso encontramos em fala proferida na reunião da Sociedade Libertadora Teresinense e publicado no periódico *O Semanário*:

Além disso, Srs., para que o trabalho seja eficaz e produtivo é indispensável o concurso simultâneo da inteligência e da vontade, elementos que falecem no escravo porque o embrutecimento é um sensorio de sua existência desgraçada, e a força o único móvel que o dirige no serviço material e inglório a que por ventura o aplique a fantasia do senhor.<sup>368</sup>

<sup>366</sup> CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.135.

<sup>367</sup> O TRABALHO LIVRE. *O Telephone*. Teresina, ano 6, n.263, p.1, 6 jun.1888.

<sup>368</sup> SEÇÃO LIVRE. *O Semanário*. Teresina, ano 8, n. 310, p.1-2, 28 jul. 1883.

Concomitantemente muitos homens de imprensa também sentenciavam o elemento servil como algo ultrapassado, com baixa produtividade, o que poderia se repetir com os negros depois de libertados. Estes redatores pareciam convictos de que o futuro seria definido pela impossibilidade de se contar com as mãos do negro. No início da década de 1870, este posicionamento encontrou ressonância nos altos interesses alocados na agricultura, resultando na defesa da manutenção da escravidão.

Um discurso racializado e racista sobre a inaptidão dos negros para o trabalho livre também começou a se tornar presente nos jornais. De acordo com Maria Emília Prado, esse tipo de discurso sustentava que os negros não seriam incapazes de se tornar bons trabalhadores porque a liberdade para eles significava a negação ao trabalho, mas porque havia neles uma incompetência natural que os empurrava ao vício, à indolência e à preguiça.<sup>369</sup>

Ressalvamos que a perspectiva sobre a inferioridade natural dos negros escravizados justificava-se às nações imperialistas europeias pelas ideologias do darwinismo, do evolucionismo, do positivismo e do cientificismo vigentes na segunda metade do Oitocentos. Neste momento, presenciávamos a consolidação do mercado internacional e a formação dos novos impérios, levando os continentes africano e asiático à partilha entre britânicos, franceses e holandeses.

Lado a lado, a força capitalista se estabelecia com argumentos raciais para legitimar o imperialismo europeu. Desse modo, os não europeus e suas sociedades eram tratados como inferiores, indesejáveis, fracos e atrasados, ou mesmo infantis.<sup>370</sup> É significativo que muitos redatores abolicionistas tenham reverberado a matriz imperialista em seus discursos.

De modo geral, o trabalho livre esteve associado ao ideal civilizatório e, de preferência, deveria ser exercido por estrangeiros europeus, o que motivou a preocupação da assembleia provincial piauiense que elaborou uma lei, em 1870, estabelecendo uma colônia agrícola para atrair trabalhadores de fora às margens dos rios Parnaíba ou Uruçuí (no início ainda não estava acertada sua localização). O noticiador do periódico *A Pátria* elogiou a iniciativa como uma necessidade “inegável” e repleta de vantagens para a província, propícia aos reclames daquele momento em que “[...] se trata de substituir o trabalho escravo pelo trabalho livre”.<sup>371</sup>

---

<sup>369</sup> PRADO, Maria Emília Prado. *Memorial das desigualdades...* p. 71.

<sup>370</sup> HOBSBAWM, Eric. *A era dos impérios: 1875-1914*. 13 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011, p. 97-138.

<sup>371</sup> COLONIZAÇÃO. *A Pátria*. Teresina, ano 1, n.19, p.3, 7 set. 1870.

Em pouco tempo, a lei se tornou letra morta, a colônia não prosperou por falta de imigrantes interessados. Em 1888, o Ministério da Agricultura disponibilizou a verba de 200 contos de réis para o estabelecimento de núcleos coloniais de imigrantes na província. A medida foi criticada no jornal *A Época* por ser considerada de pequeno valor.

Segundo o redator, o Piauí ainda com economia baseada na pecuária desejava investir nos melhoramentos que a imigração poderia trazer para o desenvolvimento da sua agricultura na medida em que fosse introduzindo “[...] novos aparelhos e novos métodos de trabalho na organização viciosa, rotineira, atrasada e quase embrionária da nossa agricultura”.<sup>372</sup> Reclamações de verbas do governo imperial para a “pequena”, “atrasada” e “pobre” província do Piauí foram constantes na imprensa.

O ideal de substituição figurava-se no imigrante europeu, descrito por Agésilau Pereira da Silva como “[...] elemento fecundo, esse talismã precioso que cria a indústria, aperfeiçoa a lavoura, desenvolve o comércio, em uma palavra, transforma rapidamente o deserto em aldeia, e a aldeia em cidade!”.<sup>373</sup> Se o liberto era uma solução incerta para os fazendeiros apreensivos, os imigrantes eram considerados, na imprensa, como certeza de alcance da civilização.

Em transcrição de artigo do periódico *Diário da Manhã* de Alagoas, foi afirmado que “todos reconhecem como indispensável o engajamento e a vinda do europeu laborioso; todos preveem as vantagens que hão de decorrer da iniciação de certas medidas tendentes a beneficiar os tesouros inexauríveis do solo de nossa pátria”.<sup>374</sup> E, em texto colaborativo de Pompílio Castro, produzido em São Paulo e publicado no periódico *A Imprensa*, em 19 de janeiro de 1889, foi defendida, em especial, a imigração italiana por fornecer, para satisfação dos lavradores, trabalhadores “[...] ativos, sóbrios, ordeiros e inteligentes”.<sup>375</sup>

Importa-nos destacar que, no mesmo artigo, o autor propositadamente descreve as qualidades físicas das italianas, narrando desde a vestimenta até o penteado. O motivo das apresentações elogiosas dos dotes do “belo sexo italiano” respaldava-se na noção de regeneração social por meio do imigrantismo. Pompílio Castro afirmava que a “natureza física” do imigrante italiano tinha “influência particular” nos traços característicos da moral e sociedade almejada. Em outras palavras, os italianos eram descritos como “redentores” da raça brasileira, aviltada em sua formação: “[...] Se é evidente que a nossa raça degenera por uma influência qualquer que não indagamos, devemos trabalhar para reabilitá-la e restituir-lhe

<sup>372</sup> IMIGRAÇÃO. *A Época*. Teresina, ano 10, n.531, p.4, 29 dez. 1888.

<sup>373</sup> O PIAUÍ PRESENTE E FUTURO. *A Pátria*, ano 2, n.97, p.1, 13 abr. 1872.

<sup>374</sup> IMIGRAÇÃO. *A Imprensa*. Teresina, ano 24, n. 1053, p.2, 29 dez. 1888.

<sup>375</sup> CASTRO, Pompílio. COLABORAÇÃO. *A Imprensa*. Teresina, ano 24, n. 1056, p.1, 19 jan. 1889.

o vigor afim de que não legue mais aos séculos futuros, a descendência de um povo raquítico e enfezado”.<sup>376</sup>

No que concerne à província do Piauí, havia uma alta expectativa em torno da imigração europeia. Por razões civilizacionais, esperavam-se rápidas melhorias materiais em decorrência da vinda dos europeus para as plagas piauienses. A partir da disponibilidade das verbas do governo imperial, essa esperança começou a tomar fôlego entre os redatores, manifestando-se em artigos como o intitulado “Imigração e colonização”, publicado no jornal *A Imprensa*, no qual se afirmava que a imigração e a colonização europeia, em especial de italianos,<sup>377</sup> por sua “afinidade de religião e língua” com os brasileiros – além da sua cultura com base greco-romana –, no Piauí, desenvolveria os métodos de trabalho. Aumentaria-se a população e a necessidade de inúmeros melhoramentos materiais, por exemplo, a expansão das redes de vias-férreas, telégrafos, e navegação fluvial. Enfim, seria uma época de progresso, “[...] uma nova era de engrandecimento e de prosperidade para o país”.<sup>378</sup>

Tratava-se, portanto, de uma substituição de mão de obra nativa (considerada improdutiva) pelo trabalhador italiano visto como o oposto do liberto ou homem livre brasileiro.

[...] Se a questão fosse simplesmente de adquirir braços válidos para o trabalho rural, não precisaríamos do elemento estrangeiro, que tão caro nos custa, por que no país mesmo temos superabundância de braços ociosos que poderiam ser atraídos ao trabalho pelos mesmos incentivos que oferece o governo aos colonos europeus; *mas é que se trata agora de melhorar as condições da nossa agricultura, e com os nossos proletários nada adiantaríamos nesse sentido* (grifos nossos).<sup>379</sup>

Nada poderia ser mais coerente com o ideal de modernização dos homens de imprensa na província que o referido pensamento, uma vez que o imaginário modernizador espelhava-se nos modelos europeus de cultura, técnica, ciência, política e economia. Esses imigrantes eram, dessa forma, saudados como agentes do progresso e da civilização. Através do

<sup>376</sup> CASTRO, Pompílio. COLABORAÇÃO. *A Imprensa*. Teresina, ano 24, n. 1056, p.1, 19 jan. 1889.

<sup>377</sup> Nem mesmo o clima quente da província piauiense poderia ser um empecilho aos imigrantes italianos, pois eles facilmente poderiam se “aclimatar” ao ambiente, devido à sua origem sul europeia ou mesmo do sul do império brasileiro. Esta ideia só reforça o anseio, entre os homens de imprensa pela imigração italiana. Pois, como destacou o redator: “[...] Os climas cálidos das nossas províncias do norte não podem certamente convir à colonos oriundos das regiões frias do norte da Europa, mas é lícito esperar que seja de preferencia encaminhados para elas imigrantes dos climas temperados do sul do continente europeu, sendo ainda menos brusca a transição para os colonos já aclimados no país, que se deslocassem do sul do império para o norte”. Conferir: IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO. *A Imprensa*. Teresina, ano 24, n.1052, p.1, 22 dez. 1888.

<sup>378</sup> IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO. *A Imprensa*. Teresina, ano 24, n.1052, p.1, 22 dez. 1888.

<sup>379</sup> IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO. *A Imprensa*. Teresina, ano 24, n.1052, p.1, 22 dez. 1888.

periódico *A Imprensa*, a imigração italiana foi apresentada contrariamente como principal ao peso da herança portuguesa, visto que a ela foi atribuída uma ação “civilizatória”.<sup>380</sup> No artigo, impôs-se uma “política de branqueamento europeizado” implícita. Sob os parâmetros evolucionistas e racistas europeus, as elites brasileiras representadas por grande parte da imprensa enxergavam-se e viam o país e o povo brasileiro frente ao mundo dito “civilizado”. Cultivavam a transformação dos negros libertos (descendentes de africanos) e índios, considerados raças inferiores, em trabalhadores livres, a partir de enquadramentos que opunham habilidades, características e moralidade dos ideais modernos que preconizavam.<sup>381</sup>

Além disso, assim como índios e negros, a inviabilidade dos chineses (*coolies*) foi apresentada no artigo como imigrantes contribuintes para a civilização do país, de modo que “[...] nosso país nada poderá lucrar com a imigração chinesa, que nenhuma luz trará do *celeste império* para a nossa indústria agrícola”.<sup>382</sup> O racismo advindo dos homens de imprensa estava embasado em estereótipos associativos entre a escravidão e os indígenas, africanos e chineses, considerados atrasados diante do progresso e, por isso, inferiorizados.

Essas concepções nos explicam a compreensão e justificativas da classe senhorial diante do racismo e da marginalização de grupos por eles considerados “perigosos” e “incômodos” aos projetos de sociedade. Por vezes, eram assim delineados em artigos jornalísticos: “[...] Esses *coolies* que assim se escravizam, tipos boçais do nosso índio e do negro da costa d’África, são as escórias da raça mongólica. Não é, por certo, esta a colonização que nos convém”.<sup>383</sup>

O estereótipo criado reforçava a identidade branca, contrastada com seu oposto.<sup>384</sup> As imagens produzidas na imprensa sobre os imigrantes ideais e os abomináveis ajudavam a classe dominante a lidar com o momento de transição da mão de obra escrava para um acordo de livre labor, donde proveio toda a retórica de regeneração social por meio da vinda do imigrante europeu. Qualquer grupo social indesejado pela elite era repudiado nos jornais, como podemos destacar no jornal *A Phalange*, em que um articulista sob o pseudônimo *Um democrata*, estabeleceu sete parâmetros para a adoção do trabalho livre bem encaminhada no negócio agrícola, no Brasil.

<sup>380</sup> MENEZES, Lená Medeiros de. A imigração nos anúncios de jornais do Rio de Janeiro: facetas parisienses do sonho civilizatório. In: LESSA, Mônica Leite; FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito (Orgs.). *Entre a monarquia e a república: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008, p.221.

<sup>381</sup> MENEZES, Lená Medeiros de. *Entre a monarquia e a república...* p.223.

<sup>382</sup> MIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO. *A Imprensa*. Teresina, ano 24, n.1052, p.1, 22 dez. 1888.

<sup>383</sup> MIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO. *A Imprensa*. Teresina, ano 24, n.1052, p.1, 22 dez. 1888.

<sup>384</sup> COSTA, Emília Viotti da. *A dialética invertida e outros ensaios*. São Paulo: UNESP, 2014, p.84.

Dentre eles, na terceira meta, havia o interesse, em nome do progresso, de se “[...] promover a colonização nacional e a redução do número de aborígenes americanos”.<sup>385</sup> Dessa forma, o “genocídio” também poderia acontecer, para o autor, através da catequese cristã, tal como nos tempos coloniais. Isso indica a força do discurso civilizacional evolucionista entre os homens de imprensa, motivando-os a repudiarem toda a alteridade à sua autoimagem, enquanto brancos, europeizados e membros da boa sociedade.

Ciganos<sup>386</sup> e colonos indesejados foram grupos sociais muito rechaçados na imprensa piauiense. As notícias que davam conta da sua inserção na província caracterizavam-no como “bandidos que infestavam os sertões aterrorizando a população com toda sorte de violências”. No entanto, para uma imprensa inclinada ao setor econômico mais proeminente, as maiores “vítimas” eram os fazendeiros que tinham cavalos e gado furtados com “cínica ostentação”. Reclamações por providências à polícia eram feitas, tendo em vista que os “invasores” da comarca de Campo Maior, em junho de 1888, eram um “[...] um bando de uns 80 homens, todos armados e tão audazes que forçam os inermes sertanejos a negócios lesivos, entram em casas particulares e delas roubam tudo quanto podem conduzir!”.<sup>387</sup> Ao que demonstra *O Telephone*, os ciganos eram “escarneadores da nossa civilização” e “inimigos da sociedade”.<sup>388</sup>

A presença de um “nós civilizado” contraposto aos escravos descendentes de africanos, aos indígenas, aos *coolies* e aos ciganos, reforça simetricamente o processo de barbarização dessas minorias pelos homens de imprensa. Os textos jornalísticos, portanto, reforçavam as hierarquias sociais, culturais e raciais – articuladas em termos econômicos e políticos – tornando-se substrato do contraponto maniqueísta e racista nas noções reificadas de civilização e barbárie.

De modo especial, o periodismo abolicionista teorizava a resolução do problema da escravidão, classificando os negros como bárbaros ou outras denominações de inspiração eurocêntricas e racistas. Não por acaso, a força desses discursos eram fortalecidas pelas condições de exploração colonialista, nas quais estava inclusa a questão racial; reforçaram-se no século XIX através das condições sociais de exploração, determinadas pela acumulação capitalista cada vez mais intensa, em escala nacional e internacional, sempre acrescentando uma espécie de cultura de exploração.

<sup>385</sup> A LAVOURA. *A Phalange*. Teresina, ano 1, n.19, p.3, 15 maio 1889.

<sup>386</sup> KARPOWICZ, Débora Soares. *Ciganos: História, Identidade e Cultura*. Porto Alegre: Editora Fi, 2018.

<sup>387</sup> CIGANOS. *A Imprensa*. Teresina, ano 23, n. 1026, p.4, 25 jun. 1888.

<sup>388</sup> CIGANOS. *O Telephone*. Teresina, ano 5, n,217, p.3, 18 jun. 1887.

Além disso, o darwinismo social e o evolucionismo conferiram uma imagem científica à barbarização dos africanos, asiáticos e indígenas. A elite brasileira, tutorando o processo abolicionista, se autoproclamava detentora da civilização que iria redimir o país de seus males de origem. A abolição não foi, dessa forma, momento de revolução, no sentido autoafirmativo de um povo, enquanto reconhecedor de si mesmo, com sua unidade na diversidade, desenvolvendo as condições histórico-culturais no sentido da autodeterminação, soberania, democracia. Salvo para certos segmentos da sociedade – as classes dominantes e seus associados, como os setores intelectuais – a maioria do povo continuava subordinada, tutelada, subjugada, tratados como “bárbaros” e “incivilizados”. Por isso, atrelava-se a eles a suposta inclinação natural, de acordo com o ideário elitista, à proeminência do elemento aristocrático que organizou e governou o Estado brasileiro até então.<sup>389</sup>

O esforço dos homens de imprensa em se constituírem “civilizados” nos moldes europeus distanciava ainda mais a elite da maioria do povo brasileiro. Podemos subter, nesse sentido, que o processo abolicionista foi mais uma “revolução passiva” na História do Brasil que, ressaltado por Luiz Werneck Vianna, obedecia estritamente às demandas da classe senhorial-escravocrata, uma vez que:

Na ausência deste encontro intelectuais-povo, a revolução burguesa seguiu em continuidade à sua forma “passiva”, obedecendo ao lento movimento da transição da ordem senhorial-escravocrata para uma ordem social competitiva, chegando-se, com a Abolição, à constituição de um mercado livre para a força do trabalho, sem rupturas no interior das elites.<sup>390</sup>

Podemos ratificar, a partir do trecho anterior, que os discursos abolicionistas encontrados na imprensa piauiense, entre 1868 e 1889, apresentavam a retórica da defesa da inserção do Brasil no mundo civilizado antes, durante e após a Abolição. Isso esteve presente em artigos, notícias, poesias e transcrições de discursos nas reuniões das sociedades abolicionistas. E todas as publicações feitas nos jornais tencionavam a autorreferência de uma elite preocupada em espelhar ares de modernização, ostensivos e abraçados às “ideias grandiosas do seu tempo”, o “século das luzes”. É o que podemos interpretar na transcrição do

---

<sup>389</sup> Pela cooptação elitista do processo abolicionista, e suas criações e recriações dos conceitos de civilização e barbárie, com vistas a se distanciar e assim dominar, ou melhor, explorar as classes subalternas, Octavio Ianni, entendeu e significou a abolição, no Brasil, como uma contrarrevolução ou revolução burguesa. Conferir: IANNI, Octavio. *Revolução e Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983, p. 13-24; 34;42-43.

<sup>390</sup> VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004, p. 47.

discurso proferido pelo capitão Antônio N. Xavier Torres, por ocasião da instalação do Clube Abolicionista Parnaibano.

Eis alguns trechos que elucidam os fins argumentativos sobre os quais tratamos:

*[...] Para que o Brasil não retrograde na escala da civilização e do progresso, e, pelo contrário aumente a influência que sai adquirindo no mundo civilizado, a primeira condição é a abolição do cativo, único meio de engradecer a esfera do pensamento e ajudar o progresso e felicidade da nação.*

A liberdade, Srs., é do direito natural, é a chave de todas as ciências, tirando o seu princípio a consciência do homem.

*[...] Srs., nada de esmorecimento, avante com a obra começada, quando não possamos o muito, cada um com correndo com o seu óbolo já é bastante para provarmos que não somos os mais atrasados, nem indiferentes nos princípios civilizadores.*

*Estamos no século das luzes, somos filhos de uma Nação civilizada, portanto, compete a todos abraçar as ideias grandiosas.*

A civilização é uma unidade ideal, desenvolvendo-se na dupla esfera do tempo e do espaço, debaixo da forma de uma trilogia orgânica, cujos elementos são: a religião, a ciência e a arte. Neste organismo ideal entram outros elementos constitutivos, não de sua essência, mas de sua natureza: *por exemplo, a liberdade, condição de todo o processo, é um elemento civilizador.*

*A pessoa civilizada nunca deixa de ter os sentimentos de compaixão (grifos nossos).<sup>391</sup>*

O discurso do capitão Torres expressa o pensamento das reuniões das sociedades emancipacionistas, assemelhando-se aos textos abolicionistas escritos pelos homens de imprensa. Podemos destacar nesta vasta similaridade, como primeiro aspecto de semelhança, o ostensivo esforço por demonstrar a participação da boa sociedade brasileira na modernização universal, pautada nos ideais de civilização e progresso europeus. Grande parte do exercício retórico em prol do fim da escravidão provinha do destaque dado à necessidade de adesão aos reclames do “novo tempo” que obstruía a mão de obra servil enquanto anacrônica aos interesses de um mercado dinâmico e industrial.

A demanda econômica pelo término do cativo impulsionou a cultura, que significou o regime escravista como ultrapassado, bárbaro, degenerador dos costumes, hábitos e educação de todos. “[...] Venci a tentação da lei mais imoral de meu país, e estou livre de escravos”, foi declarado pelo Sr. Dr. Castelo Branco ao realizar todas as suas alforrias, em 1883. Assim, esse “atleta do abolicionismo” venceu aquilo que ele, junto com o redator do jornal *O Semanário*, denominava de “[...] uma iniquidade revoltante, que não tem arrimo ante

---

<sup>391</sup> SEÇÃO LIVRE. *O Semanário*. Teresina, ano 8, n.305, p.2-3, 23 jun. 1883.

a própria consciência, uma ilegalidade que não encontra guarida aos olhos da civilização, da moral, e enfim, das leis sociológicas”.<sup>392</sup>

De fato, o importante era parecer integrado ao “Le Monde marche”, ao novo, ao moderno, já que o mundo caminhava e ficar “parado” era retroceder. Nesse sentido, afirmava-se constantemente, na imprensa, que a província piauiense não estava apática frente à causa da Abolição: “[...] não nos são indiferentes às luzes do século. Abraçamos sinceramente a ideia e desejamos a sua vitória”.<sup>393</sup> E, como a liberdade passara cada vez mais a ser concebida como direito natural (elemento civilizador e fonte de progresso), nada mais coerente que o estímulo pela preta conquista: “[...] Sejamos um povo livre, digno deste nome ante as nações civilizadas”.<sup>394</sup>

O segundo aspecto de semelhança entre o discurso de Torres e o da imprensa abolicionista refere-se ao protagonismo da boa sociedade na promoção da “boa obra” do extermínio do cativo. Homens letrados e suas esposas deveriam abraçar a grande causa e lutar pela vitória que, em meados da década de 1880, já era tida como “certa”. Os usos recorrentes de expressões bélicas decorriam dessa questão. O estilo verbal imperativo dava pistas de comando de um exército incansavelmente motivado entre discursos publicados na imprensa.

Marcas vocabulares características da ordem abolicionista buscavam criar no leitor provocação emocional, por exemplo: “Acabe-se a escravidão no Brasil!”, “Não há tempo a perder”, “Mãos à obra”, “Marchemos!”, “Avante”, “Ergamo-nos todos”, “Trabalhem”, “Prossigui”, “Sede compassivos”. Esta última expressão dialogava com as abordagens abolicionistas, que viam na causa pela qual lutavam uma forma de exercer a moralidade e os princípios cristãos mais caros àquela sociedade. A decorrência lógica disso foi a descrição, nos jornais, dos senhores de escravos como homens benevolentes, cheios de humanidade, moralidade, cristianismo, ou seja, verdadeiros exemplos de compassividade.

“Um belo exemplo”, foi o título da notícia da alforria “registrada com prazer” no periódico *A Época*, realizada pelo Sr. José Ferreira Guimarães e que, conforme o redator, era “um distinto capitalista desta praça”. Assim, Guimarães libertara, sem ônus algum, seu escravo Américo. Nas palavras do publicista, aquele “[...] Foi um ato de tão generosa superioridade, que, estamos certos, custará muito a ser imitado por outros. Nossas felicitações ao Sr. Guimarães pela magnanimidade de seu procedimento, que apreciamos com admiração

<sup>392</sup> EXPEDIENTE. *O Semanário*. Teresina, ano 8, n. 328, p.1, 1 dez. 1883.

<sup>393</sup> O PIAUÍ É ABOLICIONISTA. *O Semanário*. Teresina, ano 9, n. 362, p.2, 20 dez. 1884.

<sup>394</sup> MOVIMENTO ABOLICIONISTA. *O Semanário*. Teresina, ano 9, n. 341, p.2, 28 jun. 1884.

e respeito”.<sup>395</sup> O exemplo, a iniciativa e o esforço pelo fim do sistema escravista sempre partiam dos “distintos”, “ilustres”, “senhores” e “doutores” da província, denotando certa complacência dos homens de imprensa e da elite local com o processo, que era inerente à sua própria classe.

Por sua intensa reincidência, a impressão geral que se passava aos leitores era a de que a “compassividade” tornara-se, com as alforrias, um atributo aristocrático. Exemplo disso encontramos na notícia sobre o andar do abolicionismo na Vila do Corrente, em 1887, publicada no jornal *A Imprensa*:

*Graças aos esforços dos nossos ilustres amigos dr. Joaquim Nogueira Paranaguá e padre Elyseu Cezar Cavalcante, a vila do Corrente vai entrando em uma fase de pacífica eboição emancipadora, que brevemente trará como resultado a completa expurgação do seu solo da triste mácula negreira. A 8 do passado o dr. Nogueira fez uma importante conferência sendo em seguida instalada uma sociedade abolicionista, e libertados os escravos: 1 de Elias da Cunha Rocha, 1 de Elpidio de Araújo, 1 de José Gabriel da Rocha, 1 de Suzano Ribeiro e 1 de Gilberto Rodrigues. A importante família Nogueira tem libertado um grande número de escravos. O padre Elyzeu libertou o único que possuía seu venerado pai também libertou outro escravo e d. Maria Ribeiro, dois. A grande ideia caminha. A nossa cordial saudação aos generosos abolicionistas (grifos nossos).<sup>396</sup>*

Podemos afirmar que a imprensa abolicionista piauiense estava preocupada em reproduzir uma “[...] modernização conservadora – ao dispensar a constituição de classes sociais com perfil bem definido e, assim, a construção de um terreno propício à organização da hegemonia de uma delas”.<sup>397</sup> Entendemos disso a relevância atribuída aos “importantes sobrenomes” que realizavam a transição da mão de obra escrava e a mão de obra livre, ao tempo em que os escravos e os pobres livres continuavam “excluídos” das ações políticas, culturais e econômicas noticiadas nos periódicos.

Nas décadas finais da escravidão, o abolicionismo produzido na imprensa e as noções de civilização, moral, progresso e modernização associadas a ele funcionavam como linha divisória que permitia aos homens a reconhecerem a si próprios e aos seus “pares”.<sup>398</sup> É nesse sentido que podemos compreender a euforia de Licurgo de Paiva, ao anunciar a “*Revista*”, novo periódico literário com colaboração de Clodoaldo Freitas e Higinio Cunha e sob a redação dos “jovens cultos” Nascimento Filho e Leônidas Sá. O uso da “pena libertina” foi destacado por Licurgo de Paiva como instrumento de vitória sobre o problema da escravidão

<sup>395</sup> UM BELO EXEMPLO. *A Época*. Teresina, ano 7, n.292, p.4, 13 fev. 1884.

<sup>396</sup> ABOLICIONISMO. *A Imprensa*. Teresina, ano 23, n. 1004, p.4, 4 dez. 1887.

<sup>397</sup> NOGUEIRA, Marco Aurélio. *O encontro de Joaquim Nabuco com a política...* p. 100.

<sup>398</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro...* p.128.

para além dos exageros específicos, representando, na visão do poeta, a sobreposição da civilização (cultura letrada) sobre a barbárie escravista:

Aí está a “*Revista*”, em que colaboram com dois moços esperançosos, Clodoaldo Freitas e Higino Cunha, para atestar mais do que as nossas asserções.

Queremos dizer: a *Literatura* marcha na vanguarda do movimento regularizador dos *livres-cativos*; por isso que não é de hoje que ela combate o erro, que seria mais apropriado qualificar, de *erro das tradições*!

Partindo do princípio humanitário teórico social que a “*Revista*” compara, em artigos de apreço firmados por seus ilustres colaboradores, todas as suas tendências, a nosso humilde juízo, vão sempre de encontro aos *realismos* das ideias do passado!

Os dois jovens moços redatores – Nascimento Filho e Leônidas Sá, cômicos do talento que os distingue e da crença em que se firmam, parece, ainda repetimos, que prepararam a festa dos *livres cativos*. Para nós é fora de dúvida que as liras dos poetas são as armas mais poderosas, para resolver-se o problema.

A revolução armada de sabres jamais conseguirá o que em todas as épocas tem obtido a ternura e a melodia das estrofes dos verdadeiros poetas! (grifos do original).<sup>399</sup>

Os homens de imprensa se reconheciam como portadores da civilização regeneradora da nação no compartilhamento dos “princípios humanitários teóricos sociais”. Viam-se, em absoluto, como os agentes políticos em prol do progresso, inclinados à obra humanitária de remissão dos cativos. De modo geral, o tom do discurso era paternalista, triunfalista e autorreferente.

De um lado, os abolicionistas estavam comprometidos com sua “missão sacrossanta”, “[...] contraindo com o público e com a humanidade, com o progresso e com a civilização, o compromisso solene de prosseguir com ardor o resgate dos infelizes que começam ser iluminados pelos raios de uma esperança consoladora”.<sup>400</sup> De outro, os escravos estavam despossuídos de luz, saber, liberdade, felicidade e cidadania. Importava, portanto, notabilizar o papel social dos “civilizados”, o que fora feito de variadas formas, entre elas, a poética. O poema *Ave Libertas* do autor sob o pseudônimo Jethro fora publicado no periódico *O Semanário*, em 27 de julho de 1884 e dizia o seguinte:

Gladiadores do século dezenove  
Que a nobreza desponta em borbotão  
Empunhe a pena libertina  
E vamos ao combate – Redenção.<sup>401</sup>

<sup>399</sup> PAIVA, Licurgo de. *O Telephone*. Teresina, ano 5, n. 216, p.3, 12 jun. 1887.

<sup>400</sup> SEÇÃO LIVRE. *O Semanário*. Teresina, ano 8, n. 310, p.1-2, 28 jul. 1883.

<sup>401</sup> AVE LIBERTAS. *O Semanário*. Teresina, ano 9, n.345, p.2, 27 jul. 1884.

A partir do poema, o eu lírico reverbera o abolicionismo erigido pelos homens de imprensa como um momento distante no que concerne ao acolhimento dos libertos; ou até em melhorar suas condições materiais de vida com políticas voltadas para sua inserção plena na cidadania, contudo aproximava-se das classes letradas dominantes na medida em que servia de trampolim para seus anseios, projetos e enaltecimento do seu próprio corpo social, enquanto exemplo e promotor do progresso de todos.

Os próprios redatores tinham seus nomes celebrados pela memória dos publicistas, por terem suas vidas associadas à causa abolicionista. Esse foi o caso de David Caldas e Deolindo Moura, falecidos ainda na década de 1870, homens de imprensa atuantes contra a escravidão, que, em meados dos anos 1880, tiveram seus nomes lembrados pela poesia Luz e Sombra, de Nascimento Filho:

Teresina levanta, caminha  
E me escuta, observa esse verso:  
Os David; Deolindos e outros  
Querem ver-te maior que o universo!<sup>402</sup>

A poesia de Nascimento Filho fazia referência à alforria de todos os escravos na cidade de Barras, em 1884. Para o poeta, aquele fato era exemplar para todas as cidades piauienses, em especial, para Teresina. Pouco a pouco, a escravidão iria definhando na província. Nos jornais, perdurava a distância entre povo e elite. Os homens de imprensa não tinham qualquer preocupação com a democratização plena do sistema político. No entanto, sobravam autoelogios.

Os grupos abolicionistas piauienses se percebiam como “redentores” capazes de completar os processos de construção do Estado e da Nação, bem como da modernização da economia provincial. A autoimagem era modelada pelo “elitismo benevolente”,<sup>403</sup> representado, nos jornais, através das escritas dos homens de imprensa. Toda essa forma peculiar de teoria da ação abolicionista também esteve presente na configuração das sociedades abolicionistas piauienses e, de modo especial, se fizera presente nas comemorações em torno da Abolição proclamada legalmente em 13 de maio de 1888.

---

<sup>402</sup> LUZ E SOMBRA. *O Semanário*. Teresina, ano 9, n. 354, p.2, 21 out. 1884.

<sup>403</sup> A expressão é de Ângela Alonso. Conferir: ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento...* p.334.

### 2.3 Das sociedades abolicionistas ao 13 de maio de 1888

Entre 1868 e 1888, a imprensa piauiense cobriu e ampliou a propaganda e as organizações abolicionistas que se formaram na província, tornando-se porta-voz da elite provincial e decisiva na atuação do movimento abolicionista no Piauí.<sup>404</sup> Desse modo, em um primeiro momento, faremos uma análise da forma como os homens de imprensa participaram da criação e divulgação das sociedades abolicionistas formadas nas últimas décadas da escravidão. Depois, trataremos das condições peculiares de “ser abolicionista” na província piauiense, a partir de polêmicas jornalísticas e, por fim, adentraremos as comemorações do “13 de maio de 1888” e dos “limites do liberalismo” presentes nas descrições impressas do evento e nas relações sociais ainda permeadas pela hierarquização distintiva, na rebarba do racismo, após a Abolição.

A crise política gerada a partir da nomeação pelo imperador de um gabinete ultraconservador ante uma Câmara Liberal em 1868 gerou uma série de conturbações que produziram grande crítica às instituições imperiais. Em nome da oposição ao gabinete escravista do visconde de Itaboraí e, no encaço da movimentação dos Liberais, surgiram várias associações abolicionistas entre o final da década de 1860 e o início da década de 1870, em províncias como Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. Em relação ao panorama geral sobre os membros dessas associações, Ângela Alonso define que:

Era um abolicionismo de elite. Os membros das associações provinham, na maioria, da elite social: viscondes, barões, ocupantes de bons postos públicos e com acesso aos partidos. Modernizadores – vê-se pela inclusão de senhoras em várias associações –, sua cesta de reformas incluía abolição gradual, imigração e pequena propriedade.<sup>405</sup>

Esse aspecto elitista acompanhou todo o movimento abolicionista noticiado e propagandeado nos jornais piauienses, nas décadas de 1870 e 1880. Diante do atrelamento à população “mais grada” da sociedade, não houve mutações sociais relevantes no sentido de compor associações organizadas pela gente comum. Essa dinâmica, segundo aponta Ronaldo P. de Jesus, ocorreu no movimento abolicionista ocorrido na corte, na segunda metade do século XIX. Em outras palavras, o historiador concebe que, a partir do final dos anos de 1870, “[...] o movimento que era predominantemente emancipacionista, deixou de restringir-se à

<sup>404</sup> BAHIA, Benedito Juarez. *História, jornal e técnica...* p.120.

<sup>405</sup> ALONSO, Ângela. *Flores, votos e balas...* p.39.

‘elite pensante do império’, adquirindo maior alcance social e transformando-se em movimento abolicionista de fato”.<sup>406</sup>

A composição social das associações abolicionistas na província reforça seu caráter elitista, interesseiro e narcisista tal como veiculada na imprensa. Por certo que havia abnegação como a do Sr. Dr. Coelho Rodrigues que aproveitou o dinheiro arrecadado por seus amigos para festejar sua chegada à capital Teresina. Utilizou-o sob a aprovação complacente dos companheiros, para outro fim, contrariando as expectativas daqueles ao seu entorno, ocasionando a libertação de oito criancinhas do sexo feminino. De fato, este bondoso gesto foi celebrado por todos. E o referido senhor aproveitou a situação para sugerir a criação de uma sociedade emancipadora, “[...] cuja missão seria auxiliada pelo governo da província, para o fim de remir anualmente do cativo o maior número possível de crianças do sexo feminino”.<sup>407</sup>

A sugestão foi aceita por todos com louvor, em reunião no simbólico local de encontro da elite política local, o paço da Assembleia Provincial. No dia 1 de novembro de 1870, pelas 10 horas, estava inaugurada a *Sociedade Emancipadora*, alforriando 12 pessoas, quase todas do sexo feminino, a mais velha tinha apenas 25 anos.<sup>408</sup> Coelho Rodrigues também acrescentara “[...] que faria pela imprensa um convite geral a todas as pessoas gradas desta cidade, sem distinção de cores políticas, para o mesmo fim”.<sup>409</sup>

De acordo com o redator do *A Pátria* que registrou o evento, a ideia de Coelho Rodrigues dava seguimento ao *éthos* senhorial escravista piauiense voltado para a causa “patriótica” do abolicionismo.<sup>410</sup> No que concerne à descrição da solenidade de abertura da

---

<sup>406</sup> JESUS, Ronaldo P. de. *Visões da monarquia...* p.142. Ainda segundo Ronaldo P. de Jesus, as associações que irromperam na corte, na segunda metade do século XIX, poderiam “[...] se direcionar para objetivos diversos, englobando desde a elite política mais alta, preocupada com os destinos da classe senhorial escravista, até simples ex-cativos reunidos em torno do ideal de libertação dos escravos pela compra de alforrias”. Levando em conta as fontes hemerográficas, o historiador destaca que “[...] as lutas das “sociedades” organizadas pela gente comum, visando à conquista de direitos civis e ao reconhecimento social, sofriam mais acentuadamente as dificuldades inerentes à mobilização coletiva, mediante os padrões de hierarquia e dominação pessoal vigentes na sociedade monárquica escravista”. Conferir: JESUS, Ronaldo P. de. *Visões da monarquia...* p. 94.

<sup>407</sup> SOCIEDADE EMANCIPADORA. *A Pátria*. Teresina, ano 1, n.30, p.4, 28 out. 1870.

<sup>408</sup> Os redatores faziam questão de declarar, ainda que não exatamente, a idade dos libertos. Talvez, com vistas a destacar a “bondade” e “abnegação” dos sócios em dar liberdade para pessoas que supostamente poderiam usufruir por mais tempo dela. Conferir: *A PÁTRIA. A Pátria*. Teresina, ano 1, n.31, p.1, 4 nov. 1870.

<sup>409</sup> SOCIEDADE EMANCIPADORA. *A Pátria*. Teresina, ano 1, n.30, p.4, 28 out. 1870.

<sup>410</sup> Neste sentido, o redator antes de adentrar os detalhes narrativos da reunião, escreveu: “as fibras da filantropia e do patriotismo da província desferiam os primeiros sons [se referindo a casos de alforrias particulares antes da inauguração da sociedade], que felizmente para a humanidade não tinham de ser os últimos: a mão simpática e hábil de um obreiro da civilização e do progresso ainda poderia arrancar

sociedade, o redator destacou que tomou por ponto alto a entrega de cartas de alforrias às escravas. A presença e a reação daquelas mulheres diante daquela inusitada reunião, de homens, foram contadas com detalhes:

O aspecto das libertandas, radiante de uma alegria inocente, ora expansiva, ora como anuviada por uma sombra de dúvida, oferecia um quadro digno da observação dos que se dedicam ao estudo do pensamento e do coração humano, um quadro digno de Balzac.

Uma delas, chorando e resistindo aos que queriam conduzi-la ao recinto do salão da assembleia, onde teve lugar esse ato imponente, apresentava à imaginação dos circunstantes uma pintura viva da simplicidade da ignorância, e contrastava singularmente com os outros semblantes que se irradiavam de momento a momento ao calor vivificante do sol da liberdade.<sup>411</sup>

Toda a cena descrita evocava o beneplácito de uma “raça emancipadora” para com a “raça emancipada”. A simplicidade e ignorância das recém-libertas configura o estereótipo de incapacidade dos escravos de compreenderem a liberdade, o que levou ao reforço da ideia de tutela indispensável dos abolicionistas sobre os libertos. A emoção também foi um traço importante na construção dos discursos e de ações em prol do fim da escravidão, presente nesta e em várias outras solenidades.

No texto, é possível perceber que os abolicionistas são designados como os “sujeitos ativos” da situação, emanadores do “calor vivificante do sol da liberdade”, satisfeitos e orgulhosos de si mesmos, enquanto as recém-libertas são “sujeitos passivos”, receptoras da “luz” que nunca viram e, por isso, são conduzidas para a dádiva da liberdade. O olhar hierárquico sobre o negro como inferior também era pertinente nas solenidades de alforria.

Wlamyra R. de Albuquerque elucida que “[...] a atmosfera de redenção abolicionista do evento reiterava as regras e distinções construídas no mundo escravista”.<sup>412</sup> A narração conduz ao encontro do caráter reiterativo das hierarquias sociais típicas do universo escravista, permitindo que tenhamos acesso à “visão da liberdade” dos emancipados pelos alforriadores. Para estes, pelo dom recebido, a vida pós-emancipação deveria ser marcada por atos recíprocos de dependência, gratidão e submissão.<sup>413</sup>

---

daí tesouros de harmonia. Esta não se fez esperar; e foi a do exm. Sr. dr. Antonio Coelho Rodrigues”. Conferir: SOCIEDADE EMANCIPADORA. *A Pátria*. Teresina, ano 1, n.30, p.4, 28 out. 1870.

<sup>411</sup> SOCIEDADE EMANCIPADORA. *A Pátria*. Teresina, ano 1, n.30, p.4, 28 out. 1870.

<sup>412</sup> ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação...* p. 82.

<sup>413</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. Dos males da dádiva: sobre as ambiguidades no processo da Abolição brasileira. In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos. (orgs.). *Quase-cidadão – histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 26. Indo mais a fundo na análise do “caráter solene”, e até “ritual”, dos atos de alforria, que poderiam

A solenidade de abertura também foi marcada pelo discurso do idealizador da sociedade, o Dr. Coelho Rodrigues, que apresentou um posicionamento conservador elitista de como “resolver” o problema da escravidão no Brasil: “a solução repentina de uma dificuldade tão séria em nossa organização política e civil traria implicitamente consigo a expectativa de males terríveis – o proletarismo e a anarquia”.<sup>414</sup> Assim, o mais “seguro” para a ordem imperial seria encaminhar a questão servil paulatinamente, a partir da condução exclusiva da classe dominante, conservando dessa forma a autoria das decisões políticas no país.<sup>415</sup> O que fugia a isso, para os abolicionistas piauienses, seriam os “males terríveis”, cognominados como “proletarismo” e “anarquia”, isto é, o desarranjo do *status quo* senhorial.<sup>416</sup>

Os membros da *Sociedade Emancipadora* de Teresina restringiram-se ao círculo dos conservadores que estavam sob a liderança do mais proeminente, entre eles, na província: Coelho Rodrigues. Em decorrência dos dissabores das rivalidades momentâneas, em âmbito nacional e provincial, os liberais piauienses fizeram pouco caso da ação abolicionista. Até mesmo os redatores liberais não fizeram questão de cobrirem e publicarem notícias sobre a nova instituição em seus respectivos periódicos.

A ausência dos liberais demonstra que na *práxis* da elite política a disputa pelo poder falava mais alto que qualquer defesa de “ideia grandiosa presente no espírito público”, ou seja, o discurso abolicionista só era atrativo até onde lhe convinha. A atitude dos liberais não deixou de ser criticada no jornal *A Pátria*: “a ausência dos nossos colegas da imprensa nessa reunião iminentemente cristã não pode encontrar explicação nem mesmo na política mesquinha de aldeia, que mata entre nós as empresas mais generosas”.<sup>417</sup>

---

acontecer em reuniões de sociedades abolicionistas, em manifestações particulares, diante de comemorações de datas importantes para as famílias, Sidney Chalhoub afirma, no mesmo sentido de Schwarz, que “[...] sempre havia a declaração do afeto dos senhores pelos negros alforriados, e ficava compreendido que os libertos deviam continuar demonstrando estima e gratidão aos antigos proprietários”. Conferir: CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade...* p. 144.

<sup>414</sup> DISCURSO PROFERIDO. *A Pátria*. Teresina, ano 1, n.31, p.1, 4 nov. 1870.

<sup>415</sup> ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação...* p. 83.

<sup>416</sup> Por isso a defesa do fim da escravidão através da via da emancipação gradual, ao tempo e sabor dos senhores escravistas, como nos mostra a posição do sócio dr. Manoel José Espínola Júnior, presidente da província na época da inauguração da sociedade: “Francamente abolicionista não duvidei fazer parte dessa sociedade, cuja instalação solenizada com a alforria de dez escravinhas marca nos fastos piauienses um dos seus mais notáveis dias. Fazendo, pois, votos pela sua prosperidade, tenho a mais viva satisfação em reconhecer que o desaparecimento da escravidão pela emancipação, geralmente aceito, não espera, senão a sanção dos poderes do Estado para ser uma realidade no país inteiro”. Conferir: MANUMISSÃO DE ESCRAVOS. *A Pátria*. Teresina, ano 1, n.46, p.2, 22 fev. 1871.

<sup>417</sup> A PÁTRIA. *A Pátria*. Teresina, ano 1, n.31, p.1, 4 nov. 1870.

Ironicamente percebemos o fato de que foram os conservadores que assumiram a linha de frente da causa emancipacionista no Piauí, em contrapasso ao estereótipo criado pelos redatores que relacionava o Partido Conservador ao imobilismo. No comentário feito sobre a Fala do Trono, no periódico liberal *A Imprensa*, em 1870, observamos o seguinte: “[...] O discurso da coroa omitiu a extinção do elemento servil: nisso foi coerente, por quanto – as reformas radicais, quaisquer que elas sejam, causam sérias horripilações aos vermelhos [conservadores] retrógrados”.<sup>418</sup>

Nas fileiras dos Partidos Conservador e Liberal da província, havia tanto escravagistas como abolicionistas. Contudo, com o avançar do movimento abolicionista, cada vez mais os jornais dos respectivos partidos passaram a se afirmar como únicos abolicionistas, levando a uma “luta de representações” sobre quem era verdadeiramente defensor da causa.<sup>419</sup>

Os homens de imprensa passaram a defender publicamente o fim da escravidão nos anos de 1870 e 1880. Raríssimas vozes se levantaram contra o abolicionismo no Piauí. Mesmo assim, poucas foram as sociedades abolicionistas formadas e divulgadas nos periódicos nos anos de 1870. Após a publicação sobre a instalação da *Sociedade Emancipadora* – que terminou em poucos meses, talvez pelo desmembramento de muitos sócios que tiveram que sair da província – só houve registro de mais uma sociedade manumissora fundada em 1871, na vila de São Raimundo Nonato, que tinha como líder o coronel José Antunes Piauilino de Macedo.<sup>420</sup>

A vinculação entre a iniciativa da criação e a missão das sociedades abolicionistas às causas do evangelho era pertinente à imprensa. Os abolicionistas alinhavam-se a cristãos: “[...] Prossigam todos em tão louvável empenho e fiquem certos de que praticam uma bela ação, realizando uma máxima do evangelho”.<sup>421</sup> Somente a partir da década de 1880 começam a ressurgir associações abolicionistas no Piauí.<sup>422</sup> Em geral, defendiam o abolicionismo que se colocava “[...] contra os direitos e contra a própria existência da escravidão. Mais ainda, o abolicionismo se colocava contra a perspectiva de que a Lei do Ventre Livre fora um ponto final na questão”.<sup>423</sup>

<sup>418</sup> A FALA DO TRONO. *A Imprensa*. Teresina, ano 5, n. 252, p.1, 20 jun, 1870.

<sup>419</sup> CHAVES, Monsenhor. *Obra completa...* p.198-199.

<sup>420</sup> MANUMISSÃO. *A Pátria*. Teresina, ano1, n.66, p.4, 12 jul. 1871.

<sup>421</sup> MANUMISSÃO. *A Pátria*. Teresina, ano1, n.66, p.4, 12 jul. 1871.

<sup>422</sup> Os motivos para este hiato podem ser elucidados pelos “efeitos neutralizadores” que a lei de 1871, exerceu sobre a opinião pública, adotando o viés emancipacionista. Conferir: JESUS, Ronaldo P. de. *Visões da monarquia...* p. 142; SALLES, Ricardo. *O Brasil imperial...* p. 74. Contudo, as iniciativas particulares em prol da libertação não diminuíram entre os anos de 1870 e 1880. E assim foram publicadas constantemente nos jornais. Conferir: CHAVES, Monsenhor. *Obra completa...* p. 198.

<sup>423</sup> SALLES, Ricardo. *O Brasil imperial...* p.74-75.

Cada vez ficava mais acentuado na opinião pública o sentido de que a escravidão não era só a propriedade dos escravos, mas “o feudalismo, estabelecido no interior”, a dependência em que o “comércio, a religião, a pobreza, a indústria, o Parlamento, a Coroa, o Estado” se achavam diante do domínio retrógrado dos escravagistas.<sup>424</sup> Os jornais auxiliavam as sociedades na divulgação de seus propósitos e ações, conforme fez o periódico abolicionista *O Semanário*, que publicou os estatutos da Sociedade Libertadora Piauiense, quando de sua instalação.

O trecho a seguir enfatiza os fins da instituição, que podem ser generalizados para as demais associações abolicionistas, na província, ao longo da década de 1880:

A Sociedade “Libertadora Piauiense” tem por fim:

§ 1º. Promover por todos os meios justos e honestos ao seu alcance, a extinção do elemento servil, tanto nesta Capital e seu termo, como em toda província, indenizando aos respectivos Senhores, o valor dos escravos, cuja emancipação não poder obter gratuitamente.

§ 2º. Defender por intermédio de seus advogados, a causa dos cativos quando forem estes *excessiva e desumanamente castigados* ou por seus senhores, feitores ou administradores, dando queixas ou denúncias contra os mesmos e seguindo neste procedimento até final sentença.

§ 3º. Mandar por qualquer de seus advogados propor em juízo competente, as precisas ações de liberdade e arbitramento dos escravos que tiverem pecúlios suficientes para suas emancipações, ou quando lhe constar que por qualquer circunstância o escravo tenha obtido direito à sua liberdade, já por falta de matrícula, já por disposição testamentária – não cumprida – e já finalmente por viver abandonado à caridade pública por seu Senhor. (grifos do original).<sup>425</sup>

Podemos afirmar que a principal função do jornal abolicionista era influenciar a opinião pública a respeito da crueldade e da inadequação do escravismo.<sup>426</sup> Ligada a ela estava a divulgação entusiástica das ações e solenidades das associações. Quando próximo da data de inauguração da Sociedade Libertadora Piauiense, a notícia do aguardado evento, em *O Semanário*, apresentava em seu conteúdo o estímulo ao comportamento da população frente à situação:

[...] Confiada nos sentimentos generosos, que ornar ao público teresinense, pretende dessa maneira solenizar com a mais brilhante pompa, ao dia 22 de julho, e para este fim, roga aos adeptos da liberdade, se dignem *iluminar a fachada de suas casas*, a fim de que, com o melhor esplendor possa ser feita tão faustosa festa (grifos nossos).<sup>427</sup>

<sup>424</sup> NABUCO, Joaquim. *Um Estadista no Império...* p.5-6.

<sup>425</sup> LIBERTADORA PIAUIENSE. *O Semanário*. Teresina, ano 8, n. 313, p. 2, 18 ago. 1883.

<sup>426</sup> JESUS, Ronaldo P. de. *Visões da monarquia...* p.141.

<sup>427</sup> LIBERTADORA PIAUIENSE. *O Semanário*. Teresina, ano 8, n. 309, p.3, 21 jul. 1883.

As inaugurações das sociedades abolicionistas transformavam-se em verdadeiras festas públicas, alterando o cotidiano da cidade. Fachadas de casas iluminadas e cobertas por bandeiras tricolores, passeatas pelas ruas da cidade, música das orquestras, leilões e discursos públicos sucedidos por vibrantes aplausos e “vivas à liberdade” reforçavam a possibilidade das “pessoas comuns” participarem dessas manifestações, mesmo que apenas na condição de “espectadores curiosos”. No entanto, quando as reuniões aconteciam em locais “fechados”, as pessoas comuns ficavam de fora do recinto.

Esses momentos, de algum modo, despertaram a atenção da maioria da população para as ideias de abolição que “permaneciam bastante distantes do cotidiano” dela, como já disse Ronaldo P. de Jesus. Com efeito, o debate político parlamentar e as ações da coroa em torno das propostas de lei relativas à emancipação, eram desconhecidos de grande parte da sociedade brasileira.<sup>428</sup>

Nos registros que faziam das solenidades na imprensa, quase sempre se chamava mais atenção para a participação da elite local nas reuniões e festejos. Como foi no caso da descrição realizada sobre a inauguração da Sociedade Libertadora Piauiense, em 22 de julho de 1883:

[...] O grande salão destinado para o solene festejo, ricamente decorado, achava-se repleto de Senhoras e cavalheiros da melhor sociedade, e no exterior do edifício agrupava-se a população pelas janelas, notando-se no movimento e nos semblantes de todos a mais completa alegria e adesão a causa de que se tratava (grifos nossos).<sup>429</sup>

O cenário apresentado resume imagetivamente a vida política no Brasil monárquico, que consistia no debate quase exclusivo da classe senhorial, interessada em preservar seus mecanismos de dominação pessoal e apadrinhamento, agindo em nome do que presumiam ser o interesse de toda “população”. Por sua vez, pobres e escravos figuravam como espectadores afastados, todavia, complacentes com as decisões tomadas em nome da “população”, mas na prática em nome da elite.<sup>430</sup>

Assim, tudo estava sob o controle da “melhor sociedade”, donde depreendemos o semblante risonho e satisfeito dos participantes. Notamos que esta retórica descritiva não fugia à lógica autorreferente dos escritos jornalísticos enquanto representantes do pensamento elitista. Nesse sentido, o destaque protagonista da ação focava-se na “aristocracia” abolicionista que, distinta do “povo”, civilizava-o com suas alforrias, discursos e associações

<sup>428</sup> JESUS, Ronaldo P. de. *Visões da monarquia...* p.142.

<sup>429</sup> LIBERTADORA PIAUIENSE. *O Semanário*. Teresina, ano 8, n. 311, p.1, 4 ago. 1883.

<sup>430</sup> JESUS, Ronaldo P. *Visões da monarquia...* p.123.

abolicionistas, como exemplifica o relato da criação da Associação Libertadora Humildense, na vila dos Humildes, em 1884:

[...] No dia 19 do corrente mês houve por este motivo uma grande passeata na qual *se viam as pessoas mais gradas daquele lugar*. Nessa ocasião, por mais de uma vez tomou a palavra o Sr. capitão Joaquim Clementino que *dirigindo ao povo* palavras de animação, levantou com entusiasmo muitos vivas a liberdade (grifos nossos).<sup>431</sup>

O relato acima é semelhante à descrição do impacto da causa abolicionista na “população” do município de Barras, realizado pela imprensa quando ocorreu sessão da assembleia geral da Libertadora Barrense, no dia 1 de julho de 1884. Identificamos também que o evento foi anunciado desde a madrugada com o toque de alvorada. Ao amanhecer, a Câmara Municipal já estava toda enfeitada, com as janelas ornadas com 19 bandeiras: duas tricolores em cada janela e uma nacional no centro da porta principal.

Às 11 horas, a sessão foi iniciada, chegando ao auge na entrega das cartas de alforria pelo Presidente da mesa, ao som do hino Abolicionista Barrense executado por banda de música, enquanto foguetes cruzavam os céus. Discursos foram proclamados após as alforrias. Os festejos não pararam e, à noite “iluminou-se a vila”. Luzes, bandeiras tremulantes, sons de música, estouro de bombas dos foguetes, passeatas animadas “por um numeroso concurso de pessoas gradas do lugar”, discursos públicos e que terminou na casa do juiz de direito, Dr. Gitirana, “[...] a qual se achava artisticamente e com apurado gosto iluminada, tendo em cada janela uma bandeira tricolor, e na porta principal uma nacional”.<sup>432</sup> E, destacando a presença da elite local no evento, o redator terminou sua descrição:

[...] Aí, sem distinção de cor política, postos de parte ódios, desafeições, viram-se confundidas todas as pessoas que faziam parte da passeata, que era a maior parte das mais gradas do lugar. O digno Dr. Gitirana e sua virtuosa esposa, fazendo transbordar em seus semblantes o prazer indizível de que se achavam possuídos, eram incansáveis em bem servir a todos, apresentando-lhes uma farta mesa, servida de tudo quanto de melhor se podia obter na terra. Seguiu-se o baile com verdadeira animação até às 2 horas da madrugada.<sup>433</sup>

Difícil medir o nível de envolvimento da população em dias como este, em que “tudo” era festa. Contudo, no que concerne às “pessoas gradas” do local, momentos como este eram oportunidade de empregar a sua retórica, disseminando seus símbolos e rituais – o que reforçava a sua identidade de classe política – em torno do sentimento de unidade. Muito do

<sup>431</sup> LIBERTADORA HUMILDENSE. *O Semanário*. Teresina, ano 9, n. 355, p.3, 17 out. 1884.

<sup>432</sup> MISCELANEA. *O Telefone*. Teresina, ano 2, n.74, p.3, 24 jul. 1884.

<sup>433</sup> MISCELANEA. *O Telefone*. Teresina, ano 2, n.74, p.3, 24 jul. 1884.

que se vivia nestas associações fazia referência aos símbolos, linguagens e práticas dos revolucionários franceses; hinos, banquetes políticos, a bandeira tricolor, estandarte com as inscrições “liberdade, igualdade, fraternidade” tornaram-se parte de um repertório clássico da cultura política ocidental, pelos franceses.

O discurso da elite piauiense, protagonista no processo abolicionista provincial, apesar de em tudo “parecer” com a retórica revolucionária, utilizou a linguagem da regeneração nacional e os gestos de igualdade e fraternidade, bem como se distanciou do querer de uma “revolução”, estando mais voltada para uma modernização pela “via prussiana”. Assim, buscava-se a modernização política sem democracia ou revolução, e o uso de uma retórica liberal como ornamento, que não fazia dos abolicionistas piauienses liberais, no *stricto sensu* do termo.<sup>434</sup>

Com as criações das sociedades em prol do fim da escravidão em todo o Piauí na década de 1880, os homens de imprensa buscaram orgulhosamente enaltecer os abolicionistas em contraposição aos escravocratas. No jornal abolicionista *O Cri-cri*, publicado em 10 de setembro de 1883, observamos que “[...] veem, pois os abolicionistas sinceros que não somos os mais escravocratas. É verdade que a nossa província é uma das mais habitadas desses proscritos, mas é de esperar de seus filhos patriotas a breve extinção dessa *mercadoria*”.<sup>435</sup>

Além disso, pareciam esperar que o número de escravocratas, em Teresina, diminuísse com a criação das sociedades; mas, ao que parece, isso não ocorreu para frustração do redator do periódico *O Semanário*:

[...] A festa foi tão esplêndida e o concurso tão numeroso que só parecia que bem poucos escravocratas ficariam existindo nesta capital. Infelizmente, porém assim não aconteceu. E essa ideia brilhante, essa filha predileta do direito e da razão do justo e do honesto, não tem tido entre nós o apoio que merece.

[...] Sim, fique sabendo deus e o mundo que esses senhores são abolicionistas: não da escravidão, mas de suas próprias ideias, das ideias que eles mesmos apregoam.<sup>436</sup>

---

<sup>434</sup> Na verdade, o que houve foi um ajuste dos ideais franceses no que convinha ao patriarcalismo, prática elitista já tradicional na vida política brasileira. Como bem esclarece Sérgio Buarque de Holanda: “Foi essa crença, inspirada em parte pelos ideais da Revolução Francesa, que presidiu toda a história das nações ibero-americanas desde que se fizeram independentes. Emancipando-se da tutela das metrópoles europeias, cuidaram elas em adotar, como base de suas cartas políticas, os princípios que se achavam então na ordem do dia. As palavras mágicas Liberdade, Igualdade e Fraternidade sofreram a interpretação que pareceu ajustar-se melhor aos nossos velhos padrões patriarcais e coloniais, e as mudanças que inspiraram foram antes de aparato do que de substância”. Conferir: HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.179.

<sup>435</sup> A EMANCIPAÇÃO. *O Cri-cri*. Teresina, ano 1, n.9, p.1-2, 10 set. 1883.

<sup>436</sup> O ABOLICIONISMO. *O Semanário*. Teresina, ano 8, n. 332, p.1, 3 jan. 1884.

De fato, havia escravocratas, mas eles só apareciam nas páginas dos jornais vagamente e para serem criticados por sua postura anacrônica. Por outro lado, nenhum publicista queria ter seu nome associado ao escravismo. Vários foram aqueles que recorreram às redações para defenderem sua autoimagem diante desta questão. Simplício Coelho de Rezende, ao relatar seu histórico de alforrias, assim o fez, permitindo-lhe o acesso legítimo ao rol dos abolicionistas:

[...] A minha adesão à causa abolicionista não pode ser contestada, não só porque já fiz parte nesta capital de uma sociedade abolicionista, que me constituiu seu advogado, como porque tenho libertado, além de escravos alheios com o meu dinheiro, quase todos os meus escravos, a maior parte sem ônus algum, desde os dias mais difíceis para a liberdade dos infelizes escravizados.

Assim, em 8 de maio de 1873, libertei, sem ônus algum, minha escrava cozinheira de nome Romana, de 53 anos de idade; em 19 de maio de 1882, libertei, com pecúlio de 140\$000 reis, minha escrava Delphina, com 28 anos de idade; em 21 de outubro de 1884, libertei meu escravo Philomeno, com 23 anos de idade; e neste dia, em consideração à distinção com que a ilustríssima câmara municipal honrou a mim e à minha filha, D. Rosa Lina de Mello Rezende, escolhendo-nos para as comissões do *Livro de Ouro*, e ao natalício de Sua Alteza Imperial Regente, concedo liberdade, com ônus de serviços por quatro anos, às minhas escravas – Seryula, com 22 anos de idade, e Aurora, com vinte anos.<sup>437</sup>

A imprensa funcionava como espaço de julgamento e vitrine do abolicionismo nas últimas décadas da escravidão. Um verdadeiro debate sobre o que era “ser abolicionista” foi formulado nos periódicos. O importante era demonstrar por pensamentos e ações que não havia “indiferentismo às luzes do século”, nesse sentido, por exemplo, era preciso ser desprendido de qualquer “ganância” em relação ao preço das alforrias dos escravos, ainda mais quando se tratava de um redator de jornal com defesa abolicionista, como Antônio Diniz:

O “Telephone” admira-se de, nesta capital, serem alforriados, pelo fundo de emancipação, 13 escravos, pela quantia de 4:681\$000 reis, quando em Jaicós o mesmo nº de escravos foi alforriados por 2:961\$000 reis!  
 Não é mais admirável o sr.Diniz ter há pouco tempo, avaliado uma escrava velha pela *diminuta* quantia de 700\$000 reis?  
 E o sr. Diniz tem coragem de censurar a avaliação de escravos!<sup>438</sup>

Casos como esse geravam verdadeiras polêmicas entre os publicistas, o que levava aos ataques verbais e às defesas da autoimagem por meio do periodismo. E, com esta intenção, Antônio Diniz fez sua defesa:

<sup>437</sup> REZENDE, Simplício Coelho de. *A Reforma*. Teresina, ano 1, n.46, p.1-2, 2 mar. 1888.

<sup>438</sup> ABOLICIONISMO! *A Reforma*. Teresina, ano 1, n.6, p.3, 28 abr. 1887.

[...] A escrava em questão pertencia ao Sr. major Olegário Rios, que por ela exigia 800\$000. Ele e o Sr. Dr. Colin, que tudo presenciou, que digam se era *velha*.

O anônimo que de vez em quando anda a morder-me de emboscada nas colunas da *Reforma*, descubra-se que terá resposta mais categórica.

Felizmente nesta aldeia todos os caboclos se conhecem; portanto, nada de cerimônia – jogo franco (grifos do original).<sup>439</sup>

Em termos de números publicados sobre o tema, a maior polêmica na imprensa em torno da escravidão e do abolicionismo ocorreu nas páginas do jornal *O Telephone* em 1887. Tudo começou com a publicação de um artigo intitulado *Protesto de um gordo* escrito por autor anônimo que se autodenominava como “gordo”. O pseudônimo foi escolhido a propósito para se contrapor aos “magros” que, em sua opinião, eram os abolicionistas que discutiam “com encarniçamento” a “questão da atualidade que agitava o espírito público e prendia todas as atenções do vasto império do Cruzeiro”: o abolicionismo.

Os magros dividiam-se “[...] em dois partidos contendores, cada qual mais intolerante e empenado, e estão quase a *rasgar-se* por causa da coisa”.<sup>440</sup> Por outro lado, os “gordos”, grupo do qual fazia parte, eram contrários à escravidão, no entanto, se comportavam diante da luta contra a continuidade do regime de trabalho servil, com “[...] a prudência, calma e reflexão, que lhes é peculiar, [encarando] o grande problema com o interesse de que ele é digno, e resignado em expectativa simpática a sua solução que [estava] prestes a escoar-se na ampulheta do tempo”.<sup>441</sup> Assim, o articulista reconhecia a luta contra a escravidão do redator Antônio Diniz e a relevância da causa:

Sei, Sr. redator, que é e tem sido V. S. nesta capital, um dos mais esforçados e rigorosos paladinos da grande ideia, e não o censuro por isso. A causa é realmente atraente e sedutora para as almas grandes e generosas.

*Libertar nossos irmãos* – é a frase mágica, poderoso talismã, que encanta, seduz e arrebatava todos os corações.

Achamo-nos no último quartel do século 19, esse século apregoado das luzes pelos entusiastas e otimistas.

Habitamos um país proclamado livre, na livre América.

E, no entanto, nesse país tem escravos, tem homens que são propriedade de outros! (grifos do original).<sup>442</sup>

O ponto polêmico apresentado foi a defesa, pelo articulista, de que a escravidão não era um “furto”, como afirmavam “os teimosos magros que a combatem”. Para ele, o escravismo apresentava base legal, constituindo-se dessa forma direito legítimo de

<sup>439</sup> DINIZ, A. *O Telephone*. Teresina, ano 5, n.211, p.3, 29 abr. 1887.

<sup>440</sup> PROTESTO DE UM GORDO. *O Telephone*. Teresina, ano 5, n. 205, p.1-2, 14 mar. 1887.

<sup>441</sup> PROTESTO DE UM GORDO. *O Telephone*. Teresina, ano 5, n. 205, p.1-2, 14 mar. 1887.

<sup>442</sup> PROTESTO DE UM GORDO. *O Telephone*. Teresina, ano 5, n. 205, p.1-2, 14 mar. 1887.

propriedade. Isso, na sua visão, não significava uma defesa da escravidão, “eu a detesto”, afirmava convictamente, “[...] Acostumado, porém, a respeitar todos os direitos, constituídos ou adquiridos, não posso criminalizar o usufruto de uma propriedade estabelecida pelo uso e garantida pela lei”.<sup>443</sup>

Mesmo sabendo que essa opinião estava em total desacordo com o redator do jornal, ele continuou sua defesa assentando seus argumentos a partir dos estudos que realizara sobre a “história dessa instituição abominável”, na qual se encontrava a legitimidade tradicional de se haver homens “como propriedades de outros”. Nesse sentido, citou os exemplos bíblicos desde “antes do dilúvio”, incluindo o mito da “maldição de Cam”, passou também pela Europa medieval até chegar aos seus dias contemporâneos.

Todos os momentos da história revelavam a presença do cativo, todavia, foi com a ascensão do cristianismo nas sociedades ocidentais que, segundo o autor, a escravidão começou a perder sua legitimidade:

[...] até que o Evangelho penetrando no coração dos povos, e elevando-se até os tronos, infiltrou no ânimo de todos a ideia da liberdade. Um pensamento de emancipação universal introduziu-se então em todos os espíritos e modificou gradualmente essa legislação bárbara, que foi o borrão da civilização que nos precedeu.

[...] A própria África começou então a civilizar-se pelos quatro ventos cardeais, debaixo do poderoso influxo do cristianismo.

[...] Bem; chegou a época da extinção dos escravos, eu concordo. O cristianismo, essa religião sublime, que proclama o princípio da igualdade entre os homens não pode nem deve consentir na escravidão; pois Jesus começou a sua santa doutrina chamando a todos irmãos, e a fraternidade exclui a escravidão, porque esta torna-os homens desiguais entre si.<sup>444</sup>

A resposta de Antônio Diniz, redator de *O Telephone*, não demorou a ser publicada. Quase um mês após a publicação do artigo *Protesto de um gordo*, saía a réplica de Diniz, intitulada *Intimando a um gordo*. Nela, o publicista revelou que conhecia o autor anônimo, mas não revelou sua identidade. Diniz admirava que tais ideias sobre a escravidão tenham partido de um advogado por quem, até então, nutria grande estima, mas que se extirpou quando descobriu que aquele estava “agora mesmo patrocinando uma causa contra escravizados”.

Isso era motivo para que não acreditasse que “o Gordo detestasse a escravidão”. Para o escritor, o advogado “[...] devia unificar-se aos seus nobres colegas de Minas, os quais em documento público declararam peremptoriamente não aceitarem mais causa contra

<sup>443</sup> PROTESTO DE UM GORDO. *O Telephone*. Teresina, ano 5, n. 205, p.1-2, 14 mar. 1887.

<sup>444</sup> PROTESTO DE UM GORDO. *O Telephone*. Teresina, ano 5, n. 205, p.1-2, 14 mar. 1887.

escravizados”.<sup>445</sup> E, em total desacordo com as opiniões do seu “adversário” publicista, concluiu seu veredito:

[...] Quanto a escravidão eu penso como quase todos os brasileiros sinceros, que ela não existe, nunca existiu sobre base legal, e que para extingui-la todos os meios são lícitos.

Neste período de efervescência nacional em favor da liberdade, o ilustre Gordo, procurando legitimar a escravidão, cometeu um crime de lesa-humanidade.

As suas ideias, nesta matéria, são retrógradas; por isso intimo-o a depor a pena, mas essa pena maldita com a qual procura fazer propaganda escravista, ferindo os brios de nossa província e de nossos concidadãos.

Se não o fizer direi que está atacado de “escravismo *rábico*” e que só os banhos do mar lhe poderão salvar de morte *macaca* (grifos do original).<sup>446</sup>

A discussão também enveredou para a condição jurídica do escravo. Seria o escravo considerado com propriedade/coisa ou uma pessoa? Para o “Gordo”, desde as legislações bárbaras antigas, ele era uma propriedade legal do proprietário, por isso, não era “homem livre”. Para Diniz, era um homem livre, por natureza, que tinha sido furtado seu direito à liberdade.

No entanto, a maior preocupação no debate era defender sua autoimagem publicamente. Ambos se posicionavam contrários à escravidão, mas não concordavam com a adesão sincera do outro à causa abolicionista. Na tréplica, intitulada *Protesto de um gordo*, o autor denominou seu adversário como “Atleta”, ironizando sua adesão em prol do fim da mão-obra servil. Para ele, Diniz possuía “escravos na cozinha”, embora, “[...] nos jornais, senão para os ingleses, ao menos para os cearenses verem – arrota de abolicionista – como quem tomou chá de embirita, ou champorrião de piqui com nosmoscada”.<sup>447</sup> E, assim, ridicularizou o abolicionismo de seu oponente:

Sr. Atleta, não é simplesmente com palavras bombásticas, ditas ou escritas para produzir efeito – ao perto e ao longe – que o indivíduo se mostra fervoroso adepto de uma doutrina. É preciso obras.

[...] Não é com alforrias condicionais, com cláusula de prestação de certos anos de serviços, verdadeiro cativo disfarçado – que se provam sentimentos abolicionistas. Isto importa simplesmente especulação muito vulgar; porque se tem preso ao *eito* o mísero ente *escravizado*, isto é – trabalhando como tal, e dele não se paga imposto ao Estado, ou a província.

[...] Esses abolicionistas dos dentes para fora são engraçados.

[...] Quem não se acha conscienciosamente possuído de uma ideia, quem não advoga uma causa com justiça e sinceridade, quem não abraça uma doutrina de coração e princípios – e somente o faz por vaidade, para acompanhar a

<sup>445</sup> INTIMANDO A UM GORDO. *O Telephone*. Teresina, ano 5, n. 211, p.2-3, 29 abr. 1887.

<sup>446</sup> INTIMANDO A UM GORDO. *O Telephone*. Teresina, ano 5, n. 211, p.2-3, 29 abr. 1887.

<sup>447</sup> PROTESTO DE UM GORDO. *O Telefone*, Teresina, n.26, p.1-2, 12 jun. 1887.

moda ou ganhar elogios, cai sem remissão nas esparrelas em que caiu o Atleta do Piripiri (grifos do original).<sup>448</sup>

Antônio Diniz desmentiu as acusações de seu adversário e terminou a polêmica defendendo a humanidade dos escravos e a ilegitimidade em escravizá-los. Esses debates na imprensa nos possibilitam entender que, para além da veracidade ou não das acusações em jogo, havia várias formas de ser abolicionista nos últimos anos da escravidão. Tal variedade ajuda a configurar o perfil ideal do “ser abolicionista”: alguém que age por pensamentos e ações.

Isso era um ponto de tensão para aqueles homens de imprensa que, por vezes, se viam em situações em que tinham que escolher entre encarar o escravo como propriedade ou como pessoa. Na dúvida, escolhiam o lado dos proprietários que, assim como eles, viam-se como liberais, porém, nas práticas cotidianas, não dispensavam o autoritarismo e paternalismo, conservando seu *status* senhorial. É o que podemos ver na defesa de Agesilau Pereira da Silva, advogado e redator do jornal *A Pátria*, ao seu cliente capitão Clemente de Souza Fortes, por ter marcado as faces de seus dois escravos e, em decorrência disso, estava sendo acusado pelo crime previsto no artigo 204, do Código Criminal, que previa punir os senhores que cometessem “excessos” em relação aos seus escravos.

Agesilau Pereira da Silva iniciou sua defesa lastimando a existência da escravidão naquele “[...] século das luzes, ao sol do cristianismo, em uma sociedade que se julga adiantada em costumes e em religião” e também a existência de “[...] alguns senhores [que] se deixam levar contra os seus escravos até o ponto de desconhecer neles a natureza humana, praticando contra estes infelizes toda sorte de barbaridades”.<sup>449</sup> Além disso, ressaltou que a principal culpada de tudo era “[...] a própria lei que, consagrando o bárbaro princípio da escravidão, é a primeira responsável pelos funestos desvios em que podem cair aqueles em que ela reconhece a qualidade de senhor”.<sup>450</sup>

O advogado ganhou a causa, destacando que seu cliente não havia exagerado nas punições, mas usado de seu direito de proprietário. Nesse sentido, notamos que o liberalismo dos homens de imprensa em relação à escravidão não se preocupava com as condições materiais de vida dos escravos, ocupando-se da manutenção do *status quo* senhorial que era condição *sine qua non* para a promoção da desigualdade social.

<sup>448</sup> PROTESTO DE UM GORDO. *O Telefone*, Teresina, ano 1, n.26, p.1-2, 12 jun. 1887.

<sup>449</sup> RECURSO CRIMINAL. *A Pátria*, Teresina, ano 1, n.20, p.2-4, 10 set. 1870.

<sup>450</sup> RECURSO CRIMINAL. *A Pátria*, Teresina, ano 1, n.20, p.2-4, 10 set. 1870.

Ser abolicionista não, necessariamente, era se preocupar diretamente com a liberdade dos escravos, pois o que se via, na prática, era a defesa das distinções sociais em meio à transição da mão de obra escrava à livre. Os membros da elite piauiense estavam orgulhosos de si mesmos,<sup>451</sup> da sua filantropia, humanidade e cristianismo. Com suas associações, jornais, passeatas, alforrias e projetos de uma nação modernizada e civilizada após o fim da escravidão, os homens de imprensa, porta-vozes da elite da qual faziam parte, caminhavam rumo à lei que ficara conhecida na memória coletiva como Lei Áurea, a lei da Abolição e a lei do novo tempo, que se iniciara sob a “pena redentora de uma princesa”, no memorável 13 de maio de 1888.

“Datas são pontas de *icebergs*”. A frase é de Alfredo Bosi, para quem “[...] em torno destas [datas] só há um formigamento de interesses individuais, de paixões não raro inconfessadas que se acendem e se apagam”.<sup>452</sup> Introduzimos o enunciado para refletirmos o “13 de maio de 1888” celebrado nos jornais piauienses de outra forma. Consideramos, nesse sentido, que os homens de imprensa registraram as celebrações e discursos em torno deste evento significando-o de modo a reproduzirem os ideais, preconceitos e distinções em relação aos escravos que já vinham sendo assentados em suas respectivas práticas jornalísticas.

Debrucemo-nos sobre estes escritos, visando analisar como os negros foram representados nesse momento e nos primeiros meses após abolição. Com efeito, se priorizarmos unicamente nosso olhar sobre os discursos dos acadêmicos, bacharéis, jornalistas, políticos e sobre a sanção da lei de 13 de maio, perceberemos a apropriação deles quanto ao fim da escravidão, o qual entendiam como “[...] a reforma necessária para o

---

<sup>451</sup> Esse sentimento de orgulho, expresso no uso recorrente de uma retórica autorreferente foi diversas vezes transposto para a imprensa. Como podemos ver nas notícias sobre o movimento abolicionista no Brasil e no Piauí. Eis um exemplo, publicado no jornal *A Mocidade Piauiense* em 1884: “Predomina felizmente no Brasil a ideia grandiosa, humanitária e altamente civilizadora da emancipação dos escravos. O Ceará, a metrópole da liberdade, que em tão boa hora fez ecoar no solo de S. Cruz as palavras fraternidade e igualdade exulta de prazer vendo todas as suas irmãs, essa brilhante constelação brasileira, arvorarem o estandarte da liberdade, promovendo com o maior ardor a extinção da escravatura, desse cancro social, que tanto tem entorpecido o progresso e engrandecimento de nossa pátria! O Piauí, pois, tem por sua vez, demonstrado os sentimentos humanitários e filantrópicos que o distinguem, tomando parte ativa na defesa da justa causa que hoje preocupa o espírito nacional. As sociedades “Libertadora Piauiense” desta cidade; e as associações abolicionistas criadas nas vilas das Barras, Jaicós e Amarração, além de muitas outras manumissões gratuitas que se tem dado em muitos outros pontos da província, são as provas mais eloquentes que podemos oferecer do nosso nunca desmentido patriotismo e amor à causa sacrossanta da liberdade”. Conferir: O ABOLICIONISMO. *A Mocidade Piauiense*. Teresina, ano 2, n.15, p.4, 31 jul.1884.

<sup>452</sup> BOSI, Alfredo. O Tempo e os tempos. In: NOVAES, Aduino (Org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 19; 26.

ingresso do país no mundo civilizado, o fim da instituição que maculava a imagem nacional”.<sup>453</sup>

Na primeira página do jornal *A Imprensa*, publicado em 18 de maio de 1888, e especialmente devotado à celebração da lei Áurea, afirmava-se que “[...] o país acha-se hoje livre da instituição ignominiosa da escravidão, instituição que nos aviltava aos das nações cultas e civilizadas”.<sup>454</sup> Os discursos transcritos nos jornais também denotavam essa perspectiva, como o fez Dr. Gabriel Luiz Ferreira, ao orar durante passeata pelas ruas de Teresina, em comemoração à lei:

[...] o Brasil, forte pela exuberância de seus recursos, rejuvenescido pela nobilitação do trabalho, e purificado pela regeneração moral de seus filhos, pode de ora em diante fitar altaneiro os vastos horizontes do novo mundo, tendo o progresso por divisa, a honra por lei e a glória por fanal.<sup>455</sup>

As palavras repletas de otimismo revelam a satisfação da elite local, com o feito, contemplavam e pareciam chegar ao tempo do progresso contínuo, de harmonia social, posto que o mal da escravidão sucumbira e ficara no passado. Tudo era sobreposição aos tempos idos, tempo-flecha, avanço, portanto, civilização, progresso e modernização. Assim, nascia “[...] uma nova era para a sociedade brasileira, era de luz e de progresso, [estabelecimento do] império da fraternidade e da igualdade”.<sup>456</sup>

E, como eloquentemente avaliou Anísio de Abreu, em seu discurso, publicado no periódico *A Época*:

[...] Matou a escravidão antes de tudo e sobretudo a pressão da *atmosfera moral da época*, a incompatibilidade da sua existência diante das *exigências econômicas da atualidade* e a *elevação do nível da cultura e da civilização contemporânea, o espírito moderno enfim* (grifos nossos).<sup>457</sup>

No discurso veiculado pela imprensa, a modernização vencera, regenerando a nação brasileira. Nesse sentido, surgiam nos textos jornalísticos as abstrações, palavras escritas, noções e novidades europeizadas, que pouco ou nada influíam em sentido prático para a grande maioria da população brasileira. E, dessa forma, os “cérebros ilustrados” da província e do Brasil, “[...] não saíam de si mesmos, de seus sonhos e imaginações [...] tudo assim

<sup>453</sup> ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação...* p.130.

<sup>454</sup> A IMPRENSA. *A Imprensa*. Teresina, ano 23, n. 1021, p.1, 18 maio 1888.

<sup>455</sup> AVE LIBERTAS. *A Época*. Teresina, ano 10, n.506, p.2, 30 maio 1888.

<sup>456</sup> A IMPRENSA. *A Imprensa*. Teresina, ano 23, n. 1021, p.1, 18 maio 1888.

<sup>457</sup> AVE LIBERTAS. *A Época*. Teresina, ano 10, n.506, p.2, 30 maio 1888.

conspirava para a fabricação de uma realidade artificiosa e livresca, onde nossa vida verdadeira morria asfixiada”.<sup>458</sup>

A retórica triunfalista dos publicistas, no pós-Abolição, converge para a lógica autorreferente e indiferente ao conjunto social. Nada surpreendente, pois o movimento abolicionista brasileiro defendia a liberdade dos escravos, não em termos da defesa de direitos individuais, mas sobretudo em argumentos de outra natureza, baseados na chamada “razão nacional”.<sup>459</sup> Concluímos que a escravidão era um mal que impedia a construção da nação. Escravos e senhores eram afetados negativamente pela escravidão, impossibilitando a formação de cidadãos no país.<sup>460</sup>

Todos os fatores citados por Anísio de Abreu como componentes do “espírito moderno” – a moral, economia, cultura e civilização da época – eram valores restritos à elite brasileira europeizada. Não queremos com isso afirmar que não houve ganhos para os libertos com o 13 de maio. Pelo menos do ponto de vista jurídico-político, um passo importante foi dado. Contudo, destacamos que a questão abolicionista, antes de tudo, interessava ao “senhor”, já que não foi um problema para a classe senhorial que a cooptou de acordo com suas demandas.

Os discursos jornalísticos triunfantes sobre o 13 de maio demonstram que os interesses capitalistas de criação da mítica da “harmonia social” não eram nada ingênuos, mas instrumentos de perpetuação do domínio das classes trabalhadoras nas relações de produção.<sup>461</sup> Diante disso, o discurso abolicionista presente na imprensa piauiense foi

---

<sup>458</sup> HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil...* p.163.

<sup>459</sup> O termo foi apresentado por José Murilo de Carvalho e serve para expressar cronologicamente o abolicionismo oitocentista brasileiro, simbolicamente representado desde José Bonifácio até Joaquim Nabuco. “Fora do campo religioso, o principal argumento que se apresentava no Brasil em favor da abolição era o que podíamos chamar de razão nacional, em oposição à razão individual dos casos europeu e norte-americano. A razão nacional foi usada por José Bonifácio, que dizia ser a escravidão obstáculo à formação de uma verdadeira nação, pois mantinha parcela da população subjugada a outra parcela, como inimigas entre si. Para ele, a escravidão impedia a integração social e política do país e a formação de forças armadas poderosas. Dizia, como o fez também Joaquim Nabuco, que a escravidão bloqueava o desenvolvimento das classes sociais e do mercado de trabalho, causava o crescimento exagerado do Estado e do número dos funcionários públicos, falseava o governo representativo”. Conferir: CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 16 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p.50-51.

<sup>460</sup> FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. *A esperança e o desencanto*: Silva Jardim e a República. São Paulo: Humanitas, 2008, p.46.

<sup>461</sup> Conforme destacou Iraci Galvão Salles: “O abolicionismo impunha-se mais como a libertação do branco que do negro. Numa sociedade em que os homens precisam confrontar-se como juridicamente livres, mas desiguais por determinação do processo de produção, a escravidão é o desnudamento dessa desigualdade. O processo de produção capitalista, ao impor a necessidade de um mercado de trabalho de homens livres, traz imbricado no ato produtivo a desigualdade; por isso necessita da mítica da igualdade social. O movimento abolicionista, ao visar a extinção da escravidão, procura construir um

intrinsecamente autorreferente, ou seja, tudo nele era interessante à elite, não aos negros. O registro das festividades pós-Abolição não fugiu a este padrão.

De acordo com os periódicos, a notícia da emancipação dos escravos chegada à província, por meio de telegrama, algumas horas após a assinatura da princesa Isabel, foi celebrada por grande parte da população. Em Teresina e nas cidades do interior, ocorreram passeatas, músicas, foguetes, casas embandeiradas e iluminadas, almoços, bailes e muitos vivas à liberdade, estrepitosas manifestações permeadas por discursos e poesias, análogos ao assunto, recitados eloquentemente. A quem “era dada” a voz discursiva? Às autoridades públicas, bacharéis, jornalistas, padres, delegados, entre outros integrantes da boa sociedade.

É sintomático que, em todas as notícias sobre as festas públicas no pós-Abolição, nenhum liberto tenha discursado, ou pelo menos tenha tido “direito de palavra”.<sup>462</sup> Porém, seu “silêncio” nos periódicos não significava que estiveram ausentes das celebrações. Pelo contrário, a presença dos negros foi ressaltada; sempre em grupos, nunca individualizados, o que também não deixa de ser significativo para denotarmos que, enquanto os “senhores” e “doutores” brancos têm nomes e podem se expressar nas linhas impressas, os negros são inomináveis e mesmo livres não são escutados.

Mesmo assim, eles estavam presentes em passeatas, almoços, missas em ação de graças pelo acontecido, nas festas, no entanto, a forma como estavam, segundo a visão dos redatores, é o que nos interessa saber. Com efeito, os homens de imprensa descreveram o comportamento dos libertos sob três parâmetros: a dependência, o separatismo e a harmonia social. Por um lado, isso nos remete ao paternalismo nas relações sociais que é reproduzido na escrita jornalística, por outro, revela também os ideais de convivência prescritos – ainda que não intencionalmente – pelos homens de imprensa frente à “nova” sociedade que despontava.

---

discurso através do qual as classes pareçam conciliadas, promovendo a ideia da harmonia nacional”. Conferir: SALLES, Iraci Galvão. *Trabalho, progresso e a sociedade civilizada: o Partido Republicano Paulista e a Política de Mão-de-Obra (1870-1889)*. São Paulo: HUCITEC; INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986, p. 45.

<sup>462</sup> De acordo com o registro feito no jornal *A Reforma*, mesmo quando ocorreu a festa dos libertados, à rua grande no dia 20 de maio de 1888, onde “havia uma tribuna livre para todos os que quisessem falar”, nenhum negro liberto discursou ou foi notificado pelo redator, pois apenas “ocuparam-na brilhantemente os srs. capitães Sampaio Manoel Lopes, José de Castro, dr. Souza Lima e João Cabral”. Conferir: PASSEATAS E FESTAS. *A Reforma*. Teresina, ano 2, n.55, p.3, 30 maio 1888. É plausível pensar que falar em público tradicionalmente não era uma prática recorrente entre os escravos. Por vergonha, timidez, ou mesmo por desinteresse, as razões são múltiplas, eles não subiram à tribuna livre. No que concerne à problemática da tese, enfatizamos o destaque dado, na imprensa, somente aos discursos dos homens públicos, tratando-os como protagonistas do momento em total discrepância com os libertos, enquadrados como espectadores ou participantes passivos da cena.

Quanto à dependência, nos referimos à descrição dos libertos como conduzidos, liderados e como que necessitados da “ajuda” dos seus antigos senhores para realizarem suas festas, o que faz alegoria a uma história dos “grandes homens”, com sua força, inteligência e capacidade que lidera os “esquecidos da história”, sempre em bandos, sem individualidade, envoltos em uma identidade coletiva de menoridade e despreparo. Neste sentido, encontra-se o relato das ações realizadas na passeata dos libertos, em Teresina, no dia 17 de maio, publicado no jornal *A Reforma*:

No dia 17 ao meio dia uma grande reunião de libertos partia do largo do Amparo e tendo a frente os srs. Major Lopes, cônego Thomaz e capitães Sampaio, José de Castro e Diniz, dirigiu-se ao palácio da presidência afim de cumprimentar o sr. V. de Castro e solicitar o seu concurso para a festa que os libertos pretendiam fazer no Domingo próximo (20), na igreja de São Benedito.

Chegados ao palácio, falou em nome dos libertos e da comissão o sr. cônego Thomaz e respondeu-lhe o sr. V. Castro, prometendo satisfazer todos os pedidos que lhe haviam sido feitos (grifos nossos).<sup>463</sup>

Porque eram “dependentes”, os inomináveis libertos eram apresentados como infelizes – ainda que tal menção também intuísse, tradicionalmente, à sensibilização dos leitores aos princípios abolicionistas –. Por exemplo, na vila de São João do Piauí, o noticiador fez questão de descrever primeiramente “[...] os infelizes escravizados, [que] recebendo desde logo a mais ampla liberdade, saíram aos grupos e, em poucas horas, inúmeros foguetes feriam os ares com o estalar contínuo de suas bombas”.<sup>464</sup>

E, seguindo a retórica da dependência dos libertos, deu sequência à sua narrativa:

Os filhos da desventura, herdeiros do improviso da mais aspirada felicidade, com o auxílio de algumas almas caridosas, prepararam o prédio de propriedade da exm<sup>a</sup>. sr<sup>a</sup>. d. Joaquina Sérvia Ferreira, que se achava desocupado, e às 5 horas das tarde, de 5 do corrente mês, a casa regurgitava de povo – brancos e pretos, grandes e pequenos (grifos nossos).<sup>465</sup>

Podemos perceber que, simultaneamente à descrição dos libertos como dependentes, estava à autorreferência dos brancos como “almas caridosas” que pareciam estar disponíveis aos desejos festivos dos seus outrora escravizados. De acordo com os relatos jornalísticos, a afeição dos brancos era delimitada por sua hierarquia de valores socioculturais, de modo que, ainda que aparentemente estivessem juntos, “brancos e pretos, grandes e pequenos”, em um

<sup>463</sup> PASSEATAS E FESTAS. *A Reforma*. Teresina, ano 2, n.55, p.3, 30 maio 1888.

<sup>464</sup> SÃO JOÃO DO PIAUHY. *A Imprensa*. Teresina, ano 23, n. 1028, p.3, 7 jul. 1888.

<sup>465</sup> SÃO JOÃO DO PIAUHY. *A Imprensa*. Teresina, ano 23, n. 1028, p.3, 7 jul. 1888.

mesmo ato comemorativo, ambiguidades distintivas antigas ainda se faziam presentes, como, por exemplo, o separatismo entre brancos e negros. Isso ficou explícito, na narração da festa pela Abolição, em São João do Piauí.

De acordo com o redator, o baile na casa de D. Joaquina Sérvia foi, na verdade, “dois bailes”: o “primeiro”, da boa sociedade local, e o “segundo”, dos pretos e pretas. Apesar de acontecerem no mesmo espaço, não houve comunhão festiva entre brancos e negros, em razão da festa de cada grupo não ter sido a mesma.

De fato, o cronograma da festa já havia sido pré-determinado e tudo aconteceu em perfeita ordem, tal qual foi relatado. Às 6 horas da tarde a casa já estava preparada, toda iluminada, mesas bem adornadas e compostas de uma profusão de iguarias, preparadas com todo esmero e asseio. As autoridades locais, como também bacharéis, professores, militares, ocuparam seus lugares à mesa. Durante o serviço do banquete, os membros da classe dominante pediram a palavra e oraram sobre a Abolição.

Todos foram muito aplaudidos e entusiasmados bradavam vivas à liberdade, sob os sons constantes dos retumbantes foguetes e da bela orquestra que com sua música deleitava e animava a todos. Terminado o banquete sob a organização do “jeitoso membro da mocidade S. Joãoense, Sabino Ferreira de Pinho, que representava os donos do festim”, foram retiradas as mesas e esvaziou-se o salão. Ensejava-se o convite à dança, aos presentes, feito por ele. É justamente, neste momento, que o registro realizado chama mais atenção:

[...] rompendo em seguida as quadrilhas, valsas, cloths e polks, *cujo quadro se formou como que por uma só família, tal era a identidade de pensamento que dominava a todos os convivas.*

À margem ficaram os ressentimentos particulares, a política e tudo mais que muitas vezes destacam os representantes de uma sociedade, embora pequena como a nossa.

Às 11 horas da noite serviu-se o chá, e às 2 horas da madrugada, deu-se o *toque de retirada*, transferindo então os pretos e pretas, para o salão referido, o animado *batuque* que os deleitava, desde o cair da noite, no terreiro interior do edifício (grifos nossos).<sup>466</sup>

O destaque dado à “festa dos brancos” é nítido. Seria isso fruto de uma discriminação racial? Apesar de ser iniludível a presença de preconceito racial no Brasil Oitocentista, supomos que não seja este o caso e, pelo menos não de forma explícita ou direta, defendemos que o fator determinante para a separação entre os grupos sociais em suas respectivas festas se deu por fatores ideológicos de outra ordem. Para as elites brasileiras, a transição para o

<sup>466</sup> SÃO JOÃO DO PIAUHY. *A Imprensa*. Teresina, ano 23, n. 1028, p.3, 7 jul. 1888.

trabalho livre foi um feito de suas mãos e suas preocupações nesse assunto estavam muito mais voltadas para a economia escravista que para sua ética ou estética.<sup>467</sup>

Por isso, para elas, a ordem tradicional se mantivera após a Abolição. A festa e o seu relato, portanto, era a sagração das relações paternalistas e hierárquicas já seladas pela tradição escravista. A boa sociedade continuava distante do *mundo do trabalho* e assim devia ser. E mais: em primeiro lugar, os interesses da classe senhorial, depois, o “povo e os libertos”. Em suma, o separatismo refletia o interesse hegemônico da elite que, por sua vez, foi vitorioso após o fim da escravidão.

Poderia até existir convivência entre antigos senhores e libertos nas comemorações, no entanto, os homens de imprensa faziam questão de separar seus comportamentos, rituais e formas celebrativas, vislumbrando manter as hierarquias tradicionais ainda em vigor. Como na descrição das mulheres presentes na festa da abolição, “a noite deu-se o baile dos libertados, onde as ex-senhoras faziam as honras do sereno e as mulatas volteavam na quadrilha e no galopo, ébrias de gozo e de prazer”.<sup>468</sup>

O mesmo cenário do baile dos libertos, na noite do dia 20 de maio, foi descrito no jornal *O Telephone*, embora com mais detalhes sobre o separatismo, não somente entre brancos e negros, mas também entre a elite e os pobres:

Cerca de cento e cinquenta pares enchiam os 5 salões destinados para as danças. Haviam toillots de luxo e na generalidade ostentavam todas certa decência relativa.

[...] Romperam as quadrilhas, valsas, polkas, num entusiasmo crescente. Exibiram-se ambos os sexos verdadeiros discípulos de Terpsícore, que mereceram os aplausos da multidão, *apinhada nas portas, nas janelas, por toda a parte, enfim, donde se podia lobrigar alguma partícula do que ia lá por dentro.*

*As galerias foram honradas por gente hours ligne que, entusiasmada, contemplava o alegre voltear das morenas, ora num bolero provocador, ora num cancan, à la diable.*

Nas salas, agitação febril ao som da orquestra; dentro, no pátio interno, um samba enorme, colossal, ao som da viola, da rabeca e do popular pandeiro! (grifos nossos).<sup>469</sup>

Ao que parece, a elite local que celebrava nos salões não se incomodava com seu grande número de espectadores, muito menos em estar “separada” dos festivos libertos. Afinal, aquela festa nada mais era do que uma experiência do *Mundo da Casa*, que tradicionalmente já cultivavam. Nada mudara, as festas continuaram com suas divisões de

<sup>467</sup> COSTA, Emília Viotti da. *A dialética invertida e outros ensaios...* p.90.

<sup>468</sup> PASSEATAS E FESTAS. *A Reforma*. Teresina, ano 2, n.55, p.3, 30 maio 1888.

<sup>469</sup> BAILE. *O Telephone*. Teresina, ano 6, n.261, p.4, 22 maio 1888.

costumes, espaços e grupos sociais. A distinção ainda se mantivera ao privilégio de alguns, e o “simples assistir” de muitos.

Um ano após a sanção da lei Áurea, no periódico *A Phalange*, foram registradas as comemorações relativas à data especial. Uma longa lista de rituais em homenagem ao feito abolicionista foi elencada: missa, *Te Deum*, passeatas, discursos, vivas à princesa Isabel, ao ministério 10 de março, ao presidente da província e, por último, talvez porque considerasse menos importante, o redator dedicou as últimas três linhas às celebrações dos libertos: “os libertos *entre si* festejaram com uma animada dança o aniversário da sua emancipação” (grifo nosso).<sup>470</sup>

Um ano após a Abolição, e nada havia mudado, logicamente, era muito pouco tempo para se excluir a inferiorização do negro na sociedade, ainda mais porque esta não era uma demanda da elite brasileira. Já afirmamos que, no caso das festas de liberdade, esse separatismo não acontecia por questões raciais. Com efeito, a elite piauiense confraternizava assentada em princípios antiliberais amparados no privilégio, desigualdade e distinções, valores condizentes com seu comportamento político específico.

Isso, em nossa opinião, desmente a mítica da igualdade social afirmada e reproduzida tanto pela imprensa como pela historiografia piauiense representada na visão de Odilon Nunes, para quem as festas da Abolição em Teresina e, por todo o interior, foram um momento cívico de confraternização entre “[...] todos os piauienses, sem preconceitos que [conduzissem] à discriminação de grupos étnicos ou sociais”.<sup>471</sup> Essa ausência de discriminações ou distinções seria aspecto atípico à elite provincial que objetivava com a Abolição, enquanto microcosmo da política imperial conservadora, progredir, porém, mantendo a ordem. Assim, intuía-se modernizar, sem alterar as tradições, idealizando e repousando nas abstrações liberais para, na prática, exercer a patronagem.<sup>472</sup>

O separatismo leva a discutir o último parâmetro descritivo dos comportamentos dos negros realizado pelos homens de imprensa: a “harmonia social”. Este foi o elemento mais recorrente dos três. Com ele, queremos destacar o aspecto pacífico de como se deram as celebrações, a “ordem” tão celebrada pelas elites que se envaideciam pelo fato de terem levado “[...] o seu patriotismo e abnegação ao ponto de romper com todos os preconceitos e

<sup>470</sup> 13 de Maio. *A Phalange*. Teresina, ano 1, n.18, p.4, 15 maio 1889.

<sup>471</sup> NUNES, Odilon. *Pesquisa para a história do Piauí...* p.262.

<sup>472</sup> COSTA, Emília Viotti da. *Brasil...* p.85.

interesses e fazer a grande lei de vossa emancipação [lei de 13 de maio] em um instante, sem guerra, sem abalo, sem dinheiro e sem sangue”.<sup>473</sup>

Nesse sentido, as comemorações se tornavam apenas uma extensão da mítica de igualdade social que se queria veicular com o fim da escravidão. Os seus relatos, sem dúvidas, corroboraram para a tópica da “compassividade” paternal da sociedade frente aos escravizados que décadas mais tarde seriam reproduzidas na historiografia piauiense. Portanto, o povo piauiense esperava benevolmente a emancipação escrava, como destacou o publicista do jornal *A Reforma*:

Podemos dizer francamente, porque sondamos o coração do povo: a nossa província recebeu jubilosa o fato da libertação de todos os cativos e na medida de suas forças fez o que pode para festejar condignamente o rico despontar desta era de progresso e engrandecimento.<sup>474</sup>

Tudo era festa, complacência e esperança por dias melhores. A única exceção teria sido o desgosto dos liberais em contemplar os conservadores aprovando a lei e arrogando para si as glórias da mesma. Nos jornais liberais *A Reforma* e *A Imprensa*, faziam intensas críticas ao Partido Conservador e defendiam que a causa abolicionista já fazia parte do seu programa há muito tempo.<sup>475</sup> De qualquer maneira, tudo caminhava rumo à harmonia social, em São João do Piauí, “[...] nem um só fato desagradável veio empanar o brilho da festa da liberdade! Entre todos, reinaram do princípio ao fim a paz, a concórdia e alegria!”.<sup>476</sup> Em Teresina, após a chegada da notícia da aprovação da lei na manhã de 14 de maio, segundo registro feito no periódico *O Telephone*: “As ruas se pejaram de povo, que num vaivém sem norte, encontrava-se aqui e além, trocando mútuas congratulações e abraços”.<sup>477</sup> A ênfase dos redatores na harmonia social diante das “festas da liberdade” perpetradas no Piauí também tem relação com o aspecto de suspeição que os brancos apresentavam sobre os sambas, batuques e candomblés.

<sup>473</sup> DISCURSO. *A Reforma*. Teresina, ano 2, n.55, p.1, 30 maio 1888.

<sup>474</sup> PASSEATAS E FESTAS. *A Reforma*. Teresina, ano 2, n.55, p.3, 30 maio 1888.

<sup>475</sup> No jornal *A Reforma*, publicado em 19 de junho de 1888, vemos exemplo deste descontentamento e a significação dos liberais como “velhos abolicionistas”, portanto, constituintes do êxito da Abolição: “Achamos muito justo o contentamento do povo brasileiro, o que não é mesmo digno nem louvável, é esquecer os velhos abolicionistas, os que trabalharam noite e dia, para endeusar o atual presidente do conselho que para nós será sempre uma *mediocridade feliz* e nada mais” (grifos do original). Conferir: FESTAS. *A Reforma*. Teresina, ano 1, n.57, p.3, 19 jun.1888.

<sup>476</sup> SÃO JOÃO DO PIAUHY. *A Imprensa*. Teresina, ano 23, n. 1028, p.3, 7 jul. 1888.

<sup>477</sup> O GRANDE ACONTECIMENTO. *O Telephone*. Teresina, ano 6, n.261, p.1, 22 maio 1888.

E foi sob tal suspeição que as comemorações oficiais da abolição foram realizadas na província.<sup>478</sup> Assim, a harmonia social destacada nos relatos soava como alívio dos brancos frente à liberdade dos negros. Era, portanto, a constatação de uma ordem que se mantinha.

Contudo, a harmonia social não era somente celebração e alívio, era também fruto do esforço da elite em prescrever os comportamentos político-sociais dos novos libertos. Os abolicionistas piauienses – muitos deles homens de imprensa – sabiam disso e não perderam tempo em instrumentalizar seus discursos comemorativos e a própria imprensa para expressarem as desejadas condutas que esperavam serem adotadas pelos libertos com relação à memória da escravidão e à nova vida de “cidadãos” que presentemente abraçavam.

Nesse sentido, partia-se do pressuposto de que, pela terrível história da escravidão no Brasil, os libertos poderiam se vingar dos brancos (talvez uma reminiscência do medo da classe senhorial do *haitianismo*<sup>479</sup>) a partir da preservação de um tenso pensamento em suas consciências, apresentado no discurso do capitão Manoel Lopes Correia Lima, em virtude da festa dos libertados, ocorrida na capital a 20 de maio de 1888, como se constata:

E nós? *Nós, os brancos*, os senhores de ontem, somos os descendentes de uma geração que escravizou os primeiros da *vossa raça*. Dirá, portanto a consciência de todos os *novos cidadãos* que estão me ouvindo: “Somos os descendentes dos *oprimidos* e vós dos *opressores*” (grifos nossos).<sup>480</sup>

O capitão sabia, assim como os demais membros da classe dominante, que essa concepção por parte dos libertos poderia ser um estopim para revoltas indesejadas naquele momento. Assim, passou a argumentar a favor de uma convivência cordial entre o “nós” (brancos) e o “vós” (negros), posto que agora fossem, conforme afirmou “um só povo” ou “cidadãos”.<sup>481</sup> Como ser bem sucedido em sua perspectiva diante desse empreendimento? A resposta é: mantendo o mesmo discurso abolicionista oitocentista adotado no Brasil.

<sup>478</sup> ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação...* p. 129.

<sup>479</sup> Sobre o medo do haitianismo, conferir: GORENDER, Jacob. O épico e o trágico na história do Haiti. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 24, n. 3, p. 483-512, 2004; GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros: Cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antônio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002; MOREL, Marcos. O Haiti não foi aqui. *Revista Nossa História*. Rio de Janeiro, ano 1, n. 11, p. 58–63, set. 2004; MOTT, Luis. A revolução dos negros do Haiti e o Brasil. In: MOTT, Luis. *Escravidão, homossexualidade e demonologia*. São Paulo: Ícone, 1988. REIS, João José. “Nós achamos em campo a tratar da liberdade”: a resistência negra no Brasil oitocentista. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*. 2. ed. São Paulo: Ed. SENAC, 2000. REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

<sup>480</sup> DISCURSO. *A Reforma*. Teresina, ano 2, n. 55, p.1, 30 maio 1888.

<sup>481</sup> O jogo de palavras que faz, com relação aos antepassados e contemporâneos, não media esforços em usar a oratória eloquente do ponto de vista retórico: “[...] Deixai, pois, que eu diga algumas palavras em defesa daqueles, cuja memória não nos é indiferente e que, no seio da morte confundiram-

Pautado na *razão nacional*, o grande malogro brasileiro repousava na instituição servil, o que também era comprovado pelo exemplo de vários países escravistas que ele conheceu por meio de suas leituras de *O mapa das nações* e *A história de todos os povos* – livros que fez questão de recomendar aos libertos para conhecerem a “verdade sobre o passado” –. Nesse sentido, formatava-se o “silêncio” sobre a condição exploratória da classe senhorial que durante séculos subjugou e excluiu a classe dos escravos da experiência cidadã, mesmo que tradicionalmente envolvidos por um discurso progressista.<sup>482</sup>

A Abolição funcionava como tábua rasa do passado para a elite imperial, literalmente mal passado era mal remediado. Por isso, de acordo com seus argumentos, bastava retirar a escravidão e todos seriam cidadãos de uma mesma pátria livre, feliz e promissora. Essa imagem aprazível do país, despertada pelo “bem sucedido” processo abolicionista brasileiro, figurou na imprensa piauiense com vigor, principalmente, a partir do 13 de maio, como demonstra trecho comemorativo da Abolição publicado no jornal *A Reforma*:

Desapareceu a escravidão e raiou para o Brasil o maior dia de sua existência.  
Há na consciência do país – uma alegria íntima.  
Desliza-se pela face da nação um riso de amor e liberdade.  
Tudo é flor, riso e esperança.  
Glória ao primeiro dia da Grande República da Humanidade.  
Glória ao 13 de maio.<sup>483</sup>

No entanto, os exemplos históricos das nações estrangeiras demonstravam que, no afã de extirparem o mal da escravidão de seus territórios, acabavam se sujeitando às “[...] contingências da guerra, muitas vezes medonha e geral”.<sup>484</sup> Nesse sentido, o capitão Manoel Lopes citou o exemplo de “nossos irmãos” dos Estados Unidos, onde “[...] foram presa de uma guerra civil pavorosa, onde derramou-se rios de sangue, mas aboliu-se a escravidão”.<sup>485</sup> Mas, para “felicidade de todos”, o processo abolicionista no Brasil foi diferente. Segundo Lopes, os descendentes dos escravocratas que escravizaram os antepassados dos libertos levaram o seu patriotismo e abnegação ao ponto de romperem com a escravidão sem preconceitos ou interesses, ensejando a proclamação da libertação legal dos escravos como um “[...] momento majestoso que a nossa pátria pode levantar, sem lágrima e luto, sem sangue e miséria!”.<sup>486</sup>

---

se com os vossos, do mesmo modo que hoje, no *seio da vida*, nós nos confundimos convosco” (grifos do original). Conferir: DISCURSO. *A Reforma*. Teresina, ano 2, n. 55, p.1, 30 maio 1888.

<sup>482</sup> MALERBA, Jurandir. *Os brancos e a lei...* p.135.

<sup>483</sup> PÁTRIA LIVRE! *A Reforma*. Teresina, ano 1, n. 54, p.1, 18 maio 1888.

<sup>484</sup> DISCURSO. *A Reforma*. Teresina, ano 2, n. 55, p.1, 30 maio 1888.

<sup>485</sup> DISCURSO. *A Reforma*. Teresina, ano 2, n. 55, p.1, 30 maio 1888.

<sup>486</sup> PÁTRIA LIVRE! *A Reforma*. Teresina, ano 1, n. 54, p.1, 18 maio 1888.

Em face da condição histórica ímpar perpetrada no país, ele lança o questionamento e a prescrição social aos libertos, demonstrando o ponto fulcral de todo seu discurso:

[...] é ou não justo, que *esqueçais pelos vossos pais o mal que os nossos vos causaram, do mesmo modo que nós esquecemos os interesses de nossa raça para cuidarmos de vós, da vossa felicidade e liberdade?*

Nós os filhos, resgatamos o erro dos pais.

O ódio, se é que ainda existe, deve desaparecer radicalmente dos vossos corações.

É justo que em paga da *liberdade que vos demos, concedais o perdão dos nossos antepassados. Os redentores devem exigir uma tal condição dos remidos*, e então as duas raças confundir-se-ão em um abraço imenso e eternal (grifos nossos).<sup>487</sup>

A proposta do capitão Manoel Lopes corroborava com o que já vinha sendo praticado no abolicionismo piauiense, que se assentava no exercício de um papel paternalista frente aos escravos e agora diante dos novos homens livres.<sup>488</sup> O esforço por manter a harmonia social através de prescrições como esta, conscientemente ou não, tornava-se uma forma de perdurar uma discussão maior acerca da inserção dos ex-escravos na sociedade brasileira, ajudando a manter a ordem social e econômica do Império.

Por esta perspectiva, podemos afirmar que o abolicionismo provincial, dentro e fora da imprensa, estava dissociado dos próprios escravos, reforçando o caráter meramente formal da abolição.<sup>489</sup> O *Mundo da Casa* ainda estava lá, de fato, o “novo *pater*” vendo que não tinha sua propriedade escrava legalizada, mantinha-a por outras vias tão pertinentes quanto ao nível simbólico e material exigia fidelidade, gratidão, reconhecimento, obediência, respeito e toda a gama de valores que lhe confeririam *status senhorial* mesmo no pós-Abolição.

Assim, pela tradição escravista a que estavam conformados ideologicamente, mesmo que não no plano político e econômico, a classe senhorial piauiense enquanto cooptadora do abolicionismo radicalmente esteve separada dos interesses e lutas pelos direitos individuais dos escravos e, por consequência, dos libertos. A divisão cultural entre os escravos e o grupo social elitista era tamanha que não o enxergava para além de sua condição de inferioridade, dependência e ignorância.

<sup>487</sup> DISCURSO. *A Reforma*. Teresina, ano 2, n. 55, p.1, 30 maio 1888.

<sup>488</sup> É a mesma autoimagem dos abolicionistas que Sidney Chalhoub encontrou, em suas pesquisas: “[...] Toda a iniciativa, portanto, devia caber aos abolicionistas, aos iluminados ou esclarecidos que sabiam exatamente o que era melhor para os cativos, e que tinham mesmo ‘o mandato da raça negra’. O raciocínio possuía ainda um certo charme poético: incapacitados e proibidos os negros de lutarem em causa própria, tudo passava a depender dos abolicionistas redentores, dos cavalheiros da liberdade”. Conferir: CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade...* p.173.

<sup>489</sup> FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. *A esperança e o desencanto...* p.247.

A Abolição era um benefício aos brancos que acreditavam dessa forma modernizarem política e economicamente o Estado brasileiro.<sup>490</sup> O 13 de Maio de 1888 não foi nem de longe um ponto de ruptura com a ideologia senhorial escravista. Contudo, é legitimamente uma ponta do *iceberg* que, como disse Alfredo Bosi, serve de: “[...] pista ao leitor de ideologias para detectar correntes que vêm de longe”.<sup>491</sup> No caso, nos referimos à ideologia do status senhorial escravista que rompeu vertiginosamente com o liberalismo ainda que utilizasse das suas premissas a nível retórico para combater a existência da instituição servil.

Sob a prerrogativa da harmonia social, exemplificada no “abraço imenso e eternal entre as raças redentora e redimida”, o capitão Manoel Lopes exigiu um padrão de comportamento dos libertos que convinha à classe social da qual era representante, conivente ao domínio contínuo da elite brasileira sobre a massa de trabalhadores livres e pobres. Essa dominação, processo complexo que acontece por várias vias, deveria começar pelas mentes dos libertos: através da imposição de uma História e de uma Memória sobre o processo abolicionista que visava reforçar, nos “redimidos”, sua condição de dependentes dos brancos, ausentes de protagonismos na luta por direitos e, assim, condicionados a serem eternamente gratos pela dádiva da liberdade que caridosamente receberam.

Não por acaso, o capitão terminou seu discurso fazendo exaltação da memória da luta pela liberdade, travada por nomes como Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, o senador Dantas, os membros do ministério que vigorava durante a aprovação da lei Áurea. Prescrevendo que os libertos deveriam sempre tê-los na maior consideração, posto que, por eles a liberdade surgiu, e de escravos eles se tornaram cidadãos: “Guardai-os na alma, ensinai-os a vossos filhos, venerai-os como os católicos veneram o nome do Cristo, o grande Redentor da humanidade!”.<sup>492</sup> Os jornais piauienses, na década de 1880, realizaram várias referências aos abolicionistas históricos visando o enaltecimento de suas memórias.

O lugar social do sujeito livre não era muito diferente daquele ocupado anteriormente a 13 de maio. A continuidade deslindava-se justamente nos atributos e imagens que lhe eram conferidos de longa data pela classe proprietária. O negro permanecia como o incivilizado, dependente, ignorante, inferior e, por sua vez, sujeitado às condições mais vis de trabalho,

---

<sup>490</sup> “No Brasil os setores progressistas condenavam a escravidão mas não estimulavam os escravos à revolta. Lamenta-se pelo escravo, mas não há identificação com ele. A ruptura cultural existente entre os escravos e os outros setores sociais [...] conduz a inteligência brasileira a buscar a modernização do Estado para fazê-lo instrumento da evolução social”. Conferir: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *L’Empire du Brésil*. In: DUVERGER, Maurice (Org.). *Le Concept de l’Empire*. Paris: PUF, 1983, p. 309.

<sup>491</sup> BOSI, Alfredo. *A dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 222.

<sup>492</sup> DISCURSO. *A Reforma*. Teresina, ano 2, n. 55, p.1, 30 maio 1888.

moradia, saúde e alimentação na sociedade brasileira. A imprensa, como já vimos, funcionava como instrumento de produção e reprodução dessas imagens, em geral, negativas. Sob tal perspectiva, é evidente que a data perde muito daquilo que uma memória histórica tradicional nos transmitiu através da mídia popular, dos bancos escolares primários e secundários, hinos, pinturas, entre outros meios. Assim, a Abolição passa a ser vista, como já disse Sidney Chalhoub, como um “não-acontecimento”, e o 13 de maio fica cada vez mais desmoralizado enquanto:

[...] uma data de “concessão” ou “doação” da liberdade dos negros por um ato de humanidade de uma princesa, ou mesmo de toda uma classe dominante. Também está crescentemente desmoralizado enquanto data de redenção do trabalho, momento de emergência de um tempo de liberdade na história.<sup>493</sup>

Como corolário deste não-acontecimento, o negro deveria “pagar alto preço por sua liberdade”, sujeitando-se às demandas valorativas que lhes impunha socialmente os brancos. A nova harmonia social ainda exigia respeito, obediência, trabalho, separatismo, portanto, perdurava o olhar hierárquico sobre o negro como menor e desqualificado, já que ele deveria se manter em “seu lugar”. Os homens de imprensa continuaram divulgando e reproduzindo as distinções entre o *Mundo do Governo* e o *Mundo do Trabalho*, após o fim da escravidão.

O que nos possibilita afirmar que os olhares da boa sociedade continuavam atentos aos libertos, de modo que qualquer atitude contrária à ordem hierárquica construída deveria ser punida, não mais com açoites violentos e impiedade, mas pela humilhação pública por meio do racismo nos escritos jornalísticos. Esta ferida, assim como as torturas de outrora, maculava a moral e a alma de quem a sofria. É o que encontramos no jornal *A Phalange*, publicado em 2 de abril de 1889, quando Severino, negro escrivão na vila da União, foi severamente repudiado pelo redator anônimo – que se colocava também como um negro<sup>494</sup> – por ter tido, segundo suas palavras, a “audácia” e o “atrevimento”, “[...] com justiça bastante censuráveis em *peessoas de nossa condição*, de vir com malcriações com o exm. sr. dr. Coelho de Rezende” (grifo nosso),<sup>495</sup> escrevendo artigo no jornal *A Época*.

Os motivos para o “ataque” de Severino à Coelho de Rezende foram desprezados pelo redator: “não atinamos com o motivo”, respondeu a si mesmo em tom irônico. O que importava, na verdade, era colocá-lo em “seu devido lugar”, por isso, os usos de expressões racistas ao se referir a Severino conotavam menosprezo através dos termos “preto”, “tição

<sup>493</sup> CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade...* p. 251.

<sup>494</sup> É possível que isso tenha sido um artifício retórico para desmoralizar seu oponente.

<sup>495</sup> UM LIBERTO INGRATO. *A Phalange*. Teresina, ano 1, n.13, p.3, 3 abr. 1889.

miserável”, “negro sem vergonha”, “aberração da espécie”, “desgraçado preto”, “ingrato”, “infame”, “cruel”. Além disso, Severino era visto como um “ingrato” por não ter respeitado seu senhor que “lhe deu” a liberdade no 13 de maio:

[...] Só nos parece é que o desgraçado preto *quer pagar um grande benefício com a ingratidão mais infame e cruel.*

É de fato, a única ação que julgamos suscetível de recriminação do lado do miserável. É o ter o exm. Sr. dr. Rezende contribuído com seu voto para a feitura da Lei de 13 de maio, *dando com bastante sacrifício*, a mim, aos meus companheiros de desgraça, e ao ingrato e miserável preto Severino, a liberdade incondicional, porque tanto suspirávamos, *embora acarretando os ódios pequeninos daqueles que nos traziam sob o látigo fatal e crudelíssimo das senzalas.*

Se é por isto, então poderá semelhante aberração da espécie, continuar nos desrespeitos porque a Divina Providência com certeza, no modo de fazer justiça, está inquestionavelmente acima de qualquer *colônia de Africanos* (grifos nossos).<sup>496</sup>

Por não ter correspondido à harmonia social prescrita pelos seus dadivosos redutores, Severino estava sujeito aos piores castigos. Seu erro foi acreditar que “na sua condição” poderia se contrapor a um “excelentíssimo senhor doutor” representante da boa sociedade. Ultrapassava com sua ida às lides jornalísticas as fronteiras dos mundos sociais e isso lhe era estritamente proibido.

Com efeito, ele não deveria “existir” para além da sua condição de subalternidade, o que levou o redator a entender o fato da ausência dos “patrões” na imprensa “falando pelo seu empregado” como um sinal de castigo a si próprio, bem como a falta de referência sustentadora das suas ideias defendidas no *A Época*. Logo, Severino não poderia falar por si, porquanto era menor, dependente e, de certa forma, ainda escravizado.

E a prova disso já o miserável começou a ter, pois que mandando para o pasquim *Época* um aranzel como o de que falamos, *não teve sequer as honras de uma notícia por parte de seus patrões.*

É a *vindita* que principia a fazer-se sentir sobre um companheiro de desgraça, que eu lamento, mas que nem por isso deixa de merecer um castigo severo (grifos nossos).<sup>497</sup>

Por sua insubmissão, Severino estava condenado às piores retaliações; não é difícil imaginar que artigos como este poderiam ser ampliados para diversas realidades sociais que despontavam naquele pós-Abolição. Nesse período, o olhar hierárquico era reforçado sobre o negro que, embora liberto, deveria permanecer em silêncio e grato por uma conquista que lhe foi entregue, posto que a ele não fora submetido o protagonismo da sua própria história.

<sup>496</sup> UM LIBERTO INGRATO. *A Phalange*. Teresina, ano 1, n.13, p.3, 3 abr. 1889.

<sup>497</sup> UM LIBERTO INGRATO. *A Phalange*. Teresina, ano 1, n.13, p.3, 3 abr. 1889.

Como esperar daquela sociedade a vivência de princípios básicos do liberalismo como propriedade e liberdade, se tudo para os novos libertos resvalava para a subcidadania e para o desprezo?

O preconceito racial pertinente àquele período é revelador desse desprezo. Por vezes, a discriminação racial era mais explícita e servia enquanto instrumento de ataque nas polêmicas jornalísticas, como já vimos no caso de Severino, assim como encontramos também na vida do bacharel em Direito pela Faculdade do Recife (1885), Higinio Cunha, que sofreu diversos preconceitos por sua cor e pela descendência de sua mãe, que foi escrava alforriada, antes do nascimento de seu filho em 1858. De fato, como redator do jornal *A Imprensa*, a partir de meados da década de 1880, Cunha angariou para si vários desafetos pessoais através das polêmicas jornalísticas nas quais participou.

No calor das disputas, seu amigo Clodoaldo Freitas em 1889, à época redator do *A Imprensa*, explicou os motivos das ofensas recebidas por Cunha:

O ódio e tão somente o ódio, originado de antigas e inconvenientes discussões jornalísticas – é a causa determinante dessas palavras difamatórias e injuriosas daquele órgão de publicidade para com o mancebo que é uma glória do futuro, por seu talento, por sua ilustração e por seu amor à causa das letras.<sup>498</sup>

E foi em meio ao ódio que Higinio Cunha em 1889 encontrou seu nome e o de sua mãe, no jornal *A Phalange*, associado à escravidão de forma depreciativa. Seu inimigo se mantinha no anonimato, por outro lado, a prática jornalística de Cunha era apresentada como motivo de zombaria e desprezo. Para o anônimo redator, não importava o grau de instrução de seu inimigo, seu *status* social estava atrelado à condição de inferioridade e não podia “se levantar” contra ninguém na imprensa:

[...] Apesar de acostumado bem cedo ao *cheiro acre das senzalas*, tu já queres levantar o couro cru contra aqueles que, *se te olham, é com o mais soberano desprezo*.

Quem te meteu na cachola, mísero animal, que tu és um talento, uma ilustração e outras coisinhas mais?

Estão caçoando por força contigo, rapaz. *Os teus braços jamais poderão desaparecer; consola-te com eles e vai tomando os teus pijões caladinho*.

Mas...hoje é 13 de maio e não queremos perturbar a harmonia *das tuas festas*. Diverte-te, rapaz; folga e ri descuidadosamente. Hoje é o dia dos libertos...urrah pelos libertos! (grifos nossos).<sup>499</sup>

<sup>498</sup> O DR. HIGINIO CUNHA. *A Imprensa*. Teresina, ano 24, n. 1067, p.4, 6 abr. 1889.

<sup>499</sup> O SR. HIGINIO CUNHA FORA DO SÉRIO. *A Phalange*. Teresina, ano 1, n.18, p.4, 15 maio 1889.

Esses escritos jornalísticos demonstram que o 13 de maio não foi o acontecimento transformador das relações sociais entre brancos e negros, pois a política de domínio imaginária de cunho elitista ainda permanecia. Reconhecemos também que Higino Cunha e toda sua formação acadêmica e proeminência social também simbolizavam uma ameaça ao redator que lhe contra-atacava.<sup>500</sup> Cunha era um homem moderno e ilustrado, juiz municipal em Picos no período das ofensas no *A Phalange*, é significativo que o redator tenha encontrado o “ponto fraco” de Cunha, em sua pele e em sua descendência materna. Na verdade, Higino Cunha nunca foi escravo, mas, por ser negro, foi alcunhado “liberto”; em resposta, Clodoaldo Freitas esclareceu, na imprensa, a situação de seu amigo, destacando que ele “[...] nunca foi escravo; nasceu de ventre livre”.<sup>501</sup>

Isso motivou a tréplica no *A Phalange*, quando se debochou ainda mais da condição pressuposta de Cunha, como inferior à força dos pensamentos e palavras ferinas, do redator anônimo:

Diz o colega da *Imprensa* que o célebre Higino Cunha não é *liberto*, por que nasceu de *ventre livre*.

Basta-nos esta confissão para termos na devida conta o decantado filho da *senzala*.

Em todo o caso o colega confessa a condição servil da mãe de Higino Cunha que o teria dado à luz ao lado do eito, se não fora o benemérito Rio Branco. Se assim é, quase que não valia à pena o colega esbofar-se, contestando-nos a sua qualidade de liberto.

Como desejamos ser agradáveis ao colega, não chamaremos mais o famoso Higino Cunha liberto, mas *ventre livre*! (grifos do original).<sup>502</sup>

Higino Cunha nasceu em 1858, sua mãe provavelmente foi uma mulher já nascida livre ou escrava alforriada antes de seu nascimento. De qualquer maneira, o redator anônimo estava 13 anos equivocado, em sua paternal afirmação. A Lei Rio Branco foi sancionada em 1871 e, mesmo assim, talvez por ignorância ou menosprezo pela data de nascimento do inimigo, o redator afirmou que, senão fosse a libertação do ventre, Cunha teria nascido escravo. Isso demonstra o fato de que as leis abolicionistas eram entendidas sob o ângulo dos “beneméritos” concedidos aos escravos.

Alguns dos atributos legais que não mudavam para homens como o redator eram os aspectos valorativos dos libertos. A identificação do negro livre sempre estivera estigmatizada

<sup>500</sup> Segundo Emília Viotti da Costa, “[...] quanto mais uma elite branca se sente ameaçada pelos negros, mais ela tende a discriminá-los”. Conferir: COSTA, Emília Viotti da. *Brasil...* p.201.

<sup>501</sup> O DR. HIGINO CUNHA. *A Imprensa*. Teresina, ano 24, n. 1067, p.4, 6 abr. 1889.

<sup>502</sup> NASCEU DO VENTRE LIVRE. *A Phalange*. Teresina, ano 1, n.13, p.4, 3 abr. 1889.

pelo seu passado ou dos seus antepassados, num eterno ciclo de retorno ao cativo, sob as alcunhas de “liberto”, “filho da senzala”, “ventre livre”.

Esse caso nos enseja a indagar sobre até que ponto a modernização, preconizada pela inteligência brasileira através do ideário abolicionista nas últimas décadas do Segundo Reinado, estava disposta a abraçar os ideais liberais que lhe envolvia. E, ainda, até onde chegavam esses valores e anseios pela civilização, progresso e modernização por meio do fim da escravidão. Organizando essa reflexão em pergunta direta, temos: um novo Brasil nascia em maio de 1888, mas o que era realmente novo?

A imprensa piauiense foi partícipe neste processo de construção do trabalho livre, cuja matéria-prima era um negro escravizado e estereotipado por imagens negativas. Não por acaso, antes e depois da escravidão, eles eram sempre retratados como infelizes ou desgraçados, ou seja, vítimas de uma relação de exploração do trabalho em que a mudança ocorreu apenas no plano da nomeação. A imprensa piauiense esteve na esteira desta conservação elitista e, se ela aconteceu, foi porque a classe dominante usou a abolição ao seu interesse.

De fato, para os pobres e negros escravizados, e aqueles libertos finalmente em 1888, a maioria da população brasileira, o abolicionismo urbano, perpetrado também nos periódicos, não passou de uma tendência abstratamente modernizante.<sup>503</sup> Como disse Emília Viotti da Costa, o fim da escravidão, no Brasil, foi promovido “[...] principalmente por brancos, ou por negros cooptados pela elite branca, a abolição libertou os brancos do fardo da escravidão e abandonou os negros à sua própria sorte”.<sup>504</sup> 13 de maio de 1888 não foi tão surpreendente assim, todavia, é o marco de comemoração dos brasileiros. Foi e é ponta de *iceberg*, na qual as massas submersas do racismo e da desigualdade social ainda estão por descongelar.

Assim como o abolicionismo, outro projeto modernizador para o Brasil despontou nas últimas décadas do período monárquico, ensejado pela propaganda republicana. A província piauiense vivenciou os desafios e anseios em meio a esta súbita proposta de transformação do regime de governo, principalmente por meio dos jornais. Versaremos sobre essa modernização republicana, contida na imprensa provincial, nas próximas páginas.

---

<sup>503</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. O fim das casas-grandes. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *História da vida privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2019, p. 348.

<sup>504</sup> COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república...*p.364.

### 3 A REPÚBLICA NA IMPRENSA PIAUIENSE

David Caldas ainda não teve o seu historiador. Amanhã, quando um espírito sutil estudar sua figura emocionante, o seu vulto, de certo, tomará, na história republicana, o revelo que merece. Nele, tudo é impressionante: o calor das convicções, a pureza do idealismo, a febre do entusiasmo, a capacidade de sacrifício. (CORRÊA, Viriato. A morte de David Caldas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano[...], n[...], 7 out. 1934.)

Cada qual mais aventuroso ou ousado se arroga o direito de organizar a nação de acordo com utopias peregrinas, como se fora árbitro supremo. (O QUE QUEREM OS PARTIDOS? *A Phalange*. Teresina, ano 1, n.31, p.2-3, 31 ago 1889.)

Já vimos que a imprensa piauiense, entre 1868 e 1889, foi palco de apresentação e debates de vários ideais de modernização que percorriam as novas ideias que a geração 1870 almejava para o Brasil. E, em relação à proposta da presente tese de analisarmos as peculiaridades piauienses frente aos processos transformacionais da nação nas últimas décadas do Segundo Reinado, notamos que foi preponderante, nos escritos jornalísticos, a escolha de um viés reformador e não revolucionário para as questões sociais urgentes, por exemplo, a escravidão. “Reformador” no sentido de preservar a tradição imperial e em conservar seu elitismo político de modo que se modernizasse conservando as hierarquias sociais de acordo com o *status quo* imperial.<sup>505</sup>

Essas reformas, para os homens de imprensa, eram prementes e serviam para acelerar o advento do *télos* do progresso-civilização.<sup>506</sup> O anseio por elas vinha das leituras que realizavam da conjuntura internacional dos países capitalistas industriais contemporâneos e na imagem do progresso que produziam a partir da percepção da modernização dos transportes e das comunicações, no emprego da eletricidade, na aceleração do ritmo de vida.

Mesmo o fim da escravidão foi entendido como alcance do status civilizatório na medida em que atendia às demandas do capitalismo internacional, buscando o “branqueamento” da população brasileira através da imigração europeia. Para os homens de

<sup>505</sup> ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz & Terra, 2002, p. 333.

<sup>506</sup> MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV/ Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Edur), 2007, p.10.

imprensa, quanto mais europeizado e menos africanizado, mais próximo da modernização-progresso-civilização o Brasil ficava.

No entanto, em meio às “ideias novas”, uma em especial foi motivo de acalorados debates e polêmicas na imprensa piauiense entre 1868 e 1889, isto é, o republicanismo - o rompimento com o sistema monárquico brasileiro. De fato, nas últimas décadas da monarquia, como destaca Maria Alice Rezende de Carvalho, “para uma parcela específica da inteligência brasileira, a cultura do Império se esgotara antes dele”.<sup>507</sup>

O publicismo de David Moreira Caldas foi o berço da propaganda republicana na província do Piauí. Ele foi o único redator que utilizou seus jornais para defender, no Piauí, a República como sistema de governo a ser adotado no país, significando-a como sinal necessário da marcha da civilização em seu perfeito estado. Isso não quer dizer que foi o único republicano piauiense no final do Império, ou que o desejo pelo novo sistema político não tenha sido expresso nos jornais piauienses ao longo das décadas de 1870 e 1880.

Neste capítulo discutiremos a recepção das ideias republicanas na imprensa da Província do Piauí entre o final das décadas de 1860 a 1880. Serão analisadas as linguagens políticas utilizadas nos impressos *O Amigo do Povo* e *Oitenta e Nove*, cujo redator era David Caldas – periódicos portadores de novas ideias como o progresso, a ciência, e, sobretudo, conceitos propagadores da crítica ao Império. Centraremos-nos também na investigação do discurso político monarquista enquanto difusor de falas antirrepublicanas em meio aos redatores, apontando os principais conceitos explicitados pelos jornais do período e as características da elite intelectual atuante na crítica monárquica.

Em suma, veremos até que ponto o debate sobre a modernização republicana avançou em solo piauiense e chegaremos, por fim, à análise da Proclamação da República nos jornais contemporâneos ao evento, visando elucidar questões como a “adesão” ou não do “povo” ao novo regime.

### **3.1 O pioneirismo de David Caldas e o movimento republicano no Piauí**

Para subsidiar a recepção das ideias republicanas na província do Piauí nas últimas décadas do Segundo Reinado, consideramos adequado refletir sobre a noção de república presente em outros contextos, como nas conspirações e sedições coloniais setecentistas, na independência, no Primeiro Reinado e na Regência. Ressalvamos que, mesmo tendo sido

---

<sup>507</sup> CARVALHO, Maria Alice Rezende de. República brasileira: viagem ao mesmo lugar. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 32, n.3, 1984, p.310.

relembrada ao final da monarquia, as manifestações políticas do final do Setecentos e início do Oitocentos não foram precursoras do movimento que deslegitimou a monarquia em 1889.<sup>508</sup>

De fato, na segunda metade do século XIX eclodiu algo inédito na história da ideia republicana no Brasil: a formação de um movimento que buscava a mudança do regime político a nível nacional, com a instalação de modo unitário da República. Até então, como ressaltam Heloisa Maria Murgel Starling e Christian Edward Cyril Lynch, “[...] os manifestos republicanos eram todos provinciais e se referiam à forma republicana, não como algo bom em si mesmo, mas instrumentalmente – como um meio de conseguir emancipação do governo nacional”.<sup>509</sup>

Apesar de uma breve experiência de adoção do governo republicano ter acontecido em 1817, com a Revolução Pernambucana – também conhecida como Revolução dos Padres<sup>510</sup> - a imprensa republicana somente despontou no contexto das radicalizações das disputas políticas e da crise motivada pelos debates na Assembleia Constituinte de 1823, por sua dissolução arbitrária e pela outorga da Constituição de 1824, que ensejaram – notadamente em Pernambuco, a Confederação do Equador, em 1824.<sup>511</sup> De modo geral, nestes jornais a palavra “república” era pouco utilizada e indicava, segundo Renato Lopes Leite, um sentido pejorativo divulgado pela imprensa da época, o que ensejou certa “cautela linguística” por parte dos publicistas que a utilizavam. Frei Caneca a entendia como o “governo mais livre possível”.<sup>512</sup>

---

<sup>508</sup> Na verdade, o surgimento da ideia republicana no Brasil nos remete ao período colonial e seu desenvolvimento é marcado por ser parte de uma “tradição esquecida” nos movimentos políticos que deflagraram a Proclamação da República em 1889. Como afirmou Heloisa Starling “[...] Na República que o final do século XIX remeteu ao presente, os marcos que fundaram o republicanismo do período colonial estavam descaracterizados e a antiga tradição não conseguiu encontrar sua instituição apropriada”. Conferir: STARLING, Heloisa Murgel. *Ser republicano no Brasil Colônia: A história de uma tradição esquecida*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 22.

<sup>509</sup> LYNCH, Edward Christian Cyril; STARLING, Heloisa Maria Murgel. República/republicanos. In: FERES JR., João (Org.). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2009, p. 237.

<sup>510</sup> SIQUEIRA, Antônio Jorge. *Os Padres e a Teologia da Ilustração – Pernambuco 1817*. Recife: Editora da UFPE, 2009.

<sup>511</sup> BASILE, Marcello. Imprensa republicana no Brasil (século XIX). In: SCWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel (Orgs.). *Dicionário da república: 51 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 156.

<sup>512</sup> LEITE, Renato Lopes. *Republicanos e libertários: pensadores radicais no Rio de Janeiro (1822)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p.36. De acordo com Marcello Basile, as publicações desse período “[...] não rompiam de todo com a monarquia, mas continham em seu conjunto diversos elementos característicos da linguagem republicana: criticavam o despotismo, as instituições monárquicas, a Constituição imperial, a centralização, o Poder Moderador, o Conselho de Estado, o Senado vitalício, o militarismo, os valores aristocráticos, a nobreza e o clero; defendiam o federalismo,

Esses elementos remetiam às diversas matrizes da tradição oposicionista à monarquia e formavam o repertório do discurso republicano na primeira metade do século XIX, que teve seu auge nos anos 1830, quando se atrelou ao projeto político dos liberais “exaltados” em meio aos anseios federalistas. Todavia, foi perdendo força no mesmo período, desgastando-se pela forte campanha movida por seus adversários “moderados” e “caramurus” – que diante do insucesso das revoltas regenciais (1831-40) o associavam ao imaginário do período do Terror da Revolução Francesa, desqualificando-o como anárquico, despótico e utópico –, e também devido à rearticulação política operada pelo regresso conservador a partir de 1837, momento inicial de formação da hegemonia conservadora que vigorou nas décadas iniciais do Segundo Reinado, contribuindo para que o republicanismo permanecesse no obscurantismo, ou seja, relegando-o a manifestações esparsas na imprensa.<sup>513</sup>

Somente com as cisões políticas ocorridas ao fim da década de 1860 e início de 1870 o republicanismo adentrou novamente a imprensa da Corte e das províncias. Assim, após a queda do gabinete de Zacarias em 1868, dissidentes e insatisfeitos com os rumos do Partido Liberal formaram, em 1870, o Partido Republicano.<sup>514</sup>

A partir da crise política gerada pela “derrubada” do gabinete Zacarias, o Partido Liberal passou por uma divisão, e, a partir de uma de suas correntes, a dos “liberais radicais” formou-se o Partido Republicano, fundado na cidade do Rio de Janeiro a 3 de novembro de 1870. A queda do ministério Zacarias foi compreendida pelos liberais dissidentes como decorrente da ação do Poder Moderador ou ainda como imposição dos militares. É nesse contexto que desponta, na província do Piauí, o jornalismo independente<sup>515</sup> de David Caldas, que fundou o jornal *O Amigo do Povo*, em 28 de julho de 1868, em Teresina.

---

a democracia, a república, exércitos passivos e independentes do poder central, as liberdades de imprensa e de culto, os direitos de cidadania de índios, negros e mulatos, o fim gradual da escravidão, a soberania do povo e o direito de resistência à tirania”. Conferir: BASILE, Marcello. *Dicionário da República...* p.157.

<sup>513</sup> BASILE, Marcello. *Dicionário da República...* p.160.

<sup>514</sup> Sobre os meandros e desdobramentos da “inversão” partidária em 1868, conferir: CARVALHO, José Murilo de. *Clamar e agitar sempre: os radicais da década de 1860*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2018; HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Do Império à República*. In: HOLLANDA, S. B. (Org.). *História geral da civilização brasileira: II*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.v.7, p.13-20.; TASINAFIO, Célio Ricardo. *Complicando o que parece simples: a inversão partidária de 1868*. In: JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco; PRADO, Maria Ligia Coelho; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. (Orgs.). *A história na política, a política na história*. São Paulo: Alameda, 2006, p.114-130.

<sup>515</sup> O caráter independente refere-se ao fato de que foi praticado um periodismo onde eram expressas as opiniões de David Caldas sem coerção do Estado ou constrangimento social direto. Neste sentido, não era controlado pela elite política provincial, sem ligação com os partidos políticos imperiais, ou mesmo com os estamentos senhoriais, formados pelos grandes proprietários de terras e escravos. Contudo, seu espaço de atuação era exíguo, tendo em vista que seus participantes e fóruns eram circunscritos, sem repercussão para além dos centros urbanos. Todos estes aspectos levam-nos a

O jornalista encontrou, na redação do seu novo jornal, o meio para expressar sua ruptura com todo o ordenamento jurídico e sistema político partidário monárquico vigente até então.<sup>516</sup> Seu desapontamento com as transformações bruscas operadas pelo imperador D. Pedro II na substituição dos gabinetes foi o estopim para que se posicionasse contrariamente ao sistema monárquico constitucional.<sup>517</sup> Tal sentimento é expresso na forma como descreveu, por exemplo, a inversão partidária de julho de 1868:

De súbito apareceu na corte um horrendo cataclismo; fazendo tremer convulsamente – em sua base – o império todo!  
 O que foi isto?  
 De 16 a 20 de julho, o imperial *Vesuvio* deitou terríveis lavas sobre a *Herculanum* constitucional, que jazia descuidosa na base da montanha traidora...  
 Noutros termos: foi uma dessas revoluções que, por mais desastrosas que sejam – jamais se reputam criminosas! Foi uma revolução *monárquica*; dessas que o gênio do mal patrocina sempre!  
 Por metade daquilo, um povo inteiro seria esquartejado vivo.  
 Continuemos porém; ainda que só para dizer duas palavras.  
 Durante vários dias, o vulcão imperial deitou medonhas chamas sobre a cidade constitucional cujo nome parece indicar força hercúlea; sendo certo, todavia, que é bem fraca a sua constituição para poder, como a salamandra, respirar no meio de labaredas!  
 Pobre *Herculanum*, desapareceste, quando menos se esperava; por causa de um capricho *sulfúreo*! (grifos do original).<sup>518</sup>

David Caldas inaugurou a partir desse artigo o marco do seu periodismo: a oposição feroz à monarquia. Em maio de 1868 havia iniciado nas lides do jornalismo político, em *A Imprensa*, vislumbrando “combater” Coelho Rodrigues (o criador do *O Piauí*), tornando-se junto com Deolindo Moura a voz do Partido Liberal na província. Logo, seguindo a tradicional disputa política entre conservadores e liberais através dos prelos, em comunhão de pensamento com vários políticos e redatores de várias partes do Brasil, começava a aventar a ideia de que a irresponsabilidade do monarca estava por trás de todos os problemas nacionais.

Dessa forma, formava-se o ideário de que o imperador se beneficiaria do sistema para implantar um governo pessoal.<sup>519</sup> De certa forma, em face dos ataques à imagem do monarca,

---

identificar o jornalismo de Caldas como partícipe da “nova imprensa” que, segundo Ângela Alonso, foi o meio de elocução utilizado pelos grupos da geração 1870, para contestação e manifestação dos seus anseios e debates políticos. Conferir: ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento...* p.276.

<sup>516</sup> Apesar disso, durante toda sua vida foi condescendente com o Partido Liberal.

<sup>517</sup> RÊGO, Ana Regina. *Imprensa piauiense: atuação política no século XIX*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001, p.108.

<sup>518</sup> ERUPÇÃO VUCÂNICA. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 1, n.3, p.2, 26 ago. 1868.

<sup>519</sup> BARBOSA, Silvana Mota. “Panfletos vendidos como canela”: anotações em torno do debate político nos anos 1860. In: CARVALHO, José Murilo de (Org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 178.

Caldas deixava de seguir o tom moderado que havia proposto no programa editorial do seu jornal, pois propugnava que “[...] sem sermos demagogos, seremos democratas; sem sermos inimigos das atuais instituições políticas nem jamais da integridade do império, seremos todavia um sincero, posto que bem fraco, propugnador dos direitos do povo”.<sup>520</sup>

Entre o final da década de 1860 e a primeira metade do decênio de 1870, David Caldas foi o único redator piauiense a se contrapor diretamente à monarquia, ao tempo em que, gradativamente, passou a defender com mais ênfase a implantação da República no Brasil. Foi a primeira vez que, no Piauí, o discurso antimonárquico associou-se aos preceitos republicanos, irrompendo uma nova linguagem política que ultrapassava os conceitos utilizados pelos liberais e conservadores.

Assim, a proposição dessa ideologia no jornal *O Amigo do Povo* trouxe, pioneiramente, anedotas que ridicularizavam a monarquia e os reis. Entendemos que a referida imprensa, ainda que de caráter individual, foi fruto do que Ângela Alonso denominou “estrutura de oportunidades” políticas e técnicas do período. Nesse sentido,

[...] A modernização dos processos de impressão dos anos 1870 barateara o custo dos jornais, facilitando a diversificação gráfica e o crescimento das publicações. Assim, alargou-se o espectro de grupos com recursos técnicos e financeiros para montar jornais e tipografias. Dessa maneira, o longo ostracismo político imposto aos liberais pela dominação conservadora levava parte de seus membros a criar canais não parlamentares de expressão coletiva. No auge da mobilização dos liberais radicais, entre 1870 e 1872, surgiram dezenas de pequenos jornais, republicanos ou quase.<sup>521</sup>

Denominamos este momento como o início da propaganda republicana no Piauí, concentrada no período de publicação dos únicos jornais que se afirmavam republicanos na província: o jornal *O Amigo do Povo* (1868-1873) e o *Oitenta e Nove* (1873-1875), ambos sob a propriedade e redação de David Caldas. Salta aos olhos o alinhamento ideológico destes jornais com os periódicos liberais radicais e republicanos que se formavam no país em fins dos anos 1860 e início da década de 1870.

Entre outros aspectos da vida nacional, Caldas criticava o regime de corrupção e privilégios, as prerrogativas do trono, o centralismo da administração, o sistema representativo limitado. Por outro lado, defendia a reforma da sociedade por meios pacíficos, através da implantação de uma república federativa e democrática, baseada na soberania do povo e administrada por um governo representativo e responsável.

<sup>520</sup> O AMIGO DO POVO. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 1, n.1, p.1, 28 jul. 1868.

<sup>521</sup> ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento...* p.277-278.

Quando surgiu o jornal *O Amigo do Povo*, diferentemente dos demais periódicos, não havia evidências de qualquer ligação com os partidos políticos do Império brasileiro, embora David Caldas fosse deputado provincial pelo Partido Liberal e um dos redatores principais de *A Imprensa*, órgão do Partido Liberal na Província do Piauí em 1868. Ao escrever no jornal *O Amigo do Povo*, apresentava seus anseios políticos, deixando de lado qualquer aliança com o Partido Liberal, posição que se fortaleceu com a eclosão do movimento republicano no início da década de 1870.

A causa republicana tornava-se forte, especialmente, entre aqueles que estavam descontentes com a forma de governo monárquica e que, assim como o publicista, ansiavam por mudanças políticas que viessem a dar fim ao governo de D. Pedro II. Dessa forma, cada cidadão que se apresentava publicamente como republicano alimentava o entusiasmo do redator, que ficava mais confiante na construção de um futuro republicano no país. Foi o que ocorreu quando o jornalista Salvador de Mendonça se declarou republicano, no início de 1870, no jornal do Partido Liberal de São Paulo, *O Ipiranga*. O episódio em que David Caldas tomou conhecimento da adesão foi descrito por ele:

Achávamos fora desta cidade, no lugar Boa Esperança, cerca de 2 quilômetros acima da vila da União, quando a 30 de janeiro último, tivemos de ler os belos artigos de despedida dos ilustrados redatores do *Ipiranga*. Quando vimos Salvador de Mendonça declarar-se *REPUBLICANO*, foi tal a comoção que sentimos que, digamo-lo sem reticências, digamo-lo com franqueza, chegamos a chorar de prazer!  
[...] Eis aqui como concluo aquele valente e inspirado paladino, a sua terna e eloquentíssima despedida ao *presente*; na hora em que alistava-se cruzado atlético do *FUTURO DO BRASIL*; quando punha-se a caminho, na direção do verdadeiro progresso do país, com o nobre entusiasmo de um desses heróis da ‘Jerusalém libertada’.  
Admiremos ao fervoroso peregrino da liberdade; ouçamos com profundo respeito a Salvador de Mendonça (grifos do original).<sup>522</sup>

Notamos que a adesão à ideia republicana era uma questão de abandonar o “presente” e abraçar o “futuro do Brasil” rumo ao seu “caminho de progresso”. Havia, portanto, forte conotação modernizante no discurso do redator. David Caldas não ficou indiferente à formação desse novo movimento político no Rio de Janeiro. Várias transformações aconteceram no seu jornalismo e em sua carreira política, após a formação de um novo partido, em 1870, na Corte. Para a historiadora Maria de Fátima Silva Gouvêa, esse advento partidário indicava o início de uma nova fase entre os políticos brasileiros, estabelecendo-se

---

<sup>522</sup> CALDAS, David Moreira. *O Amigo do Povo*. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 2, n.32, p.1, 14 fev. 1870.

formalmente um desafio direto em oposição à monarquia. Tornava-se necessária a implementação de novas medidas.<sup>523</sup>

Notamos um encontro de ideais políticos entre David Caldas e republicanos do Rio de Janeiro. Da luta contra a “perniciosa instituição monárquica”, o publicista não desejava se esquivar. Contudo, o republicanismo de David Caldas não resultava da influência dos assinantes do Manifesto da capital do Império, mas de sua formação política fundamentada desde cedo em leituras e experiências de vida que o contrapuseram à Monarquia.

Portanto, não é da Corte que se irradia a ideia republicana, muito menos suas normas de ação comum, como afirmou Sérgio Buarque de Holanda. Trata-se de um encontro de valores políticos semelhantes entre o redator piauiense e os demais partidários.<sup>524</sup> Havia uma comunicação política por meio dos periódicos nacionais e, assim, eram ensejados os encontros ideológicos entre os redatores de diferentes províncias.

David Caldas era um republicano convicto desejando integrar-se partidariamente aos seus pares políticos. Sinais desses anseios são percebidos em *O Amigo do Povo*, logo após a publicação do manifesto. No primeiro número que circulou em 1871, o subtítulo já havia deixado de ser simplesmente periódico político para, em seu lugar, salientar uma filiação ao mais novo partido político do Império. O jornal passou a definir-se como Órgão Republicano da Província do Piauí.

Nesse mesmo número, David Caldas publicou um artigo de saudação aos membros do clube partidário e fez um peculiar pedido aos seus pares:

[...] do mês que ultimamente findou-se, apareceu o 1º n. do órgão de nosso partido, na capital do país: chama-se ele ‘*A República*’ nome que é por si só um programa magnífico, a deslumbrante síntese das mais altivas aspirações dos espíritos livres, nestas plagas esplêndidas do novo mundo, como em toda e qualquer parte onde não deva medrar a tirania. Saudando pois à ‘*República*’ com a maior efusão de nossa alma, enviamos um aperto de mão aos 58 ilustres signatários do manifesto republicano, estampado no 1º. n. do órgão do partido a que nos ufanamos de pertencer desde 1849, quando contávamos apenas 14 anos de idade. [...] Rogamos ao Clube republicano que se digne lançar também o seguinte nome, o mais obscuro de todos, *no grande rol de culpados* por crime de lesa-majestade: *David Moreira Caldas*, que será constante em bradar em qualquer parte desta formosa terra de Santa-Cruz: *VIVA A GRANDE FEDERAÇÃO BRASILEIRA; VIVA O ESTADO DO PIAUÍ; VIVA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA* (grifos do original).<sup>525</sup>

<sup>523</sup> GOUVÊA, Maria de Fátima. *O império das províncias*: Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.29.

<sup>524</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira...* p. 261.

<sup>525</sup> CALDAS, David Moreira. Viva a República. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 3, n. 49, p.1, 16 jan. 1871.

A partir de então, várias pessoas ostentavam publicamente suas opções políticas, propagando-se o republicanismo a outras plagas brasileiras. Era o tempo de David Caldas entrar na luta pelo fim da Monarquia e pelo estabelecimento da República, de forma coletiva, dentro de um partido, por isso se interessava em ter o nome inscrito no novo partido.

Para a concretude desse desejo, o jornalista solicitou, por carta ao Diretório do Partido Liberal na província, rescisão do cargo de redator do *A Imprensa* e do diretório do partido. Doravante seu partido naquele momento seria o republicano, opção respeitada pelos liberais piauienses, membros do diretório piauiense, que não colocaram empecilhos à sua saída, pois entendiam os motivos; e conservaram as relações de amizade.<sup>526</sup>

Ao deixar o Partido Liberal, David Caldas dedicou-se ao movimento republicano brasileiro. O Manifesto foi publicado na íntegra nas primeiras páginas do jornal *O Amigo do Povo* e multiplicaram-se, nas páginas do periódico, os artigos intitulados *Viva a República*, assim como as correspondências com a imprensa republicana nas diversas províncias brasileiras também aumentaram.

O entusiasmo político do *O Amigo do Povo* cresceu ao longo dos seus cinco anos de publicação, lançando os fundamentos da identidade do segundo jornal de que David Caldas foi proprietário e redator principal, intitolado *Oitenta e Nove*, fundado no início de 1873 e apresentando como subtítulo *Monitor Republicano do Piauí*. Por ironia do destino, na publicação do seu editorial, Caldas renunciou a instalação da República para o ano de 1889, portanto, quase 17 anos antes do fato consumado.<sup>527</sup>

---

<sup>526</sup> CALDAS, David Moreira. Resolução. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 3, n. 50, p.3, 31 jan. 1871.

<sup>527</sup> O prenúncio ficou conhecido pela posteridade, principalmente no século XX, como sendo a “profecia” de David Caldas, expressa nas seguintes palavras: “Enquanto, porém, não avançamos tanto, a ponto de chegar a uma idade quase angélica, seja-nos permitido ter a Fé robusta de ver a República Federativa estabelecida no Brasil, pelo menos daqui a 17 anos – ou em 1889, tempo assaz para a educação livre de uma nova geração, para a qual ousamos apelar cheio da maior confiança”. Conferir: PINHEIRO FILHO, 1972, p.30. O tema da profecia de David Caldas no editorial do *Oitenta e Nove* foi bastante recorrente entre os jornalistas, poetas e políticos que se referiram às suas qualidades, na primeira metade do século XX. Seu nome ganhou proporções nacionais por essa característica. Em 1934, o jornalista maranhense Viriato Corrêa escreveu uma coleção de artigos sobre David Caldas que foram publicados no *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro, entre 2 e 7 de outubro, destacando sua vida através do devotamento aos estudos e à propagação da causa republicana no Brasil. Acreditamos que Viriato Corrêa escreveu, talvez, o maior conjunto de textos sobre David Caldas, na primeira metade do século XX. Os artigos foram reunidos na coluna intitulada *O Propagandista desconhecido* e são ricos, para se analisar a construção da memória de David Caldas. Eis o trecho de um deles: “A mais curiosa e a mais impressionante figura da propaganda republicana é justamente uma que quase ninguém conhece – David Moreira Caldas. Impressionante e curiosa por todos os aspectos: pela cadente dedicação à causa liberal, pela sinceridade ideológica, pelo sacrifício, pela impavidez com que se atirou voluntariamente ao sacrifício. E mais ainda: pela feição clarividente e profética que deu à sua ação de propagandista. David Caldas tem na história republicana esta excentricidade surpreendente:

O *Oitenta e Nove* pouco divergiu da estrutura jornalística do antigo jornal de David Caldas. Sobre o novo noticioso a jornalista Ana Regina Rêgo afirma que “[...] continua com o mesmo estilo do jornal anterior, ou seja, com artigos a favor da república e democráticos, denúncias concernentes à situação do Brasil e ao governo monárquico, críticas à Casa Imperial e à figura do imperador, embora mais amenas”.<sup>528</sup> Em suma, a visão maniqueísta sobre Monarquia e República perdurava.

O manifesto de 1870 produzido pelo Clube republicano do Rio de Janeiro e publicado no jornal *A República*, naquela mesma província, foi o documento que primeiro lançou as características do movimento para todo Brasil.<sup>529</sup> Seu sucesso entre os políticos e intelectuais que criticavam a Monarquia brasileira e desejavam reformas democráticas foi expresso em grande número de periódicos, nas várias províncias.

Uma verdadeira comunhão dos valores republicanos formava-se, no Brasil, em torno das ideias daquele manifesto. Atento às adesões feitas ao Partido Republicano nas diferentes províncias, David Caldas destacava em suas matérias o crescimento do movimento republicano no Brasil, projetando o fim próximo da Monarquia:

O brilhante manifesto, que hoje acabamos de reproduzir em nosso pequeno periódico, há sido igualmente transcrito em diversos órgãos liberais, entre os quais citaremos os seguintes, que temos recebido: a *União Liberal*, o *Jornal da Fortaleza*, o *Liberal do Norte*, o *Democrata de Cabo Frio* e o *Correio Noticioso*.

[...] As ideias são como os vapores que se elevam da terra; os quais, quando se condensam no espaço, fazem muitas vezes partir deles o raio sem que se enxergue a mão poderosa que o despele fulminante...

Dá-nos esperanças as adesões que a *República* vai tendo, quase diariamente, por todos os ângulos da dilatada terra do Cruzeiro.

[...] Vejamos como se engrossa a nuvem; registremos as adesões que a *República* vai tendo: os exemplos são eloquentes.

O importante Clube Radical de São Paulo converteu-se em Clube republicano, filial do da corte. O radicalismo lá na esperançosa pátria dos Feijó e dos Andradas achava-se quase organizado, com imprensa, clube,

---

predisser a Proclamação da República, marcou, determinou o ano em que se daria a proclamação. Quem era esse homem? Perguntará o leitor. Algum adivinho? Algum feiticeiro? Não. Um obscuro e fogueiro jornalista do norte. [...] Mas ninguém procure ver no jornalista do Piauí traços estranhos de inspirações misteriosas. Ele era apenas um homem inteligente, culto, conhecedor da história, que tinha por hábito tirar da história lições mais profundas do que tiravam os homens de seu tempo”. Conferir: CORRÊA, Viriato. David Moreira Caldas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 2 out. 1934. Viriato Corrêa coloca bastante ênfase no acerto de David Caldas sobre o ano em que seria proclamada a República no Brasil, porém não atribui qualquer caráter sobrenatural a esse acerto. No entanto, diante de tal “acerto”, David Caldas ficou conhecido sob a alcunha de “o profeta da República”, fato que vigora até os dias atuais.

<sup>528</sup> RÊGO, Ana Regina. *Imprensa piauiense...* p. 115.

<sup>529</sup> PESSOA, Reynaldo Carneiro. *A ideia republicana no Brasil através dos documentos*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1973, p. 39.

lojas maçônicas e escolas: eram seus órgãos de publicidade – o *Correio Paulistano*, a *Gazeta de Campinas*, o *Paulista*, o *Sorocabano*, o *Democrata*, e parece que a *Imprensa de Santos*, os quais, certamente, terão sido acordes em arvorar, ultimamente a gloriosa bandeira da *República*.

[...] Em Pernambuco acaba de sair à luz, o 1º n. da *República* órgão do nosso partido naquela província; constando-nos que também apareceu ali uma outra folha republicana com o nome de *Redenção*. Os periódicos – *O Americano* e o *Outeiro Democrático*, que já existiam, aderiram às novas ideias (grifos do autor).<sup>530</sup>

Em várias províncias brasileiras, levantavam-se homens em favor da causa republicana, juntamente com os assinantes do manifesto de 1870. Alguns piauienses apostavam também no Partido Republicano como instrumento de mediação política que respondia aos problemas que encontravam na Monarquia de D. Pedro II. O primeiro citado por David Caldas, através das páginas do periódico *O Amigo do Povo*, foi o poeta Licurgo de Paiva; os dois eram amigos. No jornal de número 52, o jornalista divulgou a mudança partidária do poeta, pois Licurgo fazia parte do Partido Liberal. Além disso, reproduziu o poema intitulado “A República”, que também era o título da notícia divulgada. Eis algumas estrofes da poesia:

Saúdo a ideia gigantesca e nobre  
Que como o jorro de Moisés rebenta  
Ao colosso d’América do sul...  
É tempo de bebermos nessa fonte,  
Expelindo de nós eternamente  
O opróbrio de Saul.

Tiradentes – agora...oh, grande Otoni,  
Desperta todos vós...Nunes Machado.  
Onde estais?...não ouvís este rumor?...  
Somos nós, que bradamos altamente  
Que queremos ser livres da tutela  
De um único senhor!

[...]  
Onde foi, em que seio mais robusto,  
Dentre povos novéis – neste universo,  
Tamanha aspiração já rebentou?  
Onde foi, em que parte, onde, em que tempo,  
Um brado estridente de – República-  
Acaso se escutou

[...]  
Daqui eu vos saúdo; e se estas vozes  
Podem cheias de ardor transpor os mares  
Nesse esforço que faz meu coração:  
Inscrevei-me também no grande livro,  
Que há de um dia encerrar esta legenda:

<sup>530</sup> CALDAS, David Moreira. Adesões. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 3, n. 52, p. 4-5, 28 fev.1871.

- Brasil, já sois nação!...<sup>531</sup>

O poema foi considerado a “profissão de fé” do poeta em relação ao Partido Republicano. Observamos nele um antimonarquismo feroz, ao mesmo tempo em que a República era exaltada como a libertadora das algemas impostas por um único governante. Licurgo de Paiva conclama sujeitos que, em suas práticas, já visavam o rompimento com o regime Monárquico, a exemplo de Tiradentes, mostrando que esse ideal não era novo, mas um sonho que já havia em “grandes brasileiros”.

O poeta inebriava-se em meio às inúmeras vozes que ecoavam na República, vozes que vinham de além-mar, outras que se escutavam em paragens brasileiras, muitos que se uniam para fazer ressoar o ideal de uma nação verdadeiramente livre. Diante disso, podemos afirmar que foi com satisfação que David Caldas reproduziu, em seu periódico, a profissão de fé de Licurgo de Paiva, em forma de poema:

Debaixo desta epígrafe escreveu Licurgo de Paiva uma patriótica poesia, que nos enviou para ser publicada, declarando-nos que era ela a sua profissão de fé nos arraiais do novo partido que tão pujante se levanta nesta grande porção da América do Sul, fadada aos mais altos destinos.  
[...] É com sumo prazer que damos à luz a bela poesia do nosso supradito amigo e correligionário que tão animosamente se empenha em seguir a perigosa senda que tanto pode ter no fim um arco de triunfo e coroas de louro, como apenas a armação do horrendo patíbulo, e mais uma ordem de *salvação* para a casa que tiver sido habitada pelo temerário *inimigo do trono* (grifo do autor).<sup>532</sup>

A escrita do jornalista evidenciava as dificuldades de se tornar republicano no Império brasileiro. Tal decisão, para Caldas, era subverter a ordem, tendo-se de estar preparado, tanto para o sucesso da transformação política, quanto para o infortúnio da repressão por parte do governo monárquico. As declarações dos novos partidários, frequentes em seus jornais, foram caracterizadas como demonstrativas de desapego, coragem e fé, atribuídas pelo redator àqueles que ingressavam publicamente no Partido Republicano.

Esses eram descritos como verdadeiros soldados que arriscavam suas vidas em prol da instalação do novo regime, envolvidos em uma guerra de disputa sobre a “salvação da pátria”. O momento era de tensão política para aqueles que abraçavam a causa republicana, declarando-a publicamente.

Ressaltamos que havia nisso um uso de artifício retórico, pois, na prática, não houve repressão aos opositores por parte da monarquia. Nem após a Abolição em 1888. Nem sequer

<sup>531</sup> PAIVA, Licurgo de. A República. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 3, n. 52, p.5, 28 fev. 1871.

<sup>532</sup> CALDAS, David Moreira. A República. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 3, n. 52, p.5, 28 fev. 1871.

na própria Corte. Por isso, a cada novo ingressante, a satisfação e a vontade política do jornalista aumentavam. Tomemos como exemplo o trecho a seguir:

[...] Sim, é justamente nos momentos de ansiedade, de dúvida no triunfo, que mais se realça a coragem desinteressada do soldado brioso que tudo vem arriscar pela salvação da pátria.

Essas considerações que ali ficam, escrevemo-las ao correr da pena, poucos instantes depois de lermos uma carta do Sr. Raimundo Antônio Borges Filho, datada de São Gonçalo a 5 do corrente, na qual dá-nos autorização para alistá-lo francamente nas nossas fileiras, fazendo publicar por este periódico a sua patriótica resolução, digna de todo louvor.

[...] É com grande prazer, pois, que nos encarregamos de fazer ciente aos nossos comprovincianos que o digno Sr. Raimundo Antônio Borges Filho é republicano convicto e ostensivo.

Dada esta ciência ao público, e apontado tão belo exemplo, resta-nos enviar um aperto de mão ao amigo distinto e ao correligionário intrépido.<sup>533</sup>

Sobre o processo de formação do Partido Republicano no Piauí, percebemos que, diferente das províncias como São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Rio Grande do Sul, não foram muitos os que se declararam por meio da imprensa. Em decorrência do pequeno número de nomes divulgados, David Caldas registrava, com muita satisfação, os novos correligionários do seu partido, mostrando-os como modelos a serem seguidos. Nesse sentido, o partido crescia lentamente, no início da década de 1870, na província piauiense.

No meio jornalístico, destacava-se a atuação de David Caldas e o número de leitores e assinantes, que se mostravam suficiente para permitir a existência dos periódicos e a circulação de informações àqueles que apreciavam o novo projeto modernizador. Como afirma Teresinha Queiroz a respeito dos assinantes e dos compradores de números avulsos do jornal *Oitenta e Nove*:

Em janeiro de 1875 ainda circulava o jornal *Oitenta e Nove*. David Caldas, então, via-se às voltas para suprir o déficit de suas contas e equilibrar receitas e despesas. Durante o ano de 1874, havia recebido apenas o valor de 66 assinaturas e rogava aos devedores que tivessem ‘a bondade de mandar satisfazer seus compromissos’. Pelo teor do anúncio, o número de assinaturas do jornal deveria ser bem superior às 66 assinaturas, cujo pagamento fora integralizado. E, é claro, o jornal também tinha vendagem avulsa. É possível que a tiragem fosse superior a 200 exemplares.<sup>534</sup>

A atuação de David Caldas no Partido Republicano da província do Piauí, se dava através da sua escrita jornalística e não concernia no desejo de liderar o movimento político

<sup>533</sup> CALDAS, David Moreira. Adesão franca. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 3, n. 57, p.1, 15 maio 1871.

<sup>534</sup> QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *Os literatos e a República*: Clodoaldo Freitas e Higino Cunha e as tiranias do tempo. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2011, p. 219.

contestatório, muito menos em formar um clube republicano ao molde daqueles encontrados, à época, em outras províncias. A ação que mais lhe interessava, portanto, era utilizar a imprensa como veículo de propagação da ideia, divulgando artigos antimonárquicos, além de notícias relacionadas ao crescimento do movimento no Brasil. Desse modo, seguia representando a República como a solução mais acertada para o progresso do Brasil, no intuito de influenciar os leitores quanto a esse valor político.<sup>535</sup>

David Caldas não era um líder partidário que dirigia os demais adeptos do republicanismo. É possível afirmar que, no início da década de 1870, não havia um líder ou líderes, já que não foram realizados nesse período congressos ou convenções, nem mesmo formalizada uma organização partidária, embora já se entendessem como partido.

Tal configuração do Partido Republicano piauiense também pode ser observada em várias províncias do Brasil, com exceção de São Paulo.<sup>536</sup> Conforme Teresinha Queiroz, “[...] se não havia um movimento formalmente organizado em torno de David Caldas, existia público e interesse pela crítica radical ao regime”.<sup>537</sup> A ideia era cada vez mais difundida e o seu número de seguidores aumentava no decorrer dos anos.

Entretanto, as formas de apropriação do republicanismo e das práticas dos seus adeptos eram variadas, ou seja, não apresentavam uma única forma de posicionamento político. David Caldas discorreu em 1871 sobre elas, criticando aqueles que se mostravam inseguros diante da opção pelo partido e elogiando aqueles que abraçavam publicamente e com destemor à causa:

Não é pequeno o número de republicanos que existem nesta província; mas, infelizmente, uns tem entendido erroneamente que devem sem inconveniente algum continuar agregados ao Partido Liberal, como nós mesmos estivemos até 16 de janeiro do corrente ano; outros declaram que são teoricamente apenas, receando que a república não possa ser posta em prática no nosso país, quando o povo não está ainda preparado para receber tão bela instituição, por falta da precisa educação e instrução, na escola da liberdade;

<sup>535</sup> BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996, p. 69.

<sup>536</sup> MORAES, Evaristo de. *Da monarquia para a república: 1870-1889*. 2. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985, p. 16. São Paulo foi uma exceção no período como bem destacou Renato Lemos: “Apenas em São Paulo os republicanos conseguiram construir um partido de fato. Aí, se organizaram não só médicos, engenheiros, advogados, jornalistas e comerciantes, em geral maioria nos núcleos republicanos de outras regiões, mas também expressivo contingente de fazendeiros de café do oeste, que representaram 50% dos delegados presentes à Convenção de Itu que, em 1873, fundou o Partido Republicano Paulista. O projeto republicano federalista oferecia a esses agricultores efetiva via de acesso ao poder político, uma vez que o poder econômico eles já encarnavam”. Conferir: LEMOS, Renato. A alternativa republicana e o fim da monarquia. In: SALLES, Ricardo; GRINBERG, Keila. *O Brasil imperial: volume III (1870-1889)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 415.

<sup>537</sup> QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *Os literatos e a República...* p. 219.

outros finalmente mostram-se titubeantes no meio do caminho, entre o receio de escalar os pés na subida fragosa e a dúvida cruel a respeito do bom resultado de tão grande sacrifício que se lhes afigura de antemão como um esforço sobre-humano mais fácil de perder-se ou inutilizar-se do que triunfar.

No meio da descrença que lavra, acabrunhando os brios da nação cativa, é nobre a afoiteza, a abnegação, a firmeza daqueles que se apresentem a peito descoberto e se ofereçam para *sentinelas perdidas* nos postos avançados da legião republicana aonde falte ainda a disciplina, a decisão rápida e intrépida do veterano ou a ardidez do combate heróico embora novel (grifos do original).<sup>538</sup>

Uma pluralidade de formas de apropriação da ideia republicana é percebida nas palavras acima, algumas delas reprovadas por David Caldas. A título de exemplo, citemos o caso de alguns políticos que não deixavam seus partidos monárquicos, grande maioria formada por liberais, para se coligarem ao Partido Republicano que “[...] oferecia poucos atrativos à maioria dos políticos que tivesse possibilidades de subir a postos eminentes na vida política”.<sup>539</sup> Essa prática sugere o aspecto fisiológico dos políticos piauienses.

Outro grupo de republicanos piauienses analisado pelo jornalista concebia que os novos ideais poderiam até ser plausíveis para a regeneração estrutural do Brasil, no entanto, apontavam que o “povo brasileiro” não estava capacitado para entender e colocar em prática os valores democráticos anunciados pela propaganda republicana, devido à sua insuficiência educacional. Essa hipótese foi desprezada por David Caldas, pois acreditava que, mesmo sem um preparo educacional, o “povo” poderia acolher os princípios políticos defendidos.

De fato, os próprios jornais *O Amigo do Povo* e *Oitenta Nove* eram utilizados como meios pedagógicos, vislumbrando o ensino e a adesão à ideia. Em especial, *O Amigo do Povo* fora criado não para gerar rendas a si mesmo, uma vez que abaixo do título se lia o seguinte: “Este jornal publicar-se-á duas vezes por mês; distribui-se gratuitamente às pessoas pobres que souberem ler e quiserem recebê-lo na tipografia onde é impresso”.<sup>540</sup>

O próprio preço da sua assinatura por trimestre era bem reduzido. O que pressupomos a partir desse aspecto é que o publicista procurava alcançar o maior público de leitores possível. Assim, o jornal seria, para ele, um instrumento de conquista de adeptos por um caminho “evolucionista”, entendendo que a república seria alcançada por meio de um longo

<sup>538</sup> CALDAS, David Moreira. Adesão franca. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 3, n. 57, p.1, 15 maio 1871.

<sup>539</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira...* p. 250.

<sup>540</sup> PINHEIRO FILHO, Celso Pinheiro. *História da imprensa no Piauí*. Teresina: COMEPI, 1973, p.27.

processo de educação de amplos setores da sociedade, que acabariam por legitimá-la como forma superior de organização política.<sup>541</sup>

Por isso, o redator procurava orientar seus leitores quanto ao conteúdo do seu periódico:

Toda atenção. Pedimos que a prestem os nossos leitores para o artigo transcrito, que se vê noutra parte deste periódico, sob o título de *O Soldado e o Povo*.

Nele encontram um monumento de eloquência democrática, que até vale a pena decorar-se para que melhormente se infiltre na alma; suavizando o coração e iluminando a inteligência. É, na verdade, um escrito de merecimento duplo: comove e entusiasma ao mesmo tempo.

Não é a *marselhesa* revolucionária, que nele se vê, é porém, em prosa magnífica, a *marselhesa* da civilização pacífica e da liberdade ativa!

Ainda mais, *O Soldado e o Povo* é um raio deslumbrante que pode fulminar aos tiranos: é uma inspiração digna de Benjamin Franklin, digna de um grande cidadão americano...

Ignoramos quem seja o autor de tão belo escrito: encontramos-lo já transcrito em um jornal da Paraíba. Que o apreciem também os nossos leitores (grifos do original).<sup>542</sup>

Encontramos na transcrição a clássica oposição aos reis, à monarquia e às suas instituições, para David Caldas tudo isso representava a “tirania” que vislumbrava ser “fulminada com um raio deslumbrante”. O texto também faz referência a outros aspectos que estão presentes em sua escrita jornalística, como, por exemplo: a exaltação da democracia e da liberdade, a mudança de regime governamental, de forma ordeira e pacífica, visando ao estabelecimento da república conforme o exemplo “americano” dos Estados Unidos.

Ressaltamos que, na província do Piauí, a ideia republicana não encontrou número de adeptos significativo ao ponto de gerar maiores preocupações, quanto ao seu conteúdo, por parte dos monarquistas. A preocupação centrava-se mais em como seria esse governo na prática. Alguns dos fatores para o não desenvolvimento da ideia, no que concerne à sua influência sobre a política local, podem ter sido além do conservadorismo dos homens de imprensa, a linguagem muitas vezes pouco acessível que David Caldas utilizava no seu periodismo. Em vários momentos, esta dificuldade de comunicação foi motivo de reclamação por parte dos seus assinantes, como expressa notícia publicada no jornal *O Amigo do Povo*:

Vários dos nossos assinantes nos têm pedido para escrevermos em estilo mais claro, ao alcance de todos os leitores; bem como que não empreguemos termos turcos, que nem todos sabem o que significam. Concordamos com a

<sup>541</sup> LEMOS, Renato. *O Brasil imperial...* p.418.

<sup>542</sup> TODA ATENÇÃO. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 2, n.3, p.4, 26 ago. 1868.

primeira representação, que achamos justa; tanto mais quando este periódico foi fundado para o povo propriamente dito.<sup>543</sup>

Além disso, a ausência de clubes republicanos, palestras públicas, *meetings* republicanos e de um periódico de largo acesso ao público não letrado, como a *Revista Ilustrada*, publicada na Corte, também pode ter sido relevante para a ocorrência da baixa discussão e alcance da propaganda republicana no Piauí.<sup>544</sup>

Importa, pois, neste momento, analisarmos seu estilo jornalístico de modo que possamos averiguar a forma como se comunicava com seus leitores e estabelecia seus conceitos políticos ao tempo em que defendia a república e repudiava a monarquia. Nesse sentido, abordaremos inicialmente sobre o seu “ataque” à monarquia e depois a “defesa” da república, vislumbrando responder a duas questões fundamentais: *O que atacava/defendia? Como atacava/defendia?*

### 3.1.1 A República e a Monarquia em David Caldas

David Caldas considerava que no regime monárquico prevalecia por excelência o interesse privado – personificado em D.Pedro II. A república, por outro lado, seria o regime no qual a vontade coletiva predominaria. Esse caráter monárquico desenvolvia uma série de “privilégios” no exercício das leis, favorecendo os mais poderosos economicamente:

[...] E nas monarquias?  
E no nosso país?  
A lei que pune, a lei que condena existe para os pequenos, vítimas inermes dos catões burlescos. Os que, porém, não conseguiram subir meia polegada na escala social zombam do poder e da justiça, e realizam seus intentos tenebrosos contando com a impunidade.<sup>545</sup>

O ataque à monarquia centrava-se, dessa forma, nas desigualdades políticas, econômicas e sociais que o publicista acreditava serem fomentadas pelo regime de governo vigente. Assim, instituições e rituais próprios da monarquia eram criticados por seu “luxo”: “O governo monárquico é um artefato político de mero luxo; tendo por consequência o defeito da pompa imoderada, que sempre foi o germe da corrupção”.<sup>546</sup> Essa “pompa

<sup>543</sup> O AMIGO DO POVO. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano1, n.5, p.1, 30 set. 1868.

<sup>544</sup> Sobre a importância da *Revista Ilustrada* para a difusão dos ideais republicanos no Império, conferir: LOPES, Aristeu Elisandro Machado. *A República e seus símbolos: a imprensa ilustrada e o ideário republicano*. Rio de Janeiro, 1868-1903. 2010. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

<sup>545</sup> OS CRIMES NAS REPÚBLICAS. *Oitenta e Nove*. Teresina, ano 2, n.29, p.1, 29 set. 1874.

<sup>546</sup> MÁXIMAS E PENSAMENTOS. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 1, n. 11, p.3, 2 dez. 1868.

imoderada” foi menosprezada por David Caldas em seus escritos, principalmente quando descrevia comemorações relacionadas à família imperial como, por exemplo, em aniversários quando ocorriam rituais como o “Beija mão”, assim:

No dia de hoje. Beija mão estúpido, pólvora gasta inutilmente com salvas, condecorações aos alqueires e lá na corte: 20 bailes apatetados nas capitais de províncias!  
 Repartições fechadas...folia concedida aos “escravos” por ser dia de anos do branco, neto de João Beijola.<sup>547</sup>

Estupidez, inutilidade e irrazoabilidade eram alguns dos adjetivos empregados pelo redator quando noticiava os rituais relacionados à monarquia.<sup>548</sup> Tal esforço visava diminuir ou mesmo retirar à aura monárquica a sacralidade, magnanimidade e inviolabilidade que, conforme o publicista, as leis, os rituais e o próprio imaginário popular ajudavam a reforçar. Para David Caldas, todos deveriam ser tratados igualmente. Como fundamentação argumentativa, muitas vezes se utilizava da própria Constituição imperial de modo que, através dela, prescrevia o princípio liberal de igualdade entre todos os cidadãos brasileiros.

Encontramos essa questão no jornal *O Amigo do Povo*, em artigo com o sugestivo título *A lei deve ser igual para todos*, publicado em 16 de setembro de 1868:

O artigo 99 da constituição do império determinou que a pessoa do imperador fosse *inviolável e sagrada*, e com efeito tem-no sido até hoje; não havendo quem se atreva a tomar contas ao poder irresponsável que se acha acastelado naquela fortaleza inexpugnável.

A mesma constituição, art. 179 § VII, por exemplo, determinou que todo cidadão tivesse em sua casa um *asilo inviolável*; o que todavia não se observa às mais das vezes; por quanto, os próprios agentes do governo, hão frequentemente violado semelhante disposição que parece destinada a não passar de mera ficção.

Despreza-se assim o direito de muitos; enquanto se idolatra o de um só, que apenas tem de grande a fortuna – sempre caprichosa!

É destarte que a lei – torna-se uma verdade favorecendo a um indivíduo; enquanto não passa de uma atroz mentira, prometendo a tantos infelizes – aquilo que aliás não querem que ela dê liberalmente.

<sup>547</sup> PARTE NOTICIOSA. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 1, n. 11, p.4, 2 dez. 1868.

<sup>548</sup> Nesse mesmo sentido ele desvalorizou os ritos celebrativos do natalício de D. Pedro II em 1870, quando ocorreu Te Deum e o Beija mão: “O Sr. D. Pedro Bibiano de Bragança e Bourbon faz hoje o seu 45º aniversário natalício, pelo que está havendo na corte uma estúpida cerimônia chamada de *grande gala*, e dando-se a baixa de sua majestade à imperial capela: haverá *Te Deum*, e depois dele o *edificante* e patriarcal [...] beija mão. Semelhante *Te Deum* é um insulto feito ao Criador, porquanto estamos convencidos de que aquela *preciosa* vida conservou-se até hoje como a de qualquer cobra a que não houvesse ainda chegado a vez de levar cacete na cabeça, por falta de ocasião azada. Por isso não há de que dar graças a Deus”. Conferir: CALDAS, David Moreira. Viva a República. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 3, n. 47, p.1, 2 dez. 1870.

Abaixo o privilégio! Fora a fortuna! Viva o *direito* e a *justiça* (grifos do original).<sup>549</sup>

A monarquia seria o regime do privilégio de poucos ou mesmo de um só – quando se referia diretamente ao imperador – por isso, a falta de igualdade era o principal alvo dos seus ataques. Essa lógica pressupõe a isonomia no Império vista como devir inalcançável, tendo em vista que suas prerrogativas legais não passavam de uma “mera ficção”. Com efeito, para David Caldas, o edifício moral, jurídico e político da monarquia não se sustentava, uma vez que não era construído sobre valores da civilização moderna preconizada nos ideais universais de igualdade, fraternidade e liberdade.

Assim, toda e qualquer desigualdade estava calcada no usufruto da riqueza pública pelo monarca e sua família:

[...] O luxo da casa *real* tem sua origem numa partilha leonina; segundo a qual o chefe do estado *monárquico* apodera-se da melhor parte da riqueza pública.

[...] O luxo na casa do *rei* é indício de miséria nas choupanas dos súditos: o luxo da casa do *rei* é, pois mantido ilicitamente, embora com hipocrisia se aponte para uma intitulada lei que o autorize. Na verdade, é preciso roubar a muitos para se poder sustentar a magnificência de um só que não tem sólida riqueza, legitimamente adquirida, nem tampouco um direito incontestável de onde possa auferi-la (grifos do original).<sup>550</sup>

O dever dos súditos quanto à sustentabilidade financeira do rei, em sua magnificência, era contestado e concebido como sinal de desigualdade, privilégio absoluto do monarca no usufruto da maior parte da riqueza pública, uma vergonha na era de igualdade que David Caldas intitulou de civilização moderna. Não havia razão para a falta de igualdade na distribuição da renda nacional; para o publicista, isso não passava de um roubo da “casa real”:

A hereditariedade, a sagração, a etiqueta, a onipotência e a magnificência *real* são outros tantos absurdos que admira como tem sido tolerados neste século que se diz das luzes. Em o n. 4, deste periódico [*O Amigo do Povo*] já tratamos da *sagração*: hoje trataremos perfunctoriamente da magnificência, e mais logo nos ocuparemos daqueles outros absurdos que fazem a vergonha da civilização moderna (grifos do original).<sup>551</sup>

<sup>549</sup> A LEI DEVE SER IGUAL PARA TODOS. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 1, n. 4, p.2, 16 set. 1868.

<sup>550</sup> CALDAS, David Moreira. *O Amigo do Povo*. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 1, n.6, p.1, 14 out. 1868.

<sup>551</sup> CALDAS, David Moreira. *O Amigo do Povo*. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 1, n.6, p.1, 14 out. 1868.

Para o publicista, essa situação em que se encontrava o Brasil decorria da existência do Poder Moderador<sup>552</sup> que, ainda na redação do jornal *A Imprensa*, “nulificava a ação dos outros poderes”. Além disso, usurpava a liberdade de todos ao erguer os alicerces do absolutismo “ameaçador das tendências de liberdade inatas ao espírito americano”.<sup>553</sup> Contra esse cenário, apelava para os princípios liberais de igualdade entre todos os cidadãos, prescrevendo sua adoção na realidade brasileira. Nesse sentido, escreveu no periódico *O Amigo do Povo*, publicado em 16 de setembro de 1868:

A constituição petroniana (sic) é um caos, onde domina o absurdo; é um amálgama composto de quatro elementos diversos que se chocam entre si; querendo um deles preponderar com detrimento dos outros: é preciso, por sem dúvida, que haja ordem na gravitação geral, é preciso enfim, antes de tudo, que ali *se faça luz*.

A nação deve pronunciar o seu *fiat*; tendo fé no seu soberano querer.

*A água, a terra, o ar e o fogo* se separem de um modo inequívoco, de maneira que possa haver *equilíbrio* conveniente: ponha-se, finalmente, um dique ao cataclismo indefinido. Brilhe depois o *sol* da liberdade, em todo o seu fulgor: grave em torno dele, com leis invariáveis, cada indivíduo – a maneira de um mundo; refletindo a luz que parte do centro comum.

O chefe do sistema, fixo no seu centro, não se suponha ser absoluto da luz que não será senão uma *atmosfera luminosa* que o rodeie, destinada a iluminação e vivificação dos corpos que circundem-no; não tanto porque ele seja o maior de todos, mas principalmente por ser o depositário da auréola resplandecente, a cujos raios todos devam ter direito (grifos do original).<sup>554</sup>

Devido à existência do Poder Moderador, para David Caldas, não havia separação de poderes com suas respectivas autonomias respeitadas, posto que, como sendo mais poderoso que os demais, aquele terminava por absorver os outros e, assim, minava-se a garantia do indivíduo em face ao absolutismo.<sup>555</sup> Em decorrência disso, os poderes da monarquia eram supervalorizados, contudo, o redator fazia questão de lembrar que o “poder moderador [era] uma delegação da nação” e que tinha o direito de cassar os poderes concedidos ao imperador, assim que “[...] o povo compenetrar-se dos seus direitos e reivindicá-los sempre que forem usurpados como tem-nos sido pelo Sr. D. Pedro II”.<sup>556</sup> O próprio “povo”, segundo o publicista, não se revoltava com tal situação de usurpação monárquica que tanto descrevia em

<sup>552</sup> Para um estudo sobre o tema da responsabilidade que permeou os debates em torno do Poder Moderador na imprensa da Corte, no início da década de 1860, conferir: BARBOSA, Silvana Mota. *A sphinge monárquica: o poder moderador e a política imperial*. 2001. 414 p. Tese (Doutorado) – UNICAMP. Campinas, 2001.

<sup>553</sup> A IMPRENSA. *A Imprensa*. Teresina, ano 4, n.185, p.1, 10 fev. 1869.

<sup>554</sup> CALDAS, David Moreira. Cosmogonia política. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 1, n.4, p.2, 16 set. 1868.

<sup>555</sup> RÉMOND, René. *Por uma história política...* p.28-29.

<sup>556</sup> CALDAS, David Moreira. Cosmogonia política. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 1, n.4, p.2, 16 set. 1868.

seus escritos. Nesse sentido, a população era apresentada como “manequim” nas mãos do rei, “escrava” ou um mero “pedestal” para os desmandos do rei.<sup>557</sup>

Em paralelo aos juízos de Caldas sobre o Poder Moderador havia também suas apreciações sobre o comportamento político da sociedade brasileira. De modo geral, o mesmo era descrito por ele como deplorável no que concerne a uma conscientização crítica da situação e isso provinha da falta de escolarização e leitura. Nesse sentido, apresentou o comportamento político do povo, na época das eleições provinciais, no periódico *O Amigo do Povo*:

[...] Aos esbirros, espoletas e capangas sucedesse os bebedores de cachaça, os vendedores de votos, os carneiros das diferentes malhadas, *os que dão vivas sem a menor consciência: poucas cabeças no meio de muitas goelas; de muitas barrigas, e de muitos pés.*  
 Espetáculo na verdade contristador!  
 Se não temos escolas! Se ninguém lê! Se bem poucos prezam a própria dignidade!  
 Que o povo se nobilite, instruindo-se e pugnando honrosamente pela manutenção dos seus direitos, presentemente tão deturpados! Que o povo se respeite a si mesmo; se quer exercer a sua legítima soberania; no caso contrário, será sempre um *manequim* – nas mãos do rei e dos miseráveis agentes que o servem (grifos nossos).<sup>558</sup>

Para o publicista, sem instrução não havia mobilização popular contra o *status quo*, considerando que todos se tornavam “escravizados” sob o senhorio do monarca e, por tudo isso, explicou os insucessos financeiros e da não aceitação ideológica que percebia sobre seu próprio periodismo após dezenas de números publicados do jornal *O Amigo do Povo*: “[...] A falta de prosperidade da empresa, estamos certo, não depende da antipatia que por ventura pudesse haver pelas ideias que advogamos: ela tem a sua origem principal na mesquinhez de instrução do nosso povo e quase nenhum gosto pela leitura”.<sup>559</sup>

Mesmo constatando a baixa adesão da população aos seus ideais, o redator mantinha o mesmo estilo de escrita que, pedagogicamente, explicitava seus argumentos ao comparar a monarquia e a república enquanto formas de governos divergentes:

---

<sup>557</sup> Convém ressaltar que não podemos confundir a palavra “povo” com o sentido físico da palavra, ou seja, todos os indivíduos que integram a sociedade, pois o povo em seu sentido político é constituído por aqueles dotados de vontades e interesses próprios. Sob tal ótica, lembramos que “interesses próprios” para a lógica do liberalismo significam, grosso modo, bens a serem defendidos e apenas os têm os possuidores de propriedades e/ou salários. Conferir: PRADO, Maria Emília Prado. *Memorial das desigualdades: os impasses da cidadania no Brasil (1870-1902)*. Rio de Janeiro: Revan, 2005. 2005, p.97.

<sup>558</sup> ESBIRROS, ESPOLETAS E CAPANGAS. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 5, n.85, p.1, 21 set. 1872.

<sup>559</sup> O AMIGO DO POVO. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 5, n.83, p.3, 26 jul.1872.

Aquele que puder dominar a educação de um povo, e conseguir dirigir a seu jeito a instrução de todas as classes sociais, este será necessariamente o senhor delas; senhor absoluto; senhor em toda a extensão da palavra!

Nas monarquias é isso muito fácil ao indivíduo, tornado um semi-deus, que tem em suas mãos a chave miraculosa de toda a organização política e social.

Nas repúblicas, bem constituídas é necessário que o próprio povo, para que se torne senhor de si mesmo, dirija cuidadosamente, sem poupar nem um sacrifício, a própria educação e instrução; tudo em puro proveito da comunidade, como felizmente se pratica nos Estados Unidos.

Se o país real descure de sua educação, sob princípios singelos, francos e moralizados, e se a instrução carece aí de solidez e de bom senso, de balde ele lutará então contra a misteriosa corrente que o empuxa para um abismo insondável, cujo fundo pode conter – ou as fúrias da anarquia, ou o monstro insaciável da tirania coroada.

Desta verdade nos achamos intimamente convencido.<sup>560</sup>

Como propaganda antimonárquica e ao mesmo tempo republicana, o jornalismo de David Caldas produzia uma nítida oposição entre a Monarquia e a República. Com efeito, para o redator, se quiséssemos de fato um regime de liberdade, no qual houvesse soberania popular por meio do usufruto da educação, a opção seria a queda da Monarquia e a instituição da República.

No entanto, o Brasil estava longe de ser como o modelo de República visado pelo escritor: os Estados Unidos. De fato, a nação estava mergulhada nas “fúrias da tirania” sob o domínio “insaciável da tirania coroada”. Outra instituição imperial que para ele reforçava o cenário de barbárie, atraso, desigualdade e intolerância era a escravidão. Observando o contexto agrário e urbano brasileiros, a escravidão “minava por dentro as bases do Estado imperial”.<sup>561</sup>

A exploração do trabalho escravo era a fonte de subsistência para boa parte da população brasileira oitocentista, além disso, o uso dessa mão de obra era fundamento para a riqueza dos grandes senhores de terras. Mas sua conservação era prejudicial, na opinião do antimonarquista piauiense, que entendia a igualdade como direito de todos e que a soberania popular também deveria se estender àqueles que estavam à margem da cidadania.

David Caldas era radical nesse aspecto e não economizou felicitações e elogios aos que concediam cartas de alforria aos seus escravos. Além disso, transcrevia de outros jornais abolicionistas nacionais verdadeiros manifestos contra o regime da escravatura imperial, como o que se lê adiante:

<sup>560</sup> O AMIGO DO POVO. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 5, n. 88, p.1, 7 dez. 1872.

<sup>561</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 293.

Lê-se no *Tribuna*, de Pernambuco, as seguintes palavras, dignas de seu ilustrado e humanitário redator: ‘Unam-se todos os homens que querem a dignidade do Brasil para instarem pela libertação já e já dos escravos.

Enquanto tivermos este cancro, o governo zombará de nós e calcará nossos direitos aos pés.

Acabemos com a escravidão se queremos ser livres.

Zombam dos direitos sociais a pretexto de corrigir escravos: e os *livres* aplaudem, isto é horrível.

Abaixo a escravidão: os homens todos só serão livres e iguais e irmãos quando não houver escravos: só a força, só a tirania mantém a escravidão.

[...] Na América só o Brasil continua o bárbaro sistema da conquista; só ele possui escravos.

[...] Brasileiros, *liberdade aos cativos*.

Só assim seremos livres e dignos da liberdade’ (grifos do original).<sup>562</sup>

A escravidão era tida como um “cancro do Antigo Regime” pelos redatores abolicionistas contemporâneos; fazia-se necessário portanto abraçar o exemplo das demais nações americanas e, desse modo, ter acesso à “civilização das Luzes”. A escravidão era mais uma instituição anacrônica do Brasil e que não apresentava respostas plausíveis para o bem público, com exceção dos grandes proprietários de terras conservadores.

Em vista disso, o referido jornalista noticiou as violências aplicadas aos escravos na província do Piauí, denunciando a falta de respeito e, acima de tudo, atacando o Império por administrar constitucionalmente tal instituição. A escrita de David Caldas instigava o leitor a refletir sobre os valores políticos brasileiros de sua época, intencionando inculcar desejos de mudanças no estado sociopolítico.

Para isso, o redator também utilizava fatos do cotidiano da população piauiense e os transformava em notícia para, ao mesmo tempo, informar o leitor e formar opinião sobre as instituições políticas. Crimes e ações policiais violentas foram noticiados com esses objetivos, como no exemplo a seguir:

A *Imprensa* nº 211, de 11 de agosto [de 1869], e o nosso periódico nº 23, de 21 do mesmo mês, noticiaram, como sabem os leitores, que no termo de Jerumenha um monstro Horácio Ribeiro Soares, no caráter de delegado de polícia, mandou dar 500 açoites em um homem livre e cortar-lhe as nádegas com navalha!

A pobre vítima de tamanha crueldade, em 16 do mês findo passou por um exame de sanidade, perante o Dr. chefe de polícia; declarando então os peritos (Drs. Constantino Moura e Simplício de Sousa Mendes) que ainda depois de mais de 70 dias notavam-se visíveis vestígios e até úlceras, resultantes das sevícias!

O pobre homem, que se chama Manoel Moreira Gomes, acha-se como que inteiramente idiota: ao quanto se lhe pergunta, apenas responde: ‘Não sei!’.

<sup>562</sup> A ESCRAVIDÃO. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 1, n. 19, p.3, 15 maio 1869.

Já ouvimos o Dr. Eliseu de Sousa Martins, secretário da presidência, asseverar que em vez de 500 açoites foram 600, e que o celeberrimo delegado fora quem, com suas próprias mãos, cortara as nádegas do infeliz Gomes com uma navalha!

*Que país livre é este, em que desgraçadamente vivemos expostos à sanha brutal de qualquer demônio arvorado em autoridade policial!*

E não haverá outra punição para o criminoso, além da que sofreu ultimamente: demissão a bem do serviço público? (grifos nossos).<sup>563</sup>

A violência que fora empregada por uma pessoa que deveria representar a ordem imperial motivou David Caldas a questionar a liberdade dos cidadãos no Império diante das autoridades públicas, desejando punição mais severa para quem tão mal fez a uma pessoa. Conforme o redator, isso era o suficiente para suscitar críticas à situação política brasileira. A falta de liberdade era questionada, bem como o uso da força por aqueles que justamente deveriam preservar a ordem. Para o jornalista, o povo ficava, assim, à deriva de qualquer policial tirano.

Outra instituição imperial alvo da oposição de David Caldas era a Guarda Nacional. Criada em 1831 nos moldes franceses como uma instituição de âmbito nacional e subordinada a um ministério civil da Justiça, a Guarda Nacional, segundo Ivan de Andrade Vellasco, “surgiu da necessidade urgente de dotar o Estado de um aparato que pudesse servir como garantia da manutenção da ordem”.<sup>564</sup> Em vista disso, a ela cabia “defender a Constituição, a liberdade, a independência e integridade do Império, manter a obediência às leis, conservar e restabelecer a ordem e tranquilidade públicas e auxiliar o exército de linha na defesa das fronteiras e costas”.<sup>565</sup>

Era formada por uma milícia civil, ou seja, uma força de soldados-cidadãos recrutados e que não apresentavam tanta disciplina e coesão como o Exército. *O Amigo do Povo*, assim como jornais radicais e antimonárquicos de diferentes províncias eram contrários à sua atuação, em geral, caracterizada por eles como violenta e inconstitucional, como destacou artigo do jornal *Propaganda*, da província de São Paulo, transcrito no *O Amigo do Povo*. Eis alguns trechos:

<sup>563</sup> CALDAS, David Moreira. Cidadão Surrado. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 2, n. 25, p.4, 04 nov. 1869.

<sup>564</sup> VELLASCO, Ivan de Andrade. Policiais, pedestres e inspetores de quartelão: algumas questões sobre as vicissitudes do policiamento na província de Minas Gerais (1831-50). In: CARVALHO, José Murilo de. (Org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007b, p. 242-243.

<sup>565</sup> DIAS, Manuel Joaquim de Bulhões, 1859 apud COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2000, p.55.

[...] A Guarda Nacional que nasceu da fúria patriótica em França em suas primeiras épocas de elaboração, serve aqui de meio infalível para esmagar o povo com muito peso.

É por isso que as monarquias, às vezes encasteladas nessas instituições que apresentam-se com uma feição falazmente livre, resistem às ideias novas que lhes sopram as revoluções.

Estamos num ponto da nossa vida política em que só devemos esperar reformas da parte do povo, porque os poderes constituídos, em vertiginoso tripúdio, estão surdos aos justos clamores da ordem perturbada.

[...] A Guarda Nacional, já o dissemos, a Guarda Nacional é um dos muitos instrumentos de que servem-se os nossos governos para ilaquearem a expressão legítima da soberania.<sup>566</sup>

O autor do texto subscrito com o pseudônimo Carrel caminha ao encontro das críticas de David Caldas sobre a Guarda Nacional, percebendo-a como instrumento de preservação do privilégio de poucos em detrimento da qualidade de vida de muitos. Exploradora dos mais pobres e não seguindo, muitas vezes, o que era exigido pela carta constitucional, essa era a imagem da Guarda Nacional que o publicista também veiculava na província do Piauí.

Várias eram as notícias no *O Amigo do Povo* em que David Caldas destacava a usurpação das liberdades individuais dos cidadãos pela atuação da Guarda Nacional e o estado precário de vida dos guardas nacionais, pois:

O pobre guarda nacional é a bem dizer um *escravo* faminto e maltrapilho, que obedece estupidamente a mil senhores, desde o cabo de esquadra até o comandante superior, desde o inspetor de quartelão até o presidente de província, verdadeiro pachá, que humildemente recebe ordens disparatadas dos corruptos vizires do soberbo sultão, tido e havido como filho do sol e neto da lua! (grifo do original).<sup>567</sup>

Aliadas a elas, erigiam-se críticas às práticas do corpo de polícia da província do Piauí, órgão militar semelhante à Guarda Nacional que também apresentava objetivo de assegurar a ordem, debelando qualquer ameaça coletiva e fazendo valer os preceitos legais no cotidiano das ruas.<sup>568</sup> Dessa maneira, as notícias eram utilizadas para criticar o regime monárquico:

Informam-nos que o Sr. comandante do corpo de guarnição desta província tem três praças empregados no seu serviço doméstico, Antônio Pindaíba, Parnaguá e Cardoso; além disso, estão outros empregados em tirar madeiras para a construção de casa e quintal. Consta-nos mais que os pobres soldados, todos *arranchados* não recebem senão o dinheiro indispensável para a compra da tapioca precisa para enganar as mal-aventuradas fardas! É a triste sorte dos guarda-costas do rei! (grifo do autor).<sup>569</sup>

<sup>566</sup> GUARDA Nacional. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 4, n.66, p. 3-4, 30 out. 1871.

<sup>567</sup> CALDAS, David Moreira. *O Amigo do Povo*. *O Amigo do Povo*, ano 1, n. 23, p.1, 21 ago. 1869.

<sup>568</sup> VELLASCO, Ivan de Andrade. *Nação e cidadania no Império...* p.243.

<sup>569</sup> CALDAS, David Moreira. Abuso. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 4, n. 67, p.8, 16 out. 1871.

As explorações dos recrutas pelos superiores da Guarda Nacional apresentadas no artigo de Carrel também eram identificadas por David Caldas no corpo de guarnição da província do Piauí, como retrata a notícia acima. Ao invés de zelar pela segurança pública, os soldados eram obrigados a cuidar dos interesses particulares – casa, quintal – do seu comandante, além de receberem baixos salários. O periodismo de David Caldas salientava uma instituição imperial que violava a constitucionalidade, agindo de forma violenta e autoritária, ou seja, não correspondendo ao objetivo da promoção da segurança da sociedade.

Era apenas mais um instrumento de conservação da desigualdade e opressão que atuava no Império e, de acordo com esse escritor citado no parágrafo anterior, o povo era prejudicado com essa situação, principalmente as classes economicamente inferiores e os malogrados soldados do monarca. Para reforçar o argumento de que na Monarquia vivia-se sob o domínio da tirania, o redator muitas vezes citava casos em que a polícia repreendia “cidadãos livres”, invadia residências e usava de violência para com os civis.

Nesse sentido, os policiais eram apresentados como “agentes da monarquia”, verdadeiro braço armado do monarca representando seu comportamento tirânico e autoritário. Demonstrava, nessas atitudes que, sob a “anarquia imperial”, a população não era e nem seria livre, segura ou feliz, pois somente com os republicanos no poder é que a “verdadeira ordem” aconteceria. Nesse sentido, encontramos o seguinte trecho em notícia do jornal *O Amigo do Povo*, publicado em 21 de agosto de 1869:

[...] O que é certo é que *ninguém vive satisfeito nesta terra*; a menos que não se seja governador ou tiranete.

De fato, a *anarquia existe por toda parte!* E por certo que não são os republicanos que a mantém ou que a promovem...

[...] Trememos noite e dia, diante do atual estado de coisas...e entretanto estamos em plena monarquia; no belo governo da ordem; no gosto da mais perfeita das instituições humanas, segundo os prudentes!

Não! Não são os republicanos os que nos fazem tremer, como varas verdes agitadas por forte ventania...

Não! Não são os verdadeiros amigos da liberdade os que trazem o país em constante ansiedade. *São os ordeiros da monarquia, a causa do nosso mal.*

Não devemos temer diante dos republicanos; devemos tremer, porém, na presença de um estupidarrão monarquista da laia, por exemplo, de um Sr. Horácio Ribeiro Soares, de Jerumenha, que a 7 léguas daquela vila mandou há poucos dias dar QUINHENTOS AÇOITES EM UM HOMEM LIVRE E RETALHAR-LHE AS NÁDEGAS!!!

E quem era esse monstro que praticou tão horrendo atentado?

Era o delegado de polícia: *era um agente da monarquia!*

Meditem seriamente sobre este fato, que é digno da maior atenção.

Agora, concluamos assim o presente artigo:

VIVA O GOVERNO REPUBLICANO, ÚNICO QUE PODE FAZER A FELICIDADE DA NAÇÃO! (grifos nossos).<sup>570</sup>

A polícia era entendida como instrumento de repressão frente às ações políticas que fossem contrárias ao regime imperial. Foi nesse sentido que David Caldas noticiou o impedimento, pela força policial, da execução do discurso do conhecido de opositor ao Império, em Pernambuco, Dr. Borges da Fonseca, em 1869. Assim, para ele, era mantida a ordem monárquica, ou seja, o “regime de trevas”:

A 25 de abril, a polícia obstou, por meio de algazarra de antemão preparada, que orasse em frente do teatro o legendário Dr. Borges da Fonseca.  
A religião e o trono, se arrepiam com a voz dos “Tribunos” falando às massas!  
Temem que a luz se difunda; por que os mochos ficarão então ao desabrigo.  
Miseráveis!  
Debalde se esforçam por prolongar as trevas.<sup>571</sup>

Ele mesmo temia ser repreendido pela polícia, em Teresina, visto que quando cogitou a possibilidade de criar uma escola noturna para ensinar aos “homens do povo” a linguagem política que adotava, na redação de *O Amigo do Povo*, logo se desfez do seu plano, pois receava que o “estremecido zelo monárquico da polícia” logo taxasse de “[...] conjuração tenebrosa o nosso louvável empenho de instruir aos ignorantes, obedecendo assim a um preceito religioso”.<sup>572</sup> De fato, David Caldas era cauteloso na oposição ao Império,<sup>573</sup> talvez por isso fosse comedido quando se referia à implantação da República no Brasil.

Para ele, a forma idealizada para tal empreendimento seria por meio da instalação de uma assembleia constituinte, eleita sob a forma da lei e que promulgasse uma nova constituição depondo a Monarquia. Sem conflitos armados ou guerra civil, a mudança da forma de governo aconteceria através da reforma da constituição, pela via do debate parlamentar. Conclamava, pois, seus leitores com tom motivador: “[...] Às armas, concidadãos! Isto é – às urnas, através das baionetas do governo pérfido que no-las franqueia traiçoeiramente ou de emboscada. Às urnas, pela constituinte!”<sup>574</sup> Por meio da lei e da

<sup>570</sup> O AMIGO DO POVO. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 1, n.23, p.1, 21 ago. 1869.

<sup>571</sup> JESUITISMO. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 1, n.20, p.4, 19 jun. 1869.

<sup>572</sup> O AMIGO DO POVO. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano1, n.5, p.1, 30 set. 1868.

<sup>573</sup> São suas as palavras: “[...] Não queremos ser presa de familiares do santo ofício [polícia]; por isso, em vez de abrir escola, preferimos escrever em linguagem mais vulgar”. Conferir: O AMIGO DO POVO. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano1, n.5, p.1, 30 set. 1868.

<sup>574</sup> HODIE MIHI, ERAS TIBI. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 4, p.1-2, 27 jun. 1872.

vontade político-parlamentar, a mudança aconteceria sem derramamento de sangue ou caos social.<sup>575</sup>

Com efeito, essa era sua concepção ideal de *revolução*, apresentada no jornal *O Amigo do Povo*, no número de publicação 89: “[...] Queremos a *revolução* tal com a entendem Gambetta, Castellar e Bocaiúva, e não como praticou o desordenado Marat”.<sup>576</sup> No que concerne à República, as expectativas de David Caldas a partir da sua instalação no país eram as melhores possíveis: “[...] Atendam os Brasileiros para as vantagens não só políticas como até mesmo – econômicas – que há para a nação, sob o regime republicano”.<sup>577</sup>

De certa forma, a República era tratada como uma fórmula meio mágica que traria em seu bojo a resolução de todas as questões pertinentes ao desenvolvimento político e econômico brasileiro. A forma como isso aconteceria era tratada de modo superficial, contudo, o redator compreendia a República como o regime da liberdade, igualdade e fraternidade em respeito aos ditames da Revolução Francesa. Com sua implantação, o Brasil estaria integrado às civilizações modernas da América e da Europa Ocidental. O método de governo na República era o oposto do realizado na Monarquia e, a partir desta oposição, conceituou os regimes:

República quer dizer ‘zelo pelos interesses legítimos de uma nação ou de uma colmeia, que não são os mesmos de um *coroad* ou de um zangão’.

*Res publica* significa ‘negócio público, ou interesse comum’.

Se no *império* ouve-se a voz singular e arrogante do *imperante*; na República, ao contrário, escuta-se o prolongado sussurro de aprovação ou desaprovação, a tudo que é de utilidade geral, ou a tudo que é prejudicial à comunhão federativa: aqui é uma assembleia que discute, acolá é um indivíduo que ordena caprichosamente.

O ‘modo republicano’ é diametralmente oposto ao ‘modo imperativo’. Ali há igualdade e fraternidade, em vez de imposições desdenhosas e aviltantes. Ali não se diz com gesto atrevido ‘faze!’, mas, por mútuo acordo ‘façamos’. [...] Na *Res publica*, as abelhas trabalham muito, mas gozam do que é seu; no *imperium*, o zangão é um preguiçoso carregado de privilégios extorquidos, e assim desfruta muito mais do que toda a colmeia devastada ou espoliada.

<sup>575</sup> De certa forma, sua perspectiva de mudança de forma de governo se assemelha àquela proposta por republicanos como Quintino Bocaiúva (no qual ele mesmo se inspirava enquanto republicano), ao mesmo tempo que se distanciava do radicalismo de republicanos como Silva Jardim. Sobre os respectivos republicanismos de Bocaiúva e Jardim, afirmou Maria Emília Prado: “Quintino era considerado um republicano moderado. Acreditava que a república teria de vir em decorrência da evolução natural, que estava inscrita nos destinos do Brasil. Identificava a república como o governo que melhor expressava o interesse do povo: aqueles proprietários que se consideravam excluídos dos favores e benesses da ordem monárquica. Em campo oposto tem sido compreendida a ação desenvolvida por Silva Jardim, visto como um republicano exaltado e defensor ardente da utilização de meios radicais para implantação do regime republicano”. Conferir: PRADO, Maria Emília. *Memorial das desigualdades...* p.98.

<sup>576</sup> PARTE NOTICIOSA. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 5, n. 89, p.5 [...].

<sup>577</sup> ATENDAM OS BRASILEIROS. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 2, n. 25, p.1, 4 out. 1869.

Na *Res publica*, o pólen das flores converte-se em riqueza do Estado; no *imperium* os favos de mel não chegam para um só estômago, de homem glutão! (grifos do original).<sup>578</sup>

A linguagem era direta e acessível, além disso, o tom personalista tornava-se um recurso para instruir politicamente seus leitores de forma mais pragmática. A monarquia era o regime do privilégio, por outro lado, na república vigorava a justiça e a igualdade entre todos os cidadãos. Para demonstrar isso, David Caldas utilizou a análise personalizada:

Parece-nos que igual destino está reservado à REPÚBLICA, nos tempos que correm. Nós somos os INDEPENDENTES de 1871; queremos nos emancipar da casa de Bragança; queremos ser verdadeira nação soberana, em vez de miserável feitoria de um neto de D. Carlota J. de Bourbon.<sup>579</sup>

Assim, estamos diante de uma disputa discursiva em que estão em jogo as ocupações pelos postos de comando do país pelos vários setores insatisfeitos com a Monarquia (os “independentes de 1871”), entre os quais David Caldas se insere. Nesse sentido, “[...] a monarquia, seus valores e práticas tinham que necessariamente desaparecer para dar lugar ao ‘novo’”.<sup>580</sup> Esse “novo” governo era propagandeado a partir de uma linguagem que o codificava como o progresso, a modernização, o futuro. Ressaltamos que a batalha discursiva contra a monarquia se deu, sobretudo, utilizando “conceitos antitéticos”.<sup>581</sup> Daiane Lopes Elias afirma que:

Os pares de conceitos em oposição, monarquia x república, passaram a ser muito utilizados, sendo a monarquia identificada como um “regime de privilégios”, de “corrupção dinástica”, “despótico” e de “atraso”, enquanto que a república era, por excelência, associada ao “governo de si”, à “plena soberania popular”, ao “bem comum”, ao “talento” e ao “progresso”. O recurso aos pares de antônimos era muito usado na retórica dos grupos contestadores para denegrir a imagem da monarquia, enquanto se fortalecia a da república.<sup>582</sup>

David Caldas não poupou esforços para difundir uma imagem demonizada da Monarquia, entretanto, sua rejeição não se restringia ao caso brasileiro, mas à instituição monárquica universal. Príncipes, reis e rainhas eram retratados como monstros devoradores de

<sup>578</sup> CALDAS, David Moreira. A palavra República. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 2, n. 34, p.1, 19 mar. 1870.

<sup>579</sup> HISTÓRIA PÁTRIA. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 3, n. 50, p.4, 31 jan. 1871.

<sup>580</sup> ELIAS, Daiane Lopes. Embates discursivos: os escritos políticos dos republicanos liberais na queda do Brasil-Império. In: BESSONE, Tânia... [et al.]. *Cultura escrita e circulação de impressos no oitocentos*. São Paulo: Alameda, 2016, p.66.

<sup>581</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006, p. 191-231.

<sup>582</sup> ELIAS, Daiane Lopes. *Cultura escrita e circulação de impressos no oitocentos...* p.67.

homens, autores de toda a opressão e desrespeito às liberdades individuais.<sup>583</sup> A escrita revelava a crítica aos tronos reais e apresentava uma variedade de formas literárias que perpassavam de curtas frases, fábulas, textos dissertativos e a orações.

Na edição de número 18 do *O Amigo do Povo*, David Caldas escreveu uma oração que sintetizava seus anseios de mudanças e suas recusas políticas. *Oração democrática* era o título da prece de David Caldas:

Salve, Liberdade, cheia de força; o povo está contigo: bendito é o teu fruto, a igualdade!  
 És mãe do direito, compadece-te de nós! Resgata-nos!  
 Ouve, atende e acolhe as nossas rogativas, as nossas orações e as nossas súplicas!  
 Asilo do desterrado, alegria do cativo, patrimônio do pobre, família do pária, esperança do aflito, força do fraco, fé do moribundo, imortalidade do morto dá-nos a tua graça!  
 O direito, o dever, a coragem, a força e a honra, anima e alenta aos que combatem em prol da Liberdade: aos que erguem-se contra os devoradores de homens, reis e príncipes que tem por iguarias os povos, que distribuem entre si, e as nações que trincham!  
 Liberdade, virgem de valor! Livra-nos dos reis, dos aristocratas, dos soldados, dos juízes instrumentos da vontade de um só, das alianças, das excelências, dos espiões, do orçamento, do senado, da guerra, da fome, da peste e do *império*, tudo obra do imperador, que dirige a todos e a tudo como quer!  
 Liberdade, virgem de valor, surpreende a toda essa raça de *sangue nobre*, arranca-lhes a presa, e acaba-lhes o apetite!  
 Esmaga esses vermes que roem ao mundo como se já estivera morto! (grifos do original).<sup>584</sup>

É possível notar a partir da leitura da *Oração democrática* acima apresentada que a estrutura narrativa de David Caldas é marcada por forte conotação mítica a respeito das oposições nítidas entre alguns abstratos universais como: liberdade e cativo, igualdade e egoísmo, direito e privilégio, entre outros. Entendemos que com os mitos políticos o redator

---

<sup>583</sup> Muitas vezes utilizava-se de exemplos históricos para menosprezar a instituição monárquica, como por exemplo, quando citou o caso do rei Clóvis, da dinastia merovíngia, no reino dos Francos na antiga Gália: “[...] Que grande coração não era o de Clóvis! Os testas coroadas não são *vingativos*; conservam porém uma *sagrada* ronha dentro d’alma contra os profanos que ousam não idolatrá-los *feticicamente* – e em se oferecendo ocasião sacrificam vítimas a si mesmos, com as próprias mãos sacrossantas! Raça de tratantes! “Pudesse uma só nau contê-los todos e o piloto fosse eu... triunfo eterno!”. Conferir: MAGNANIMIDADE REAL. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 1, n.15, p.2, 27 fev. 1869.

<sup>584</sup> CALDAS, David Moreira. *Oração Democrática*. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 1, n.18, p.2, 21 abr. 1869.

pretendia atrair<sup>585</sup> seus leitores para uma imagem negativa do imperador e, em contrapartida, afeita aos republicanos.

Para isso, utilizava-se da retórica cristã de modo que a monarquia (enquanto regime de governo) e o imperador eram vistos como o “Mal” que deveria ser exorcizado. Assim, formava um mecanismo psicológico e social no qual:

[...] O Mal que se sofre, e mais ainda, talvez, aquele que se teme, acha-se doravante muito concretamente encarnado. Ganhou uma forma, um rosto, um nome. Expulso do mistério, exposto em plena luz e ao olhar de todos, pode ser enfim denunciado, afrontado e desafiado.<sup>586</sup>

Nesse sentido, descrevia as instituições monárquicas com expressões do tipo: “inimigos da cruz”, ou estabelecia análises dos símbolos monárquicos em contradição com o cristianismo, como exemplifica o jornal *O Amigo do Povo* publicado em 15 de outubro de 1870: “As coroas dos reis são terminadas por uma cruz! É a maior profanação que conhecemos. Arrancá-la dali seria um dever do catolicismo. A cruz é um símbolo de verdade; enquanto que a coroa é uma impostura”.<sup>587</sup> Por vezes, D. Pedro II era mencionado como “judeu coroado”, ou como chefe do “despotismo muçulmano”.<sup>588</sup> Por outro lado, os opositores à monarquia eram relacionados aos protestantes na história do cristianismo:

[...] Se pois a magnanimidade imperial é um dogma para os fiéis súditos de S. Majestade; nesse caso faremos a nossa confissão de Augsburg, e nos declaramos, desde já, protestantes políticos... Pouco nos importa que as consequências sejam iguais à do Saint-Barthélemy de 1572, na França. Em tempo algum o martírio fez perecer uma ideia: fora mais fácil apagar-se um incêndio com água raz!<sup>589</sup>

No entanto, o esforço maior se dava em atribuir aos republicanos o caráter de “mártires”, que lutavam honradamente pela “salvação” nacional, o que explica a constante associação do republicanismo com a retórica cristã. Encontramos também na menção que realizou em relação aos republicanos de São Paulo que se preparavam para se reunir no

<sup>585</sup> Sobre o “poder de atração” dos mitos políticos, conferir: GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p.11-12.

<sup>586</sup> GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*... p.55.

<sup>587</sup> HIPOCRISIA. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 3, n. 43, p.8, 15 out. 1870.

<sup>588</sup> “A 11 de maio, em plena sinagoga, o judeu coroado, Pedro Lopes de Alcântara, com sua interessante fala fina, leu um pequeno discurso, grande da protervia, imenso no insulto! Novas afrontas! Mais um escarro do perro sobre a face do país!”, conferir: NOVAS AFRONTAS. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 1, n. 20, p.4, 19 jun. 1869. “[...]Tenham paciência os nossos leitores, que devem concordar conosco que o Brasil foi deslocado de entre os ardores do sol para o clima nebuloso do despotismo muçulmano”, conferir: O AMIGO DO POVO. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano1, n.5, p.1, 30 set. 1868.

<sup>589</sup> UMA PURA VERDADE. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 1, n.3, p.2, 26 ago. 1868.

Congresso de Itu em 1873: “[...] Que o Espírito Santo os inspire, como aos membros do congresso evangélico do Cenáculo, reunido na extremidade meridional de Jerusalém!”.<sup>590</sup>

Nesse sentido, saudavam-se os redatores de outras províncias que, assim como ele, veiculavam “ideias democráticas” em seus noticiosos, como o *Radical Paulistano*, que teve suas publicações enviadas ao redator piauiense: “É um verdadeiro apóstolo da liberdade. Com entusiasmo, saudamos ao valente paladino da santa cruzada que se levanta no país contra a tirania”.<sup>591</sup> Além disso, para concretizar positivamente seus ideais políticos ligou a política democrática aos maiores bens da linguagem religiosa cristã: a caridade e a liberdade:

A fraternidade religiosa chama-se cristianismo; do mesmo modo que a fraternidade política chama-se democracia.

O que pedem as duas grandiosas ideias que hão procurado afanosamente ligar a denegrada terra ao céu esplendido?

Que os homens se amem uns aos outros, como irmãos que são na verdade.

É por isso que faltar a este preceito divino é tornar-se ímpio perante a igreja; tirano perante as nações.

Calcar aos pés a liberdade de outrem, equivale pois a esbofetear ao Divino Mestre, ao Cordeiro imaculado.

Mofar dos direitos de outro homem mais fraco, vem a ser o mesmo que cuspir na face de Jesus; o mais perfeito e mais fecundo dos democratas, o mais sublime e o mais glorioso dos nossos chefes, tão mal compreendido ainda hoje!

Tirai do Evangelho a caridade, e ele nada mais significará; do mesmo modo, não poderemos entender o direito público, se dele separar-se a ideia de LIBERDADE, aspiração constante de todos os povos.<sup>592</sup>

Ressaltamos que, em toda a linguagem política adotada no periodismo de Caldas, a democracia era exaltada e associada à república, ao passo que a monarquia foi associada à tirania. Por isso, relacionar a democracia a Jesus Cristo e à fraternidade cristã era um meio de estabelecer uma maior atração dos seus leitores para os benefícios que a forma republicana de governo propiciaria. A República, portanto, foi mitificada como o regime de governo da salvação temporal. Foi o que defendeu quando analisou o contexto político em que Roma passou a ser administrada pelo rei italiano Vitor Emanuel em vez do Papa Pio IX, no início da década de 1870:

Como o gênero humano esperou, durante quatro mil anos, o Messias ou o seu Redentor; da mesma forma, cada nação cativa espera o seu libertador, no que diz respeito ao temporal.

Roma, passando de Pio IX para Vitor Emanuel, não fez mais do que mudar de senhor: trocou um rei eletivo por um hereditário, o que não quer dizer que

<sup>590</sup> SÃO PAULO. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 5, n.89, p.6, [...] 1873.

<sup>591</sup> RADICAL PAULISTANO. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 1, n. 20, p.4, 19 jun. 1869.

<sup>592</sup> LIGEIRAS CONSIDERAÇÕES. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 4, n. 68, p.1, 31 out. 1871.

tenha melhorado de condição, embora a mendaz suposição dos falsos amigos da liberdade.

Só a REPÚBLICA era digna de substituir o governo pontifício, *esse governo anti-cristão como o de todos os testas coroadas que desconhecem a igualdade e a fraternidade*, tão recomendadas pelo Cristo (grifos nossos).<sup>593</sup>

O redator parecia não estar muito preocupado em agradar aos leitores católicos da capital piauiense, que possuía uma maioria católica, portanto, mais afeita ao Papa.<sup>594</sup> De fato, é possível encontrar no jornalismo de David Caldas várias críticas aos costumes católicos, o que demonstra certo repúdio do periodista à religião predominante piauiense na segunda metade do século XIX.<sup>595</sup> Não por acaso, esse posicionamento repercutiu na polêmica que foi o seu enterro (como veremos mais adiante).

Em suma, o estilo jornalístico de David Caldas buscou ser pragmático e maniqueísta quanto à descrição do quadro político brasileiro, dividindo tudo entre o bem e o mal, a salvação e a conspiração, o benefício e o malefício, uma forma simples para atrair seus leitores à causa que defendia. Nesse sentido, descreveu os grupos políticos brasileiros no início da década de 1870 no jornal *O Amigo do Povo*: “[...] Como quer que seja, acabaram-se os partidos dinásticos, segundo a letra da constituição: hoje estão em campo os imperialistas e os ANTI-IMPERIALISTAS, os corcundas e os patriotas, os mercadores e os sacerdotes da honra do país”.<sup>596</sup>

Além disso, utilizava o contexto histórico contemporâneo para informar suas expressões e conteúdos argumentativos, quando, por exemplo, associou a imagem de D. Pedro II ao então presidente paraguaio durante a Guerra do Paraguai: Solano López. Tendo

<sup>593</sup> LIGEIRAS CONSIDERAÇÕES. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 4, n. 68, p.1, 31 out. 1871.

<sup>594</sup> Uma análise pioneira sobre a influência do catolicismo no comportamento religioso piauiense, no Império, foi realizada por Higino Cunha em *História das religiões no Piauí*. Para o autor, durante o Império, vigorou na província certa “pacatez beatífica” de modo que foram raríssimas as oposições ou discordâncias ao catolicismo. Conferir: CUNHA, Higino. *História das religiões no Piauí*. 2 ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2015, p. 100-101.

<sup>595</sup> O repúdio de David Caldas ao catolicismo centrava-se principalmente no que ele denominava como “fanatismo”, concernido em uma “errônea educação religiosa” que em vez de gerar almas cordatas e caridosas, formavam “panteras e tigres”. Conferir: CALDAS, David. O poder do fanatismo. *Oitenta e Nove*. Teresina, ano 2, n. 29, p.3, 29 set. 1874. Para o redator, os fanáticos eram adeptos do catolicismo ultramontano que discordavam das ideias maçônicas sobre Deus, e, em suas palavras, eram “idiotas movidos pelo feroz fanatismo ou cega exaltação religiosa”. Conferir: CALDAS, David. Nossa Senhora de Lourdes. *Oitenta e Nove*. Teresina, ano 2, n. 29, p.3, 29 set. 1874. Vale ressaltar que David Caldas não era maçom, porém, simpatizava com princípios divinos e religiosos maçônicos. Conferir: CALDAS, David. As nossas ideias sobre Deus. *Oitenta e Nove*. Teresina, ano 2, n.30, p.1, 22 out. 1874. Além disso, podemos destacar que seu periodismo foi pioneiro, na província do Piauí, quanto ao ato de se opor a certos comportamentos católicos. Depois dele surgirá, em 1884, na capital, o jornal *O Reator*, de cunho francamente anticlerical e livre-pensador, redigido inicialmente pelos maçons Clodoaldo Freitas e Higino Cunha. Conferir: CUNHA, 2015, p. 100.

<sup>596</sup> HODIE MIHI, ERAS TIBI. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 4, p.1-2, 27 jun. 1872.

em vista que López era, na imprensa piauiense contemporânea à Caldas, visto como um ditador tirano,<sup>597</sup> o uso da relação entre os governantes visava deslegitimar a importância do governante brasileiro. Assim, o imperador era descrito como “[...] o Lopes paraguaio de uma tríplice aliança, na qual os coligados não perdem coisa alguma de suas autonomias” e, por isso, para o redator era necessário travar uma “[...] guerra, sem tréguas, ao tirano, ao inimigo comum, ao façanhudo de cetro e coroa!”.<sup>598</sup>

Na edição de número 20 do *O Amigo do Povo*, o redator também foi incisivo:

Quando se tomará severas contas ao Lopes de cá?  
Esse é o único homem que tem verdadeiramente *ultrajado a honra do Brasil*.  
É mentira dele, quando diz que *contrista-lhe a morte* de tantos Brasileiros,  
que ele mesmo há mandado matar no Paraguai, para se parecer com  
Tamerlão.  
Hipócrita!  
Um *sete de abril* te persiga, traidor!<sup>599</sup>

Ressaltamos que a referência ao “sete de abril” apresentava importante simbologia no discurso antimonarquista de David Caldas, pois significava o primeiro rompimento com a monarquia no Brasil.<sup>600</sup> Contudo não foi suficiente para bani-la de vez, tendo em vista que “[...] a parasita [monarquia] não morreu; mas renovou-se, ainda mais viçosa, nos seus belos pimpolhos!”.<sup>601</sup>

De acordo com as representações de David Caldas sobre a Monarquia, em especial no caso brasileiro, percebemos que nessa forma de governo há a alegoria de um povo que é subordinado às instituições tradicionais e despojado de sua autonomia e liberdade.<sup>602</sup> No *O Amigo do Povo* e no *Oitenta e Nove*, eram encontradas agressões diretas ao Império brasileiro, sob várias formas literárias, bem como transcrições de outros periódicos.

<sup>597</sup> ARAÚJO, Johny Santana de. *Bravos do Piauí! Orgulhai-vos: a propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a guerra do Paraguai: 1865-1866*. Teresina: EDUFPI, 2011, p.225.

<sup>598</sup> HODIE MIHI, ERAS TIBI. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 4, p.1-2, 27 jun. 1872.

<sup>599</sup> NOVAS AFRONTAS. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 1, n. 20, p.4, 19 jun. 1869.

<sup>600</sup> São do redator as palavras: “Em 7 de abril de 1831 a nação brasileira, agitada por um pegão de vento revolucionário, por um sublime temporal de liberdade – desarraigou de cima de si a grande parasita que sugava-lhe quase toda a seiva; que ameaçava torna-la entezada e improdutiva; que a destinava a ser, em breve, mercedora do machado do lenhador”. Conferir: O AMIGO DO POVO. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 1, n. 24, p.1, 11 set. 1869.

<sup>601</sup> O AMIGO DO POVO. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 1, n. 24, p.1, 11 set. 1869.

<sup>602</sup> Por isso mesmo, muitas vezes o comportamento do povo era inferiorizado ao ser associado a animais: “[...] No império do Brasil, beija-se afetuosamente a mão do adorado patriarca que tem milhões de filhos de todas as cores! E diante de seu simples retrato, nos dias de grande gala, deve qualquer homem livre arquear o dorso; imitando graciosamente o camelo que, tendo por albarda uma casaca preta, fosse com ela mirar-se ao espelho!”. Conferir: O AMIGO DO POVO. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 1, n.7, p.2, 28 out. 1868.

Uma possível razão para o uso desse tipo de escrita jornalística refere-se à perspectiva histórica de David Caldas sobre o seu tempo, porquanto o jornalista defendia que as instituições monárquicas não respondiam à herança política deixada principalmente pelas revoluções francesa e americana no século XVIII. O século XIX era o século das Luzes, período no qual David Caldas denunciava que seus raios luminosos ainda não haviam chegado ao sistema político brasileiro.

### 3.1.2 Contestações ao republicanismo

A pouca influência do Partido Republicano e a sua propaganda no Piauí é consensual entre estudiosos da historiografia piauiense. Segundo George Boehrer, apesar do trabalho de Caldas, a atividade republicana foi diminuindo na província até os anos finais do Império. Após a morte de David Caldas, percebemos uma marginalização da propaganda republicana nos impressos. O silêncio do republicanismo no Piauí assenta-se na vitória do discurso monarquista dos homens de imprensa que não compactuavam com a implantação da República como projeto de modernização urgente, viável e necessário para o Brasil.

O embate entre o discurso monarquista (conservador)<sup>603</sup> e a proposta republicana pode ser encontrado desde os primeiros anos de publicação do jornal *O Amigo do Povo*. Com efeito, a propaganda republicana realizada por David Caldas despertou oposições políticas dos piauienses conservadores partidários que, ao contrário do jornalista, valorizavam o governo de D. Pedro II e não viam na República um regime de governo que resultasse no progresso brasileiro.

Na medida em que a propaganda republicana de Caldas aumentava, também apareceram políticos e jornalistas que não concordavam com o movimento que contestava seus valores monárquicos. Na imprensa piauiense, destacou-se nesse período a atuação antirrepublicana do jornal do Partido Conservador *A Pátria*, e o principal alvo dos seus artigos combativos foi a “nova ideia” difundida por David Caldas em seus jornais.

O jornal *A Pátria* caracterizava-se por apresentar em suas publicações notícias, artigos e poesias que enalteciam a imagem de D. Pedro II. Suas ações como governante, suas viagens, sua paixão pela leitura, tudo era divulgado tendo em vista a apreciação positiva do monarca. A atuação republicana e antimonárquica de David Caldas colidia com os valores políticos do

---

<sup>603</sup> Não no sentido de pertencer somente aos membros do Partido Conservador.

periódico *A Pátria*, que via a necessidade de se contrapor às representações republicanas do publicista para que estas fossem deslegitimadas.

Essa estratégia está emblemada em alguns artigos estrangeiros, transcritos ao jornal conservador, em que se exaltava a monarquia inglesa ao tempo em que a República dos Estados Unidos da América era apresentada como marcada pela presença da corrupção no trato dos seus governantes com o orçamento público daquela nação. Assim, terminava suas transcrições se referindo diretamente à David Caldas: “[...] É esta a descrição da república, feita por um jornal dos Estados Unidos, da primeira república do mundo! O senhor David Caldas somente entende-me: Hipócrita (grifos do original)”.<sup>604</sup>

O jornal *A Pátria* visava contradizer as representações republicanas de David Caldas, que tinha os Estados Unidos como exemplo do progresso. Segundo *A Pátria*, o redator era um “infame rabiscador do pasquim amigo dos porcos”,<sup>605</sup> falsário e seus escritos republicanos não deveriam ser levados a sério pelos leitores, por não corresponderem à verdade, muitas vezes apresentando os interesses dele como egoístas. Portanto, sua escrita não passava de devaneios de capricho pessoal. As críticas no periódico conservador eram severas:

Moleques!... quando virem esse ladrão, lancem-lhe pedras e acompanhem-o gritando:  
Espoleta do padre assassino da negra e do ladrão de galinhas da União!  
Republiqueiro de borra, caluniador e difamador da própria mulher, ladrão descarado, calculista estúpido, raça de cão danado, etc, etc.  
E se ele mostrar-lhes os dentes então gritem: - viva o presidente da república da baixa das éguas!<sup>606</sup>

Logo, a verdade para os conservadores partidários estava situada nas notícias antirrepublicanas publicadas no jornal monarquista. Além das posições políticas do redator, suas relações de amizade, sua vida profissional e até a sua vida íntima foram motivos de interesse dos homens de imprensa piauienses contrários aos seus posicionamentos políticos. Sua vida era observada pelos olhares atentos de monarquistas que buscavam deslegitimar, política e socialmente, o republicano que tanto os incomodava.

Entretanto, a preocupação desse grupo social com as práticas de David Caldas começou antes mesmo de sua declaração ostensiva como republicano, no início da década de 1870, ainda quando pertencia às fileiras do Partido Liberal. Encontram-se na imprensa monarquista piauiense questionamentos à sua coerência político-partidária, à sua assunção de

<sup>604</sup> COM VISTAS ao Sr. David Moreira Caldas. *A Pátria*, Teresina, ano 2, n. 97, p.2, 13 abr. 1872.

<sup>605</sup> FUEGO-ASSÚ. *A Pátria*. Teresina, ano 1, n. 40, p.3, 14 jan. 1871.

<sup>606</sup> FUEGO-ASSÚ. *A Pátria*. Teresina, ano 1, n. 40, p.3, 14 jan. 1871.

cargos públicos e até mesmo à sua sanidade mental. Indagações que o levaram a responder em favor da sua pessoa, exposta diante da opinião pública:

A meu respeito, não sei a que propósito, disse o último número do *Piauí* (de 31 do mês findo) as seguintes *amáveis* palavras:

‘Este liberal de fresca data, de quem somente nos ocupamos porque os nossos adversários o arvoraram em chefe, foi conservador nos seus melhores tempos e, como a dificuldade das *passagens* está somente na primeira, pode ser que ainda o seja.

Como tal pediu e obteve a promotoria de Jaicós que exerceu até que uma grave moléstia (o *Propagador* do Dr. Deolindo disse que foi loucura impossibilitou-o para continuar e obrigou sua família a mandá-lo retirar de lá)’.

Vou responder as acusações do *Piauí* não porque elas mereçam as honras de uma refutação, mas, em homenagem à opinião pública que jamais abdica as prerrogativas que lhe são inerentes, exercendo essa magistratura universal que lhe é própria.

[...] Eis a defesa: o público que me julgue (grifos do original).<sup>607</sup>

A defesa produzida pelo jornalista releva uma autobiografia explicando como os primeiros empregos públicos foram conquistados, as enfermidades mentais que sofreu (afirmando tê-las superado), as relações de amizade com políticos conservadores em Teresina e, principalmente, a opção pelo Partido Liberal, justificando publicamente suas práticas políticas contrárias às do Partido Conservador. Para reforçar seus argumentos, David Caldas reproduziu, no jornal *A Imprensa*, uma carta-resposta de seu amigo conservador, João Álvares de Sousa, defendendo que os ideais políticos do jornalista sempre foram contrários ao conservadorismo monárquico, que foi motivo de várias discussões entre eles.<sup>608</sup>

Nesse primeiro momento, as críticas dos conservadores estavam relacionadas ao seu crescimento político dentro do Partido Liberal. As disputas políticas iniciadas no Partido Liberal com políticos conservadores (Dr. Antônio Coelho Rodrigues e o Dr. Simplício de Sousa Mendes) resvalavam-se nos prelos da imprensa, deixando várias vezes o campo dos confrontos político-ideológicos pelos ofensivos ataques pessoais.

Essas lutas políticas perpetradas na imprensa em torno de David Caldas, entre o final da década de 1860 e os primeiros anos do decênio de 1870, eram orientadas pelo desejo de exercício do poder, aspecto comum na imprensa política piauiense oitocentista. De acordo com Ana Regina Rêgo, nas produções jornalísticas “[...] tudo é contextualizado sob foco

<sup>607</sup> CALDAS, David Moreira. Ao público. *A Imprensa*, Teresina, ano 4, n. 172, p.2, 7 nov. 1869.

<sup>608</sup> SOUSA, João Álvares. Ilm. Sr. David Moreira Caldas. *A Imprensa*, Teresina, ano 4, n. 172, p. 3, 7 nov. 1869.

principal do poder. O poder almejado, o poder combatido, as forças que compõem o opositor, enfim, tudo pelo poder”.<sup>609</sup>

Assim, entendemos que, para além dos aspectos relacionados à desqualificação pessoal de David Caldas por políticos monarquistas, nos órgãos de imprensa do Partido Conservador estavam em questão os ideais políticos defendidos por esse grupo. O aspecto competitivo também se tornou presente quando o jornalista se declarou ostensivamente republicano.

Notamos que suas atitudes políticas e sociais passavam a ser observadas pelos monarquistas piauienses, no intuito de impedir a propagação e legitimação da República anunciada pelo jornalista. Tomamos como exemplo a notícia de *A Pátria*, intitulada ironicamente *Viva a República*, que trata dos comportamentos sociais de David Caldas:

Está na presidência desta província o Sr. coronel Osório, na qualidade de 6º vice-presidente.

Por ocasião de prestar o mesmo Sr. juramento do cargo, perante a câmara municipal, foi acompanhado por alguns cidadãos notando-se entre eles o Sr. David Moreira Caldas, *republicano* (de viva a república).

Teria havido cheiro de república nesse ato de juramentar-se o Sr. coronel Osório?

Se não houve o que foi lá buscar o Sr. David e em que caráter fez parte do séquito que acompanhou do Sr. coronel Osório, que no outro dia ou nesse mesmo assumiu as rédeas do governo da província!!!!!!!

Pois a *república* deve andar metida nessas coisas de El-Rei nosso Senhor?!!!!

Cada qual moralize este caso como quiser, e digam:

‘Os sábios da escritura que segredos são esses da *república*’

E quanto ao mais deixem falar o Faustino. K!K!K! (grifos do original).<sup>610</sup>

Para o jornal *A Pátria*, a presença de David Caldas em uma cerimônia de posse da presidência da província do Piauí era uma contradição política por parte do jornalista. Não havia sentido em um republicano estar no meio das instituições monárquicas, na medida em que a propaganda republicana objetivava produzir uma ruptura com a Monarquia e com os políticos adeptos a essa forma de governo. Com isso, pretendiam fragilizar a ação jornalística favorável à República, no Piauí, destacando a incapacidade de David Caldas de se afastar de práticas sociais envoltas pela legitimidade monárquica.<sup>611</sup> O sarcasmo do jornal conservador em relação ao publicista foi uma tentativa de desmoralização de suas opções políticas, ao

<sup>609</sup> RÊGO, Ana Regina. *Imprensa piauiense...* p. 313.

<sup>610</sup> VIVA a República. *A Pátria*. Teresina, ano 2, n. 95, p.1, 20 mar.1872.

<sup>611</sup> O jornalismo proposto era ridicularizado da seguinte maneira: “[...] publicado em uma coisa assim a modo de – gazetinha, ou pasquim, a que o ouvi o povo chamar – amigo dos porcos, e que dizem ser propriedade de um vil e nojento publicheiro – presidente da república da baixa das éguas”. Conferir: O PROFESSOR público de Barras. *A Pátria*, Teresina, ano 1, n.51, p.2-3, 31 mar.1871.

mesmo tempo em que intencionava destacar a ineficácia da República como sinônimo de modernização para o Brasil.

Nesse sentido, o jornal *A Pátria* defendia em seus artigos antirrepublicanos que os discursos e práticas dos republicanos, em especial de David Caldas, não eram coerentes com a realidade que representavam. O mesmo jornal relatou em seus artigos antirrepublicanos que os discursos e práticas dos republicanos não eram coerentes com o ideário que defendiam.

O jornal *O Piauí* também menosprezou a forma de construir notícia pelo referido periodista, sendo muitas vezes alvo da escrita “vingativa”, como se vê:

Preferiram dizer, em tom dogmático, que este periódico era um *imundo pasquim!* Mas, assim mesmo, tiveram ânimo para erguer do chão aquilo que lhes causava asco e, por *amor à monarquia*, depositaram aquela *podridão* nas nítidas páginas de um jornal tão puro como a neve!  
[...] Imunda é a consciência dos hipócritas que não sentem o próprio bafo e, acham, todavia insuportável o hálito alheio.  
*O Piauí* que procure curar suas mazelas e nos deixe trilhar o nosso caminho, que é bem diverso daquele que vai seguindo o fariseu monarquista ou o escriba da realeza absoluta...  
É bom ter nojo dos termos *indecentes*; mas é melhor ter horror às ações torpes (grifos do original).<sup>612</sup>

Desacreditar na República e conservar a Monarquia era o lema do *A Pátria* e *O Piauí*. Com efeito, notamos que a coerência com os princípios políticos defendidos e com a uniformidade no pensamento eram valores determinantes na valorização do discurso político dos jornalistas. Sabiam, no campo do discurso, como deveriam ser as atitudes políticas, mas, no calor das discussões, a falta de medida é o que prevalecia: agressões, calúnias, xingamentos, ataques pessoais vagavam por inúmeras páginas dos jornais piauienses. Em geral, publicavam-se artigos na imprensa monarquista que desqualificavam o republicanismo de Caldas, acusando-o de ser adepto à causa mentirosa. Para os conservadores, a república era caracterizada como governo da ilusão, divulgado por um “falsário” que desconhecia que a monarquia era o mais poderoso elemento de progresso.<sup>613</sup>

A propaganda republicana propugnava a instalação de um governo verdadeiramente democrático em uma clara associação entre república e democracia. Muitos conservadores e liberais defendiam que já se vivia a busca pela democracia no Império, evitando dessa forma qualquer tentativa de transformação do sistema de governo.

<sup>612</sup> O AMIGO DO POVO. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 1, n.10, p.1-2, 23 nov. 1868.

<sup>613</sup> SIQUEIRA, Karulliny Silveiro. *O Impérios das repúblicas: projetos políticos republicanos no Espírito Santo, 1870-1908*. 2016. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas, da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016, p. 93.

Os conservadores, por exemplo, se autoafirmavam executores do pensamento democrático, como podemos ver no jornal *A Opinião Conservadora*, publicado a 10 de fevereiro de 1874:

De 1867 para cá *quanta mudança no pessoal dos partidos*, quanta transformação na serena região das ideias! O partido conservador desfralda aos quatro ventos do Império o estandarte das reformas, e *executa o pensamento democrático*.

[...] O partido que separou a polícia da justiça, que descentralizou a instrução pública, que aliviou a guarda nacional do serviço ativo, que emancipou o escravo, não é o partido conservador de 1841 a 1848; assim como o partido liberal que quer a responsabilidade dos ministros pelos atos do poder moderador, que vota pelo casamento civil e pela separação completa da Igreja e do Estado, não é o partido liberal de seis anos atrás (grifos nossos).<sup>614</sup>

Como podemos perceber, tanto conservadores como liberais buscavam reformas no *status quo*. Sendo assim, não havia necessidade para escutarem as reivindicações dos republicanos. Isso torna possível entendermos a repressão ao discurso republicano na imprensa monarquista piauiense, através da descrição deste como pessoalista e utópico. O discurso conservador do jornal *O Piauí* iria mais longe, associando a ideia republicana aos “princípios e conveniências que confundem e destroem, em vez de definir e aperfeiçoar”. Defendia que, na república, preponderava a “anarquia” e a “desordem”; e, no intuito de convencer os leitores sobre o perigo republicano, referia-se ao âmbito familiar, descrevendo o risco de “violação das nossas esposas e filhas” pelas “mãos bárbaras dos asseclas do tirano disfarçado em presidente da república”.<sup>615</sup>

Já a monarquia era o sistema de governo que tem a “união” como base de toda sua sociedade e nela a liberdade pública e a soberania popular vigoravam, coadunando-se com os princípios democráticos. A comparação entre monarquia e república foi realizada no periódico da seguinte forma:

[...] De Saul a César, de César a Napoleão I, de Napoleão I a Guilherme foi sempre a monarquia ou a realeza a mais poderosa garantia das liberdades públicas.

Ao rei absoluto sucedeu o rei constitucional, a monarquia pura, a hereditária e representativa.

O povo tornou-se soberano, delegou, tem os seus representantes.

A monarquia constitucional representativa é, pois, uma verdadeira república no seu mais alto grau de aperfeiçoamento. O elemento monárquico está a par do elemento democrático.

O povo e o rei igualmente soberanos equilibram suas forças, o resumem numa só força o seu império e grandeza.

<sup>614</sup> A OPINIÃO conservadora. *A Opinião Conservadora*. Teresina, ano 1, n.5, p.2-3, 10 fev. 1874.

<sup>615</sup> TRANSCRIÇÃO: a monarquia e a república. *O Piauí*. Teresina, ano 6, n. 243, p.3-4, 30 nov. 1872.

A república poderá ser o que acabamos de descrever?<sup>616</sup>

Os jornais monarquistas defendiam que os princípios democráticos reivindicados pelos republicanos não tinham razão de existir, partindo do pressuposto de que já vigoravam na monarquia sob D. Pedro II. Importante ressaltar que isso estava intrinsecamente relacionado às conveniências políticas do momento. Em 1878, quando houve a queda do gabinete conservador e a subida dos liberais, o discurso jornalístico dos conservadores frente à administração de D. Pedro II tornou-se diferente daquele do início da década.

A mudança política foi descrita sob a ótica do jornal conservador *A Época*, em junho de 1878 à seguinte maneira:

[...] Nem decorreram 4 meses: o Imperador voltou: não proclamou a eleição direta, nem a descentralização provincial e municipal – não abdicou. Deu o poder ao Sr. Silveira Martins, aos seus correligionários e até aos republicanos. Foi logo declarado por eles ser a personificação do pensamento nacional. Não há virtude e magnanimidade que não tenha hoje o Príncipe. Eles aceitaram a pasta só porque ele o quis. Descartaram-se do parlamento, estão invertendo o país inteiro, a anarquia reina em toda parte, o espírito de justiça foi banido; domina o terror: emite-se fabulosa soma de papel moeda. E a nação continua a retrogradar...  
Questão de pastas. E o povo que os creia.<sup>617</sup>

A percepção dos redatores frente ao âmbito político imperial poderia se transformar de acordo com as conveniências locais e nacionais no momento da produção textual. A imprensa brasileira no período imperial pautava-se nessa característica. O que era comum mesmo em meio às “subidas e descidas” dos liberais e conservadores, através das diferentes escritas jornalísticas dos homens de imprensa piauiense, eram os usos de termos políticos considerados negativos ou positivos. Por exemplo, tanto liberais quanto conservadores qualificavam negativamente os termos “anarquia”, “revolução”, “guerra” e “despotismo”.

Os termos como “democracia”, “ordem”, “liberdade”, “constituição” eram concebidos positivamente, como encontramos na descrição dos liberais pelos conservadores através do periódico *A Época* publicado em 29 de junho de 1878: “[...] O que são o passado e o programa do partido liberal? Guerra, revolução, anarquia, perseguição e tudo quanto poderia arruinar o Brasil”.<sup>618</sup> Talvez a “democracia” fosse o termo mais bem visto entre os homens de imprensa, já que era o ideal político – mesmo que muitas vezes fosse apenas um instrumento retórico – tanto de liberais como de conservadores e republicanos.

<sup>616</sup> TRANSCRIÇÃO: a monarquia e a república. *O Piauí*. Teresina, ano 6, n. 243, p.3-4, 30 nov. 1872.

<sup>617</sup> PROFUNDAS CONVICÇÕES POLÍTICAS. *A Época*. Teresina, ano 1, n. 12, p.3, 22 jun. 1878.

<sup>618</sup> JERUMENHA. *A Época*. Teresina, ano 1, n.13, p.3, 29 jun. 1878.

Nesse sentido, compreendemos a percepção dos liberais sobre os conservadores, em 1870, através do jornal *A Imprensa*:

Quem lesse [sic] atentamente o último número do Piauí não reparando para a subsistente legenda da sua bandeira, diria que o referido jornal, sequioso, começava a beber os ares pela democracia!  
 Oxalá que Laboulaye contasse mais um ilustre sectário!  
 Entretanto, olhos inespertos viram o *Piauí* sobraçado com a bandeira da liberdade; azafamado por erguer bem alto o pendão da “igualdade e fraternidade”.  
 Deus queira que a conversão seja real, e que o *Piauí* nos deixe até na retaguarda.<sup>619</sup>

Com isso, depreendemos que os partidos monarquistas prezavam pela “democracia” tanto como os republicanos. A falta de “novidade” nos pressupostos defendidos por David Caldas talvez tenha sido um dos motivos para a baixa adesão ao republicanismo na década de 1870.

Todos esses escritos buscavam prescrever verdades para os piauienses, sonhavam, criavam mitos, apontando sempre para um futuro libertador, fosse ele na Monarquia ou na República. Ressaltamos que havia, na província do Piauí, muitos que descreiam dos ideais republicanos de David Caldas, pois, para eles, o regime de governo desejado pelo jornalista, permeado pelas realizações das ideias democráticas, não passava de uma grande “utopia”.

David Caldas fez referência a essas pessoas no editorial do *Oitenta e Nove*, no qual defendia suas crenças políticas concomitantemente à apresentação do seu novo órgão de imprensa. Sobre isso afirmara o seguinte: “[...] pouco importa que nos chamem utopista, uma vez que esse nome tem sido o de batismo, aplicado pelos homens de vistas curtas e recebido por todos os grandes trabalhadores do gênero humano”.<sup>620</sup> Podemos elencar, portanto, algumas adjetivações dirigidas a David Caldas, pelos seus opositores na imprensa, decorrentes de seus posicionamentos e anseios políticos, por exemplo, “falsário”, “republicano de borra”, “presidente da república da baixa das éguas”, “louco”, “hipócrito”, “utopista”, “visionário”.

Em consonância com Teresinha Queiroz, nosso entendimento é o de que essas significações produzidas pelos publicistas fundamentavam “[...] também forma eficiente de descaracterizar e sobretudo de ‘desqualificar’ David Caldas e suas ideias. Ao esvaziar o seu

<sup>619</sup> OBSERVAÇÕES. *A Imprensa*. Teresina, ano 5, n.253, p.4, 29 jun. 1870.

<sup>620</sup> PINHEIRO FILHO, Celso Pinheiro. *História da imprensa no Piauí...* p. 29.

conteúdo coletivo, também lhe eram negadas as possibilidades de significar aspirações sociais mais amplas”.<sup>621</sup>

Dessa forma, ao percorrermos as diferentes práticas jornalísticas, compreendemos que se trata de um ofício intrinsecamente ligado às ações e ideais políticos. Não é possível se referir aos escritores dos citados artigos como apenas publicistas, tendo em vista que eram também políticos, mesmo que não estivessem exercendo cargos dessa natureza. A escrita jornalística e a atuação política caminhavam juntas na busca pela concretização de sonhos acalentados em meio aos discursos políticos.

Se por um lado o movimento republicano no Piauí após a publicação do manifesto de 1870 conseguiu algumas adesões públicas que foram destacadas por David Caldas, por outro, muitos foram contrários a esse movimento, vislumbrando deslegitimá-lo. Isso pode ser visto principalmente em artigos do jornal monarquista *A Pátria* que eram antirrepublicanos e contra David Caldas.

### 3.1.3 Ser republicano e suas consequências

Interessa-nos apontar, neste momento, que a dinâmica de pensamento e ação de David Caldas repercutiram tanto na forma como a propaganda republicana foi veiculada e recebida entre os homens de imprensa do Piauí, como na própria vida e morte do publicista. No entanto, foi a partir de 1868, com o surgimento do jornal *O Amigo do Povo*, que o redator passou a investir toda a crença do progresso brasileiro na ideia de implantação da república como forma de governo no país.

A principal consequência disso foi o destaque que alcançou na imprensa piauiense, considerando que era o único publicista a erguer o estandarte republicano entre o final da década de 1860 e início da década de 1870. Entretanto, isso não significou que sua propaganda se deu “no deserto”, como afirmaram os historiadores Abdias Neves e Celso Pinheiro Filho.<sup>622</sup> É notável que no jornal *O Amigo do Povo*, mesmo com todas as

---

<sup>621</sup> QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *Os literatos e a República...* p. 304.

<sup>622</sup> PINHEIRO FILHO, Celso Pinheiro. *História da imprensa no Piauí...* p. 32-33.

dificuldades, conseguiu em torno de 150 assinantes com uma tiragem de 600 exemplares a cada número nos seus dois últimos anos de publicação.<sup>623</sup>

Além disso, neste mesmo jornal foram declaradas várias adesões de piauienses ao republicanismo. E, como aponta Ana Regina Rêgo, a tiragem de 400 a 450 exemplares semanais do periódico *Oitenta e Nove*, que se tornara o terceiro maior jornal da província, precedido somente pelos dos órgãos liberal e conservador, revelou o alcance da propaganda republicana do redator.<sup>624</sup>

No entanto, sua audiência política não significava certeza de sucesso eleitoral. Isso explica o voto recebido por apenas cinco eleitores nas eleições para a assembleia provincial em 1871, quando concorreu como membro do partido republicano.<sup>625</sup> O insucesso não se resumiu ao âmbito eleitoral, mas também profissional. Sua oposição ao sistema monárquico também se estendeu em âmbito regional aos presidentes de província, o que lhe conferiu implicações de natureza política como sua aposentadoria do cargo de professor do Liceu Piauiense, em 1872, devido ao confronto com o então vice-presidente da província do Piauí, Dr. Manoel José Espínola Júnior (Partido Conservador). David Caldas teve a sua cadeira de Geografia suprimida, em razão de que foi agregada à cadeira de História, pela lei nº 699 de 16 de agosto de 1870, fato comentado anos mais tarde por Clodoaldo Freitas:

A lei nº 699 de 16 de agosto de 1870, reuniu a cadeira de geografia à de história, visando unicamente ferir o professor de história do liceu, David Moreira Caldas, então em franca e terrível oposição ao presidente Spínola. O art. 6 da lei orçamentária, nº 765 de 6 de setembro de 1871, autorizou o presidente da província a aposentar o referido professor, com o ordenado

---

<sup>623</sup> O redator destacou a situação da sua produção jornalística em 1871: “[...] Há muito que sentimos a necessidade de tornar o nosso periódico hebdomadário ou aliás aumentar-lhe o formato; entretanto, com uns cento e cinquenta assinantes, entre certos e duvidosos, não é que se pode empreender melhoramento algum material nesta pequena empresa, que de TEIMOSA é que se sustenta, extraindo PRODIGAMENTE 600 exemplares de cada número há cerca de dois anos”. Conferir: EXPEDIENTE. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 4, n. 72, p.1, 31 dez. 1871.

<sup>624</sup> RÊGO, Ana Regina. *Imprensa piauiense...* p.107.

<sup>625</sup> David Caldas fez questão de agradecer e mencionar a “coragem” de seus poucos, porém honrados “cidadãos” eleitores em seu jornal: “David Moreira Caldas – agradece muito cordialmente aos cinco dignos eleitores do colégio desta capital que tiveram a lembrança de votar nele para deputado provincial. Bem longe estava de pensar o redator do *Amigo do Povo* que houvesse presentemente quem se animasse a dar seu voto a um republicano ostensivo; ainda quando o houvesse solicitado, quanto mais do modo, inteiramente espontâneo, por que o fizeram tão agradavelmente. Esses 5 votos devem significar muito mais do que 300 obtidos por intermédio do governo ou do *partido oficial*. Ainda há CIDADÃOS neste país de súditos ou de escravos! Não está perdida a semente fecunda dessa gramínea celeste que se chama LIBERDADE! Regosijemo-nos por isso”. Conferir: EXPEDIENTE. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 4, n. 68, p.1, 31 out. 1871.

correspondente ao tempo de serviço que se liquidasse até a data da lei nº 699.<sup>626</sup>

Além da cadeira de Geografia ter sido suprimida diante da determinação legal, houve a imposição da aposentadoria do professor David Caldas, em 1871, autorizada pelo presidente da província, Dr. Manoel do Rêgo Barros Sousa Leão, do Partido Conservador. Em face dessas leis, a aposentadoria do professor do Liceu Piauiense aconteceu no ano de 1871, conforme o que se lê nos registros oficiais:

Foram também aposentados, por portaria de 18 de setembro, o ex-lente de geografia do Liceu, David Moreira Caldas, em conformidade do art. 6º da resolução provincial n. 765 de 6 de setembro de 1871, cuja cadeira havia sido suprimida pela resolução n. 699 de 16 de agosto de 1870, sem que se lhe houvesse reconhecido o direito, que tinha à aposentadoria, visto ser empregado vitalício.<sup>627</sup>

Essa aposentadoria se referia somente à cadeira de História, pois relativamente à de Geografia ele não teve esse direito reconhecido. Essas experiências vividas por David Caldas cada vez mais o levavam a criticar o sistema monárquico, os políticos conservadores e a se distanciar das lutas políticas entre o Partido Liberal e o Conservador na província. Após sua aposentadoria forçada, passou a se dedicar cada vez mais à propaganda republicana, sendo considerado “[...] o representante exclusivo dessas ideias no Piauí” na década de 1870.<sup>628</sup> Sustentou-as no *Amigo do Povo* e no *Oitenta e Nove* até muito depois da dissolução do Clube Republicano na Corte, no entanto, por falta de recursos, viu-se obrigado a “voltar ao silêncio” no ano de 1875.

A forma como o redator vivenciou seus últimos anos, de acordo com seus memorialistas, revela-o envolto em miséria, isolamento social e dedicação a vigílias de estudo. O publicista terminou por recair em suas doenças relacionadas ao sistema nervoso, falecendo aos 41 anos em Teresina. O redator de seu necrológio no jornal *A Imprensa* descreveu com detalhes seus últimos anos:

[...] De então para cá *apoderou-se de uma certa misantropia*, e dessa *descrença fatal*, que lhe ocasionou, talvez, a repetição de seus *antigos padecimentos*.  
*Demitido de seus empregos por força da reação política*, privado da imprensa, pela *queda de seu partido e penúria de recursos para continuar*

<sup>626</sup> FREITAS, Clodoaldo. História de Teresina: instrução pública. *Diário do Piauí*, Teresina, ano 2, n. 38, p.1, 18 fev.1912.

<sup>627</sup> PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório* com que o Exm. Sr. Dr. Manoel do Rego Barros Sousa Leão passou a administração da Província do Piauí ao Exm. Sr. Vice- Presidente Tenente-Coronel José Amaro Machado. Teresina, 27 fev. 1872.

<sup>628</sup> ÓBITO NOTÁVEL. *A Imprensa*. Teresina, ano 13, n. 532, p.2, 13 fev. 1878.

na luta, entregou-se ao ensino, e como mestre ainda prestou relevantes serviços a seus patrícios e concidadãos.

[...] David Caldas nasceu na vila das Barras desta província, e faleceu aos 41 anos de idade, quase todos empregados nas vigílias do estudo, em um labor insano...e deixou por única herança a sua desolada família – um prelo americano e seus manuscritos (grifos nossos).<sup>629</sup>

Depois da sua fase jornalística republicana, a subsistência pessoal e familiar de David Caldas ficou a cargo das suas intensas aulas particulares. É indiscutível que seus últimos anos tenham sido envolvidos por penúria, isolamento político e social. Suas ideias políticas e sociais nunca foram bem recebidas pela maioria dos homens de imprensa piauienses. De fato, comumente foram interpretadas como idiossincrasias pessoais e de cunho individualista, além disso, reforçada sua fama de louco, o que levou muitas vezes a responder pela imprensa em favor de sua lucidez mental.<sup>630</sup>

Talvez para ajudá-lo em sua condição, o diretório do partido liberal o convidou para ser redator mais uma vez no jornal *A Imprensa*, o que de pronto aceitou “[...] com a condição expressa de retirar-se logo que esse partido fosse ao poder; porque de forma alguma renunciaria mais a sua autonomia republicana”.<sup>631</sup>

Sua *causa mortis* foi associada por muitos contemporâneos como decorrência do estado de loucura em que caiu após intensas vigílias de estudo para solucionar o problema da seca que assolava as províncias do Ceará e Piauí no final de 1877. Embora isso seja discutível, não o é o fato da atribuição negativa que causou todo o seu processo de enterro.

De fato, causou grande impressão na sociedade o fato dos representantes locais da Igreja Católica não terem permitido que seu túmulo fosse colocado dentro do cemitério de São José. As causas e os detalhes do seu enterro foram narrados por Celso Pinheiro Filho:

Mas nem a morte fez arrefecer a vingança dos áulicos imperiais contra o grande republicano. Como a igreja católica era ligada ao Estado, David, apesar de grande crente em Deus, e membro da Irmandade do Santíssimo Sacramento, era oficialmente considerado ateu e, como tal, não teve o direito de ser enterrado no cemitério. Cavaram-lhe um túmulo em frente ao portão principal do cemitério de São José, debaixo de velho jatobazeiro ali existente, túmulo que alma caridosa mandou cercar com grade de ferro.<sup>632</sup>

<sup>629</sup> ÓBITO NOTÁVEL. *A Imprensa*. Teresina, ano 13, n. 532, p.2, 13 fev. 1878.

<sup>630</sup> QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *Os literatos e a República...* p.164. Exemplo de sua defesa própria em favor de sua sanidade mental encontramos em: CALDAS, David. A minha resposta à *Moderação*. *A Imprensa*, Teresina, ano 12, n. 496, 2 fev. 1877.

<sup>631</sup> ÓBITO NOTÁVEL. *A Imprensa*. Teresina, ano 13, n. 532, p.2, 13 fev. 1878.

<sup>632</sup> PINHEIRO FILHO, Celso Pinheiro. *História da imprensa no Piauí...* p.32.

A família de David Caldas ficou em situação de extrema pobreza após sua morte, sendo necessário que seus amigos a socorressem mensalmente com ajuda financeira.<sup>633</sup> Por ter tido sua imagem ligada ao ateísmo e à loucura antes e após sua morte, seu amigo Licurgo de Paiva escreveu um folheto em defesa da memória de David Caldas.<sup>634</sup> Nele, fez questão de mencionar sua inteligência, honradez, seu estado de sanidade mental e devoção a Deus nos últimos momentos de sua vida.

O amigo o acompanhou na agonia final e testemunhou sua devoção a Deus e o motivo de seu falecimento a 3 de janeiro de 1878:

O que foi que tão depressa, em menos de oito dias o levou a sepultura? A geografia, sim, ela somente! Impressionado com os horrores da seca das províncias do norte, empenhou-se em um estudo incessante dia e noite para descobrir as causas dela e nesse labor ingrato não só repelia os alimentos como incandescia o cérebro nas vigílias, resultando disso a agitação nervosa de que foi vítima.

[...] Ninguém o acompanhou como eu nessa penosa situação. [...] ele ergueu-se do seu leito de desespero, alçou aos céus os braços e com ênfase de verdadeiro crente proferiu estas palavras textuais:

- É chegado o dia de vos dar as minhas contas... Sabahot, Sabahot, Sabahot!...três vezes sábio...três vezes santo!

E aos paroxismos, já quase sem alento, como despertando de um horrível pesadelo, estendeu a mão em direção ao lugar em que se achavam mulher e filhos, e descrevendo uma cruz, disse...

- Agora... recebam todos a minha santa benção!<sup>635</sup>

De acordo com Licurgo de Paiva, seu amigo estudava a Bíblia assiduamente frente às ofensas de seus desafetos e morreu cantando *Gloria in excelsis Dei*. Também a viúva do redator, em nota de agradecimento aos amigos, destacou o pronto atendimento do Reverendo Thomaz de Moraes Rego para ministrar os Sacramentos da Igreja à David Caldas, quando foi solicitado.<sup>636</sup> O intuito de Paiva com seu livreto era defender a memória de seu amigo, inculcando nos leitores os seguintes questionamentos: Como David Caldas poderia ser ateu? Como poderia não ser adepto da fé católica tão devota alma?

Com efeito, é provável que o esforço de Paiva em abrandar a imagem negativa que a sociedade lançou sobre o amigo falecido não tenha tido tanto efeito. Conforme Higino Cunha, em *História do Teatro em Teresina*, após a morte do periodista republicano ninguém mais levantou a voz, na imprensa, em favor do republicanismo. Para ele, a sociedade teresinense ficou tão assombrada com a morte de David Caldas “[...] que morreu paupérrimo e louco,

<sup>633</sup> PINHEIRO FILHO, Celso Pinheiro. *História da imprensa no Piauí...* p.32.

<sup>634</sup> Trata-se da obra com peculiar título: *À memória de David Caldas*. Conferir: PAIVA, Licurgo de. *À memória de David Caldas*. Teresina: Tipografia do Oitenta e Nove, 1878.

<sup>635</sup> PAIVA, Licurgo de. *À memória de David Caldas...* p.6-10.

<sup>636</sup> PAIVA, Licurgo de. *À memória de David Caldas...* p.22.

[que] nunca mais ninguém ousou levantar a voz em Teresina em favor da ideia republicana”.<sup>637</sup>

Exageros à parte, o fato é que, desde a morte do publicista até a Proclamação da República, a atividade jornalística no Piauí decorreu nos velhos moldes das disputas retóricas entre liberais e conservadores. Por isso, Celso Pinheiro Filho afirmou que entre o final da década de 1870 e por toda a década de 1880 a província ficou à margem da fermentação republicana, o que explica a surpresa com que a população teresinense recebeu a notícia da forma de governo.<sup>638</sup>

Isso nos leva a entender que a propaganda republicana no Piauí na década de 1870 foi muito mais dinâmica e ativa que no decênio seguinte. De certa forma, com a morte de David Caldas ela perdeu muita força e atuação. Averiguemos, adiante, os aspectos principais da ideia republicana no Piauí nos últimos anos do Império, buscando entender sua condição de escassez e pequena divulgação.

### **3.2 A propaganda republicana na última década imperial**

Entre a morte de David Caldas, em 1878, e a Proclamação da República, nenhum periódico ou publicista/redator se declarou publicamente como republicano. Entretanto, houve publicações contrárias à monarquia, defesas esparsas da implantação da república e até divulgação de nomes de políticos, bacharéis e leitores piauienses que aderiram ao ideal republicano de forma mais aguerrida.

Esse período foi marcado por ações pontuais, divergindo do cenário apresentado por David Caldas. Destarte, é iniludível afirmar que outras questões ocuparam o espaço na imprensa, enquanto o republicanismo no Piauí imergiu no ostracismo.<sup>639</sup> Porém, o antimonarquismo continuou na atuação de homens de imprensa como Clodoaldo Freitas, Higino Cunha, Antônio Rubim e Mariano Gil Castelo Branco, acusados por seus opositores, entre eles Coelho de Resende, como republicanos, questão discutível, posto que nem eles mesmos se posicionavam assim explicitamente.

A associação entre eles e o republicanismo se dava principalmente por defenderem críticas vorazes ao sistema político monárquico, o que ocasionou, por exemplo, a homenagem de Clodoaldo Freitas como republicano histórico após a mudança de regime. Os ataques

<sup>637</sup> CUNHA, Higino. *História do Teatro em Teresina*. Teresina: Tipografia do Correio do Piauí, 1922, p.11.

<sup>638</sup> PINHEIRO FILHO, Celso Pinheiro. *História da imprensa no Piauí...* p.32-33.

<sup>639</sup> RÊGO, Ana Regina. *Imprensa piauiense...* p.100.

impressos à monarquia a partir desses redatores ocorreram no periódico *A Reforma*, que surgiu em 24 de março de 1887.

De propriedade de Mariano Gil Castelo Branco, depois de Barão de Castelo Branco, foram seus redatores Clodoaldo Freitas e Antônio Rubim. Em geral, o periódico em questão defendia ideias abolicionistas e apresentava tendências republicanas, principalmente no que concerne a sua oposição à monarquia no mesmo estilo de escrita de David Caldas, tal como podemos ver em suas referências à D. Pedro II:

O rei D. Sebastião subiu ao trono português tendo 14 anos de idade, o imperador Pedro II do mesmo modo subiu tendo 14 anos de idade.  
Mas Sebastião encantou-se, e por ele ainda esperam os seus fiéis vassalos; que glória não seria para essa gloriosa majestade encantar-se afim de deixar em expectativa seus fiéis vassalos!  
Tudo porém não é como o homem deseja, e sim como Deus quer.<sup>640</sup>

Os redatores do *A Reforma* esforçavam-se por inserir conotação negativa à monarquia, denominando-a como a “*velha coruja dos paços e das cátedras*”<sup>641</sup> e afirmando a ideia de incompatibilidade com o país. Para estes redatores, a situação política brasileira era a pior possível, como destacaram no artigo intitulado *Sem lei, nem rei* publicado na edição de número 36:

[...] Por toda parte pululam, os esbirros; não há segurança e nem garantias; vivemos SEM LEI E NEM REI, e salve-se quem puder! A Constituição Política do Império, é coisa que não existe. Os homens do poder calçam as leis a pés e satisfeitos cantam vitória própria dos bandidos.<sup>642</sup>

Assim, o país estava entregue à ineficiência de suas autoridades, o que dava margem às mais severas críticas: “Brasil, império das bagatelas, limitada no norte pelo desânimo, à leste pela preguiça. Seu governo é monárquico representativo, temperado pela chalaça. Clima variado. Produz café e discursos”.<sup>643</sup> Os redatores (membros do Partido Liberal) denominavam-se como portadores da “opinião pública”, atentos aos reclames “dos oprimidos” e “contra os opressores”, abrindo as colunas do seu jornal àqueles que desejassem reclamar seus direitos individuais frente aos “[...] escândalos, abusos, crimes, imoralidades do governo geral e provincial”.<sup>644</sup>

<sup>640</sup> OEIRAS. *A Reforma*. Teresina, ano 1, n. 11, p.2, 2 jun. 1887.

<sup>641</sup> CAVE, POPULE. *A Reforma*. Teresina, ano 1, n. 24, p.2, 7 set. 1887.

<sup>642</sup> SEM LEI, NEM REI. *A Reforma*. Teresina, ano 1, n. 36, p.2, 11 dez. 1887.

<sup>643</sup> DESCRIÇÃO GEOGRÁFICA. *A Reforma*. Teresina, ano 2, n. 40, p.4, 13 jan. 1888.

<sup>644</sup> CAVE, POPULE. *A Reforma*. Teresina, ano 1, n. 24, p.2, 7 set. 1887.

Também se afirmavam adeptos ao abolicionismo, liberalismo, federalismo, contudo, nunca chegavam a se declarar abertamente como republicanos associando esta condição a substantivos como “veleidade”.<sup>645</sup> Ainda assim podemos afirmar que a linguagem política adotada pelo jornal era semelhante a várias folhas republicanas de outras províncias contemporâneas e até aos jornais de David Caldas.

Entre os argumentos retóricos semelhantes, encontramos a defesa da democracia em detrimento da monarquia. Para os redatores do *A Reforma*, o princípio ideal sobre o qual deveria ser assentado um governo era o democrático. Em suma, definiam este como “[...] uma delegação do poder de todos para vantagem comum da sociedade”.<sup>646</sup> Nele, haveria respeito pelos direitos individuais de todos, poucos tributos, liberdade individual, mas com ordem, a fim de evitar que “as paixões ruins predominem”; repúdio à hereditariedade e apreço pelo “talento” individual.<sup>647</sup> Por outro lado, o governo monárquico seria o avesso a todos os benefícios advindos do sistema democrático.

O conceito de monarquia estava associado à desordem e à ausência de progresso. Vale ressaltar que esse viés interpretativo já se encontrava presente, no Brasil, tanto em liberais como republicanos avessos ao Império desde o final da década de 1860. Buscando inferiorizar a imagem da monarquia brasileira, descreviam um *status quo* marcado pelo desgoverno e pelas tensões adjacentes ao cenário caótico no qual o futuro era incerto:

[...] Só os observadores superficiais deixarão de ver que as circunstâncias atuais da nossa pátria são melindrosíssimas; que a situação está cheia de

---

<sup>645</sup> Como podemos ver na terceira publicação do periódico: “Este colega, que se diz abolicionista, liberal, federalista e até com *veleidades republicanas*, saiu-nos ao encontro defendendo a triste administração do sr. Janssem. Sentimos não estar de acordo com o colega, que se manifesta tão nosso vizinho em tantas ideias (grifos do autor)”. Conferir: TELEPHONE. *A Reforma*. Teresina, ano 1, n.3, p.4, 7 abr. 1887.

<sup>646</sup> OS GOVERNOS MONÁRQUICOS E DEMOCRÁTICO. *A Reforma*. Teresina, ano 1, n.12, p.1, 9 jun. 1887.

<sup>647</sup> A crítica do jornal ao regime monárquico hereditário era extensa: “E a distinção que muito deve ferir a razão do homem que pensa é, que o regime monárquico é hereditário, e o democrático representativo, o rejeita toda hereditariedade, não só como uma imposição, mas também como insuficiente aos fins para que o governo é necessário. Quem poderá provar com que direito se estabeleceu o governo hereditário? Nenhum homem tem o direito de o estabelecer; porque nenhum tem o direito sob a posteridade em fato o direito pessoal. Na monarquia hereditária a sucessão é fatal; o filho mais velho do rei sucede-lhe necessariamente; e portanto, qualquer que seja a sua idade, qualquer que seja sua moralidade, o povo que herdou por morte de seu pai o deve sofrer, do que resulta, que os reis sucedem não como entes racionais, mas como animais. [...] O que é pois o vosso sistema hereditário? Vós o apresentais sob o ponto de vista mais ridículo desde que declarais que o ofício pode ser exercido por um menino ou por um louco. Para ser alfaiate, sapateiro, barbeiro, é mister algum talento, para servir segundo vosso sistema hereditário basta ter figura de homem e ser uma espécie de autômato. Conferir: OS GOVERNOS MONÁRQUICOS E DEMOCRÁTICO. *A Reforma*. Teresina, ano 1, n.12, p.1, 9 jun. 1887.

incertezas e de obscuridades; que o dia de amanhã aparece sombrio à imaginação de todos e que o horizonte nacional se mostra escuro e tempestuoso por qualquer ponto que seja observado.<sup>648</sup>

Culpavam os ministros de estado, presidente do conselho, presidente de província e até a princesa Isabel pela “hora solene e angustiosa” que atravessavam contemplando “[...] os destroços das liberdades públicas”.<sup>649</sup> Enfatizavam o lamento (repleto de machismo) pelo fato de que no final de 1887, a “nau do Estado, [achar-se] comandada por uma mulher”, que mesmo com idade avançada não convencia aos publicistas sobre sua capacidade para promover o desenvolvimento do país, tendo em vista que “[...] nunca podemos descobrir em sua augusta sabedoria, uma ideia por pequena que seja, que possa levantar o país do estado de decadência em que se acha”.<sup>650</sup>

Além disso, D. Pedro II era apresentado ausente e “em princípio de abdicação” devido ao seu “melindroso estado de saúde”.<sup>651</sup> Importa comentar que, tal qual a defesa da democracia, o ataque ao monarca e sua família, sobretudo a princesa Isabel e seu marido, o Conde d’Eu, faziam parte da índole do partido republicano desde sua fundação. Portanto, encontramos neste aspecto mais um nó entre a fórmula retórica utilizada no jornal *A Reforma* e aquela utilizada pelas folhas republicanas.<sup>652</sup>

Talvez a advertência que o Marquês de Paranaguá (chefe do Partido Liberal no Piauí) tenha dado aos redatores do *A Reforma* tenha sido suficiente para o teor moderado que assumiram frente aos ideais republicanos do período. De fato, Celso Pinheiro Filho destaca que eles “sofreram censura” do chefe do Partido Liberal<sup>653</sup> quanto à aproximação com as ideias republicanas que, para ele e para muitos partidários liberais da província, eram ideias

<sup>648</sup> O QUE LEVA O “GIRONDE”. *A Reforma*. Teresina, ano 1, n.19, p. 3, 5 ago. 1887.

<sup>649</sup> CAVE, POPULE. *A Reforma*. Teresina, ano 1, n. 24, p.2, 7 set. 1887.

<sup>650</sup> SEM LEI, NEM REI. *A Reforma*. Teresina, ano 1, n. 36, p.2, 11 dez. 1887.

<sup>651</sup> SEM LEI, NEM REI. *A Reforma*. Teresina, ano 1, n. 36, p.2, 11 dez. 1887. Sobre a influência do estado de saúde de D.Pedro II, nos últimos anos de seu reinado, e a repercussão disso nos jornais republicanos, nos esclarece George Boeher: “Nos últimos tempos do reinado de Dom Pedro, os republicanos espalhavam maliciosamente o boato de que o imperador, ou estava maluco ou decrépito. Silva Jardim sugeriu-o, em janeiro de 1888. Em agosto referia-se à insanidade do monarca, dizendo que o estado mental do imperador devia ser revelado ao país. Na verdade, nos anos de 1887 e 1888 o imperador encontrava-se enfermo. Tivera uma crise severa de diabetes, acompanhada de um enfraquecimento de memória mas não estava louco nem senil. Contudo, a imprensa republicana tomou a iniciativa de espalhar que o imperador estava incapaz de dirigir o governo”. Conferir: BOEHER, George C. A. *Da Monarquia à República: História do Partido Republicano do Brasil (1870 – 1889)*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1954, p.245.

<sup>652</sup> BOEHRER, George C. A. *Da Monarquia à República...* p. 241.

<sup>653</sup> PINHEIRO FILHO, Celso Pinheiro. *História da imprensa no Piauí...* p. 33.

que estavam sendo propagandeadas naquela sociedade “[...] muito mais por despeito, do que por conveniência social”.<sup>654</sup>

A orientação do Marquês de Paranaguá aos liberais piauienses no final da década de 1880 quanto ao projeto republicano era a seguinte:

[...] devemos estar prevenidos para não nos deixarmos seduzir por essas novas ideias, que, de certo, não nos podem convir, por ferirem de frente as nossas instituições – as instituições constitucionais. Devemos aceitar, é certo, a descentralização, não fora da constituição, mas dentro dos limites constitucionais. E quanto à república, não porque os nossos costumes a repelem; além de que não estamos preparados para ela. As inovações nem sempre acarretam consigo o progresso e a civilização.<sup>655</sup>

Notamos, portanto, que não havia interesse por parte dos liberais com a implantação da República no Brasil.<sup>656</sup> Com o argumento de que a população não estava preparada para este sistema de governo, defendiam reformas dentro dos parâmetros constitucionais como, por exemplo, uma maior autonomia política e tributária para as províncias, processo este que denominavam como descentralização. Para esses liberais, não havia investimento na implantação da república como meio de modernização do país.

Se no periódico *A Reforma* o republicanismo foi silenciado, no *jornal O Telefone* é possível encontrar adesões públicas ao partido republicano. Ressalvamos que tais pronunciamentos eram raros e não indicavam que o jornal apresentava perfil republicano, pelo contrário, encontramos mais aversões e ataques aos republicanos nesta folha. Com efeito, o semanário *O Telefone* defendia os interesses do Partido Liberal, sendo publicado entre 1883 a 1889 e de propriedade de Antônio Joaquim Dinis.<sup>657</sup>

Tal como em *A Reforma*, no *jornal O Telefone* eram feitas várias críticas ao sistema político vigente, defendendo o abolicionismo, o federalismo e a adoção de concurso público

<sup>654</sup> DOCUMENTO PARA A HISTÓRIA. *O Telefone*. Teresina, ano 6, n. 278, p.3, 29 set. 1888.

<sup>655</sup> DOCUMENTO PARA A HISTÓRIA. *O Telefone*. Teresina, ano 6, n. 278, p.3, 29 set. 1888.

<sup>656</sup> Esses eram a parcela dos liberais que se distanciavam dos “radicais”. Segundo Faoro, no final da década de 1860, havia uma “[...] parcela de liberais [que prosseguia] seu curso extremo, estimulada pela mocidade e pelo ímpeto, para as transformações profundas, em nome do povo sem chefes. A nova geração, ativa desde 1866, armada de seu próprio jornal – a *Opinião Liberal* -, não se submete ao apaziguamento reformista dos senadores e deputados, tolhidos, na sua expansão, pela doce e envolvente túnica do estamento”. Conferir: FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato brasileiro*. 5 ed. São Paulo: Globo, 2012, p. 508; Para José Murilo de Carvalho, somente os “liberais radicais”, que fundaram o Partido Republicano na Corte em 1870, estavam convencidos da impossibilidade de realizar as reformas que defendiam dentro do regime monárquico. Conferir: CARVALHO, José Murilo de. *República, democracia e federalismo: Brasil, 1870-1891*. *VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, v.27, n. 45: p. 141-157, 2011.

<sup>657</sup> PINHEIRO FILHO, Celso Pinheiro. *História da imprensa no Piauí...* p.33.

para a magistratura.<sup>658</sup> Além disso, reclamava do número excessivo de empregos públicos e dos exíguos provimentos recebidos pelos servidores.<sup>659</sup> Semelhanças com os ideais republicanos propagandeados, no Piauí, também eram encontrados como, por exemplo, a referência positiva aos ideais revolucionários franceses de 1789.<sup>660</sup>

No dia 14 de julho de 1889, em frente à redação do jornal em memória à histórica data francesa, tocou uma banda de música e foram atirados ao ar inúmeros foguetes além da iluminação noturna à frente da tipografia e da redação.<sup>661</sup> Nos últimos meses do Império, a ideia republicana ganhava força segundo o noticiador de *O Telefone*: “[...] vai-se cada dia acentuando o movimento republicano no país. [...] A ideia marcha à passo de gigante”.<sup>662</sup>

O final dos anos 1880 consagrava aquela que era, nas palavras de Teresinha Queiroz, “[...] a década da esperança, da propaganda republicana, dos sonhos de realizar projeto político diferente dos processos em vigor no Império”.<sup>663</sup> Foi justamente nesta folha, em meio ao fortalecimento da ideia republicana no Brasil, que apareceram alguns dos poucos casos de adesões republicanas divulgadas na imprensa naquela década. A primeira delas foi a do médico Joaquim Nogueira Paranaguá que, diferente de Clodoaldo Freitas e Higino Cunha, ousou romper ainda no início da década com o Partido Liberal, do qual seu tio, o palaciano Marquês de Paranaguá, era a figura de maior expressão, posto que era chefe do Partido Liberal do Piauí na Corte.

Joaquim Paranaguá fundou em 1888 na cidade de Corrente o único clube republicano de que se tem notícia no Piauí, antes da proclamação da República. Por sua distância da capital, o fato pouco repercutiu em Teresina. Mesmo assim, sua atuação foi noticiada nos jornais locais com destaque para *O Telefone* que, em 1889, lhe deu voz para falar sobre as projeções sobre o novo regime de governo, meses após a fundação do clube. Este foi fundado

---

<sup>658</sup> A falta de independência dos magistrados era considerada lastimável no jornal: “[...] Tal é a razão porque não há entre nós moço algum formado que desejando iniciar-se na carreira da magistratura não tire os olhos dos livros para pô-los no nobre Marquês de Paranaguá, ou no ilustre sr. Dr. Coelho Rodrigues, a cuja sombra procuram abrigar-se desde logo pela certeza de que fora delas não lhes é permitido dar um passo”. Conferir: COMUNICADO. *O Telefone*. Teresina, ano 6, n. 284, p.2, 17 nov. 1888.

<sup>659</sup> A CIRCULAR DO SR. CORONEL CRUZ E O FUNCIONALISMO. *O Telefone*, ano 6, n.286, p.1, 30 nov. 1888.

<sup>660</sup> Tal semelhança fica expressa no artigo intitulado *14 de julho de 1789*, que fez memória positiva sobre a Revolução Francesa destacando-a como o evento histórico em que “[...] se operou no espírito da humanidade o maior número de reformas úteis”, período em que “[...] a tirania e a opressão desapareceram do solo francês”. Conferir: 14 DE JULHO DE 1789. *O Telefone*. Teresina, ano 6, n. 314, p.1, 18 jul. 1889.

<sup>661</sup> 14 DE JULHO. *O Telefone*. Teresina, ano 6, n. 314, p.3, 18 jul. 1889.

<sup>662</sup> MOVIMENTO REPUBLICANO. *O Telefone*. Teresina, ano 6, n.314, p.3, 18 jul. 1889.

<sup>663</sup> QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *Os literatos e a República...* p.330.

com vistas a eleger Paranaguá como deputado geral pelo 3º distrito da província. De fato, seu nome foi indicado pelos eleitores que ele denominou como “republicanos” dos municípios de Corrente, Santa Filomena e Parnaguá. Terminou por não ter sido eleito, mesmo com número considerável de votos.

O candidato tinha como meta, em sua ação legislativa, representar o “protesto dos piauienses contra a monarquia na América”. Para ele, as instituições monárquicas não representavam os interesses dos brasileiros. Seu discurso político utilizava a retórica clássica dos republicanos, pautada no viés redentor da implantação da República no Brasil:

[...] Cheio de confiança vejo o despontar de novos horizontes para nossa cara pátria que jubilosa observa seus filhos abraçarem as ideias republicanas que tendem pela força da justiça e da razão, dominar todos os brasileiros. Cidadãos piauienses! O vosso patriotismo e amor à liberdade vos impõem o dever de recusar o vosso apoio a todo candidato que não tenha como princípio a liberdade, igualdade e fraternidade que é a bandeira do partido republicano do Brasil. Somos americanos e os americanos sabem que sem rei existe Nação. Para que o Brasil se torne próspero e feliz é necessário que se proclame republicano. Todos os brasileiros estão convencidos desta verdade. Cidadãos republicanos e piauienses livres, não recuemos diante de sacrifícios para conquistarmos a nossa liberdade.<sup>664</sup>

Assim como em Paranaguá, a adesão do então acadêmico de Direito em Recife, Leônidas e Sá ao republicanismo foi marcada pela expectativa de implantação da República no Brasil. Ela foi veiculada por meio da publicação da poesia *Ave Republica*, de sua autoria, no jornal *O Telefone*. Seus versos expressavam a nova forma de governo sob influência positivista, como fruto da *lei da evolução*. Para o poeta, de intensa vida literária no Piauí e em Pernambuco, a República significava a liberdade sob a influência do liberalismo democrático dos Estados Unidos e dos símbolos revolucionários franceses, como exemplificam alguns de seus versos: “[...] afaga-me dia a dia fazer do meu Brasil, a pátria dos Franklins, e livre da realeza. Então poder gritar: eu sou republicano. Vamos, povo, cantai a nobre *marselhesa*” (grifo do original).<sup>665</sup>

A ocupação rara e mínima das colunas impressas nos jornais piauienses, na década de 1880, destacando a adesão de piauienses ao republicanismo, demonstra que nessa província, ao contrário de outras como Rio de Janeiro e São Paulo, o ideário republicano foi pouco difundido e apropriado. Podemos concluir que, se por um lado, nos primeiros anos tenha sido

<sup>664</sup> PARANAGUÁ, Joaquim Nogueira. Ao Partido Republicano. *O Telefone*. Teresina, ano 6, n. 316, p.2, 1 ago. 1889.

<sup>665</sup> SÁ, Leônidas e. *Ave Republica*. *O Telefone*. Teresina, ano 7, n. 276, p. 2, 14 set. 1888.

marcada pela voz de David Caldas em seus jornais, por outro lado, após a morte do propagandista solitário, foi ocupada pelo silêncio dos publicistas. É significativo que tanto Joaquim Nogueira Paranaguá como Leônidas e Sá, não fossem redatores de periódicos na época.

No entanto, as décadas de 1870 e 1880 foram marcadas pela fermentação de diferentes movimentos de contestação social, que a nível nacional, culminaram na Abolição e na Proclamação da República. Todavia, no que concerne à província piauiense, notamos que, enquanto a transformação do trabalho já encontrava respaldo social e político, apesar da inexistência de apoio legal e das reações contrárias de muitos proprietários de escravos, a ideia republicana foi severamente contestada pelos homens de imprensa.<sup>666</sup>

De fato, o discurso antirrepublicano perdurou até a Proclamação da República em 1889. Não por acaso, identificamos nos jornais várias referências negativas ao republicanismo, por exemplo, na pequena anedota intitulada *Eleição direta ou indireta* publicada na última página do periódico *O Telefone*, publicado em 29 de setembro de 1882:

A república, sustentava um sujeito, *é a pior de todas as formas de governo.*  
 - Nego. Basta ser um governo em que o povo elege, escolhe quem quer.  
 - *Por isso mesmo.* O que se tem por eleição, por escolha nunca presta. Se não diga:  
 - Escolheu seu pai?  
 - Não, senhor.  
 - Está contente com ele?  
 - Sim, senhor.  
 - Escolheu sua mãe?  
 - Não, senhor.  
 - Trocá-la-ia por outra?  
 - Nunca.  
 - Aí tem. Todos nós escolhemos ou elegemos as nossas mulheres e nenhum está contente com a sua (grifos nossos).<sup>667</sup>

Assim a hereditariedade enquanto meio de sucessão da monarquia era defendida e a imagem da república como a “pior de todas as formas de governos” era reforçada. Outra associação negativa sobre a condição de ser republicano aconteceu em uma polêmica jornalística entre José Alves Nunes e João Canuto da Silva e Lobo, em que, para se defender das acusações à sua pessoa publicadas no jornal *A Época* por Lobo, aquele se referiu ao seu acusador, em *O Telefone*, como sendo um “caloteiro”, “inimigo do alheio”, “inimigo do

<sup>666</sup> QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *Os literatos e a República...* p.302.

<sup>667</sup> ELEIÇÃO DIRETA OU INDIRETA. *O Telefone*. Teresina, n.14, p.4, 29 set. 1882.

trabalho”, daqueles que “[...] fazem-se logo de republicanos, entusiastas das coisas grandes, e mais tarde – socialistas, comunistas, &”.<sup>668</sup>

Vale ressaltar que o termo “anarquia” era constantemente relacionado à república, ao socialismo e ao comunismo na década de 1880. As notícias estrangeiras sobre países como a França, no início do decênio, destacavam o avanço do anarquismo e do comunismo naquele país que “tudo queria destruir” para, após sua vitória, “não estabelecer mais nenhum governo”.<sup>669</sup> Não demorou muito para que, na província do Piauí, o cotejo entre a república e a anarquia também fosse realizado, como demonstra a análise política de um publicista sob o pseudônimo Ulysses, no jornal *O Telefone*, que destacou o cenário partidário piauiense como “lamentável”:

O que vemos ante os nossos olhos? O mundo moral e intelectual caminhando ininterruptamente para uma completa *anarquia*, para uma verdadeira torre de Babel.

A chama dos partidos – conservador, republicano e liberal – que vão se desenvolvendo aqui de um modo extremamente lamentável, horrorosamente assustador, só trata hoje de produzir graves estragos no ânimo de quem quer que, querendo colocar tudo em ordem e só deseja colocar tudo nos respectivos eixos.

[...] Mesmo em política não queremos chamadas, queremos simplesmente partidos.

*Suma-se, portanto, daqui a camada republicana, causa de todo barulho, de todo incêndio, sem sequer mais um momento de demora, pois que nunca serviu neste torrão para representar um papel sério, aproveitável, mas inteiramente para produzir distúrbios, para formar chama arrasadora.*

Depois, acresce que *antes dessa camada diabólica*, já existiam as outras duas – liberal e conservadora – que, nascendo ambas ao mesmo tempo, *produziam o equilíbrio necessário na política* (grifos nossos).<sup>670</sup>

Vemos a força retórica com que o redator se referiu à “camada republicana” neste texto. Afinal, o Partido Republicano na província foi praticamente inexistente na década de 1880.<sup>671</sup> Mesmo na imprensa não havia folhas republicanas ou redatores que apoiassem publicamente a ideia. O discurso antirrepublicano refutava constantemente a ideia “diabólica” que visava desequilibrar a ordem política que não podia sair do âmbito dos conservadores e/ou liberais. É discutível o fato de o redator estar se referindo ou não à política do Piauí ou do Brasil naquele período. De certo, o que se sabe é que a imprensa piauiense não recebia

<sup>668</sup> AO PÚBLICO. *O Telefone*. Teresina, ano 1, n.55, p.2, 16 fev. 1884.

<sup>669</sup> REVISTA DO ESTRANGEIRO. *O Telefone*. Teresina, ano 8, n. 281, p.1, 5 jan. 1883.

<sup>670</sup> A POLÍTICA DO PIAUÍ. *O Telefone*. Teresina, ano 5, n. 231, p.3-4, 1 out. 1887.

<sup>671</sup> Em 1887, em artigo editorial do jornal *A Imprensa*, o partido republicano não era forte politicamente posto que foi descrito como: “[...] ainda não completamente organizado, mas batalhando pela existência no intuito de, em um futuro não muito longínquo, reclamar também um lugar honroso na gestão dos públicos negócios”. Conferir: A IMPRENSA. *A Imprensa*. Teresina, ano 22, n. 958, p.1, 26 fev. 1887.

com bons olhos os ideais republicanos e se mantinha fiel ao jogo político tradicional do Império entre liberais e conservadores.

Ressalvamos que os liberais e conservadores piauienses não se declaravam totalmente avessos aos ideais republicanos,<sup>672</sup> embora o discurso antirrepublicano tenha prevalecido em jornais liberais como *A Imprensa* e *A Reforma* e na folha, que não se pretendia partidária, *O Telefone*.<sup>673</sup> Nos dois últimos anos do Império, esse aspecto foi intensificado. Com efeito, naqueles anos, os discursos favoráveis ou não à conservação da monarquia passaram a ocupar com mais força tanto a imprensa como o parlamento e em alguns lugares, como na Corte, alcançaram as “múltiplas vozes da rua”.<sup>674</sup>

No que concerne à imprensa piauiense, presenciamos um aumento da defesa e exaltação da imagem de D. Pedro II ao passo que os republicanos eram menosprezados e relegados aos desordeiros, fato que constatamos no jornal *O Telefone* que, em seu artigo editorial da edição de número 273, felicitou efusivamente o imperador por sua volta ao Brasil com saúde após um ano de viagem à Europa, buscando tratamentos médicos.

Destacou-se nos escritos, ainda, que D. Pedro II era “soberanamente idolatrado pelo povo brasileiro” principalmente pela Abolição da escravidão através das mãos de sua filha no 13 de maio, demonstrando que a família imperial sabia “colocar acima do interesse próprio o bem da nação”. Dessa forma, o “13 de maio” significava um:

[...] imorredouro ato, que pasmou o mundo inteiro, longe de abalar os alicerces do trono, como dizem os republicanos do escravismo, mais e mais fez crescer o entusiasmo do povo brasileiro pelo seu egrégio monarca, em

---

<sup>672</sup> No jornal *A Imprensa* foi destacada a posição sobre o republicanismo: “[...] não somos infensos às ideias republicanas. Basta lembrar que é sob a forma republicana que os Estados Unidos se constituíram a mais forte nação da América e talvez do mundo ocidental, basta lembrá-lo para não nos opormos fanaticamente à república, ou seu ideal de futuro, o sonho encantador da mocidade, a mais nobre aspiração dos corações generosos”. Os liberais desconfiavam da exequibilidade da ideia republicana no Brasil: “[...] hábitos hereditários radicados profundamente nos tecidos do organismo brasileiro, uma educação secular em proveito da monarquia, fazem-nos duvidar seriamente do advento da forma republicana”. Conferir: A IMPRENSA. *A Imprensa*. Teresina, ano 22, n. 958, p.1, 26 fev. 1887.

<sup>673</sup> Em seu programa editorial estabeleceu sua posição diante da política partidária: “Tais são os intuitos do *Telefone*, que hoje se apresenta na arena jornalística, despido de qualquer sentimento reservado, alheio à política, e só aspirando servir a causa da civilização e do progresso, na razão de suas limitadas forças”. Conferir: O TELEFONE. *O Telefone*. Teresina, ano 1, n.1, p.1, 1 jul. 1882. No entanto, é preciso ressaltar que, na prática, o jornal dava espaço tanto para reivindicações dos liberais como conservadores. Sobre estes temos o exemplo do conservador Gabriel Luís Ferreira que sob pseudônimo escreveu artigos no periódico defendendo o federalismo. Conferir: CUNHA, Higino. *História do Teatro em Teresina...* p. 11.

<sup>674</sup> É o que defende Maria Tereza Chaves de Mello em sua Tese de Doutorado. Para a historiadora: “o que se registrou nos dois últimos anos da Monarquia foi a intensa politização da sociedade da Corte”. Conferir: MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República consentida...* p.206.

quem vê a garantia dos seus direitos e a esperança do engrandecimento da nossa estremecida pátria. D. Pedro é, com efeito, digno monarca de um povo livre.<sup>675</sup>

A boa relação com o alto comando administrativo do Império também foi ressaltada nas páginas de *O Telefone*. Após a aquisição provincial, no segundo semestre de 1888, houve repasse do governo geral da quantia de 130:000\$ que seriam utilizados para a construção de um ramal telegráfico que uniria Teresina à Parnaíba, bem como realizaria o arrampamento dos portos de Parnaíba. Essas obras realizadas na província foram importantes para o trilho da “larga estrada do progresso”.<sup>676</sup>

Na transcrição que realizou do artigo do jornal da Corte *Gazeta da Tarde*, publicado em sua primeira página, foi apresentada a imagem de D. Pedro II como “[...] o mais enérgico propulsor do progresso do Brasil, como o homem que mais se dedicou à causa pública durante o período difícil da formação da nacionalidade”.<sup>677</sup> A satisfação ou pelo menos anseio a conservação das instituições monárquicas era tanta no jornal *O Telefone* que, próximo às eleições para deputado geral e provincial em 1889, os eleitores piauienses eram orientados a não votarem nos candidatos republicanos que poderiam levar o país, caso eleitos, à “anarquia”, subvertendo “todos os princípios da nossa associação política”.

Para os redatores do periódico, o eleitorado não poderia se deixar convencer pela “[...] república com os seus atavios lisonjeiros a arrebatam os espíritos, implantando no seio da nação as novas ideias”. O perigo maior seria acreditar no “republicanismo que surgiu depois da lei de 13 de maio”, posto que “[...] tendo por lema a indenização, ele tanto envergaria a capa da república como a do absolutismo, contanto que ela se realizasse”.<sup>678</sup>

Assim, esses republicanos eram interpretados como “meros interesseiros”. Por fim, os argumentos foram construídos em prol da monarquia brasileira, defendendo-se que nela os direitos do cidadão brasileiro eram respeitados e garantidos em sua plenitude, o que não ocorria tanto em repúblicas mais corporificadas em autocracia.<sup>679</sup>

A atuação de Higino Cunha, que em meio ao avanço dos “republicanos de 14 de maio” em Picos, na província do Maranhão se levantou contrário a eles, discursando em um *meeting* no próprio clube republicano, obteve comentários elogiosos no jornal *O Telefone*. Na ocasião,

<sup>675</sup> S.M. O IMPERADOR. *O Telefone*. Teresina, ano 6, n. 273, p.1, 25 ago. 1888.

<sup>676</sup> MELHORAMENTOS DA PROVÍNCIA. *O Telefone*. Teresina, ano 6, n.274, p.1, 1 set. 1888.

<sup>677</sup> D. PEDRO II. *O Telefone*. Teresina, ano 6, n. 279, p.1, 5 out. 1888.

<sup>678</sup> ELEIÇÕES. *O Telefone*. Teresina, ano 7, n. 320, p.1, 29 ago. 1889.

<sup>679</sup> ELEIÇÕES. *O Telefone*. Teresina, ano 7, n. 320, p.1, 29 ago. 1889.

Cunha afirmou que “[...] aquela república [“república de 14 de maio”] não só era a própria negação do ideal republicano, como ainda a planta da discórdia no seio do partido”.<sup>680</sup>

Provavelmente o jornal *O Telefone* tenha dado relativa importância ao acontecimento porque, de certa forma, as palavras de Higino Cunha coadunavam com a defesa da monarquia frente à república, uma vez que associavam aquele discurso republicano ao “fantasma do escravismo”, enquanto a monarquia “empunhava a hóstia da redenção dos escravos”. Duas imagens fortes que se contrastavam e ajudavam no convencimento dos seus leitores a favor da monarquia e contra uma república avessa aos ideais dos “republicanos de 14 de maio”. Dois objetivos salutares à proposta política de *O Telefone*.<sup>681</sup>

No jornal *A Imprensa*, a imagem de D. Pedro II foi valorizada ainda mais após o atentado que sofreu na Corte na noite de 15 de julho de 1889, quando, ao sair de um teatro, um rapaz português proclamou “um viva à república” e depois atirou em direção ao coche imperial. O imperador e a família saíram ilesos. O atirador foi preso e respondeu ao inquirido.

Na edição de número 1087, o jornal publicou uma transcrição do periódico da Corte *Tribuna Liberal*, em que se ressaltava a imagem de D. Pedro II, destacando o aumento da sua popularidade após o atentado e a admiração até mesmo daqueles que eram adversários à monarquia e que não compactuavam com a violência executada. Nesse sentido:

O atentado contra Sua Majestade o Imperador pôs em plena evidência quanto a pessoa do soberano é venerada da população do Império, sem distinção de classes ou de nacionalidades, e quão profundamente a despeito dos manejos dos agitadores, ainda se acham arraigadas as atuais instituições no coração nacional.<sup>682</sup>

O fato enalteceu a imagem da monarquia ao tempo em que se menosprezava a forma republicana de governo. Com efeito, no jornal *A Imprensa* também o interesse contraditório pela indenização por parte de republicanos após a Abolição fora denunciado. As denúncias apontavam que os republicanos eram possuidores de um “espírito de anarquia” procurando solapar as “nossas instituições”, tidas como a “mais sólida e segura garantia de ordem e progresso real do país”. Dessa maneira, não passavam de subversivos demagogos que se utilizavam “[...] desde o discurso e o panfleto incendiários, servilmente copiados dos tribunos

<sup>680</sup> A REPÚBLICA. *O Telefone*. Teresina, ano 7, n.300, p.2, 25 mar. 1889.

<sup>681</sup> A NOVA REPÚBLICA. *O Telefone*. Teresina, ano 7, n. 303, p.2-3, 17 abr. 1889.

<sup>682</sup> AINDA BEM!. *O Telefone*. Teresina, ano 25, n. 1087, p.2-3, 24 ago. 1889.

do comunismo francês, até a maledicência, o vitupério e a calúnia contra os mais augustos representantes do poder público”.<sup>683</sup>

Na referida folha, veementemente o federalismo era defendido, apontando a inviabilidade de instalação de uma república no Brasil. A questão era que a monarquia brasileira já apresentava leis e instituições compatíveis com os ideais defendidos pelos republicanos, isto é, a monarquia era defendida em contraposição à república:

[...] se proclamássemos atualmente em um lance perigoso, a república, iríamos arriscar o futuro grandioso do primeiro império do mundo, transformando-o em uma dúzia de mediocridades. A raça latina, a que pertencemos, é, por natureza, individualista e ambiciosa de poder e de mando; e o sistema republicano, mais do que nenhum outro, exige para o seu bom andamento, o sacrifício de todos, para a glória de um pequeno número. Os nossos homens não se adaptam facilmente a este meio. E a monarquia, por mais democrata que seja, dando ao governo uma certa estabilidade, evita as revoluções e as desordens que o individualismo e as ambições apaixonadas dos nossos homens facilmente provocam e alimentam nas repúblicas.<sup>684</sup>

Portanto, podemos perceber que havia uma intensa defesa sobre o caráter inexecutável da república no Brasil, demonstrando pouca abertura aos seus ideais na imprensa piauiense nos últimos anos da monarquia. De certa forma, os liberais piauienses apresentavam uma imagem de si como os verdadeiros “redentores” da nação. Arrogavam a si mesmos a causa do “futuro de progresso” por eles esperado à província e ao país, que encontramos no trecho da carta de Phocion Caldas dirigida ao conselheiro Augusto Olímpio Gomes de Castro, publicada no periódico *A Imprensa*, em 21 de janeiro de 1888: “[...] não está longe o dia, em que o partido liberal ascenderá às altas regiões do poder, e regenerará as coisas públicas, atualmente tão mal dirigidas e zeladas por homens sem escrúpulos”.<sup>685</sup>

Ressaltamos que lhes importavam muito a leitura das transformações do tempo no qual viviam à luz dos princípios sociológicos positivistas, o que lhes conferia força de argumento para o método histórico que interpretavam. Em síntese, utilizavam as ideias positivistas para explicar as transformações no Brasil diante da abolição.

Nessa perspectiva, os liberais seriam os promotores do progresso brasileiro, liderando o “movimento” das transformações políticas, partindo-se do pressuposto de que era o enfrentamento dos partidos conservador e republicano a tópica desse empreendimento:

<sup>683</sup> CONTRA A PROPAGANDA REPUBLICANA. *A Imprensa*. Teresina, ano 24, n. 1057, p.4, 26 jan. 1889.

<sup>684</sup> A SITUAÇÃO DO FUTURO. *A Imprensa*. Teresina, ano 24, n. 1064, p.1-2, 16 mar. 1889.

<sup>685</sup> COLABORAÇÃO. *A Imprensa*. Teresina, ano 24, n. 1004, p.1, 21 jan. 1888.

[...] Naturalmente cabe ao partido liberal ocupar o centro da situação, combatendo ao mesmo tempo o partido conservador que lhe pretende usurpar as ideias e princípios, e o partido republicano, que atira-se às aventuras de um regime que repugna à nossa raça, índole, história, tradições, hábitos, temperamento, aspirações, clima, etc.<sup>686</sup>

Os liberais piauienses apresentavam um projeto de modernização para o Brasil de forma clara nos últimos anos do Império. Para eles, a monarquia – sob a liderança liberal – seria, em um futuro breve, berço de um povo feliz, poderoso e “perfeitamente livre” e, por sua vez, exemplar, em matéria de governo liberal para os outros países. Em suma, ratificavam que “[...] a situação do futuro, com as instituições que temos, será a monarquia democrática, realizadas sinceramente algumas reformas nas leis e nos costumes; com a república, seria o enfraquecimento e a divisão do império”.<sup>687</sup>

A orientação e o projeto foram reiterados diversas vezes nos jornais liberais da época. Com efeito, é na defesa deles que podemos entender a oposição ao republicanismo propagandeado no período e àqueles que se declaravam republicanos, por exemplo, as publicações avessas à declaração enquanto republicano de Joaquim Nogueira Paranaguá.

É significativo que o jornal *A Imprensa* tenha sido favorável à demissão do dr. Joaquim Nogueira do cargo de delegado de higiene, no município de Corrente, tendo em vista que este havia se declarado, próximo às eleições de 1889, republicano e, segundo a folha liberal, por isso, “inimigo das instituições que nos regem”. Neste ensejo, “[...] não podia pois, decentemente, continuar a exercer um cargo público, no qual representa um agente do poder contra quem trabalha”.<sup>688</sup> O jornal também não deixou de mencionar seu parentesco com o poderoso estadista e chefe do Partido Liberal na Corte, João Lustosa da Cunha Paranaguá (Marquês de Paranaguá).

O pacto entre Joaquim Nogueira e o republicanismo foi descrito pela folha liberal como uma “traição” a seu tio, que era senador e, muito mais experiente e famoso por “seus feitos políticos”, este teve o sobrenome maculado pela atitude interesseira do sobrinho desconhecido que se unia às fileiras republicanas. Contudo, o jornal em questão fazia questão de distanciar a imagem do Marquês do parente republicano, enaltecendo-o por suas ações em prol das melhorias materiais da província através de décadas como estadista.

O próprio Marquês de Paranaguá havia orientado aos membros do Partido Liberal piauiense a não se coligarem ao republicanismo, pois antevia inviável sua execução no

<sup>686</sup> OS PARTIDOS POLÍTICOS. *A Imprensa*. Teresina, ano 24, n. 1059, p.2, 9 fev. 1889.

<sup>687</sup> A SITUAÇÃO DO FUTURO. *A Imprensa*. Teresina, ano 24, n. 1064, p.1-2, 16 mar. 1889.

<sup>688</sup> RES, NON VERBA. *A Imprensa*. Teresina, ano 24, n. 1086, p.2, 17 ago. 1889.

Brasil.<sup>689</sup> Semelhante exaltação ao nome do Marquês de Paranaguá em sobreposição a Joaquim Nogueira foi assim encontrada no jornal *O Telefone*.<sup>690</sup> Notamos que o republicanismo de Paranaguá, ainda que na distante cidade de Corrente no extremo sul do Piauí, foi exaustivamente combatido pela imprensa liberal.

Portanto, disso concluímos que a força do discurso antirrepublicano na década de 1880 esteve muito mais presente na imprensa piauiense que a própria ideia republicana defendida pelos seus adeptos. De certa forma, isso nos ajuda a entender o modo como que se operou a Proclamação da República na província do Piauí, tópico que será desenvolvido a seguir.

### 3.3 República proclamada, Monarquia abandonada

Nos últimos meses da monarquia, o clima de tensão gerado pelo movimento republicano era muito forte em todo o país. No que concerne à província do Piauí, esse quadro não era diferente. De fato, os jornais acusavam constantes “defesas” às instituições monárquicas frente às ideias republicanas por meio de artigos.

Isso não se limitou apenas à imprensa. Na comarca de São Raimundo Nonato, ao sul do Piauí, 26 cidadãos ativos assinaram manifesto em prol da monarquia sob a liderança eleita do juiz da comarca, Dr. Pedro Rios. Segundo notícia publicada no periódico *A Imprensa*, a manifestação foi feita “espontaneamente” e significava uma demonstração de “[...] alto apreço e acrisolado amor que votam à instituição monárquica que nos rege”.<sup>691</sup>

Notícias que chegavam da Corte, como o atentado ao imperador ocorrido em julho de 1889, animavam o tenso ambiente. Apesar de não ter sido interpretado pela imprensa como um ato político,<sup>692</sup> o grito do atirador antes do disparo: “Viva o partido republicano! Viva a república!”; e a súbita repreensão, no momento da escuta dos disparos pelas pessoas à volta

<sup>689</sup> A REPÚBLICA E O MARQUÊS DE PARANGUÁ. *A Imprensa*. Teresina, ano 25, n. 1089, p.3, 10 set. 1889.

<sup>690</sup> A REPÚBLICA E O MARQUÊS DE PARANAGUÁ. *O Telefone*. Teresina, ano 7, n. 321, p.2-3, 6 set. 1889.

<sup>691</sup> SOLENE E JUSTA MANIFESTAÇÃO. *A Imprensa*. Teresina, ano 25, n. 1091, p.4, 26 set. 1889.

<sup>692</sup> Como revela transcrição do jornal *O Paiz* publicada na folha piauiense *A Phalange*: “[...] Nunca os mais ardentes republicanos colocaram a questão de mudança de forma de governo neste terreno do desrespeito pessoal; nunca pensaram em desacatar um homem que, repetimos, pode ter errado, mas tem trabalhado honestamente, e tem trabalhado muito”. Conferir: ATENTADO CONTRA A VIDA DO IMPERADOR. *A Phalange*. Teresina, ano 1, n.29, p.2, 17 ago. 1889.

da família imperial, e que subitamente responderam com exclamações a favor da monarquia, revelavam a animosidade dos espíritos naqueles meses que antecederam à proclamação.<sup>693</sup>

Em 1889, pairava entre os homens de imprensa do Piauí e da classe política de todo o país a ideia de que o imperador já não conseguia administrar a política do Segundo Reinado tal como nas décadas anteriores. Muitos se queixavam da divisão em que as elites conservadoras, que sustentavam o imperador, se encontravam naquele momento, posto que grande parte delas declarou-se em hostilidade à monarquia após o ato de 13 de maio de 1888.

O redator do jornal *O Telephone*, Antônio Diniz apresentava a situação como um “triste estado” e culpava a elite política pelo quadro de decadência em que a monarquia se encontrava, nesse sentido, o sistema político estava “[...] à borda do abismo por efeito da falta de patriotismo dos nossos homens de estado, verdadeiros zangões desta desgraçada colmeia”.<sup>694</sup> Logo, a questão da adoção da república enquanto forma de governo já era quase certa àquele momento das discussões:

[...] No ponto em que as coisas estão ainda a balança não pendeu sensivelmente para um ou para outro lado; a vitória tanto pode pertencer à monarquia, por mais algum tempo, como a república, que, em todo caso, é a forma de governo que há de prevalecer. A questão é da política que fizerem os governos, mais que da propaganda que fazem os republicanos.<sup>695</sup>

O jornal conservador *A Phalange* apresentava perspectiva semelhante sobre a situação em que se encontravam as movimentações político-partidárias em 1889. Para os articulistas do jornal, o país se encontrava numa anarquia moral e política, em que o Partido Liberal só era fiel ao imperador até o momento em que retribuía o apoio, fazendo-lhe ocupar o gabinete ministerial por meio do Poder Moderador. O gabinete liberal de 7 de junho, por exemplo, alinhava-se à visão da folha conservadora, “fiel à monarquia” por mera conveniência política e não por princípios estabelecidos:

Temos por líquido que, no dia em que os liberais forem apeados do poder pelo sistema adotado pela coroa, todos eles transporão as fronteiras da República, onde estabelecerão suas tendas de guerra, assentando contra as mulharas da Monarquia seus aríetes.

Entre os conspiradores há de fazer papel saliente o atual presidente do conselho com o seu ajudante de campos Candido de Oliveira, atualmente mais monarquista do que o próprio monarca.

Para a saída honrosa tem ele de já a porta aberta. Quem tiver lido a “Tribuna Liberal” nestes últimos tempos, terá notado que o órgão do sr. do Ouro Preto

<sup>693</sup> ATENTADO CONTRA A VIDA DO IMPERADOR. *A Phalange*. Teresina, ano 1, n.29, p.2, 17 ago. 1889.

<sup>694</sup> O NOSSO ESTADO. *O Telephone*. Teresina, ano 7, n. 297, p.1, 1 mar. 1889.

<sup>695</sup> O NOSSO ESTADO. *O Telephone*. Teresina, ano 7, n. 297, p.1, 1 mar. 1889.

diz incessantemente que o presidente do gabinete de 7 de Junho não se oporá à federação, nem mesmo a república, no dia em que a maioria do país quiser qualquer destas formas de governo!

Temos, portanto, acenando à república e à federação o messias do liberalismo que galgou o poder para matar, destruir e inutilizar os elementos republicanos que surgiam como por encanto de todos os recantos do Império, e esposando a federação aquele que tem feito insultar por seus prepostos o maior vulto do federalismo, conselheiro Rui Barbosa!

[...] É um ministério para adaptar-se à uma câmara de qualquer matiz político, e até à qualquer alteração que o país queira imprimir na fisionomia governamental!

Pobre monarquia, em que mãos te meteste?

Eis o fruto esperado do golpe de Estado de 7 de junho último.<sup>696</sup>

Nas páginas do jornal encontram-se também queixas sobre as divisões internas, tanto entre os conservadores como entre os liberais. Na ala conservadora, os “principais defensores das instituições monárquicas”, segundo o periódico, havia o desmembramento em três grupos principais: primeiro, o que se intitula “evolucionista”, arvorando a bandeira da reforma constitucional para assegurar a autonomia provincial; segundo, estavam aqueles que nada opõem à onda revolucionária, reservando-se a esperança de dirigi-la para reclamar a indenização dos escravos declarados livres pela lei de 13 de Maio; e um terceiro grupo que, confiando nas instituições, entendia que deveria resistir às inovações que contrariassem os seus princípios fundamentais.

O Partido Liberal também se encontrava subdividido, uns almejando abertamente a federação das províncias, outros, apoiados no programa do gabinete – a autonomia provincial, “[...] dependente do centro por um laço inconsistente e ilusório, menor resistência [poderia] opor ao espírito inovador, que na pior hipótese, [aceitaria] as concessões prometidas, como pagamento de maior quantia”.<sup>697</sup>

Diante das divisões intrapartidárias e entre liberais e conservadores, o jornal conservador *A Phalange* diagnosticava o período como propício a uma “revolução” com consequências incertas, mas que aconteceria a partir da demolição da “nossa organização política, fundada em 1824” e que, mesmo com “[...] resultados [que] nem sempre corresponderam às exigências das teorias, pouparam-nos sacrifícios enormes e dolorosos suportados pelos nossos vizinhos”.<sup>698</sup>

Nesse sentido, o tempo era de incertezas, “[...] cada qual mais aventuroso ou ousado se arroga o direito de organizar a nação de acordo com utopias peregrinas, como se fora árbitro

<sup>696</sup> PROGRAMAS E MANIFESTOS. *A Phalange*. Teresina, ano 1, n. 30, p.1, 24 ago. 1889.

<sup>697</sup> O QUE QUEREM OS PARTIDOS? *A Phalange*. Teresina, ano 1, n.31, p.2-3, 31 ago 1889.

<sup>698</sup> O QUE QUEREM OS PARTIDOS? *A Phalange*. Teresina, ano 1, n.31, p.2-3, 31 ago 1889.

supremo”.<sup>699</sup> Como último lampejo na tentativa de proteger o país da “revolução” que se aproximava frente às “forças constitucionais” que se esvaíam, prognosticava que o caminho a ser adotado deveria ser a união entre os partidos constitucionais para, desse modo, e, somente assim, impedirem que o sistema político imperial findasse.

Encontramos essa evidência publicada no jornal *A Phalange*, publicado em 31 de agosto de 1889:

*O perigo da situação não está tanto na ideia republicana, como na filosofia que domina. O fato aí está falando alto: o governo dispõe da força organizada, e é fraco e a revolução tem força para por a sociedade em contínuo alarma!*

Os partidos constitucionais dividem-se e subdividem-se exatamente quando a união se impõe como um dever – a revolução caminha por entre os destroços das derrubadas partidárias (grifos nossos).<sup>700</sup>

Diante das análises políticas dos últimos meses do Segundo Reinado, encontradas na imprensa piauiense, depreendemos que o temor dos redatores não estava relacionado à adoção da forma de governo republicana em si. Àquele recorte temporal, alguns já se declaravam afeitos à referida “filosofia”; o medo estava ligado principalmente às incertezas que a nova realidade proporcionaria no âmbito da política que lhes era cara, a “política profissional”, em suma, aquela que lhes fornecia empregos e privilégios diante do Estado.

Nesse sentido, corroboramos a descrição de Celso Pinheiro Filho do comportamento “desorientado” da elite política piauiense, após a Proclamação da República, tendo em vista que, em suas palavras, naquele momento, “[...] ninguém fazia a menor ideia de como devia funcionar a administração de um país republicano. Os velhos e tradicionais partidos políticos ficaram desorientados, por não saberem se no novo regime haveria lugar para eles”.<sup>701</sup> A forma com que a elite política piauiense encarou a propaganda republicana, desde a época de David Caldas até os momentos finais da monarquia, revelam um interesse em preservar os seus “lugares sociais e políticos” estabelecidos a partir do *status quo* imperial.

Entendemos que o uso negativo do termo “revolução” descrito pelos jornais monarquistas piauienses se projetava iminentemente perante os olhos da sociedade, colocando-se na esteira desse “contínuo alarme” da “sociedade” caso a “revolução” triunfasse. O medo, portanto, não se fundamentava em uma possível vitória da ideia

<sup>699</sup> O QUE QUEREM OS PARTIDOS? *A Phalange*. Teresina, ano 1, n.31, p.2-3, 31 ago 1889.

<sup>700</sup> O QUE QUEREM OS PARTIDOS? *A Phalange*. Teresina, ano 1, n.31, p.2-3, 31 ago 1889.

<sup>701</sup> PINHEIRO FILHO, Celso Pinheiro. *História da imprensa no Piauí...* p.36.

republicana enquanto forma de governo,<sup>702</sup> mas na derrota (perda de cargos públicos e privilégios estatais) que o novo cenário da máquina política, cheio de incertezas, poderia ocasionar perante a elite política piauiense.

Diante da força do discurso antirrepublicano na imprensa, podemos afirmar que o sentimento aflorado influenciou a elite política piauiense nas duas últimas décadas do Império. Entre receios e expectativas, a notícia da Proclamação da República chegou à província na noite de 15 de novembro de 1889. A recepção aconteceu mais precisamente no Teatro da Concórdia, à rua São José, onde dezenas de espectadores assistiam a um espetáculo.

Lá, os presentes souberam que, pela manhã, fora proclamada, no Rio de Janeiro, a República brasileira. Diante da novidade que subitamente causou espanto, o chefe de polícia, Dr. Firmino Licínio da Silva Soares, dobrou a força que policiava o espetáculo e ordenou a prisão de todos que se manifestassem efusivamente em adesão à República. Para Higino Cunha, que vivenciou aqueles momentos, era “[...] fácil imaginar o assombramento que se apossou dos políticos profissionais numa sociedade onde não havia nenhum republicano”.<sup>703</sup>

Rapidamente toda a cidade de Teresina passou a comentar a notícia, causando, segundo F.A. Pereira da Costa, “grande efervescência popular”. A estação telegráfica ficou naquela noite sob vigília de muitos curiosos ávidos por mais novidades sobre os “inesperados e sensacionais acontecimentos”.<sup>704</sup> Somente no dia seguinte, às 5 horas da tarde, foram lidas ao povo, ainda reunidos em frente à estação telegráfica, as notícias da aclamação do general Manoel Deodoro da Fonseca para chefe do governo provisório da República e da organização de um novo ministério.

O acontecimento não deixava de ser simbólico, no sentido de representar os receios concernentes à classe política local diante do novo *status quo*. Os dois “proclamadores” do novo regime, em Teresina, foram os cidadãos Francisco Pedro de Sampaio e Leonel Caetano da Silva, dois “desconhecidos” da elite política piauiense, uma vez que “[...] nenhum dos dois era piauiense, nem tinha representação na política piauiense. O primeiro era cearense e simples professor particular; o segundo era catarinense e simples encarregado da estação

---

<sup>702</sup>Ressaltamos que, na província do Piauí, a ideia republicana não encontrou número de adeptos significativo ao ponto de gerar maiores preocupações, quanto ao seu conteúdo, por parte dos monarquistas. A preocupação centrava-se mais em como seria esse governo na prática. Alguns dos fatores para o não desenvolvimento da ideia, no que concerne à sua influência sobre a política local, podem ter sido, além do conservadorismo dos homens de imprensa, a linguagem muitas vezes pouco acessível que David Caldas utilizava no seu periodismo.

<sup>703</sup> CUNHA, Higino. *História do Teatro em Teresina...* p. 11.

<sup>704</sup> COSTA, F.A. Pereira da. *Cronologia histórica do Estado do Piauí*. 2 ed. Teresina: APL, 2010, p. 469.

telegráfica”.<sup>705</sup> O acontecimento foi relatado no *Auto da proclamação da República do Brasil, na Província do Piauí e deposição do delegado do governo monárquico na mesma província*.

Presentes ao momento estavam os cidadãos – que tiveram suas assinaturas registradas no *Auto* –, o povo e a oficialidade da companhia de infantaria de linha (tropa de guarnição). A deposição do Delegado do Governo Monárquico foi proposta e resolvida, bem como feita a aclamação de um Governo Republicano, de acordo com o movimento efetuado na capital da Nação. Foi aclamado também o Governo Provisório, composto dos cidadãos capitães do exército Reginaldo Nemésio de Sá, Néelson Pereira do Nascimento e João de Deus Moreira de Carvalho, os quais se dirigiram à residência do supradito Delegado da Monarquia e o declararam deposto das respectivas funções e assumiram o governo da província, anunciando o Estado independente e incorporado à República Federativa do Brasil.

Um dos subscritores do *Auto* era o redator Antônio Joaquim Diniz.<sup>706</sup> Segundo Costa, após as proclamações, o povo teresinense prorrompeu em “[...] delirantes aclamações, formando depois um grande cortejo cívico que percorreu toda a cidade”.<sup>707</sup> No que toca aos receios e interesses mais imediatos da elite política piauiense frente ao novíssimo regime instalado, a noite de 16 de novembro sinalizou “bons presságios” que, de certa forma, começavam a atender a suas demandas.

De fato, buscava-se o diálogo e a concórdia com os civis proeminentes politicamente. Os militares rapidamente tentaram anexá-los aos seus átrios governamentais. Foi assim que, sob a alegação de reconhecerem a necessidade urgente de aumentar o número de seus membros, a exemplo dos demais Estados constituídos, convocaram a compor também parte do governo os cidadãos João da Cruz e Santos, Joaquim Dias de Sant’Anna, Theodoro Alves Pacheco e Thomaz de Moraes Rego. Na ocasião, também lavraram seu primeiro ato nomeando para o cargo de secretário do governo o publicista e capitão Antônio Joaquim Dinis.<sup>708</sup>

É significativo o fato de que estes civis anexados ao governo provisório fossem membros da elite política local. Antigos representantes dos partidos políticos monárquicos e da imprensa. Com isso, o medo de “ficar de fora” da nova partilha dos cargos públicos, presente na elite política piauiense antes da proclamação, começava a ser abrandado. Não por acaso, a “aliança” entre o Exército e a antiga elite política imperial foi uma tendência nos primeiros anos da República.

<sup>705</sup> CUNHA, Higino. *História do Teatro em Teresina...* p.12.

<sup>706</sup> PROCLAMAÇÃO. *Atualidade*. Teresina, ano 1, n.1, p.3, 27 nov. 1889.

<sup>707</sup> COSTA, F.A. Pereira da. *Cronologia histórica do Estado do Piauí...* p. 469.

<sup>708</sup> PROCLAMAÇÃO. *Atualidade*. Teresina, ano 1, n.1, p.3, 27 nov. 1889.

Se por um lado os militares eram a única organização aparelhada para assumir os encargos da direção do país naqueles instantes iniciais, por outro, não estavam de todo preparados para administrarem politicamente o novo regime. Daí que aproveitaram toda a máquina política do Império, com seus barões, seus coronéis e eleitores de cabresto.<sup>709</sup>

A partir dessa aliança houve uma adesão súbita da elite política piauiense ao novo regime. Enfim, a República havia sido proclamada e a Monarquia abandonada. Nenhum movimento contrário à proclamação e ao novo Estado brasileiro ergueu-se na sociedade piauiense. De fato, concordamos com Pereira da Costa quando afirma que a província entrou em “[...] plena situação republicana, sem o menor abalo na ordem pública e a mais insignificante resistência”, porém, discordamos de sua defesa da ideia de que esta transação “pacífica” e “ordeira” tenha se dado “[...] graças à boa índole e patriotismo do povo piauiense”.<sup>710</sup>

Defendemos que o ato de “abandonar a Monarquia” sem grandes conflitos e traumas, foi, antes de tudo, uma negociação da elite política com os militares, que, naquele momento, satisfaziam ambas as partes. Continuava o mesmo jogo político do Segundo Reinado onde, em troca de favores e benesses do Estado, a elite apoiava o sistema político vigente. O órgão republicano *Atualidade*, fundado para enaltecer os acontecimentos iniciais da República brasileira, sintetizou o sentimento da elite frente à nova realidade política em que se inseria: “[...] Não fizemos uma *revolução*, assistimos a uma *evolução*” (grifos nossos).<sup>711</sup>

As mudanças operadas no âmbito da imprensa piauiense após a adesão da elite política ao novo regime sinalizam a bem-sucedida negociação ocorrida. De fato, é sintomático que os jornais criados após a proclamação se declarassem abertamente republicanos ou “democráticos”, como que em um esforço por se unirem à “ideia vencedora”, como denominou a folha *Atualidade*. Como exemplo, destacamos o jornal *Atualidade*, que apareceu em substituição ao mais longo periódico da imprensa provincial piauiense: o jornal liberal *A Imprensa*. O antigo diretório do Partido Liberal aderiu rapidamente “à grande causa da nova república Sul Americana” e decidiu criar esse periódico para “defender e sustentar as ideias republicanas”. No primeiro número, orientou a todos os antigos membros do partido a se filiarem à “nova ordem de coisas”, pois era o “procedimento mais correto possível ante as circunstâncias do momento”.<sup>712</sup>

<sup>709</sup> PINHEIRO FILHO, Celso Pinheiro. *História da imprensa no Piauí...* p.36.

<sup>710</sup> COSTA, F.A. Pereira da. *Cronologia histórica do Estado do Piauí...* p. 471.

<sup>711</sup> O 89 BRASILEIRO. *Atualidade*. Teresina, ano 1, n.1, p.2, 27 nov. 1889.

<sup>712</sup> ATUALIDADE. *Atualidade*. Teresina, ano 1, n.1, p.4, 27 nov. 1889.

Lembremos ainda o surgimento do periódico *Fiat Lux*, novo órgão que veio substituir a antiga folha *Epóca* do Partido Conservador na província, denominando-se como “[...] mais um valente defensor das ideias democráticas que surgia na arena jornalística do estado federal piauiense”.<sup>713</sup> Em meio ao entusiasmo do momento em que a ideia republicana era vitoriosa, Focion Caldas (filho do propagandista republicano David Caldas) resolveu criar novamente o jornal *Oitenta e Nove*, continuando o periodismo de seu pai que, segundo o *Atualidade*, foi um “valente lutador das ideias republicanas”, que “[...] tanto fez em prol das ideias, hoje vencedoras em terras dos Estados Unidos do Brasil”.<sup>714</sup>

Esses periódicos surgiram nos primeiros momentos do novo regime no Piauí. De forma geral, exaltavam a República enquanto forma de governo, fazendo questão de mencionar os nomes dos “ilustres cidadãos brasileiros que aderiam à nobre causa da república brasileira”.<sup>715</sup>

Além disso, em um esforço de interpretação sobre as transformações contemporâneas, faziam paralelo entre a Revolução Francesa (subtraindo propositalmente o período da Convenção, regime de *Terror* marcado pelo derramamento de sangue e sacrifício dos direitos da humanidade) e a instalação da República brasileira. Também afirmavam que o “89 brasileiro” era o “grande acontecimento” que funcionava como complemento final das “[...] patrióticas tentativas malogradas em 1789, por ocasião da revolução mineira e em 1817, quando rompeu a revolução pernambucana”.<sup>716</sup> Sobretudo, adotavam a mesma fórmula retórica utilizada no período imperial de falarem - para legitimar seu discurso - em nome do “povo”. Assim, a Monarquia de D. Pedro II, por exemplo, teria sido abandonada por que era essa a vontade do “povo”.<sup>717</sup>

Eis portanto o grande protagonista da História, aquele que executou a Proclamação da República e extinguiu as instituições monárquicas: o “povo”. Ressaltamos que era motivo de orgulho e alegria, para os homens de imprensa, o fato de a transição ter acontecido sem

---

<sup>713</sup> FIAT LUX. *Atualidade*. Teresina, ano 1, n.1, p.4, 27 nov. 1889.

<sup>714</sup> OITENTA E NOVE. *Atualidade*. Teresina, ano 1, n.1, p.4, 27 nov. 1889.

<sup>715</sup> EXAMES GERAIS. *Atualidade*. Teresina, ano 1, n.1, p.4, 27 nov. 1889.

<sup>716</sup> O 89 BRASILEIRO. *Atualidade*. Teresina, ano 1, n.1, p.2, 27 nov. 1889.

<sup>717</sup> Exemplo dessa referência retórica ao “povo” como instrumento retórico legitimador da ação encontramos no jornal *Atualidade*: “[...] Se a extinta monarquia, servida por um homem de bem como, estimamos confessar, o fora D. Pedro d’Alcântara, não encontrou adeptos no dia em que o povo brasileiro resolveu eliminá-la, é por que foi sempre uma planta exótica e que se viveu alguns anos foi por que o país procurava adaptar-se melhor e maduramente ao novo regime de governo que intentava estabelecer”. Conferir: O 89 BRASILEIRO. *Atualidade*. Teresina, ano 1, n.1, p.2, 27 nov. 1889.

derramamento de sangue ou maiores comoções sociais.<sup>718</sup> Como porta-vozes da elite política este era o sentimento geral dos privilegiados, que não mediram esforços em “abandonar a Monarquia” em troca de lugares e benesses na nova ordem estabelecida. Em verdade, o júbilo popular escrito nos jornais nada mais era do que a satisfação da classe dominante que continuava mantendo o Estado sob seu escrutínio.<sup>719</sup> O “89 brasileiro” foi, dessa forma, para utilizar o conceito de Luiz Werneck Vianna, uma *revolução passiva*. Exemplo do regozijo elitista envolto pela genérica palavra “povo”, encontramos nos primeiros parágrafos do periódico *Atualidade*:

Acaba de surgir no horizonte da pátria um novo astro que derrama ondas de luz sobre a terra de Cabral.

Ontem a Monarquia curvada ante um trono que lhe asfixiava os estímulos; hoje a República erguendo a cerviz e *traduzindo em fato as aspirações de um povo*, em cujo peito se ateia a fagulha da liberdade, da fraternidade.

Ontem eram quebrados os grilhões da escravidão de uma raça que a conquista do mais forte humilhou ao seu império, tisonando as instituições e aviltando os mais sãos princípios de moral e de justiça.

Hoje, é consequente, vem completar essa obra de *regeneração social*, a *civilização*, o *progresso*, a altivez e nobreza do americano-sulista, a quem nunca o reinado da monarquia secou no peito essa seiva de vida democrática que levou ao espigadeamento Tiradentes, e tantos outros que regaram a terra brasileira com seu sangue patriótico.

Era tempo de derruir as velhas e anacrônicas instituições e de *erguer um trono sobre outro trono* (grifos nossos).<sup>720</sup>

A mudança no discurso dos outrora liberais frente à ideia republicana é sinal bastante expressivo da ocorrência de uma redefinição das suas posições políticas tendo em vista a manutenção do poder. Se, por um lado, as mudanças conjunturais levaram a elite política piauiense a fazer isso, por outro, ressaltamos que esta não ficou deslocada diante das novas configurações de mundo que se apresentavam. Afinal, seu “lugar” na política foi reconhecido pelo governo republicano, que *a priori*, centrou-se nas mãos dos militares, mas logo se diversificou, posto que estes entenderam que precisariam contar com os civis para poderem garantir a dominação e a estabilidade política. Assim, as novas condições impostas pela mudança de regime não modificaram a composição da elite local. Logicamente houve uma

<sup>718</sup> Tal regozijo foi expresso em palavras no jornal *Atualidade*: “[...] Convém repetir – extinguir a monarquia, retirar do solo brasileiro o rei e sua família, abolir as instituições monárquicas, e instituir sobre tais ruínas o governo republicano, forte e aclamado – sem sangue – sem comoção social – sem reações violentas – é um assombro de felicidade e – um assombro de patriotismo”. Conferir: O 89 BRASILEIRO. *Atualidade*. Teresina, ano 1, n.1, p.2, 27 nov. 1889.

<sup>719</sup> VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004, p.46.

<sup>720</sup> A ATUALIDADE. *Atualidade*. Teresina, ano 1, n.1, p.2, 27 nov. 1889.

redefinição das posturas político-partidárias assumidas pelos homens de imprensa e demais membros de elite piauiense, contudo, o mais importante foi assegurado, seu “espaço de relações”, no qual é constituído o reconhecimento e a legitimação do poder.

Levando em conta que, para Pierre Bourdieu, o poder é sempre arbitrário, derivando desta caracterização a necessidade de reconhecimento que os grupos ou indivíduos que ocupam o poder tem de alcançar,<sup>721</sup> podemos afirmar que o discurso republicano, enquanto projeto de modernização, não foi, após a proclamação do novo regime e apesar da retórica liberal, “[...] obra do povo, mas das camadas aptas, pela riqueza, a falar em nome dele, em tutelas dispersas, substituindo a tutela imperial, concentrada”.<sup>722</sup> Daí seu caráter sempre arbitrário, que pode ser encontrado, por exemplo, nos discursos dos novos jornais republicanos piauienses, criados sob a nova configuração estatal.

Concretamente, o projeto modernizador de República mostrava sua face, em tudo semelhante aos outros vislumbres modernizantes da elite até aqui analisados.<sup>723</sup> Era, portanto, mais um projeto exclusivo e não inclusivo. Não passava de *civilidade das aparências*.<sup>724</sup> Os mais pobres eram silenciados e silenciava-se sobre eles. Por isso mesmo, eles pouco se sensibilizavam com os encantos da modernização projetados na imprensa. O Estado brasileiro continuava sob o domínio de poucos. Debaixo da capa de “democráticas”, as ideias renunciadas e anunciadas nos jornais eram belas, contudo, ilusórias. O resultado não poderia ser diferente, mais um projeto malogrado.

---

<sup>721</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: DIFEL; Bertrand Brasil, 1989, p. 14.

<sup>722</sup> FAORO, Raymundo. *Os donos do poder...* p. 532.

<sup>723</sup> Como aponta Marco A. Pamplona: “O republicanismo no Brasil foi um movimento das elites, que encontrava eco em tímidos e esparsos setores médios nas cidades”. Conferir: PAMPLONA, Marco A. *Revoltas, repúblicas e cidadania: Nova York e Rio de Janeiro na consolidação da ordem republicana*. Rio de Janeiro: Record, 2003, p.119.

<sup>724</sup> A expressão é utilizada pelo historiador Alcebíades Costa Filho para caracterizar a elite política piauiense nas últimas décadas do Segundo Reinado. Conferir: COSTA FILHO, Alcebíades. *A escola do sertão: ensino e sociedade no Piauí, 1850-1889*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2006, p.46.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho analisamos as considerações dispensadas pelos homens de imprensa aos projetos de modernização veiculados nos jornais piauienses entre 1868 e 1889. As fontes escolhidas nos levaram ao quadro da elite provincial no que concerne à sua ideologia modernizante frente às mudanças de destino do país operacionalizadas também por meio dos intensos posicionamentos dos redatores sobre questões como a abolição da escravatura e adoção do regime republicano de governo.

A imprensa piauiense do período foi marcada por uma produção artesanal, com conteúdo opinativo e partidário, o que sinalizava o reduzido número de leitores e clientela de assinantes. Verificamos que, sobrepondo-se às constantes disputas partidárias e polêmicas pessoais, nas últimas décadas do Império, os impressos passaram por uma alteração em sua função e em seus conteúdos veiculados, de modo que a modernização passou a ser tema de muitos escritos que buscavam “reformular” o *status quo*. A partir da década de 1870, o reformismo se intensificou entre a elite intelectual e política brasileira. Disso, depreendemos o interesse pedagógico do uso dos impressos como instrumentos “civilizatórios” que pouco a pouco deveriam transformar a sociedade.

As ideias de modernização encontradas na imprensa não se resumiam às questões atinentes à supressão do regime de escravidão e do sistema monárquico. Antes de tudo, elas projetavam um estilo de vida em que o progresso, a racionalização da vida, a ciência e as comodidades das invenções tecnológicas oitocentistas produziriam um “novo mundo”, que ecoando as filosofias da história iluminista, marchava em direção à “civilização”. Pudemos observar que os redatores estiveram envoltos nessa visão de mundo na medida que seus textos tematizavam a modernização como ruptura com o passado visto como “atrasado”, em projeção a um futuro de progresso.

Da primeira página dos jornais (geralmente dedicadas a temas políticos e burocráticos) até a última, onde os anúncios comerciais apareciam, o ideário modernizante vigorava. Percebemos que as notícias dos avanços econômicos e tecnológicos de países industrializados como Estados Unidos, França e Inglaterra, por exemplo, eram pautas constantes. Nesse sentido, reforçava-se a ideia de um “mundo em marcha” no século XIX. Por isso, a perspectiva de modernização soava-lhes positivamente, espelhando-se em exemplos concretos de alcance da “civilização”, da “modernidade” e das “luzes”.

Contudo, as notícias alienígenas de um mundo novo que despontava perante seus olhos faziam com que se confrontassem com a realidade à sua volta. Mesmo perante um cenário de barbárie, atraso e desgosto pela leitura, como caracterizavam, os redatores não desanimaram, buscando através do periodismo publicar os meios de “desenvolvimento da nação”. De fato, defendiam que as sociedades poderiam “progredir” rumo à civilização.

Nesse sentido, procuramos investigar o anseio dos publicistas pela vivência de uma civilidade-progresso-modernização na sua província e no seu país. Nossa atenção centrou-se nesse grupo social e, sobretudo, a forma como a imprensa foi um meio de reprodução ideológica da sua visão de mundo.

A maioria dos mais de 90 redatores que passaram pela imprensa piauiense de 1868 a 1889 era composta de bacharéis em Direito, funcionários públicos, comerciantes, grandes proprietários de terras e gado ou descendentes deles. Muitos exerceram cargos na legislatura durante alguns anos ou por todo este período. Também se posicionavam nas fileiras partidárias do Império. Interpretamos que esses títulos e posições sociais foram ocupados pela elite intelectual, econômica e política, o que nos levou a ressaltar a intrínseca relação entre a elite piauiense e a imprensa nas últimas décadas da monarquia.

Em paralelo à composição social, notamos que os jornais funcionavam como canais de transmissão dos valores da elite política, intelectual e econômica do Piauí. Havia, portanto, um enraizamento da imprensa na aristocracia proprietária detentora do poder do Estado. Isso lhe conferia um aspecto “oficial” reiterado durante toda a monarquia.

Os publicistas piauienses eram os “porta-vozes” da elite local. Isso nos levou ao olhar atento sobre como as “reformas” – principalmente a questão abolicionista e republicana – ganharam momento e forma dentro das relações sociais e de poder locais. Como detentora do privilégio de produzir discursos impressos, a elite, por um lado, através de um ideário progressista e modernizante, estabeleceu uma autoimagem como “condutora” do processo histórico-desenvolvimentista brasileiro, chegando a se declarar, por exemplo, como “redentora” dos escravos diante do fim da escravidão legal em 1888. Por outro lado, em sintonia com as “reformas”, essa ideologia modernizante buscava conservar os privilégios de liberdade e propriedade da “boa sociedade”.

No Império, os mundos sociais existiam a partir de suas distinções, isto é, a imprensa era cara à elite na medida em que funcionava como caixa de ressonância ideológica da autoimagem da elite. Isso ficou expresso nas análises que fizemos sobre os projetos daquela “boa sociedade” no que concerne a melhoramentos provinciais, ao processo abolicionista e republicano, vocalizados nos escritos jornalísticos. De fato, o olhar hierárquico das classes

altas julgando os outros como menores, subalternos e incapazes, foi pertinente aos discursos modernizantes do período.

A elite dominante assenhorou-se da condução da modernização no Brasil. Por isso, os artigos e notícias sobre os melhoramentos provinciais, sobre os escravos e o abolicionismo, ou sobre a adoção ou não da República como regime de governo, excluía os mais pobres do pacto social. A perspectiva de modernização dos redatores foi, dessa forma, repleta de ambiguidades.

A ideologia modernizante estava envolta por uma retórica de otimismo, esperança e melhoria de vida “para todos”, mas que, na prática, buscava manter as desigualdades sociais. Assim, o domínio político, econômico e social da elite nunca foi questionado. Os lugares sociais de cada grupo já estavam pré-determinados e, mesmo em meio às comemorações da Lei de 13 de maio de 1888, ou nos primeiros dias da República, a imprensa procurou destacar os interesses da elite em meio às transformações ocorridas. Exemplo disso encontramos na adesão súbita e proposital dos jornais piauienses ao novo governo republicano, inclusive entre aqueles que, antes de 15 de novembro de 1889, defendiam veementemente a conservação do regime monárquico.

Os redatores expressaram uma tomada de consciência da modernização frente às transformações almeçadas e disputadas nas últimas décadas imperiais. Destacamos a análise de duas delas ao longo da tese: a questão abolicionista e a republicana. Entendemos que ambas foram encampadas no discurso modernizante dos homens de imprensa. No caso do “fim da escravidão”, para a maioria dos redatores era algo positivo, posto que viam o regime servil como a “razão nacional” do atraso brasileiro frente às nações industrializadas. Já no que concerne à propaganda republicana, defender a mudança de regime governamental como meio de progresso e alcance de um Estado modernizado para uma minoria de publicistas seria algo benéfico, do qual decorre a concentração do republicanismo principalmente em David Caldas.

Em comum, naqueles projetos de modernização, estava o toque voluntarista da elite, arrogando-se a condução do processo como classe dirigente e conservadora da pirâmide social. Apesar de que a abolição formal da escravidão e a derrubada do regime monárquico tenham sido mudanças sociais e políticas significativas na nossa história enquanto nação, constatamos que as estruturas econômicas e sociais foram mantidas e inquestionadas em meio à composição das “modernizações brasileiras” no final do Império.

Por isso, a razão do seu caráter autorreferente, ou seja, despretenso em imantar toda a sociedade. Logo, o discurso liberal que ecoava na imprensa, algumas vezes aludindo à democracia como instituição própria do desenvolvimento nacional, não passava de retórica alheia aos interesses dos desprivilegiados daquela sociedade. A elite piauiense reverberava o discurso da elite brasileira acerca das questões abolicionista e republicana frente aos projetos de modernização.

Salientamos que, no período estudado, também havia a experiência de modernização das classes subalternas. A partir de novas pesquisas, poderemos levantar outras questões sobre o que significava o discurso abolicionista e republicano para aqueles que estavam fora da elite piauiense. Nossa tese abordou como, a partir dos seus projetos de modernização, a imprensa foi utilizada como um subespaço social composto por agentes que lutavam em prol do exercício da dominação. À guisa dessas considerações finais, porém não exauridas em si mesma, esperamos que os leitores de nossas análises possam encontrar nelas uma via crítica e balizada sobre a imprensa enquanto meio de vocalização da visão de mundo das classes dominantes piauienses no Brasil Império.

## REFERÊNCIAS

### 1 Fontes Oficiais

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório do Presidente de Província, Manoel José de Menezes Prado, passando a administração da Província a Antonio Jansem de Mattos Pereira, em 07 de setembro de 1886.*

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório do 2º Vice-Presidente, José Manoel de Freitas, à Assembleia Legislativa. 21 de julho de 1868.*

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Manoel do Rego Barros Sousa Leão passou a administração da Província do Piauí ao Exm. Sr. Vice- Presidente Tenente-Coronel José Amaro Machado. Teresina, 27 fev. 1872.*

### 2 Fontes Hemerográficas

ABOLICIONISMO. *A Imprensa*. Teresina, ano 23, n. 1004, p.4, 4 dez. 1887.

ABOLICIONISMO! *A Reforma*. Teresina, ano 1, n.6, p.3, 28 abr. 1887.

ADVOGADOS. *A Reforma*, Teresina, ano 1, n. 3, p.4, 7 abr. 1887.

AINDA BEM!. *O Telefone*. Teresina, ano 25, n. 1087, p.2-3, 24 ago. 1889.

A CIRCULAR DO SR. CORONEL CRUZ E O FUNCIONALISMO. *O Telefone*, ano 6, n.286, p.1, 30 nov. 1888.

A EDUCAÇÃO. *O Semanário*. Teresina, ano 9, n.362, p.3, 20 dez. 1884.

A EMANCIPAÇÃO. *O Cri-cri*. Teresina, ano 1, n.9, p.1-2, 10 set. 1883.

A ÉPOCA. *A Imprensa*. Teresina, ano 13, n.545, p.4, 31 mai. 1878.

A ESCRAVIDÃO. *A Imprensa*. Teresina, ano 22, n.968, p.4, 14 maio 1887.

A FALA DO TRONO. *A Imprensa*. Teresina, ano 5, n. 252, p.1, 20 jun, 1870.

A FLORESTA. *A Floresta*. Teresina, ano 1, n.1, p. 1, 1 maio 1882.

A FLORESTA. *A Floresta*. Teresina, ano 1, n.2, p.1, 23 maio 1882.

A FLORESTA. *A Floresta*. Teresina, ano 1, n.4, p.1, 10 jul. 1882.

A FLORESTA. *A Floresta*, Teresina, ano 1, n.6, p.1, 8 ago. 1882.

AFRICANO. *A Reforma*. Teresina, ano 1, p.10, 26 maio de 1887.

AGRADECIMENTO. *O Telephone*. Teresina, ano 2, n. 76, p.1-2, 23 ago.1884.

- AGRADECIMENTO. *O Telephone*. Teresina, ano 2, n. 77, p.2, 7 set. 1884.
- ÁGUA DE FLORIDA. *A Pátria*. Teresina, ano1, n.36, p.4, 17 dez. 1870.
- A ATUALIDADE. *Atualidade*. Teresina, ano 1, n.1, p.2, 27 nov. 1889.
- A ESCRAVIDÃO. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 1, n. 19, p.3, 15 maio 1869.
- A IMPRENSA. *A Imprensa*, Teresina, ano 4, n.163, p.2, 3 set.1868.
- A IMPRENSA. *A Imprensa*, Teresina, ano 4, n.165, p.3, 19 set. 1868.
- A IMPRENSA. *A Imprensa*, Teresina, ano 4, n. 172, p.1, 7 nov. 1868.
- A IMPRENSA. *A Imprensa*. Teresina, ano 4, n.185, p.1, 10 fev. 1869.
- A IMPRENSA. *A Imprensa*. Teresina, ano 13, n. 532, p.1, 13 fev. 1878.
- A IMPRENSA. *A Imprensa*. Teresina, ano 20, n.842, p.2, 12 nov. 1884.
- A IMPRENSA. *A Imprensa*. Teresina, ano 22, n. 958, p.1, 26 fev. 1887.
- A IMPRENSA. *A Imprensa*. Teresina, ano 23, n. 1021, p.1, 18 maio 1888.
- A INSTRUÇÃO primária. *A Pátria*, Teresina, ano 1, n.50, p.1, 24 mar. 1871.
- A INSTRUÇÃO. *A Pátria*. Teresina, ano 1, n.56, p. 2-3, 29 abr. 1871.
- A INSTRUÇÃO. *O Cosmopolita*. Teresina, ano 1, n.10, p.1, 14 out. 1886.
- A LAVOURA. *A Phalange*. Teresina, ano 1, n.19, p.3, 15 maio 1889.
- ALFORRIA. *A Imprensa*. Teresina, ano 5, n.238, p.4, 26 fev.1870.
- AMARANTE. *O Telephone*, Teresina, ano 1, n.18, p.2, 28 out. 1882.
- ANARQUIA. *A Imprensa*, Teresina, ano 23, n. 1004, p.1, 21 jan. 1888.
- ATENTADO CONTRA A VIDA DO IMPERADOR. *A Phalange*. Teresina, ano 1, n.29, p.2, 17 ago. 1889.
- A NOSSA CAPITAL. *A Pátria*. Teresina, ano 1, n.3, p.3, 15 maio 1871.
- A NOVA REPÚBLICA. *O Telefone*. Teresina, ano 7, n. 303, p.2-3, 17 abr. 1889.
- ANÚNCIOS. *O Piauhy*. Teresina, ano 3, n. 103, p.4, 28 set. 1869.
- ANÚNCIO. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 1, n. 15, p.1, 27 fev. 1869.
- ANÚNCIOS. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 3, n.44, p. 8, 26 out. 1870.
- ANÚNCIOS. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 4,n. 61, p.8, 16 jul.1871.

ANÚNCIOS. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 4, n.71, p. 8, 16 dez. 1871.

ANÚNCIOS. *A Imprensa*, Teresina, ano 15, n. 608, p.4, 10 set. 1879.

ANÚNCIOS. *O Telephone*, Teresina, ano 5, n. 219, p.3-4, 5 jul.1887.

ANÚNCIOS. *O Telephone*, Teresina, ano 6, n. 278, p.4, 29 set. 1888.

ANÚNCIO DE ESCRAVO. *O Piauí*. Teresina, ano 3, n.90, p.4, 10 jul. 1869.

AO MEU EX-PATRÃO JOSÉ PERERIRA LOPES E AO PÚBLICO. *O Telefone*, ano 7, n.312, p.2, 5 jun. 1889.

AO PÚBLICO. *O Telefone*. Teresina, ano 1, n.55, p.2, 16 fev. 1884.

A OPINIÃO conservadora. *A Opinião Conservadora*. Teresina, ano 1, n.5, p.2-3, 10 fev. 1874.

A OPINIÃO conservadora. *A Opinião Conservadora*, Teresina, ano 1, n.3, p.3, 27 jan. 1874.

AOS NOSSOS assinantes. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 3, n.59, p. 8, 16 jun. 1871.

AO SR. DR. MARCOS PEREIRA DE ARAUJO. *A Phalange*. Teresina, ano 1, n.15, p.2, 24 abr. 1889.

A TRANSFORMAÇÃO DO TRABALHO. *O Telephone*. Teresina, ano 5, n. 224, p.1, 13 ago. 1887.

A LEI DEVE SER IGUAL PARA TODOS. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 1, n. 4, p.2, 16 set. 1868.

A PÁTRIA. *A Pátria*. Teresina, ano 1, n.31, p.1, 4 nov. 1870.

A PÁTRIA. *A Pátria*. Teresina, ano 1, n. 36, p.1, 17 dez. 1870.

A PÁTRIA. *A Pátria*. Teresina, ano 2, n. 91, p.1, 3 fev. 1872.

A POLÍTICA DO PIAUÍ. *O Telefone*. Teresina, ano 5, n. 231, p.3-4, 1 out. 1887.

A PROPÓSITO DA PENA DE AÇOITES. *O Telephone*. Teresina, ano 4, n. 188, p.1, 4 nov. 1888.

AQUISIÇÕES IMPORTANTES. *A Reforma*. Teresina, ano 1, n.13, p.1, 17 jun. 1887.

A REFORMA. *A Reforma*, Teresina, ano 1, n.15, p.2, 7 jul. 1887.

A REPÚBLICA. *O Telefone*. Teresina, ano 7, n.300, p.2, 25 mar. 1889.

A REPÚBLICA E O MARQUÊS DE PARANGUÁ. *A Imprensa*. Teresina, ano 25, n. 1089, p.3, 10 set. 1889.

ATUALIDADE. *Atualidade*. Teresina, ano 1, n.1, p.4, 27 nov. 1889.

- A SITUAÇÃO DO FUTURO. *A Imprensa*. Teresina, ano 24, n. 1064, p.1-2, 16 mar. 1889.
- ASSEMBLEIA provincial. *A Imprensa*, Teresina, ano 5, n.223, p.2, 9 nov.1869.
- ATENDAM OS BRASILEIROS. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 2, n. 25, p.1, 4 out. 1869.
- AVE LIBERTAS. *A Época*. Teresina, ano 10, n.506, p.2, 30 maio 1888.
- AVE LIBERTAS. *O Semanário*. Teresina, ano 9, n.345, p.2, 27 jul. 1884.
- BAILE. *O Telephone*. Teresina, ano 6, n.261, p.4, 22 maio 1888.
- BÁRBAROS ASSASSINATOS. *A Pátria*. Teresina, ano 2, n.100, p. 2, 11 maio 1872.
- BÁRBARO ATENTADO. *A Imprensa*. Teresina, ano 23, n. 1003, p.4, 14 jan. 1888.
- BARRAS. *O Semanário*. Teresina, ano 9, n. 344, p.3, 19 jul. 1884.
- BONITO DISCURSO. *O Telephone*. Teresina, ano 1, n.35, p.2, 21 set. 1883.
- CALDAS, David Moreira. Cosmogonia política. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 1, n.4, p.2, 16 set. 1868.
- CALDAS, David Moreira. O Amigo do Povo. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 1, n.6, p.1, 14 out. 1868.
- CALDAS, David Moreira. Ao público. *A Imprensa*, Teresina, ano 4, n. 172, p.2, 7 nov.1869.
- CALDAS, David Moreira. A palavra República. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 2, n. 34, p.1, 19 mar. 1870.
- CALDAS, David Moreira. Biblioteca. *Oitenta e Nove*, Teresina, ano 2, n. 23, p.2, 30 jun. 1874.
- CALDAS, David Moreira. Biblioteca popular. *Oitenta e Nove*, Teresina, ano 2, n.30, p.3, 22 out.1874.
- CALDAS, David Moreira. Como lê cada país. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 4, n.62, p.1, 31 jul. 1871.
- CALDAS, David Moreira. *Instrução popular*. Oitenta e Nove, Teresina, ano 2, n.23, p.1, 30 jun.1874.
- CALDAS, David Moreira. *O Amigo do Povo*. O Amigo do Povo. Teresina, ano 1, n.2, p. 1-2, 13 ago.1868.
- CALDAS, David Moreira. Teresina. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 4, n. 63, p.7, 16 ago.1868.

CALDAS, David Moreira. Oração Democrática. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 1, n.18, p.2, 21 abr. 1869.

CALDAS, David Moreira. Usurpação. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 1, n. 19, p.4, 15 maio 1869.

CALDAS, David Moreira. Ao público. *A Imprensa*, Teresina, ano 4, n. 172, p.2, 7 nov. 1869.

CALDAS, David Moreira. O Amigo do Povo. *O Amigo do Povo*, ano 1, n. 23, p.1, 21 ago. 1869.

CALDAS, David Moreira. Cena bárbara. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 3, n.28, p.3, 20 out. 1869.

CALDAS, David Moreira. Cidadão Surrado. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 2, n. 25, p.4, 04 nov. 1869.

CALDAS, David Moreira. O Amigo do Povo. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 2, n.32, p.1, 14 fev. 1870.

CALDAS, David Moreira. Viva a República. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 3, n. 47, p.1, 2 dez. 1870.

CALDAS, David Moreira. Viva a República. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 3, n. 49, p.1, 16 jan. 1871.

CALDAS, David Moreira. Resolução. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 3, n. 50, p.3, 31 jan. 1871.

CALDAS, David Moreira. Adesões. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 3, n. 52, p. 4-5, 28 fev.1871.

CALDAS, David Moreira. A República. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 3, n. 52, p.5, 28 fev. 1871.

CALDAS, David Moreira. Adesão franca. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 3, n. 57, p.1, 15 maio 1871.

CALDAS, David Moreira. Abuso. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 4, n. 67, p.8, 16 out. 1871.

CALDAS, David. O poder do fanatismo. *Oitenta e Nove*. Teresina, ano 2, n. 29, p.3, 29 set. 1874.

CALDAS, David. Nossa Senhora de Lourdes. *Oitenta e Nove*. Teresina, ano 2, n. 29, p.3, 29 set. 1874.

CALDAS, David. As nossas ideias sobre Deus. *Oitenta e Nove*. Teresina, ano 2, n.30, p.1, 22 out. 1874.

- CALDAS, David. A minha resposta à *Moderação*. *A Imprensa*, Teresina, ano 12, n. 496, 2 fev. 1877.
- CAMPO-MAIOR. *O Campo-maiorense*, Campo Maior, ano 1, n.2, p.1-2, 29 jan. 1883.
- CAMPO NEUTRO. *O Telephone*. Teresina, ano 6, n. 41, p.3, 11 ago. 1888.
- CASA FRANCESA. *O Telefone*, ano 1, n.16, p.4, 7 dez. 1883.
- CASA de instrução e biblioteca propagadora da instrução. *A Opinião Conservadora*, Teresina, ano 1, n. 20, p.4, 31 maio 1874.
- CASTRO, Pompílio. COLABORAÇÃO. *A Imprensa*. Teresina, ano 24, n. 1056, p.1, 19 jan. 1889.
- CAVE, POPULE. *A Reforma*. Teresina, ano 1, n. 24, p.2, 7 set. 1887.
- CEMITÉRIO PÚBLICO. *A Floresta*. Teresina, ano 1, n. 8, p.2, 31 out. 1882.
- CENA DA ESCRAVIDÃO. *O Telephone*. Teresina, ano 5, n. 216, p.3, 12 jun. 1887.
- CHAPADA DO CORISCO. *O Telefone*. Teresina, ano 2, n.64, p.2, 28 abr. 1884.
- CHAVES, João Gualberto Pereira. *A Imprensa*. Teresina, ano 22, n. 964, p.3-4, 14 abr. 1887.
- CHAVES, João Gualberto Pereira. *A Reforma*. Teresina, ano 1, n.19, p.2, 5 ago.1887.
- CIGANOS. *O Telephone*. Teresina, ano 5, n.217, p.3, 18 jun. 1887.
- CIGANOS. *A Imprensa*. Teresina, ano 23, n. 1026, p.4, 25 jun. 1888.
- COBRANÇA. *O Piauí*, Teresina, ano 2, n.69, p.2, 24 mar. 1869.
- COLABORAÇÃO. *A Imprensa*. Teresina, ano 24, n. 1004, p.1, 21 jan. 1888.
- COLONIZAÇÃO. *A Pátria*. Teresina, ano 1, n.19, p.3, 7 set. 1870.
- COMUNICADO. *O Telefone*. Teresina, ano 6, n. 284, p.2, 17 nov. 1888.
- CONTRA A PROPAGANDA REPUBLICANA. *A Imprensa*. Teresina, ano 24, n. 1057, p.4, 26 jan. 1889.
- COM VISTAS ao Sr. David Moreira Caldas. *A Pátria*, Teresina, ano 2, n. 97, p.2, 13 abr. 1872.
- CONSELHO AOS PAIS. *O Telephone*, Teresina, ano 1, n. 41, p.2, 5 nov. 1883.
- CORRÊA, Viriato. David Moreira Caldas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 2 out. 1934.
- CUNHA, Higino. *História do Teatro em Teresina*. Teresina: Tipografia do Correio do Piauí, 1922.

- CRIME HORRÍVEL. *O Piauí*. Teresina, ano 3, n. 79, p.4, 15 maio 1869.
- CRIME BÁRBARO. *O Telephone*. Teresina, ano 1, n. 41, p.4, 5 nov. 1885.
- CRIME BÁRBARO. *O Telephone*. Teresina, ano 6, n. 41, p.4, 11 ago. 1888.
- CRIME HORROROSO. *A Reforma*. Teresina, ano 1, n.14, p.3, 28 jun. 1887.
- DARWINICE. *O Telephone*. Teresina, ano 2, n. 85, p.2, 20 nov. 1884.
- DENTISTA. *O Telefone*. Teresina, ano 1, n.15, p.3, 6 out. 1882.
- DESCRIÇÃO GEOGRÁFICA. *A Reforma*. Teresina, ano 2, n. 40, p.4, 13 jan. 1888.
- DESPEDIDA. *A Phalange*, Teresina, ano 1, n.10, p.3, 20 mar. 1889.
- DENÚNCIA. *A Imprensa*, Teresina, ano 5, n. 226, p.2, 4 dez. 1869.
- DINIZ. A. *O Telephone*. Teresina, ano 5, n.211, p.3, 29 abr. 1887.
- DISCURSOS. *Oitenta e Nove*, Teresina, ano 2, n.23, p. 1-2, 30 jun.1874.
- DISCURSOS. *Oitenta e Nove*, Teresina, ano 2, n.23, p.2, 30 jun. 1874.
- DISCURSOS. *Oitenta e Nove*, Teresina, ano 2, n.23, p.3, 30 jun. 1874.
- DISCURSO. *A Reforma*. Teresina, ano 2, n.55, p.1, 30 maio 1888.
- DISCURSO PROFERIDO. *A Pátria*. Teresina, ano 1, n.31, p.1, 4 nov. 1870.
- DOCUMENTO PARA A HISTÓRIA. *O Telefone*. Teresina, ano 6, n. 278, p.3, 29 set. 1888.
- D. PEDRO II. *O Telefone*. Teresina, ano 6, n. 279, p.1, 5 out. 1888.
- DR. CÉSAR DO RÊGO. *A Reforma*, Teresina, ano 2, n. 63, p.3, 18 ago. 1888.
- EDITAIS. *A Pátria*. Teresina, ano 2, n. 86, p.3, 22 dez. 1871.
- É INCRÍVEL. *A Reforma*, Teresina, n.10, p.4, 26 maio 1887.
- ELEMENTO SERVIL. *O Semanário*. Teresina, ano 9, n. 360, p.1, 13 dez. 1884.
- ELEIÇÃO DIRETA OU INDIRETA. *O Telefone*. Teresina, n.14, p.4, 29 set. 1882.
- ELEIÇÕES. *O Telefone*. Teresina, ano 7, n. 320, p.1, 29 ago. 1889.
- EM 1858 FOI colocado. *A Reforma*. Teresina, ano 1, n. 32, p.3, 11 nov. 1887.
- EPIGRAMA. *O Telephone*. Teresina, ano 1, n.31, p.3, 23 ago. 1883.

- ESBIRROS, ESPOLETAS E CAPANGAS. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 5, n.85, p.1, 21 set. 1872.
- ESCOLA NORMAL. *O Telefone*. Teresina, ano 1, n.7, p.1, 10 ago. 1882.
- ES CRAVA PRESA. *A Reforma*. Teresina, ano 1, n. 14, p.3, 28 jun. 1887.
- ESPLENDIDO. *O Telefone*. Teresina, ano 5, n.219, p.4, 5 jul. 1887.
- ESTÁ SALVA a humanidade. *O Semanário*. Teresina, ano 9, n. 358, p.4, 19 nov. 1884.
- ESTATURAS. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 3, n.47, p.7, 2 dez. 1870.
- ESTRADAS DE FERRO. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 5, n.87, p.6, 10 nov. 1872.
- EXAMES GERAIS. *Atualidade*. Teresina, ano 1, n.1, p.4, 27 nov. 1889.
- EXPEDIENTE. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 4, n. 68, p.1, 31 out. 1871.
- EXPEDIENTE. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 4, n. 72, p.1, 31 dez. 1871.
- EXPEDIENTE. *O Semanário*. Teresina, ano 8, n. 328, p.1, 1 dez. 1883.
- FATO extraordinário. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 3, n.49, p.4, 16 jan. 1871.
- FESTA DE CASAMENTO. *O Telephone*. Teresina, ano 1, n.41, p.2, 5 nov. 1883.
- FESTAS. *A Reforma*. Teresina, ano 1, n.57, p.3, 19 jun.1888.
- FIAT LUX. *Atualidade*. Teresina, ano 1, n.1, p.4, 27 nov. 1889.
- FREITAS, Clodoaldo. História de Teresina: instrução pública. *Diário do Piauí*, Teresina, ano 2, n. 38, p.1, 18 fev.1912.
- FUEGO-ASSÚ. *A Pátria*. Teresina, ano 1, n. 40, p.3, 14 jan. 1871
- GUARDA Nacional. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 4, n.66, p. 3-4, 30 out. 1871.
- HIPOCRISIA. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 3, n. 43, p.8, 15 out. 1870.
- HISTÓRIA PÁTRIA. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 3, n. 50, p.4, 31 jan. 1871.
- HODIE MIHI, ERAS TIBI. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 4, p.1-2, 27 jun. 1872.
- HORROR!HORROR!. *A Época*. Teresina, ano 1, n.37, p.2, 14 dez. 1878.
- ILUMINAÇÃO pública. *A Reforma*, Teresina, ano 1, n.14, 20 jun.1887.
- IMIGRAÇÃO. *A Época*. Teresina, ano 10, n.531, p.4, 29 dez. 1888.

- IMIGRAÇÃO. *A Imprensa*. Teresina, ano 24, n. 1053, p.2, 29 dez. 1888.
- IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO. *A Imprensa*. Teresina, ano 24, n.1052, p.1, 22 dez. 1888.
- IMUNDICIE. *A Reforma*. Teresina, ano 1, n.4, p.4, 15 abr. 1887.
- INAUGURAÇÃO da linha telegráfica. *O Semanário*. Teresina, ano 9, n. 356, p.3, 8 nov. 1884.
- INTERESSES COMERCIAIS. *A Reforma*. Teresina, ano 1, n. 20, p.2, 12 ago. 1887.
- INTERIOR. *A Pátria*. Teresina, ano 1, n. 46, p.1, 22 fev. 1871.
- INTERIOR. *A Pátria*, Teresina, ano 1, n.61,p.1, 3 jun. 1871.
- INTIMANDO A UM GORDO. *O Telephone*. Teresina, ano 5, n. 211, p.2-3, 29 abr. 1887.
- INTOLERÂNCIA política. *A Opinião Conservadora*, Teresina, ano 1, n.17, p.2, 12 maio 1874.
- INTRODUÇÃO. *O Papyro*, Teresina, ano 1, n.1, p.1, 23 maio 1874.
- JERUMENHA. *A Época*. Teresina, ano 1, n.13, p.3, 29 jun. 1878.
- JERUMENHA. *A Época*, Teresina, ano 1, n.34, p.3, 23 nov. 1878.
- JESUITISMO. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 1, n.20, p.4, 19 jun. 1869.
- KANANGA DO JAPÃO. *A Reforma*. Teresina, ano 1, n.53, p.4, 9 maio 1888.
- LÁGRIMAS AZUIS. *A Reforma*. Teresina, ano 1, n. 51, p.1, 22 abr. 1888.
- LEIAM OS NEGREIROS!. *O Semanário*. Teresina, ano 9, n. 339, p.3, 14 jun. 1884.
- LEMOS NA GAZETA DA TARDE. *O Telephone*. Teresina, ano 5, n. 204, p.3, 8 mar. 1887.
- LENDAS E SUPERSTIÇÕES NO BRASIL. *O Telephone*. Teresina, ano 2, n.68, p.3, 29 maio. 1884.
- LIBERDADE! LIBERDADE! *A Reforma*. Teresina, ano 1, n.4, p.3, 15 abr. 1887.
- LIBERTADORA PIAUIENSE. *O Semanário*. Teresina, ano 8, n. 309, p.3, 21 jul. 1883.
- LIBERTADORA PIAUIENSE. *O Semanário*. Teresina, ano 8, n. 311, p.1, 4 ago. 1883.
- LIBERTADORA PIAUIENSE. *O Semanário*. Teresina, ano 8, n. 313, p. 2, 18 ago. 1883.
- LIBERTADORA HUMILDENSE. *O Semanário*. Teresina, ano 9, n. 355, p.3, 17 out. 1884.
- LIGEIRAS CONSIDERAÇÕES. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 4, n. 68, p.1, 31 out. 1871.

- LINHAS TELEGRÁFICAS. *A Imprensa*. Teresina, ano 20, n. 847, p.6, 17 dez. 1884.
- LIVRO DE OURO. *A Imprensa*. Teresina, ano 23, n.1009, p.4, 23 fev. 1888.
- LOUCURA OU MÁ ÍNDOLE. *A Pátria*. Teresina, ano 2, n.72, p.4, 23 ago. 1871.
- LUZ E SOMBRA. *O Semanário*. Teresina, ano 9, n. 354, p.2, 21 out. 1884.
- MACÁRIO LIMA. *A Reforma*. Teresina, ano 1, n.10, p.4, 26 maio 1887.
- MAGNANIMIDADE REAL. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 1, n.15, p.2, 27 fev. 1869.
- MANUMISSÃO DE ESCRAVOS. *A Pátria*. Teresina, ano 1, n.46, p.2, 22 fev. 1871.
- MANUMISSÃO. *A Pátria*. Teresina, ano1, n.66, p.4, 12 jul. 1871.
- MARVÃO. *A Reforma*, Teresina, ano 2, n.71, p.2, 7 nov. 1888.
- MÁXIMAS E PENSAMENTOS. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 1, n. 11, p.3, 2 dez. 1868.
- MEDIDA SOBRE ELEMENTO SERVIL. *A Reforma*. Teresina, ano 1, n.18, p. 4, 28 jul. 1887.
- MELHORAMENTO. *A Floresta*. Teresina, ano 1, n.6, p.3, 8 ago. 1882.
- MELHORAMENTOS DA PROVÍNCIA. *A Pátria*, Teresina, ano 2, n. 92, p.1, 17 fev. 1872.
- MELHORAMENTOS DA PROVÍNCIA. *O Telefone*. Teresina, ano 6, n.274, p.1, 1 set. 1888.
- MEU SR. REDATOR. *O Piauí*. Teresina, ano 3, n.96, p.3, 10 ago. 1869.
- MIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO. *A Imprensa*. Teresina, ano 24, n.1052, p.1, 22 dez. 1888.
- MISCELANEA. *O Telefone*. Teresina, ano 2, n.74, p.3, 24 jul. 1884.
- MONUMENTO À SAMPAIO. *A Reforma*, Teresina, ano 2, n. 62, p.3, 8 ago. 1888.
- MOVIMENTO ABOLICIONISTA. *O Semanário*. Teresina, ano 9, n.340, p.3, 21 jun. 1884.
- MOVIMENTO ABOLICIONISTA. *O Semanário*. Teresina, ano 9, n. 341, p.2, 28 jun. 1884.
- MOVIMENTO REPUBLICANO. *O Telefone*. Teresina, ano 6, n.314, p.3, 18 jul. 1889.
- NABUCO É RECONHECIDO DEPUTADO. *A Reforma*. Teresina, ano 1, n. 29, p.1, 21 out. 1887.
- NA INGLATERRA realizou-se. *O Telefone*. Teresina, ano 1, n.7, p.4, 10 ago. 1882.
- NASCEU DO VENTRE LIVRE. *A Phalange*. Teresina, ano 1, n.13, p.4, 3 abr. 1889.

- NHANHÃ. *A Reforma*. Teresina, n. 29, p.1, 21 out. 1887.
- NOTÍCIAS DO SUL. *O Telephone*. Teresina, ano 2, n.75, p.1, 6 ago. 1884.
- NOVO JORNAL. *A Imprensa*. Teresina, ano 5, n.246, p. 1-2, 4 maio 1870.
- NOVA SOCIEDADE. *A Imprensa*, Teresina, ano 14, n. 567, p.3, 15 nov. 1878.
- NOVAS AFRONTAS. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 1, n. 20, p.4, 19 jun. 1869.
- NEGÓCIOS DE HUMILDES. *A Imprensa*, Teresina, ano 25, n. 1065, p.3, 23 mar. 1889.
- OBSERVAÇÕES. *A Imprensa*. Teresina, ano 5, n.253, p.4, 29 jun. 1870.
- ÓBITO NOTÁVEL. *A Imprensa*. Teresina, ano 13, n. 532, p.2, 13 fev. 1878.
- OEIRAS. *A Reforma*. Teresina, ano 1, n. 11, p.2, 2 jun. 1887.
- OITENTA E NOVE. *Atualidade*. Teresina, ano 1, n.1, p.4, 27 nov. 1889.
- PROGRAMAS E MANIFESTOS. *A Phalange*. Teresina, ano 1, n. 30, p.1, 24 ago. 1889.
- O ABOLICIONISMO. *A Mocidade Piauiense*. Teresina, ano 2, n.15, p.4, 31 jul.1884.
- O ABOLICIONISMO. *O Semanário*. Teresina, ano 8, n. 332, p.1, 3 jan. 1884.
- O AMIGO DO POVO. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 1, n.7, p.2, 28 out. 1868.
- O AMIGO DO POVO. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano1, n.5, p.1, 30 set. 1868.
- O AMIGO DO POVO. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 1, n.10, p.1-2, 23 nov. 1868.
- O AMIGO DO POVO. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 1, n.23, p.1, 21 ago. 1869.
- O AMIGO DO POVO. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano1, n.5, p.1, 30 set. 1868.
- O AMIGO DO POVO. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 1, n.10, p.4, 23 nov. 1868.
- O AMIGO DO POVO. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 1, n. 24, p.1, 11 set. 1869.
- O AMIGO DO POVO. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 5, n.83, p.3, 26 jul.1872.
- O AMIGO DO POVO. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 5, n. 88, p.1, 7 dez. 1872.
- O CAMPO-MAIORENSE. *O Campo-maiorense*. Campo Maior, ano 1, n.2, p.1, 29 jan. 1883.
- O CLERO E A ESCRAVIDÃO. *O Telephone*. Teresina, ano 5, n.217, p.3, 18 jun. 1887.
- O COMÉRCIO E A INDÚSTRIA. *O Campo-maiorense*. Campo Maior, ano 1, n.2, p.2, 29 jan. 1883.

- O CONÊGO HONÓRIO JOSÉ SARAIVA E O MEU CASAMENTO. *A Imprensa*. Teresina, ano 23, n.979, p. 2, 6 ago. 1887.
- O DEVER. *O Papiro*. Teresina, ano 1, n. 4, p.1, 7 ago. 1874.
- O DR. HIGINO CUNHA. *A Imprensa*. Teresina, ano 24, n. 1067, p.4, 6 abr. 1889.
- O GRANDE ACONTECIMENTO. *O Telephone*. Teresina, ano 6, n.261, p.1, 22 maio 1888.
- O JORNALISMO. *A Imprensa*. Teresina, ano 23, n.1008, p.2, 18 fev. 1888.
- O NOSSO ESTADO. *O Telephone*. Teresina, ano 7, n. 297, p.1, 1 mar. 1889.
- O NOVO ANO. *A Pátria*. Teresina, ano 2, n. 88, p.1, 13 jan. 1872.
- O PIAUÍ. *O Piauí*, Teresina, ano 2, n. 57, p.3, 9 jan. 1869.
- O PIAUÍ. *O Piauí*, Teresina, ano 2, n.67, p.4, 15 mar. 1869.
- O PIAUÍ É ABOLICIONISTA. *O Semanário*. Teresina, ano 9, n. 362, p.2, 20 dez. 1884.
- O PIAUÍ PRESENTE E O FUTURO. *A Pátria*. Teresina, ano 2, n.97, p.1, 13 abr. 1872.
- O TELEFONE. *O Telefone*. Teresina, ano 1, n.1, p.1, 1 jul. 1882.
- OPOSIÇÃO. *A Pátria*, Teresina, ano 1, n.64, p.2, 24 jan. 1871.
- O POSTULOSO E EXECRÁVEL BACHAREL POLIDORO CEZAR BURLAMAQUE. *A Reforma*. Teresina, ano 2, n.42, p.2, 28 jan. 1888.
- O PROFESSOR público de Barras. *A Pátria*, Teresina, ano 1, n.51, p.2-3, 31 mar.1871.
- O QUE QUEREM OS PARTIDOS? *A Phalange*. Teresina, ano 1, n.31, p.2-3, 31 ago 1889.
- O REVERSO DA MEDALHA. *O Telephone*. Teresina, ano 2, n. 80, p.1, 1 out. 1884.
- O SÉCULO XIX. *A Reforma*, Teresina, ano 1, n. 28, p.3, 13 out. 1887.
- O SEMANÁRIO. *O Semanário*, Teresina, ano 9, n. 333, p.1, 19 abr. 1884.
- O SR. DR. ANTÔNIO Coelho Rodrigues. *A Imprensa*, Teresina, ano 3, p.3, n.131, 25 jan. 1868.
- O SR. DR. COLIN. *A Imprensa*. Teresina, ano 13, n. 536, p.4, 30 mar. 1878.
- O SR. HIGINO CUNHA FORA DO SÉRIO. *A Phalange*. Teresina, ano 1, n.18, p.4, 15 maio 1889.
- O SR. DR. SEGISMUNDO. *A Imprensa*, Teresina, ano 3, n.131,p.3, 25 jan. 1868.

- O TELEPHONE. *O Telefone*. Teresina, ano 2, n. 24, p.1, 3 jul. 1883.
- O TELEPHONE. *O Telefone*. Teresina, ano 1, n.24, p.1, 5 jul.1883.
- O TELEPHONE. *O Telephone*. Teresina, ano 5, n.289, p.1, 1 jan. 1889.
- O TELEPHONE. *O Telephone*. Teresina, ano 7, n. 300, p.1, 25 mar. 1889.
- O TRABALHO LIVRE. *O Telephone*. Teresina, ano 6, n.263, p.1, 6 jun.1888.
- O VALOR DO TEMPO. *O Telefone*. Teresina, ano 2, n.51, p.4, 19 jan. 1884.
- OS CRIMES NAS REPÚBLICAS. *Oitenta e Nove*. Teresina, ano 2, n.29, p.1, 29 set. 1874.
- OS PARTIDOS POLÍTICOS. *A Imprensa*. Teresina, ano 24, n. 1059, p.2, 9 fev. 1889.
- O QUE LEVA O “GIRONDE”. *A Reforma*. Teresina, ano 1, n.19, p. 3, 5 ago. 1887.
- OS GOVERNOS MONÁRQUICOS E DEMOCRÁTICO. *A Reforma*. Teresina, ano 1, n.12, p.1, 9 jun. 1887.
- O 89 BRASILEIRO. *Atualidade*. Teresina, ano 1, n.1, p.2, 27 nov. 1889.
- PAIVA, Licurgo de. A República. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 3, n. 52, p.5, 28 fev. 1871.
- PAIVA, Licurgo de. *À memória de David Caldas*. Teresina: Tipografia do *Oitenta e Nove*, 1878.
- PAIVA, Licurgo de. *O Telephone*. Teresina, ano 5, n. 216, p.3, 12 jun. 1887.
- PARANAGUÁ, Joaquim Nogueira. Ao Partido Republicano. *O Telefone*. Teresina, ano 6, n. 316, p.2, 1 ago. 1889.
- PARA-RAIO. *O Telefone*. Teresina, ano 2, n.66, p.3, 10 maio. 1884.
- PARTE NOTICIOSA. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 5, n. 89, p.5 [...].
- PARTE NOTICIOSA. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 1, n. 11, p.4, 2 dez. 1868.
- PARTE NOTICIOSA. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 2, n. 32, p.4, 14 fev. 1870.
- PASSAMOS DO PAÍS DA CORTE. *A Reforma*. Teresina, ano 1, n.39, p.4, 7 jan. 1888.
- PASSEATAS E FESTAS. *A Reforma*. Teresina, ano 2, n.55, p.3, 30 maio 1888.
- PÁTRIA LIVRE! *A Reforma*. Teresina, ano 1, n. 54, p.1, 18 maio 1888.
- PEDIDO JUSTO. *A Reforma*, Teresina, ano 2, n.54, p.4, 18 mai. 1888.

PROCESSO CONTRA o Sr. deputado A. Coelho Rodrigues. *A Imprensa*. Teresina, ano 13, n.543, p.1, 13 maio 1878.

PROCLAMAÇÃO. *Atualidade*. Teresina, ano 1, n.1, p.3, 27 nov. 1889.

PROFUNDAS CONVICÇÕES POLÍTICAS. *A Época*. Teresina, ano 1, n. 12, p.3, 22 jun. 1878.

PROTESTO DE UM GORDO. *O Telephone*. Teresina, ano 5, n. 205, p.1-2, 14 mar. 1887.

PROTESTO DE UM GORDO. *O Telefone*, Teresina, ano 1, n.26, p.1-2, 12 jun. 1887.

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório apresentado a Assembleia Legislativa pelo Ex. Sr. João José de Oliveira Junqueira*. Teresina: Tipografia de B. de Matos, 1857.

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório apresentado a Assembleia Legislativa pelo Ex. Sr. Gervásio Cícero de Alburquerque Mello*. Teresina, 1873.

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Piauí*. Teresina: *Tipografia do Paiz*,1874.

PUBLICAÇÕES A PEDIDO. *A Imprensa*, Teresina, ano 22, n.951, p.2, 8 jan. 1887.

PUBLICAÇÕES A PEDIDO. *A Imprensa*, Teresina, ano 25, n. 1054, p.3-4, 3 jan. 1889.

PUBLICAÇÕES GERAIS. *O Piauí*. Teresina, ano 2, n. 67, p.2, 15 mar. 1869.

PUBLICAÇÕES pedidas. *A Imprensa*, Teresina, ano 4, p.3-4, n.156, 18 jul. 1868.

PUBLICAÇÕES pedidas. *A Imprensa*, Teresina, ano 4, n.163, p.2, 3 set.1868.

PUBLICAÇÕES GERAIS. *A Imprensa*. Teresina, ano 5, n.245, p. 3, 27 abr. 1870.

PUBLICIDADE. *A Imprensa*. Teresina, ano 5, n.243, p.4, 6 abr. 1870.

QUEBREM-SE AS CADEIAS DA ESCRAVIDÃO. *O Semanário*. Teresina, ano 9, n. 358, p.1, 19 nov. 1884.

QUEREMOS A INSTRUÇÃO. *A Floresta*. Teresina, ano 1, n.8, p.1, 31 out. 1882.

RADICAL PAULISTANO. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 1, n. 20, p.4, 19 jun. 1869.

RECURSO CRIMINAL. *A Pátria*, Teresina, ano 1, n.20, p.2-4, 10 set. 1870.

REVISTA DO ESTRANGEIRO. *O Telefone*. Teresina, ano 8, n. 281, p.1, 5 jan. 1883.

REGULAMENTO DA PHALANGE. *A Phalange*, ano 1, n1, p.1, 12 jan. 1889.

REPÚBLICA E O MARQUÊS DE PARANAGUÁ. *O Telefone*. Teresina, ano 7, n. 321, p.2-3, 6 set. 1889.

- REPÚBLICA ARGENTINA. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 2, n. 36, p.4, 8 jun. 1870.
- RES, NON VERBA. *A Imprensa*, Teresina, ano 25, n. 1086, p.2, 17 ago. 1889.
- REZENDE, Simplício Coelho de. *A Reforma*. Teresina, ano 1, n.46, p.1-2, 2 mar. 1888.
- SÁ, Leônidas e. Ave Republica. *O Telefone*. Teresina, ano 7, n. 276, p. 2, 14 set. 1888.
- SÃO JOÃO DO PIAUHY. *A Imprensa*. Teresina, ano 23, n. 1028, p.3, 7 jul. 1888.
- SÃO PAULO. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 5, n.89, p.6, [...] 1873.
- SÃO RAIMUNDO NONATO. *A Época*. Teresina, ano 10, n.521, p.2 30 set. 1888.
- SAUDAÇÃO AO BRASIL. *O Semanário*. Teresina, ano 9, n. 341, p.3, 28 jun. 1884.
- SEÇÃO LIVRE. *O Semanário*. Teresina, ano 8, n.305, p.2-3, 23 jun. 1883.
- SEÇÃO LIVRE. *O Semanário*. Teresina, ano 8, n. 310, p.1-2, 28 jul. 1883.
- SEÇÃO LIVRE. *O Semanário*. Teresina, ano 9, n. 347, p.1-2, 10 ago. 1884.
- SEM LEI, NEM REI. *A Reforma*. Teresina, ano 1, n. 36, p.2, 11 dez. 1887.
- SEVÍCIAS. *A Reforma*. Teresina, ano 1, n.12, p.4, 9 jun. 1887.
- SEVÍCIAS. *A Reforma*. Teresina, ano 1, n.13, p.5, 17 jun. 1887.
- SEVÍCIAS. *A Reforma*. Teresina, ano 1, n.14, p.3, 28 jun. 1887.
- SOCIEDADE. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 4, n.78, p.6, 15 abril. 1870.
- SOCIEDADE EMANCIPADORA. *A Pátria*. Teresina, ano 1, n.30, p.4, 28 out. 1870.
- SOLENE E JUSTA MANIFESTAÇÃO. *A Imprensa*. Teresina, ano 25, n. 1091, p.4, 26 set. 1889.
- SOLICITADAS. *A Reforma*. Teresina, ano 2, n.51, p.2, 22 abr. 1888.
- SOUSA, João Álvares. Ilm. Sr. David Moreira Caldas. *A Imprensa*, Teresina, ano 4, n. 172, p. 3, 7 nov. 1869.
- SR. REDATOR DA REFORMA. *A Reforma*, Teresina, ano 1, n.29, p.1, 21 out. 1887.
- SUICÍDIO. *O Piauí*. Teresina, ano 2, n.69, p.4, 24 mar. 1869.
- SUSPENSÃO de garantias. *A Imprensa*, Teresina, ano 4, n.166, p.3, 26 set. 1868.
- S.M. O IMPERADOR. *O Telefone*. Teresina, ano 6, n. 273, p.1, 25 ago. 1888.

- TELÉGRAFO. *O Semanário*. Teresina, ano 9, n. 346, p.3, 2 ago. 1884.
- TELEPHONE. *A Reforma*. Teresina, ano 1, n.3, p.4, 7 abr. 1887.
- TODA ATENÇÃO. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 2, n.3, p.4, 26 ago. 1868.
- TRABALHO LIVRE. *O Telephone*. Teresina, ano 2, n.49, p.2, 8 jan. 1884.
- TRABALHO LIVRE. *O Telephone*. Teresina, ano 2, n.263, p.1-2, 6 jun. 1888.
- TRANSCRIÇÃO: a monarquia e a república. *O Piauí*. Teresina, ano 6, n. 243, p.3-4, 30 nov. 1872.
- TREVAS NA LUZ. *A Imprensa*. Teresina. Ano 22, n. 955, p.3, 5 fev. 1887.
- TRIUNFO DA CIÊNCIA MÉDICA. *O Telefone*, Teresina, ano 1, n.36, p.4, 17 dez. 1870.
- UMA PURA VERDADE. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 1, n.3, p.2, 26 ago. 1868.
- UMA BOA NOVA. *O Telefone*. Teresina, ano 2, n.75, p.3, 6 ago. 1884.
- UM BELO EXEMPLO. *A Época*. Teresina, ano 7, n.292, p.4, 13 fev. 1884.
- UM LIBERTO INGRATO. *A Phalange*. Teresina, ano 1, n.13, p.3, 3 abr. 1889.
- UNIÃO. *O Amigo do povo*, Teresina, ano 2, n.27, p.2, 14 out. 1869.
- VIA FERREA DE CAXIAS A TERESINA. *O Semanário*. Teresina, ano 6, n. 358, p.4,19 nov. 1884.
- VIVA a República. *A Pátria*. Teresina, ano 2, n. 95, p.1, 20 mar.1872.
- 13 de Maio. *A Phalange*. Teresina, ano 1, n.18, p.4, 15 maio 1889.
- 14 DE JULHO DE 1789. *O Telefone*. Teresina, ano 6, n. 314, p.1, 18 jul. 1889.
- 14 DE JULHO. *O Telefone*. Teresina, ano 6, n. 314, p.3, 18 jul. 1889.
- 50:000. *O Piauí*. Teresina, ano 2, n. 67, p.4, 15 mar. 1869.
- 10 LIBERTAÇÕES. *O Telephone*. Teresina, ano 5, n. 210, p.4, 21 abr. 1887.

### 3 Bibliografia

ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. São Paulo: Edusp, 2019.

ADRIÃO NETO. *Dicionário biográfico: escritores piauienses de todos os tempos*. 2 ed. Teresina: Halley, 1995.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. L'Empire du Brésil. In: DUVERGER, Maurice (Org.). *Le Concept de l'Empire*. Paris: PUF, 1983.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. *Escravidão e transição: o Espírito Santo (1850-1888)*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz & Terra, 2002.

ALONSO, Ângela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ALVES, Francisco das Neves. *O partidário por opção discursiva: o Echo do Sul e seu discurso político-partidário*. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2001.

ANDRADA, Antônio Carlos Doorgal de. *Política, ainda é possível? As fragilidades do processo político institucional na pós-modernidade e a realidade brasileira*. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

ANSART-DOURLIN, Michèle. A noção de alteridade: do sujeito segundo a razão iluminista à crise de identidade no mundo contemporâneo. In: NAXARA, Márcia Regina Capelari; MARSON, Izabel Andrade; MAGALHÃES, Marion Brepohl de. (Orgs.). *Figurações do outro na história*. Uberlândia, EDUFU, 2009.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da educação*. São Paulo: Moderna, 1989.

ARAÚJO, Johny Santana de. *Bravos do Piauí! Orgulhai-vos: a propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a guerra do Paraguai: 1865-1866*. Teresina: EDUFPI, 2011.

ARRIADA, Eduardo; BASTOS, Maria Helena Camara. *A democracia na América*, de Alexis de Tocqueville: Uma leitura para a história da educação. Revista Educação Unisinos. São Leopoldo, v.11, n. 1, 2007.

ASSIS, Machado de. *O jornal e o livro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX*. São Paulo: Annablume, 2008.

BAHIA, Benedito Juarez. *História, jornal e técnica: história da imprensa brasileira*. 5. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BARBOSA, Silvana Mota. *A sphinge monárquica: o poder moderador e a política imperial*. 2001. Tese (Doutorado) – UNICAMP. Campinas, 2001.

BARBOSA, Silvana Mota. “Panfletos vendidos como canela”: anotações em torno do debate político nos anos 1860. In: CARVALHO, José Murilo de (Org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da imprensa: Brasil: 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X. 2010.

BARBOSA, Rui. *A imprensa e o dever da verdade*. Rio de Janeiro: ALTACVLTVRA, 2013.

BAREL, Ana Beatriz Demarchi; COSTA, Wilma Peres (Orgs.). *Cultura e Poder entre o Império e a República: Estudos sobre os imaginários brasileiros (1822-1930)*. São Paulo: Alameda, 2018.

BARTHES, Roland. *Mitologias*. 5 ed. São Paulo: Difel, 1982.

BARROS, Mariana Monteiro de; MOREL, Marco. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República: das origens a 1889*. 4 ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1976.

BASILE, Marcello. Imprensa republicana no Brasil (século XIX). In: SCWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel (Orgs.). *Dicionário da república: 51 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BEIGUELMAN, Paula. *Formação política do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Pioneira, 1976, 2 v.

BELLAMY, Richard. *Liberalismo e sociedade moderna*. São Paulo: UNESP, 1994.

BENETTI, Marcia; LAGO, Cláudia (Orgs.). *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. 3 ed. Petropolis: Vozes, 2010.

BENTIVOGLIO, Julio. Rizomas do Império: Estado manárquico e linhas de fuga da política imperial brasileira no século XIX. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lucia Maria Bastos P. (Orgs.). *Dimensões e fronteiras do Estado brasileiro no oitocentos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

- BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- BESSONE, Tânia ... [et. al.]. *Imprensa, livros e política no Oitocentos*. São Paulo: Alameda, 2018.
- BIGNOTTO, Newton (Org.). *Pensar a república*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- BIGNOTTO, Newton. *As aventuras da virtude: as ideias republicanas na França do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- BÍBLIA DE JERUSALÉM*. São Paulo: PAULUS, 2010.
- BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade: por uma teoria geral da política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- BOBBIO, Norberto [et al.]. *Dicionário de política*. Brasília: Editora UnB, 2010, 2v.
- BOEHER, George C. A. *Da Monarquia à República: História do Partido Republicano do Brasil (1870 – 1889)*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1954.
- BOSI, Alfredo. *A dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BOSI, Alfredo. O Tempo e os tempos. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: DIFEL; Bertrand Brasil, 1989.
- BRANCO, Miguel de Sousa Borges Leal Castelo. *Apontamentos biográficos de alguns piauienses ilustres e de outras pessoas notáveis que ocuparam cargos importantes na Província do Piauí*. 2 ed. Brasília; Teresina: Senado Federal; Academia Piauiense de Letras, 2012.
- BRANDÃO, Wilson de Andrade. *História do Poder Legislativo na Província do Piauí*. 2 ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2015.
- BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII*. Teresina: EDUFPI, 2015.
- BRESCIANI, Maria Stella. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- BRIGSS, Asa; BURKE, Peter. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à internet*. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.
- BURKE, Peter. *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BURKE, Peter. *História e teoria social*. 2 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

BURY, J.B. *The idea of progress*. New York: Dover, 1960.

BUSINO, Giovanni apud HEINZ, Flávio M. O historiador e as elites – à guisa de introdução. In: HEINZ, Flávio M. *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CAMPOS, Adriana Pereira; CARVALHO, José Murilo de. (Orgs.). *Perspectivas da cidadania no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CAPELATO, Maria Helena R. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARDOSO, Sérgio (Org.). *Retorno ao republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

CARULA, Karoline. *Darwinismo, raça e gênero: projetos modernizadores da nação em conferências e cursos públicos (Rio de Janeiro, 1870-1889)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. República brasileira: viagem ao mesmo lugar. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 32, n.3, 1984.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, José Murilo de (Org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. Radicalismo e republicanismo. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (Org.). *Repensando o Brasil do oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CARVALHO, José Murilo de. República, democracia e federalismo: Brasil, 1870-1891. *VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, v.27, n. 45: p. 141-157, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 16 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. *Clamar e agitar sempre: os radicais da década de 1860*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2018.

CATANI, Afrânio Mendes ... [et al.]. (Orgs.). *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHALHOUB, Sidney. Diálogos políticos em Machado de Assis. In: CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (org.). *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CHARLE, Christophe. Como anda a história social das elites e da burguesia? Tentativa de balanço crítico da historiografia contemporânea. In: HEINZ, Flávio M. *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, Roger. *Origens culturais da Revolução Francesa*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHAUÍ, Marilena. *Simulacro e poder: uma análise da mídia*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

CHAVES, Joaquim Raimundo Ferreira. *Apontamentos biográficos e outros*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

CHAVES, Monsenhor. *Obra completa*. Teresina: Fundação Municipal de Cultural Mons. Chaves, 2013.

COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 4 ed. São Paulo: UNESP, 1998.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 7 ed. São Paulo: UNESP, 1999.

COSTA, Emília Viotti da. *A abolição*. 9 ed. São Paulo: UNESP, 2010.

COSTA, Emília Viotti da. *A dialética invertida e outros ensaios*. São Paulo: UNESP, 2014.

- COSTA, Emília Viotti da. *Brasil: História, textos e contextos*. São Paulo: Unesp, 2015.
- COSTA, F.A. Pereira da. *Cronologia histórica do Estado do Piauí*. 2.ed. Teresina: APL, 2010.
- COSTA FILHO, Alcebiades. *A escola do sertão: ensino e sociedade no Piauí, 1850-1889*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2006.
- COSTA, Francisca Raquel da. Em virtude dos bons serviços que tem prestado: modalidades, motivações e estratégias nas alforrias no Piauí Oitocentista (1850-1888). In: LIMA, Solimar Oliveira; SILVA, Rodrigo Caetano. *Do norte ao sul: escravidão Brasil séc. XVI – séc. XIX*. Teresina: EDUFPI, 2018.
- COSTA, João Cruz. *Contribuição à história das ideias no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.
- CUNHA, Higino. *História das religiões no Piauí*. 2 ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2015.
- DARNTON, Robert. *Boemia literária e revolução: o submundo das letras no Antigo Regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- DIAS, Claudete Maria Miranda. *Balaíos e Bem-te-Vis: a guerrilha sertaneja*. 2 ed. Teresina: Instituto Dom Barreto, 2002.
- DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. 9 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005.
- DOLHNIKOFF, Miriam. *História do Brasil Império*. São Paulo: Contexto, 2020.
- DUHAMEL, Olivier; DARNTON, Robert (Orgs.). *Democracia*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. 2 ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2011.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. 2v.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: Uma História dos Costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- ELIAS, Norbert. *Escritos & ensaios; 1: Estado, processo, opinião pública*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

ELIAS, Daiane Lopes. Embates discursivos: os escritos políticos dos republicanos liberais na queda do Brasil-Império. In: BESSONE, Tânia... [et al.]. *Cultura escrita e circulação de impressos no oitocentos*. São Paulo: Alameda, 2016.

EUGÊNIO, João Kennedy (Org.). *Histórias de vário feitio e circunstância*. Teresina: Instituto Dom Barreto, 2001.

FAORO, Raymundo. *Existe um pensamento político brasileiro?*. São Paulo: Ática, 1994.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato brasileiro*. 5 ed. São Paulo: Globo, 2012.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Maria Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. *500 anos de educação no Brasil*. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. *A esperança e o desencanto: Silva Jardim e a República*. São Paulo: Humanitas, 2008.

FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito; LESSA, Mônica Leite (Orgs.). *Entre a monarquia e a república: imprensa, pensamento político, historiografia (1822-1889)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. *A ideia de República no Império do Brasil: Rio de Janeiro e Pernambuco (1824-1834)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

FONSECA, Ouhydes (Org.). *A fênix do jornalismo*. Santos: Editora Universitária Leopoldianum, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 15 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4 ed. São Paulo: Unesp, 1997.

FREITAS, Clodoaldo. *História de Teresina*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1988.

FREITAS, Clodoaldo. *Vultos piauienses: apontamentos biográficos*. 3 ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras/EDUFPI, 2012.

FREITAS, Marcus Vinícius de. *Contradições da modernidade: O jornal Aurora brasileira (1873-1875)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

FREYRE, Gilberto. *Vida social no Brasil nos meados do século XIX*. 4 ed. São Paulo: Global, 2008.

FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. 4 ed. São Paulo: Global, 2010.

FURET, François. Antigo Regime. In: FURET, François; OZOUF, Mona. (Org.). *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

GIAROLA, Flávio Raimundo. O “demônio negro”: o negro como maligno nas representações religiosas e raciais da imprensa de São João del-Rei (1871-1889). *Locus: Revista de História*, v.24, n.2, p.413-429, 2018.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Antologia da Academia Piauiense de Letras*. Teresina: Halley, 2007.

GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990.

GORENDER, Jacob. O épico e o trágico na história do Haiti. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 24, n. 3, p. 483-512, 2004.

GOUVÊA, Maria de Fátima. *O império das províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil: 1850-1914*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

GRAHAM, Richard. As causas da abolição da escravatura no Brasil. In: GRAHAM, Richard. *Escravidão, reforma e imperialismo*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros: Cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antônio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil Imperial*. Volume II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emília (Orgs.). *O liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e prática*. Rio de Janeiro: Revan/UERJ, 2001.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa*. São Paulo: Unesp, 2014.

HOBSBAWM, Eric. *A Era das Revoluções: 1789-1848*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

HOBSBAWM, Eric. *A era dos impérios: 1875-1914*. 13 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira*: II. 4. ed. São Paulo: Difel, 1985.v.5.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Declínio e queda do Império. In: HOLANDA, S. B. (Org.). *História geral da civilização brasileira*: II. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.v.6.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Do Império à República. In: HOLANDA, S. B. (Org.). *História geral da civilização brasileira*: II. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.v.7.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de histórias do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

HUNT, Lynn. *Política, cultura e classe na Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

IANNI, Octavio. *Revolução e Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

IANII, Octavio. *Enigmas da modernidade-mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

IVO, Isnara Pereira; JESUS, José Robson Gomes de. Escravidão, negros africanos e Santo Isidoro de Sevilla. *Dimensões*, v.43, jul – dez. 2019.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco; PRADO, Maria Ligia Coelho; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. (Orgs.). *A história na política, a política na história*. São Paulo: Alameda, 2006.

JULLIARD, Jacques. A política. In: NORA, Pierre; LE GOFF, Jacques (Org.). *História*: novas abordagens. Rio de Janeiro: [s.n], 1986.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 7 ed. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*: o município e o regime representativo no Brasil. 7 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEITE, Renato Lopes. *Republicanos e libertários*: pensadores radicais no Rio de Janeiro (1822). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEMOS, Renato. A alternativa republicana e o fim da monarquia. In: SALLES, Ricardo; GRINBERG, Keila. *O Brasil imperial*: volume III (1870-1889). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

LIMA, Solimar Oliveira. *Braço forte: trabalho escravo nas fazendas da nação Piauí: 1822-1871*. Passo Fundo: UPF, 2005.

LIMA, Solimar Oliveira; SILVA, Rodrigo Caetano. Conquistamos alforria através da compra e através dos serviços: uma análise das cartas de alforria lavradas no Piauí (1872-1887). In: LIMA, Solimar Oliveira; SILVA, Rodrigo Caetano. *Do norte ao sul: escravidão Brasil séc. XVI – séc. XIX*. Teresina: EDUFPI, 2018.

LOCKE, Jonh. *Segundo tratado sobre o governo*. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

LOPES, Aristeu Elisandro Machado. *A República e seus símbolos: a imprensa ilustrada e o ideário republicano*. Rio de Janeiro, 1868-1903. 2010. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

LOPES, Marcos Antônio. A História das Ideias segundo Michel Foucault e Quentin Skinner. *Mediações: Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v.9, n.1, 2004.

LOPES, Marcos Antônio. *Textos, contexto, interpretação*: Londrina: Eduel, 2015.

LOPES, Marcos Antônio. Aspectos teóricos da história intelectual de Michel Foucault. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *História & Narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica*. Petrópolis: Vozes, 2016.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: Pinsky, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LUSTOSA, Isabel. *As trapaças da sorte: ensaios de história política e de história cultural*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

LYNCH, Edward Christian Cyril; STARLING, Heloísa Maria Murgel. República/republicanos. In: FERES JR., João (Org.). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

MACFARLANE, Alan. *A cultura do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

MACHADO, Humberto Fernandes. A atuação da imprensa do Rio de Janeiro no Império do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, a. 171 (448): 31-62, jul./set. 2010.

MALERBA, Jurandir. *Os brancos e a lei: liberalismo, escravidão e mentalidade patriarcal no Império do Brasil*. Maringá: EDUEM, 1994.

MALERBA, Jurandir. Historiografia brasileira: a influência intelectual de Norbert Elias. In: LOPES, Marcos Antônio (Org.). *Grandes nomes da história intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003.

MALERBA, Jurandir. *A História na América Latina: ensaio de crítica historiográfica*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

MALERBA, Jurandir. *Ensaio: teoria, história & ciências sociais*. Londrina: Eduel, 2015.

MALERBA, Jurandir (Org.). *História & Narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica*. Petrópolis: Vozes, 2016.

MALERBA, Jurandir. *Brasil em projetos: história dos sucessos políticos e planos de melhoramento do reino. Da ilustração portuguesa à independência do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2020.

MALHEIRO, Perdígão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social*. 3 ed. Petrópolis; Vozes: Brasília: INL, 1976.

MARSON, Izabel Andrade. *Movimento praieiro: imprensa, ideologia e poder político*. São Paulo: Ed. Moderna, 1980.

MARSON, Izabel Andrade. Liberalismo e escravidão no Brasil – século XIX. In: NAXARA, Márcia Regina Capelari; MARSON, Izabel Andrade; MAGALHÃES, Marion Brepohl de. (Orgs.). *Figurações do outro na história*. Uberlândia, EDUFU, 2009.

MARTINS, Ana Luiza. Imprensa em tempos de Império. In: DE LUCCA, Tania Regina; MARTINS, Ana Luiza. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998.

MATTOS, Hebe. Raça e cidadania no crepúsculo da modernidade escravista no Brasil. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil Imperial*. Volume III: 1870-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MATTOS, Ilmar Rohloff de Mattos. *O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial*. 7 ed. São Paulo, Hucitec, 2017.

MAUAD, Ana Maria. Imagem e autoimagem do Segundo Reinado. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *História da vida privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2019.

MELO, José Marques de. *História do pensamento comunicacional: cenários e personagens*. São Paulo: Paulus, 2003.

MELO, José Marques de. *História do jornalismo: Itinerário crítico, mosaico contextual*. São Paulo: Paulus, 2012.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV/ Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Edur), 2007.

MELLO, Evaldo Cabral de. O fim das casas-grandes. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *História da vida privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2019.

MENDES, Felipe. *Economia e desenvolvimento do Piauí*. 2 ed. Teresina: EDUFPI, 2019.

MENEZES, Lená Medeiros de. A imigração nos anúncios de jornais do Rio de Janeiro: facetas parisienses do sonho civilizatório. In: LESSA, Mônica Leite; FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito (Orgs.). *Entre a monarquia e a república: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

MERCADANTE, Paulo. *A consciência conservadora no Brasil: contribuição ao estudo da formação brasileira*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

MIDGLEY, Mary. *A presença dos mitos em nossas vidas*. São Paulo: Unesp, 2018.

MILES, Robert. *Racism*. London/New York: Routledge, 1989.

MOLINA, Matías M. *História dos jornais no Brasil: da era colonial à Regência (1500-1840)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MOORE, Carlos. *Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

MOORE JR, Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

MORAES, Evaristo de. *Da monarquia para a república: 1870-1889*. 2. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985.

MORAES FILHO, Evaristo de. *Medo à utopia: o pensamento social de Tobias Barreto e Sílvio Romero*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

MOREIRA, Elizabeth Huber. *A mídia e o exercício do poder na atualidade*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

MOREL, Marcos. O Haiti não foi aqui. *Revista Nossa História*. Rio de Janeiro, ano 1, n. 11, p. 58–63, set. 2004.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem incompleta: A experiência brasileira (1500-2000)*. Formação: histórias. 2 ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

MOTT, Luis. A revolução dos negros do Haiti e o Brasil. In: MOTT, Luis. *Escravidão, homossexualidade e demonologia*. São Paulo: Ícone, 1988.

MOURA, Clóvis. Escravismo, análise e ação social. In *Folhetim*. São Paulo, n.279: p.8, 16.05.1982.

NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

- NABUCO, Joaquim. *Um Estadista no Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. 2v.
- NEUMANN, Eduardo S.; GRIJÓ, Luiz Alberto (Orgs.). *O Império e a Fronteira: A Província de São Pedro no oitocentos*. São Leopoldo: Oikos, 2014.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: REVAN/FAPERJ, 2003.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C. (Orgs.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. *O encontro de Joaquim Nabuco com a política: as desventuras do liberalismo*. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- NOVAES, Adauto (Org.). *O avesso da liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- NOVAES, Adauto (Org.). *O esquecimento da política*. Rio de Janeiro: Agir, 2007.
- NUNES, Máira de Sousa. *Modernidade e civilização na imprensa francesa oitocentista: o romance-folhetim*. In: Revista Tuiuti: Ciência e Cultura, Curitiba, n. 48, 2014.
- NUNES, Odilon. *Pesquisa para a história do Piauí*. Teresina: FUNDAPI; Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2007. v.3.
- NUNES, Odilon. *Pesquisas para a história do Piauí*. Teresina: FUNDAPI; Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2007.v. 4.
- OLIVEIRA, A. de Almeida. *O ensino público*. Brasília: Senado Federal, 2003.
- ORTIZ, Renato. *Cultura e modernidade: a França no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- PAIM, Antonio. *História das ideias filosóficas no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Grijalbo/ Editora da Universidade de São Paulo, 1974.
- PAULA, João Antônio de. O processo econômico. In: CARVALHO, José Murilo de. *A Construção nacional 1830-1889*, v.2. *História do Brasil Nação: 1808-2010*. Direção: Lilia Moritz Schwarcz. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- PALTI, Elías. *O tempo da política: o século XIX reconsiderado*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- PAMPLONA, Marco A. *Revoltas, repúblicas e cidadania: Nova York e Rio de Janeiro na consolidação da ordem republicana*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- PESSOA, Reynaldo Carneiro. *A ideia republicana no Brasil através dos documentos*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1973.

PINHEIRO FILHO, Celso Pinheiro. *História da imprensa no Piauí*. Teresina: COMEPI, 1972.

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo, Contexto, 2009.

POCOCK, J. G.A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

POCOCK, J. G. A. *Cidadania, historiografia e Res publica: contextos do pensamento político*. Coimbra: Almedina, 2013.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil: colônia e império*. 19 ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

PRADO, Maria Emília (Org.). *O Estado como vocação: ideias e práticas políticas no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Access, 1999.

PRADO, Maria Emília (Org.). *Tradição e modernidade no mundo ibero-americano*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2004.

PRADO, Maria Emília. *Memorial das desigualdades: os impasses da cidadania no Brasil (1870-1902)*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. Escravidão negra em debate. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Política e cultura no Império brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 2010.

QUEIROZ, Teresinha de J. M. *Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo*. 2 ed. Teresina: EDUFPI, 1998.

QUEIROZ, Teresinha. *História, literatura, sociabilidades*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

QUEIROZ, Teresinha. *Do singular ao plural*. Recife: Edições Bagaço, 2006.

QUEIROZ, Teresinha. *Educação no Piauí (1880-1930)*. Imperatriz: Ética, 2008.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo*. 3 ed. Teresina: EDUFPI, 2011.

QUINTAS, Amaro. *O sentido social da Revolução Praieira*. 6 ed. Recife: Editora Massangana/Fundação Joaquim Nabuco, 1982.

RÊGO, Ana Regina. *Imprensa piauiense: atuação política no século XIX*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.

RÊGO, Ana Regina (org.). *Imprensa: perfis e contexto*. São Paulo: All Print Editora, 2012.

RÊGO, Ana Regina; QUEIROZ, Teresinha; MIRANDA, Marcela (Orgs.). *Narrativas do jornalismo & Narrativas da história*. Porto: Editora Media XXI, 2014.

RÊGO, Walquiria G. Domingues Leão. *A utopia federalista: estudo sobre o pensamento político de Tavares Bastos*. Maceió: EDUFAL, 2002.

REIS, João José. “Nós achamos em campo a tratar da liberdade”: a resistência negra no Brasil oitocentista. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*. 2. ed. São Paulo: Ed. SENAC, 2000.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

RÉMOND, René. *O século XIX: 1815-1914*. São Paulo: Cultrix, 1997.

RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

REZENDE, A. (Org.). *Curso de Filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

RIBEIRO, Gladys Sabina (Org.). *Brasileiros e cidadãos: modernidade política 1822-1930*. São Paulo: Alameda, 2008.

RIBEIRO, Gladys Sabina; FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da. (Orgs.). *Linguagens e práticas da cidadania no século XIX*. São Paulo: Alameda, 2010.

RIBEIRO, Gladys Sabina; CAMPOS, Adriana Pereira (Orgs.). *Histórias sobre o Brasil no oitocentos*. São Paulo: Alameda, 2016.

RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROCHE, Daniel; DARNTON, Robert (Orgs.). *Revolução impressa: A Imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

RODRIGUES, Rejane Meireles Amaral (Org.). *A história na imprensa, a imprensa na história. Jundiaí: Paco, 2016*.

RODRIGUES, Antônio Coelho. *A República na América do Sul ou um pouco de história e crítica oferecido aos Latino-Americanos*. 3 ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2016.

ROLLAND, Denis; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Intelectuais e modernidades*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

- ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010.
- SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. *Evolução histórica da economia piauiense*. Teresina: Cultura, 1964.
- SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. *O Brasil entre a América e a Europa: o Império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington)*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- SALLES, Iraci Galvão. *Trabalho, progresso e a sociedade civilizada: o Partido Republicano Paulista e a Política de Mão-de-Obra (1870-1889)*. São Paulo: HUCITEC; INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.
- SALLES, Ricardo. As águas do Niágara. 1871: crise da escravidão e o ocaso saquarema. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil Imperial*. Volume III: 1870-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- SALLES, Ricardo. *Nostalgia imperial: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. 2 ed. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.
- SANTANA, R. N. Monteiro de. *Evolução histórica da economia piauiense*. 2 ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2001.
- SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. *O Brasil entre a América e a Europa: O império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington)*. São Paulo: UNESP, 2004.
- SAYRE, Robert; LÖWI, Michael. *Romantismo e política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questões raciais no Brasil – 1870 -1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. Dos males da dádiva: sobre as ambiguidades no processo da Abolição brasileira. In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos. (Orgs.). *Quase-cidadão – histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In: SCHWARZ, Roberto. *Cultura e política*. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- SILVA, Mairton Celestino da. *Batuque na rua dos negros: escravidão e polícia na cidade de Teresina – séc. XIX*. Teresina: EDUFPI, 2014.

SIQUEIRA, Antônio Jorge. *Os Padres e a Teologia da Ilustração – Pernambuco 1817*. Recife: Editora da UFPE, 2009.

SIQUEIRA, Karulliny Silveiro. *O Império das repúblicas: projetos políticos republicanos no Espírito Santo, 1870-1908*. 2016. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas, da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

SIQUEIRA, Karulliny Silveiro. *O império das Repúblicas: Projetos Políticos Republicanos no Espírito Santo, 1870-1908*. Jundiaí: Paco Editorial, 2020.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SKINNER, Quentin. *Liberdade antes do liberalismo*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

SKINNER, Quentin. *Visões da política: sobre o método histórico*. Algôs: DIFEL, 2005.

SOARES, Débora Laianny Cardoso. *(In)justiça no sertão: escravidão, processos crimes e o aparato judicial no Piauí (1850/1888)*. Teresina: EDUFPI, 2014.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do Segundo Reinado*. 2 ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.

SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca; ABREU, Martha (Orgs.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SOUSA, Maria Sueli Rodrigues de... [et al.]. *Dossiê Esperança Garcia: símbolo de resistência na luta pelo direito*. Teresina: EDUFPI, 2017.

SOUSA, Talyta Marjorie Lira. *Filhos do Sol do Equador: as vivências e experiências cotidianas de trabalhadores negros na sociedade teresinense no final do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) Universidade Federal do Piauí, 2012.

SOUZA, Nelson Mello e. *Modernidade; desacertos de um consenso*. Campinas: UNICAMP, 1994.

SOUZA, Jessé. *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Paulo Gutemberg de Carvalho. *História e Identidade: as narrativas da piauiensidade*. Teresina: EDUFPI, 2010.

SOUZA, Flavia Fernandes de; GUERELLUS, Natália de Santanna; ENGEL, Magali Gouveia (Orgs.). *Os intelectuais e a imprensa*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2015.

STARLING, Heloisa Murgel. *Ser republicano no Brasil Colônia: A história de uma tradição esquecida*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

STAROBINSKI, Jean. *As máscaras da civilização*. São Paulo: Companhia das Letras: 2001.

STORA-LAMARE, Annie. *L'Enfer de III République: censeurs et pornographes (1888-1914)*. Paris: Éditions Imago, 1990.

SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

TERROU, F; ALBERT, P. *História da Imprensa*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América: sentimentos e opiniões: de uma profusão de sentimentos e opiniões que o estado social democrático fez nascer entre os americanos*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TITO FILHO, Arimatéia (Org.). *Deus e a natureza em José Coriolano*. Teresina: COMEPI, 1973.

TORRES, Luiz Henrique; ALVES, Francisco das Neves (Orgs.). *Imprensa & História*. Porto Alegre: Associação dos Pós-Graduandos em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1997.

TOURAINÉ, Alain. *Crítica da modernidade*. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

URICOECHEA, Fernando. *O minotauro imperial: a burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX*. São Paulo: Difel, 1978.

VAINFAS, Ronaldo; NASCIMENTO, Alcides (Orgs.). *História e historiografia*. Recife: Bagaço, 2006.

VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a paróquia e a corte: a elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889)*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010.

VELLASCO, Ivan de Andrade. Policiais, pedestres e inspetores de quarteirão: algumas questões sobre as vicissitudes do policiamento na província de Minas Gerais (1831-50). In: CARVALHO, José Murilo de. (Org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007b.

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

VITORINO, Artur José Renda. *Escravidão e modernização no Brasil do século XIX*. São Paulo: Atual, 2000.

WEBER, Max. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEREBE, Maria José Garcia. A educação. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização brasileira: O Brasil Monárquico: declínio e queda do império*. 6. ed. São Paulo: Difel, v.6, t. 2, 2004.

WILLIAMS, Eric. *Capitalismo & escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

ZAUTH, Gabriella; ROCHA, Paula Melani. *Jornalismo e modo de produção: as transformações dos impressos no nordeste do estado de São Paulo*. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.